

# GÊNERO

Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social



## **Equipe Editorial**

### **Editores**

*Professora Nivia Valença Barros*  
Universidade Federal Fluminense  
Escola de Serviço Social  
Programa de Estudos Pós Graduated em Política Social, Brasil

*Professora Hildete Pereira de Melo Hermes de Araujo*  
Universidade Federal Fluminense  
Escola de Serviço Social  
Programa de Estudos Pós Graduated em Política Social, Brasil

*Professora Rita de Cássia Santos Freitas*  
Universidade Federal Fluminense  
Escola de Serviço Social  
Programa de Estudos Pós Graduated em Política Social, Brasil, Brazil

### **Assistentes Editoriais**

*Juliana Miranda -UFF*

*Monique de Souza Carvalho - UFF*

*Vania Quintão - Meta - UFF*

*Victor V B da Silva - UFF*

### **Comitê Editorial**

*Adriana Mesquita, Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil*

*Celesta Anunciata - UNIRIO*

*Joice da Silva Brum - Unigama - UFF*

*Josélia Ferreira dos Reis - JFRJ*

*Lobélia da Silva Faceira - UNIRIO*

*Lucilene Morandi - UFF*

## **Conselho Editorial**

*Ana Cristina Santos, Universidade de Coimbra, Portugal*

*Bruna Andrade Irineu, Universidade Federal do Mato Grosso, Brasil*

*Carla Milar Peñaloza Palma, Universidade do Chile, Chile*

*Constância Lima Duarte, Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil*

*Eva Blay, Universidade de São Paulo, Brasil*

*Françoise Thebaud, Université d'Avignon, França*

*Gabrielle Houbre, Universidade de Paris VII, França*

*Helena Hirata - Universidade Paris VII*

*Ismenia de Lima Martins - UFF*

*James Green, Brown University, Estados Unidos da America*

*Jaqueline Pitanguy, CEPIA, Brasil*

*June Hahner, State University of New York - Albany, Estados Unidos da America*

*Leila Linhares, CEPIA, Brasil*

*Lena Lavinias - UFRJ*

*Luciana Zucco, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil*

*Luis Mott, Universidade Federal da Bahia, Brasil*

*Marco José de Oliveira Duarte - UFJF*

*Magali Gouveia Engel, Universidade Federal Fluminense, Brasil*

*Marcelo Natividade, Universidade Federal do Ceará, Brasil*

*Maria Helena Santana Cruz, Universidade Federal de Sergipe, Brasil*

*Maria Izilda Matos, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil*

*Michelle Perrot, Universidade de Paris VII, França*

*Miriam Adelman, Universidade Federal do Paraná, Brasil*

*Neuma Aguiar, Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil*

*Pauline Schmidt-Pantel, Universidade de Paris I, França*

*Rachel Soihet, Universidade Federal Fluminense, Brasil*

*Rick Santos, State University of New York, Estados Unidos da America*

*Suely Gomes Costa, Universidade Federal Fluminense, Brasil*

## EDITORIAL

---

A revista gênero tem sido publicada desde o ano 2000. Durante todo este período manteve como seu principal editor o prof. João Bosco Hora Góis, com participação ativa de diversas apoiadoras e apoiadores, para a manutenção da revista com a qualidade que é a sua marca. Todo esse empenho contribuiu para que a Revista Gênero se tornasse um órgão de extrema relevância e destaque para as temáticas tratadas.

Nesta trajetória, neste ano de 2022, a Revista ganha novas parcerias e equipe editorial que buscam manter o legado de todos que participaram desta construção. O intuito é consolidar suas produções de forma ética e coerente com as diretrizes da área, reafirmando-se como uma Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social.

Nesta Edição será realizada uma homenagem à Prof. Sueli Gomes Costa que foi uma das idealizadoras desta revista. Conterá o Dossiê Gênero e Serviço Social no Mundo do Trabalho, e artigos de temas livres versados sobre temas interdisciplinares e transversais que discutem a violência, além de importantes resenhas.

Consideramos que esse número da Revista Gênero irá contribuir para reflexões e aprofundamentos das temáticas abordadas. Desta forma desejamos a todas, todos e todes uma boa leitura.

Prof. Dra. Nivia Valença Barros  
**Editora**

## HOMENAGEM À SUELY GOMES COSTA – PROFESSORA EMÉRITA DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

---

Rita Freitas<sup>1</sup>

Ana Lole<sup>2</sup>

Monique Carvalho<sup>3</sup>

*Nasci em tempos rudes  
Aceitei contradições  
lutas e pedras  
como lições de vida  
e delas me sirvo  
Aprendi a viver.*

Esse ano, 2022, marca a entrega para a professora Suely Gomes Costa do título de Professora Emérita da Universidade Federal Fluminense (UFF) em reconhecimento ao seu trabalho, competência e dedicação à universidade. Destacamos, também, sua contribuição para a história do Serviço Social brasileiro. Ela foi uma das criadoras da Revista Gênero, a qual trouxe em seu primeiro número, publicado no segundo semestre de 2000, um artigo de Suely intitulado “Entre práticas escravistas e caritativas, transformações da gestualidade feminina” (COSTA, 2000). Assim, reservamos esse espaço para prestar também nós, uma homenagem a essa mulher que nascendo em tempos rudes, aprendeu a viver e nos encantar, tal como nos diz Cora Coralina.

Suely nasceu em 11 de setembro de 1938. Sendo assistente social, foi também economista, historiadora, professora e feminista. Foi também a mais velha de oito irmãos, esposa e mãe de dois filhos. Suely, portanto, é múltipla e não permite ser confinada nos padrões claustrofóbicos da cultura machista.

---

1 Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professora do Departamento de Serviço Social e do Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social da Universidade Federal Fluminense. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8251-9997>. Email: ritacsfreitas13@gmail.com.

2 Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Professora do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC-Rio. Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2991-3594>

3 Assistente Social. Mestre e Doutoranda em Política Social pela Universidade Federal Fluminense. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0132-2808>. E-mail: moniquesccarvalho@gmail.com.

Ela começa sua trajetória acadêmica ingressando no curso de graduação em Serviço Social da Universidade Federal Fluminense em 1959, 14 anos após a criação desta escola, tendo sido ativa no movimento estudantil – chegando a ser eleita presidenta do Diretório Acadêmico Maria Kiehl (DAMK) da Escola de Serviço Social (ESS/UFF) na gestão 1961/1962 (quando se formou). Viveu, assim, sua graduação nos tempos que antecederam os tempos sombrios da ditadura iniciada em 1964. Em 1967 retornou à ESS/UFF enquanto professora colaboradora celetista – ocupando essa função até 1969, quando os ventos cruéis da situação política fizeram com que se afastasse. Retornou à ESS/UFF em 1984, através de concurso público. Em 1994, conquista o *status* de Professora Titular da Instituição, exercendo essa função até se aposentar, no ano de 1998 e, mesmo aposentada, continuou como professora do quadro permanente do Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social (PPGPS/UFF), que ajudou a criar. Foi, igualmente, professora do Programa de Pós-Graduação em História da UFF. Nestes, orientou muitas dissertações, teses e estudos de pós-doutoramento até se afastar definitivamente em 2017.

Suely além de assistente social, formou-se em economia (1978) e realizou seu mestrado (1988) e doutorado (1996) em História, pela UFF. Nos anos de 1980 fundou, juntamente a outras professoras, o Núcleo de Pesquisa Histórica sobre Proteção Social/Centro de Referência Social (NPHPS/CRD) na ESS/UFF, local onde aglutinou muitas jovens pesquisadoras e pesquisadores. Participou também do Núcleo de Estudos e Pesquisas em História Cultural (NUPEHC). Posteriormente, nos anos de 1990, participou da criação do Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero (NUTEG) – berço da Revista Gênero.

Suely ao longo de sua trajetória realizou estudos em torno de três grandes temáticas: “proteção social e Serviço Social; saúde e gênero; história das mulheres”, tendo contribuído, “assim, para a produção de conhecimento, formação de intelectuais e de novos pesquisadores” (LOLE, 2021, p. 319). Em sua trajetória publicou diversos textos e teve sua tese de professora titular transformada em livro (COSTA, 1995). Sua obra marca a história do Serviço Social, contribuindo com a construção de novos olhares para pensar a profissão, a política social e a questão feminina. Foi uma assistente social que navegou em diferentes espaços, realizando diversas “saídas”, utilizando aqui o conceito criado pela historiadora francesa Michelle Perrot (1991). Foram essas saídas que possibilitaram a ampliação de seus horizontes.

Talvez uma de suas maiores qualidades seja a generosidade com que acolhia as pessoas interessadas em aprender. É uma intelectual com uma extensa formação, tendo passeado por diversas áreas, seguindo sua vontade de aprender. A sua trajetória acadêmica, seja na posição de aluna ou professora, foi marcada pelas discussões de gênero, saúde, políticas públicas, memórias feministas e estudos feministas. Inovou, igualmente, ao discutir proteção social – e aqui fazemos questão de reafirmar a sua posição revolucionária dentro da profissão.

Se Suely Gomes Costa inicialmente não se definia como feminista, a experiência adquirida fez com que se voltasse não apenas para os estudos de gênero, mas também para os feminismos. Em sua trajetória inicia um processo orgânico em que, segundo ela mesma, toma consciência “do meu processo de dominação” (LOLE, 2021, p. 312). É a “escrita de si”, como diz Rago (2013), abrindo novas possibilidades de relações de Suely para consigo e para a sociedade.

Sem abrir mão de uma perspectiva crítica, foi visionária alinhando a sua atuação enquanto feminista, pesquisadora e militante. E, sendo feminista, não deixou de olhar também para este de forma crítica. Mesmo antes da discussão da interseccionalidade ganhar destaque, já podemos encontrar vestígios dessa preocupação em suas falas:

Problemas da convivência e de hierarquias sociais entre mulheres desiguais por posição de classe, status intelectual e profissional, de raça/etnia e mesmo geração, longe estão de ser equacionados. Nos debates feministas sobre relações de gênero, o tema das desigualdades entre mulheres, além de ocuparem menos espaço e emoção, encontra-se subordinado, regularmente, ao das desigualdades entre os sexos. (COSTA, 2004, p. 24).

Nós aqui, que com ela partilhamos sonhos, dúvidas, angústias e esperanças de um mundo melhor, nos regozijamos com esse reconhecimento e concluímos essa homenagem com uma fala sua:

Nós, mulheres, experimentamos, entre nós, muitas desigualdades: por nível de renda e de instrução, por cor de pele, por tradições de convivência de classes que nos apartam enfim... por razões próprias ao processo civilizador que temos construído. Visto isso, pude concluir que não adiantava alimentar utopias genéricas... Sempre preferi o lugar de trabalho que juntasse vida pessoal e profissional. Acho que foi assim que pude sentir mais de perto a relevância de atuar e de contribuir no meu espaço profissional com a efetividade das lutas por conquista de direitos (In ALMEIDA; LOLE, 2016, p. 388).

Foi essa experiência que levou para as salas de aula e é responsável pelo respeito que foi adquirindo ao longo de sua trajetória acadêmica e que este título, entregue no dia 29 de junho deste ano, faz justiça.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Carla C. Lima de; LOLE, Ana. Cultura, História e Serviço Social: Entrevista com Suely Gomes Costa. **Em Pauta**, Rio de Janeiro, n. 38, v. 14, p. 384-389, 2 Sem. 2016.

CARVALHO, Monique de Souza. **Estudos de gênero, proteção social e serviço social: as contribuições de Suely Gomes Costa no âmbito da saúde reprodutiva**. Texto de qualificação de Tese apresentado ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social da Universidade Federal Fluminense em 11 de março de 2022.

COSTA, Suely Gomes. Entre práticas escravistas e caritativas, transformações da gestualidade feminina. **Revista Gênero**, Niterói, v. 1, n. 1, p. 57-63, 2º Sem. 2000.

COSTA, Suely Gomes. Movimentos feministas, feminismos. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. especial, p. 23-36, set./dez. 2004.

COSTA, Suely Gomes. **Signos em transformação: a dialética de uma cultura profissional**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

LOLE, Ana. Serviço Social e prática política feminista: o protagonismo de Suely Gomes Costa. Homenagem de vida. **Em Pauta**, Rio de Janeiro, n. 47, v. 19, p. 309-322, 1º Sem. 2021.

PERROT, Michelle. "Sair". In: PERROT, Michelle; DUBY, Georges (Org.). **História de Mulheres no Ocidente**. Porto: Ed. Afrontamento; São Paulo: Ebrandil, 1991.

RAGO, Margareth. **A aventura de contar-se: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade**. Campinas-SP. Ed. da Unicamp, 2013.



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons – Atribuição Não-Comercial 4.0 Internacional.





**Dossiê Gênero e  
Serviço Social no  
Mundo do Trabalho**

## Dossiê Gênero e Serviço Social no Mundo do Trabalho

---

Organizadoras: Profa. Kamila Cristina da Silva Teixeira (UNESPAR-Apucarana); Profa. Mably Trindade (UFRJ) e Profa. Sidimara Cristina de Souza (UFF)

A Revista Gênero é um dos primeiros periódicos a se dedicar aos estudos de gênero no Brasil. Criada há mais de duas décadas, tornou-se um importante veículo de divulgação de debates e pesquisas sobre o referido tema no âmbito do Serviço Social brasileiro e áreas afins, contribuindo significativamente para a produção do conhecimento e para as lutas das mulheres.

Cumprе mencionar que a aproximação do Serviço Social com o debate de gênero não é recente. As primeiras interlocuções ocorreram na década de 1980 com a participação de docentes e profissionais na militância feminista e no contato com os estudos sobre mulheres. Esse processo contribuiu, posteriormente, para a criação dos primeiros grupos de pesquisa e projetos de extensão sobre o tema, bem como a inserção desse conteúdo em disciplinas, de forma transversal, em algumas unidades de ensino. Na década de 1990, a questão foi inserida no nosso Código de Ética e a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) reconheceu a importância do debate para a formação profissional ao incluí-lo nas diretrizes curriculares.

Contudo, tal temática só ganhou maior visibilidade no Serviço Social nos últimos anos. Assim, a discussão sobre gênero, a partir de diferentes perspectivas teóricas, passou a integrar as pesquisas, a grade curricular dos cursos de graduação em disciplinas obrigatórias ou eletivas e o campo da intervenção profissional. Ademais, o conjunto Conselho Federal de Serviço Social e Conselhos Regionais de Serviço Social (CFESS/CRESS) começou a adotar ações que abordam a temática, como a criação de grupos de trabalho, campanhas e divulgação de materiais.

Não obstante tais iniciativas, ainda se observam lacunas e a necessidade de avançar na produção do conhecimento nessa questão, razão pela qual criamos o dossiê “Gênero e Serviço Social no Mundo do Trabalho”, buscando contribuir para a ampliação da discussão acerca das relações de gênero e sua interseccionalidade com classe, raça/etnia, diversidade sexual e geração no âmbito do Serviço Social.

O artigo “FLEXIBILIDADE E DILUIÇÃO DE DIREITOS TRABALHISTAS: um estudo sobre as mulheres costureiras que trabalham no domicílio, em Divinópolis – Minas Gerais” os(as) autores(as) Sabrina Brombim Zanchetta, Virgínia Raimunda Ferreira e José Heleno Ferreira buscam analisar a formação social de mulheres costureiras a partir de suas experiências e vivências diante das transformações no mundo do trabalho, enfatizando que tais transformações produzem relações sociais desiguais que contribuem para a intensificação do processo de acumulação capitalista.

Carolini Constantino, Fábila Halana e Michele Barth, no artigo INCLUSÃO NO MERCADO DE TRABALHO: VIVÊNCIAS DE UMA ASSISTENTE SOCIAL COM DEFICIÊNCIA, nos brindam com uma discussão sobre as adversidades enfrentadas por mulheres com deficiência no que diz respeito à inserção no mercado de trabalho. Na análise, as autoras trazem como exemplo a experiência de uma assistente social e apontam que há a necessidade de intensificação do debate que interseccione gênero e deficiência para o enfrentamento das desigualdades no mundo laboral.

Por sua vez, os(as) autores(as) Renata Alves César Fernandes, Evandro Alves Barbosa Filho e Ana Cristina de Souza Vieira, no artigo TRAJETÓRIAS POSIT(IHV)AS DE CUIDADO? APROPRIAÇÃO DO TEMPO E DO TRABALHO DE MULHERES QUE VIVEM COM HIV/AIDS, convidam-nos a conhecer a realidade de exploração no trabalho doméstico em que estão submetidas mulheres que vivem com HIV. Por meio de um estudo qualitativo realizado em um hospital de Pernambuco, foram identificadas a sobrecarga e a naturalização do trabalho não pago.

No artigo OS IMPACTOS DA PANDEMIA DE COVID-19 NA VIDA DAS MULHERES DOCENTES DO DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL NA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UNB), as autoras Hayeska Costa Barroso e Mariah Sá Barreto Gama observaram, igualmente, uma sobrecarga de trabalho não pago em pesquisa realizada com docentes do curso de Serviço Social da referida universidade. As autoras verificaram, ainda, que o trabalho remoto adotado no período da pandemia da Covid-19 não só intensificou o trabalho reprodutivo, como também impactou de forma negativa no trabalho produtivo, resultando na sobrecarga de trabalho e no acúmulo de tarefas.

O artigo **A AGRICULTURA FAMILIAR NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO: BREVE ANÁLISE SOBRE O PAPEL DAS MULHERES** elaborado por Sidimara Cristina de Souza e André Brandão destacam a realidade das mulheres na agricultura familiar no que concerne as desigualdades econômicas e o acesso ao mercado, a partir da experiência do estado do Rio de Janeiro. No referido artigo, identificou-se que as agricultoras familiares possuem desigualdade de renda e desvantagem em relação ao acesso ao crédito rural quando comparadas aos homens agricultores, contribuindo, assim, para reafirmar a desigualdade de gênero e o fenômeno da feminização da pobreza no meio rural.

O artigo intitulado **QUESTÕES DE GÊNERO E O MUNDO DO TRABALHO, NO ATELIÊ DE BRINQUEDO DE MIRITI**, por sua vez, nos convida para refletir sobre a produção da diferença de gênero e sexualidade por uma mulher artesã de brinquedos vinculados à cultura tradicional. As autoras Lidia Sarges Lobato e Joyce Otânia Seixas Ribeiro demonstram na pesquisa que esta mulher, por meio do trabalho artesanal, consegue ultrapassar as fronteiras da heteronormatividade e abalar as tradições, produzindo peças não binárias e que reompe com a heterossexualidade compulsória.

Já as autoras Lara Lara Gomes Borges, Alessandra e Ester no artigo **A TRADIÇÃO DAS BONECAS ABAYOMIS: REFLEXÕES SOBRE RAÇA, CLASSE E GÊNERO NO SERVIÇO SOCIAL** também lançam mão da tradição para debater sobre a questão de gênero, porém, a partir da sua intersecção com classe e raça. No artigo, enfatiza-se a importância do regate da cultura afro-brasileira para o fortalecimento do feminismo negro entre as alunas da pós-graduação do curso de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de Goiás.

O artigo **SERVIÇO SOCIAL E A PRODUÇÃO INTELLECTUAL SOBRE AS DESIGUALDADES DE GÊNERO, RAÇA/ETNIA, DIVERSIDADE SEXUAL E GERAÇÃO**, elaborado por Kamila Cristina da Silva Teixeira e Mably Jane Trindade Tenenblat busca refletir sobre desafios contemporâneos enfrentados pelo Serviço Social em sua produção intelectual sobre desigualdades de gênero, raça/etnia, diversidade sexual e geração no mundo do trabalho por meio de revisão bibliográfica. As autoras apontam que ainda existem desafios para a consolidação do debate na categoria, embora o Serviço Social seja uma profissão constituída majoritariamente por mulheres e atue junto aos grupos minoritários.

Por fim, Maria Inez Barboza Marques e Thaís Gaspar Mendes da Silva, apresentam um debate que relaciona a divisão sexual do trabalho no capitalismo e a marca feminina no Serviço Social por meio do artigo **DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO, RESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E A MARCA FEMININA NA PROFISSÃO DO SERVIÇO SOCIAL**. Neste âmbito, as autoras refletem sobre os impactos da reestruturação produtiva no mercado de trabalho das mulheres, enfatizando sobre as contradições e as formas de exploração, as quais são fundamentais para manter relações de gênero desiguais na sociedade capitalista e patriarcal.



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons – Atribuição Não-Comercial 4.0 Internacional.

## QUESTÕES DE GÊNERO E O MUNDO DO TRABALHO, NO ATELIÊ DE BRINQUEDO DE MIRITI

---

Lidia Sarges Lobato<sup>1</sup>

Joyce Otânia Seixas Ribeiro<sup>2</sup>

**RESUMO:** O trabalho tem como objetivo trazer à tona a produção da diferença de gênero e sexualidade por uma mulher-artesã do miriti, no contexto de uma bicentenária tradição. O aporte teórico-metodológico é dos Estudos de Gênero e o método de pesquisa, a etnografia pós-moderna. Os resultados apontam para uma mulher que consegue cruzar as fronteiras, em uma trama que envolve aceitação, negociação e resistência; ao se movimentar na tradição do brinquedo de miriti, esta mulher produz peças conhecidas localmente como *casal de namorados*, borrando, a norma, a tradição e seus significados heteronormativos, diluindo binarismos e tensionando a heterossexualidade compulsória.

**PALAVRAS-CHAVE:** Gênero. Sexualidade. Brinquedo de Miriti.

**ABSTRACT:** The work aims to bring up the production of the difference in gender and sexuality by a woman-artisan from the Miriti, in the context of a bicentennial tradition. The theoretical-methodological support is from Gender Studies and the research method, postmodern ethnography. The results point to a woman who manages to cross the borders, in a plot that involves acceptance, negotiation and resistance; moving in the tradition of the miriti toy, this woman produces pieces known locally as a “couple of lovers”, blurring the norm, the tradition and its heteronormative meanings, diluting binarisms and tensioning the compulsory heterosexuality.

**KEYWORDS:** Gender. Sexuality. Miriti toy.



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons – Atribuição Não-Comercial 4.0 Internacional.

1 Mestrado em Educação pela Universidade Federal do Pará. E-mail: lidiasarges@yahoo.com.br

2 Doutorado em Educação pela Universidade Federal do Pará. Estágio pós-doutoral na Universidad de Playa Ancha/Valparaíso/Chile. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisa Gênero e Educação/Gepege/CNPq. E-mail:

## INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta parte dos resultados de pesquisa<sup>3</sup> desenvolvida durante os anos de 2017 e 2018. Trata-se de uma experiência etnográfica desenvolvida durante quatro meses em um ateliê de brinquedo de miriti<sup>4</sup> na cidade de Abaetetuba, no Estado do Pará. Nosso objetivo para o momento é refletir e, ao mesmo, tempo evidenciar a prática de uma mulher-artesã do miriti, desvelada em suas criações artísticas entrelaçadas pelas questões relativas à produção da diferença. Embasadas nos aportes teóricos dos Estudos Culturais e dos Estudos de Gênero, estamos sendo desafiadas a pensarmos tais questões, que vão além dos padrões normativos estabelecidos em sociedade.

Neste sentido, tomamos como método de pesquisa a etnografia pós-moderna, seguindo a norma, que prevê a observação participante, as conversações e a captura de imagens, que serão apresentadas ao longo da tessitura do texto. A etnografia “[...] se configura na verdade como um campo articulado pelas tensões, ambiguidades e indeterminações próprias do sistema de relações do qual faz parte” (CLIFFORD, 1998, p. 10), além de estar imersa nas experiências em meio às relações de poder existentes entre o etnógrafo/pesquisador e seus interlocutores. No processo de feitura da pesquisa, o campo assumiu grande relevância no que se refere à *automodelagem* etnográfica, momento no qual o/a etnógrafo/a constitui o *outro* e a si mesmo/a.

A etnografia pós-moderna não foca na descrição densa, mas na escritura. Por isso, Clifford (2016a, 2016b) afirma que o próprio texto embalsama o acontecimento na medida em que expande seu significado. É preciso observar os acontecimentos outros que fluem no cotidiano do ateliê e durante a produção do brinquedo de miriti, compondo o diário de campo para depois traduzi-lo, ou seja, passar as informações da performance oral para a escrita; agora, as informações também se movem de texto para texto, e a inscrição transforma-se em transcrição, de modo que tanto os interlocutores quanto a pesquisadora são leitores/as e coautores/as de uma invenção cultural. Fazer etnografia é saber experimentar *sensações outras* inimagináveis.

3 Pesquisa desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Currículo e Gestão da Escola Básica, fruto da dissertação de Mestrado intitulada *O currículo e seus efeitos na subjetividade de uma mulher-artesã do miriti*.

4 O artesanato de miriti, popularmente chamado de brinquedo de miriti, consiste em peças miniaturizadas e multicoloridas de cenas do cotidiano ribeirinho no interior da Amazônia (fauna, trabalho, moradia, transporte, religiosidade e afeto); a matéria-prima para a modelagem das peças é a bucha ou braço do miritizeiro, espécie nativa da região que, por sua maleabilidade e leveza, é conhecida como o isopor da Amazônia. O brinquedo de miriti é reconhecido como patrimônio cultural imaterial do estado do Pará. Disponível em: <https://www.artesol.org.br>, acesso em: 18/11/2021.

Organizamos este texto de modo a iniciarmos explorando o mundo do trabalho no ateliê, lugar de criação dos brinquedos de miriti e, para isso, abordaremos alguns aspectos do *lôcus* da pesquisa, destacando a profusão de cores, sentimentos, lutas e resistências que constituem o lugar. Em seguida, trataremos mais especificamente das práticas da mulher-artesã no contexto da tradição do brinquedo de miriti, buscando destacar como esta reinventa significados, a partir da produção da diferença. Com o intuito de finalizarmos a reflexão, problematizamos, sem nos aprofundar, as relações de gênero, sexo e corpo relacionando-as com as experiências da mulher-artesã do miriti.

## UMA ARTESÃ-CHEFE NO ATELIÊ RODRIGUES PACHECO

Nesta parte falaremos um pouco do *lôcus* de pesquisa e da artesã-chefe do ateliê *Rodrigues Pacheco*. Dessa forma, o espaço do ateliê é uma casa rústica, levemente tombada para o lado esquerdo, com paredes de madeira bem deterioradas e telhas levemente afastadas uma das outras. No inverno amazônico, as chuvas são ameaças constantes a este tipo de edificação, pois acaba incomodando o trabalho; mas no verão, o sol atravessa as janelas e as brechas que existem entre as tábuas, aquecem as roupas e deixando passar o calor para o corpo. A casa, no que se refere a parte externa, tem uma grande calçada de cimento recém-construída e uma porta que fica sempre entreaberta. Na fachada há um cartaz já apagado pelo tempo que sinaliza contra o trabalho infantil.

Em geral, os ateliês estão situados em bairros periféricos, nas ilhas e nas estradas de Abaetetuba; alguns ateliês como este, estão localizados na faixa da rua, porém, a grande maioria está localizado nos fundos das casas das famílias de artesãos e artesãs. O ateliê *Rodrigues Pacheco* situa-se no bairro denominado de São João, no município de Abaetetuba, no Pará. Funciona neste espaço que um dia já foi a casa de Maria de Fátima Rodrigues dos Santos, hoje mais conhecida como Dona Pacheco, de 60 anos, ribeirinha, artesã de miriti, mulher forte com uma história de resistência que atravessa sua história de vida e também a feita desta pesquisa.

O ateliê de brinquedo de miriti, assim denominado ao longo dos anos, é um espaço de criação e de resistência por meio dos brinquedos produzidos. Na grande maioria, como dito anteriormente, os ateliês apresentam características bastante marcantes relacionadas a localização e a espacialização: geralmente são casas antigas de madeira ou o que restou delas, transformadas em ateliê, local de produção do artesanato.



Figura 1: Interior do ateliê Rodrigues Pacheco



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2017.

A aparência rústica do ateliê com pouco conforto acomoda artesãos e artesãs, jovens e crianças na produção dos brinquedos de miriti. Nas paredes as imagens dos santos e santas simbolizam a fé e a devoção católica; há também sacolas penduradas que guardam peças de brinquedos e que a qualquer momento podem ser facilmente acionadas; ou ainda acomodam embalagens de margarina que se transformam em recipientes para a mistura das tintas; o rádio ou o televisor mantém artesãos e artesãs conectadas com o mundo externo e atualizado/as.

A profusão de cores presentes no espaço do ateliê nos leva a compará-lo a um arco-íris. Isto porque cotidianamente, buscando atingir o tom desejado, as artesãs misturam cores variadas à tinta branca, experimentando as misturas até alcançar a tonalidade considerada perfeita, aquela cujas cores vibram, iluminam, alegam o lugar e a vida. Sem querer, as cores marcam as roupas daqueles e daquelas que se aproximam da bancada na qual os brinquedos são deixados para secar.

Referindo-nos mais especificamente sobre o processo de feitura dos brinquedos de miriti, ou seja, o processo de produção e de organização das peças, Dona Pacheco assume as atividades de uma mulher-artesã-chefe,

pois corta, modela, monta as peças, lixa, aplica massa, pinta e embala. Já seu Antônio, artesão e seu companheiro, realiza parte destas tarefas como cortar e lixar, porém, não pinta, como ela mesma destacou: “O Antônio não pinta” (Dona Pacheco, 2017). E seu Antônio, sobre a pintura das peças, asseverou: “Não, é com ela [a pintura], não gosto de me sujar” (Seu Antônio, 2019).

Assim, a tradição bicentenária do brinquedo de miriti foi constituindo-se por uma infinidade de significados como a organização das atividades, os temas e a estética que disseminam normas, condutas e valores de uma sociedade patriarcal. A respeito disso, talvez um antigo e recorrente discurso explicado por Perrot (1988, p. 177) poderia nos ajudar a compreendermos melhor as questões aqui expostas, pois a autora afirma que: “[...] aos homens, o cérebro (muito mais importante do que o falo), a inteligência, a razão lúcida, a capacidade de decisão. Às mulheres, o coração, a sensibilidade, os sentimentos”. Estas marcas, portanto, a partir da visão patriarcal, permitiriam ao homem a criação dos brinquedos, ou o trabalho considerado bruto, por seus traços de masculinidade, como força, coragem e destreza; às mulheres, o coração, a sensibilidade, o trabalho considerado leve, carregado de uma possível feminilidade, marcado pela pintura das peças, por sua suposta delicadeza ou ainda pelo discurso de que as mulheres tem mãos de fada.

Colling (2015, p. 24) argumenta que, a partir da ideia de heteronormatividade, todas as pessoas “[...] devem organizar suas vidas conforme o modelo heterossexual, tenham elas práticas sexuais heterossexuais ou não”, o que desenha um modelo político que organiza a vida cotidiana. Essa lógica também está presente no ordenamento dos ateliês, o que instaura um regime de controle e devigilância das condutas social e sexual dos gêneros bem definidas e apartadas. Perrot (1988, p. 178), confirma este separatismo:

O século XIX acentua a racionalidade harmoniosa dessa divisão sexual. Cada sexo tem sua função, seus papéis, suas tarefas, seus espaços, seu lugar quase predeterminados, até em seus detalhes. Paralelamente, existe um discurso dos ofícios que faz a linguagem do trabalho uma das mais sexuadas possíveis. ‘Ao homem, a madeira e os metais. À mulher, a família e os tecidos’ (Grifos da autora).

De certa forma, a economia política de gênero reforça essa visão patriarcal e heteronormativa, distinguindo produção, reprodução e consumo. O homem assume a produção, a mulher o consumo e ambos a reprodução. E quem disse

que esta estrutura não pode mudar? Será que temos uma vocação natural para o sexo-gênero binário? De qualquer modo, a despeito de neste ateliê as atividades serem compartilhadas, já que ambos, Dona Pacheco e seu Antônio produzem suas peças cada um com as suas atividades, a artesã conquistou a posição de artesã-chefe.

*Ninguém nasce mulher, tornar-se mulher* é uma afirmação clássica de Simone de Beauvoir (1970), que muitas pensadoras remetem ao gênero e que, de forma tímida, mas com um pouco de ousadia, acionamos para fazer um movimento de aproximação aos discursos que giram em torno da bicentenária tradição do brinquedo de miriti, tais como os que dizem que “as mulheres nasceram para as tarefas consideradas leves, devido sua delicadeza com os pincéis”, tornando-as mulheres-artesãs para o *trabalho leve*; ou discursos como “os homens tornam-se artesãos-chefe para o *trabalho bruto*”, ambos disseminados pela ação das representações e normas patriarcais que penetram todos os espaços sociais e subjetividades.

Duas experiências subjetivaram Dona Pacheco. A experiência do contato, o movimento pela cidade de Abaetetuba e as viagens produziram esta mulher-artesã. Em nossas incontáveis conversações, Dona Pacheco relatou que em sua primeira viagem a Belém<sup>5</sup>, sua função era apenas vender os brinquedos de miriti durante a festividade do Círio de Nossa Senhora de Nazaré<sup>6</sup>. Ressaltou que bastou uma viagem acompanhando seu Antônio nas atividades do Círio, para que se apaixonasse por toda aquela movimentação, agitação, profusão de vozes, cores e sabores, o que despertou nela o desejo de produzir seus próprios brinquedos. Além das experiências de viagens, há outro diferencial, os estudos na bagagem, já que concluiu o ensino médio, aprendeu a negociar preços e quantidades relativos a matéria-prima, bem como a transitar na esfera pública com desenvoltura.

Segunda a artesã, foram várias tentativas e muitos ferimentos nas mãos, até que as peças atingissem o formato esperado. Com o passar dos anos, Dona Pacheco aprimorou sua técnica participando de cursos de aperfeiçoamento. Por mérito de suas habilidades manuais, a artesã tornou-se mestre em miriti por sua inovação e criatividade, colocando em cheque o que foi constatado

5 Capital do Estado do Pará. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Belém>, acesso em: 18/11/2021.

6 Manifestação religiosa católica, a procissão de Nossa Senhora de Nazaré acontece em outubro, em Belém, no estado do Pará. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Cirio-de-Nazaré>. Acesso em: 18/11/2021.

em pesquisa realizada nos anos 2013-2015<sup>7</sup>, quando certos artesãos-chefe afirmavam que para se produzir um brinquedo de miriti era necessário ser homem, ter o *dom* ou talento, o que precisaria necessariamente estar no sangue, dado por certa tradição de família. Dona Pacheco rompe com todos esses discursos normalizadores.

Dessa forma, hoje, com seu carisma, Dona Pacheco recebe turistas e pesquisadores/as que vão à sua procura. As peças modeladas por ela expressam sua sensibilidade, representando as diferenças e a realidade da qual faz parte, realizando o trabalho considerado bruto, o trabalho considerado leve e o governo do ateliê. Sempre bem arrumada, com esmaltes nas unhas e tinta nos cabelos, a artesã borra a bicentenária tradição do brinquedo de miriti, negociando e contestando significados, ao transitar na esfera pública e no espaço privado, comprovando que “[...] a cultura é contestada, temporal e emergente” (CLIFFORD, 2016a, p. 53).

Essa autonomia e desenvoltura da artesã resultou também das lutas que foram travadas ao longo da história das mulheres. Segundo Louro (1997), as manifestações contra uma suposta inferioridade feminina que posicionava a mulher sempre em posição inferior na hierarquia em relação aos homens, adquiriram visibilidade e expressividade maior durante o chamado sufrágismo, movimento voltado para estender o direito do voto às mulheres. O sufrágismo passou a ser considerado a primeira onda do feminismo, e naquele contexto “[...] seus objetivos mais imediatos (eventualmente acrescidos de reivindicações ligadas à organização da família, oportunidade de estudar ou acesso a determinadas profissões) sem dúvida estavam ligados aos interesses das mulheres brancas” (LOURO, 1997, p. 15). Já na segunda onda, as preocupações que giravam em torno de questões sociais e políticas, agora passam ao âmbito das construções em nível teórico, deslocando a pauta para a ampliação de opções de escolarização e para a produção feminista nas academias. Estas lutas e conquistas se refletem hoje em mulheres de classes, etnias e gerações diferentes, subjetivando-as.

De acordo com Louro (1997, p. 17) “[...] é preciso notar que essa invisibilidade, produzida a partir de múltiplos discursos que caracterizaram a esfera do privado, o mundo doméstico, como o ‘verdadeiro’ universo da mulher, já vinha sendo gradativamente rompido por algumas mulheres”. No

7 Pesquisa intitulada *A tradução da tradição do brinquedo de miriti em Aboetetuba/Prodoutor/UFPA*, da qual a autora foi bolsista de IC.

Brasil, Del Priore (2001) argumenta que desde os primórdios, a luta pela própria sobrevivência ou a dos seus, foi a marca das nossas ancestrais. A dupla jornada de trabalho existiu e continua existindo, o trabalho no campo ou na cidade, em casa ou nas ruas, acrescidos das muitas tarefas, foram fundamentais para a estabilidade da família. A mulher é “[...] obrigada a utilizar estratégias complicadas para dar conta do que sociólogos chamam de ‘dobradinha infernal’” (DEL PRIORE, 2001, p. 101), para conquistar sucesso na profissão, tendo que dar conta do trabalho doméstico, da educação dos filhos e atenção às demandas do companheiro.

Del Priore (2001) ressalta que a negociação, a mediação como modo de resolução dos conflitos, é preferível ao autoritarismo, até nas práticas de certos dirigentes políticos. A cooperação, a solidariedade e a assistência ao outro, esvaziam o espírito de competição e o egoísmo. As mulheres reivindicaram múltiplas dimensões, na medida em que desejam ser, ao mesmo tempo, mães, trabalhadoras, cidadãs e sujeitos de seu lazer e prazer, em um estilo particular de construir suas relações com o homem e com outras mulheres. Mediante tais negociações, a artesã consegue administrar e transitar na fronteira entre o público e privado.

A experiência de viagem, a escolarização, a vontade de ter sucesso em uma profissão, para ter autonomia, que são pautas do feminismo, subjetivaram Dona Pacheco, a ponto de ela se relacionar com o real e com o outro de modo diferenciado. É o que apresentaremos a seguir.

## **DONA PACHECO E A REPRESENTAÇÃO DA DIFERENÇA**

A representação da diferença nas variadas peças do brinquedo de miriti, está para além dos modos de vida caboclo do Pará Amazônico, de suas encantarias que fascinam e encantam o imaginário ribeirinho, em uma produção de energia que consome a todos e a todas, e que nos captura, nos remete a pensar a produção de gênero e sexualidade a partir de peças produzidas em certo contexto e lugar. O que estamos querendo dizer é que, em especial, uma das peças, o *casal de namorados*, que em sua maioria consiste na representação de um casal heteronormativo, branco, que se abraça e se beija, institui os padrões normativos de gênero e de sexualidade, o que nos impõe a necessidade de pensá-las.

Figura 2. Peça representando um casal de namorados heterossexual.



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2017.

A peça *casal de namorados* é um dos temas preferidos entre as muitas peças de miriti produzidas, representando, em geral, um casal aceito socialmente, que ‘apaixonado’ troca carícias. Porém, há uma linguagem dos corpos, presente em tais peças, que naturalmente cria uma ideia de que cada corpo pode comportar-se ou enquadrar-se de acordo com as normas, com minuciosos detalhes: às mulheres com cabelos compridos, a saia com estampa floral acima dos joelhos, e o lugar das mãos; aos homens os cabelos curtos e o uso de calça e camisa. Assim, a partir desse olhar, os brinquedos de miriti consistem em grandes inspirações para aqueles que buscam aventurar-se na análise cultural, como uma rica fonte de conhecimentos e aprendizagens a respeito da produção da diferença de gênero e sexualidade.

Ao se movimentar por entre os significados da tradição do brinquedo de miriti, Dona Pacheco começa a borrá-la reinventando-a, não apenas na organização do ateliê assumindo a função de artesã-chefe, mas reinventando os significados a partir da diferença de gênero e de sexualidade, como a peça *casal de namorados* homoafetivo. Disse ela:

Já fiz e faço casal gay, casal negro; tem cada moreno que casa com cada mulher brancona; faço brinquedo deficiente, sem braço; é um jeito de acabar com o preconceito. Uma

vez uma mulher perguntou por que eu fazia esses brinquedos. Eu respondi, porque eles já sofrem muito preconceitos (Dona Pacheco, 2017).

Para a artesã essa é uma forma de amenizar os preconceitos que estão enraizados em nossa sociedade. A sensibilidade e a perspicácia de Dona Pacheco para observar o real, o mundo a sua volta salta aos olhos. Segundo ela, a maioria desses casais são personagens representados a partir de sua própria realidade cultural; são amigos, vizinhos, que dentre tantas outras formas de ser, vivem a diferença.

Figura 3. Peça que representa um casal heterossexual



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2017.

A tradição é o meio prático de incorporação de ideias e valores mais poderoso, capaz de operar no processo de identificação social e cultural, definindo o masculino e o feminino hegemônico. Assim, a cultura de gênero hegemônica, tão presente em nosso cotidiano, produz um padrão aceitável pela sociedade, o casal heterossexual e branco. Na tradição do brinquedo de miriti, as peças representam a fauna, a flora, o modo de vida ribeirinho, as palafitas da região, porém, quando o assunto é a estética do corpo do homem e da mulher cabocla, ribeirinha, esta é ignorada, em favor do casal heterossexual, branco e louro. Em geral, as peças *casal de namorados* invisibilizam os casais homoafetivos, negros, indígenas e inter-raciais. A heterossexualidade como

norma é, assim, materializada nos brinquedos de miriti com a peça *casal de namorados*, configurando uma heterossexualidade compulsória.

A heterossexualidade compulsória consiste na exigência de que todos os sujeitos sejam heterossexuais, isto é, se apresenta como a única forma considerada normal de vivência de sexualidade. Essa ordem social/sexual se estrutura através do dualismo heterossexualidade versus homossexualidade, sendo que a heterossexualidade é naturalizada e se torna compulsória (COLLING, 2015, p. 24).

Ou seja, a heterossexualidade é vista como o padrão, o princípio da vida sexual em sociedade; por algum motivo, os corpos que se desviam desta norma são considerados anormais, desajustados e abjetos. Na heteronormatividade a vida de homens e mulheres deve ser organizada conforme o modelo heterossexual. Colling (2015, p. 25) escreve:

Se na heterossexualidade compulsória todas as pessoas que não são heterossexuais são consideradas doentes e precisam ser explicadas, estudadas e tratadas, na heteronormatividade elas tornam-se coerentes desde que se identifiquem com a heterossexualidade como modelo, isto é, mantenham a linearidade entre sexo e gênero: as pessoas com genitálias masculinas devem se comportar como machos, másculos, e as com genitálias femininas devem ser femininas, delicadas.

Porém, considerando a diferença, precisamos compreender que a “[...] heterossexualidade e a homossexualidade são considerados formas possíveis de vivência da sexualidade, ao menos em tese, em muitos lugares do planeta (não em todos)” (COLLING, 2015, p. 24). Para Junqueira (2015), normais e anormais estão ambos situados no interior do critério que estabelece a separação, a norma. No entanto, a norma precisa ser naturalizada, por meio de processos disciplinares voltados para os sujeitos, disseminando a heterossexualidade por todas as instituições sociais – como a escola –, tornando-a presente em todos os espaços, normas, ritos e rotinas.

As relações de gênero estão espalhadas no interior dos ateliês e fazem parte da cultura de gênero hegemônica. A cultura de gênero é reproduzida e transmitida por homens e mulheres por meio de suas práticas cotidianas, compondo os cenários da história da humanidade há muito tempo. A cultura de gênero remonta a Grécia clássica, chegando ao século XXI com homens e mulheres “[...] imersos em uma cultura de gênero conflitante e paradoxal: por um lado a normatividade tradicional; por outro, traços de uma outra cultura



de gênero que ocasiona uma fissura profunda na primeira” (RIBEIRO, 2010, p.125), o que acaba por influenciar artesãos e artesãs em suas práticas cotidianas e também no próprio brinquedo de miriti. A normatividade é diferente para homens e mulheres.

Figura 4. Peças que representam casais homoafetivos



Fonte: Acervo pessoal da autora, 2017.

Nas figuras 3 é possível observar a representação de um casal negro e heterossexual; na figura 4, é possível observar um casal gay e branco, e um casal lésbico e inter-racial. Estas peças inovadoras para a realidade de Dona Pacheco e da maioria dos demais ateliês, apresentam corpos com a estética da diferença, o que se constitui em um modo de desconstruir as normas de gênero-sexualidade padrão e os preconceitos de gênero e sexualidade que estão enraizados em nossa sociedade.

Corpo, gênero e sexualidade estão sendo refletidos sob diferentes abordagens teórico-metodológicas<sup>8</sup>, mas nem sempre foi assim. A partir da segunda

8 Entre as perspectivas que se movimentam nesta arena, entre outras, estão: a historiografia feminista, a perspectiva marxista, a perspectiva psicanalítica, a abordagem pós-estrutural, a teorização pós-colonial, o feminismo negro e o feminismo decolonial. *Perspectiva Pós-Coloniais e Decoloniais em Relações Internacionais*. Aureo Toledo (Org.). Salvador: EDUFBA, 2021. 288p. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br>. Acesso em: 18/11/2021.

metade do século XX, gênero e sexualidade começam a aparecer, oriundos das transformações ocorridas na sociedade, mais precisamente na década de 60, a partir de movimentos, manifestações, contestações organizadas por grupos feministas, movimento negro e coletivos gays. O movimento gay ganhou força em várias partes do mundo, e, no Brasil eclodiu já na década de 90 em passeatas do orgulho gay, o que levou a academia a também iniciar um movimento de pesquisa e análise.

Dos estudos e pesquisas, resulta que os corpos são constituídos socialmente, com uma multiplicidade de marcas em sua superfície maleável e mutante. Para Scott (1995), o gênero é atravessado pelas diferenças que existem nos corpos – ou o sexo, bem como por significados que e marcadores sociais que produzem formas de ser em sociedade: homem, mulher, heterossexual, homossexual, branco, negro, mestiço, jovem ou velho.

**Figura 4.** Peça que representa um casal homoafetivo.



**Fonte:** Acervo pessoal da autora, 2018.

Na figura 4, a peça casal homoafetivo, está inspirada no modelo de corpo aceitável para o homem; os bonecos estão vestidos conforme o padrão aceito para o gênero masculino, de classe média, com o cuidado de manter certa

distância um do outro, para não haver constrangimento do público, sem a sugestão de beijo ou qualquer troca de carícias que possam insinuar a sexualidade; o cachorro deixa claro que não há crianças entre os dois.

Quando argumentamos em algumas passagens do texto que a tradição está sendo reinventando com novos elementos e significados, estamos nos referindo a esses novos temas inseridos na tradição por Dona Pacheco. Ainda que de modo um tanto tímido, acreditamos que estes casais de namorados homoafetivos sejam uma forma de resistência. Romper as fronteiras culturais não é tarefa fácil, principalmente para uma mulher que sai de sua posição de costume, para assumir outra, de inovação. A reinvenção da tradição do brinquedo de miriti por esses novos significados estéticos, traz os traços de uma mulher como potência criadora de representações *outras* sobre os corpos e o desejo.

## **GÊNERO-SEXUALIDADE-CORPO: ENTRETECENDO RELAÇÕES**

Mencionamos antes que a tradição do brinquedo de miriti representa, em geral, a peça *casal de namorados* por meio de representações hegemônicas do corpo masculino e feminino. Porém, Dona Pacheco resiste a estes significados e reinventa a plástica dos corpos de seus bonecos a partir da produção da diferença, considerando marcadores como etnia e sexualidade. Ao representar os corpos por meio da estética da diferença, desconstrói as normas de gênero-sexualidade que estão enraizados em nossa sociedade. Logo, mesmo que a tradição seja uma forma de fé e o meio prático de incorporação mais poderoso, sendo capaz de constituir identidades e subjetividades aceitáveis socialmente, o espaço é contingente, as identidades e subjetividades voláteis e a superfície dos corpos maleáveis.

Scott (1995, p. 86) argumenta que o “[...] gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e [...] é uma forma primária de dar significado às relações de poder”. Esta noção complexifica o campo. Portanto, o gênero passa a ser um problema, ou então, um problema que produz outros, a busca por sua definição e genealogia tem sido objeto de análise de vários estudiosos e grupos dentre os quais, os grupos feministas. Um termo cercado de críticas, efeito de práticas e discursos de instituições, com pontos de intercessões múltiplos e difusos.

Gênero é constituído nos diferentes contextos históricos e nem sempre de forma coerente, até porque se estabelece, nas intersecções de classe, raça, etnia e sexualidade que, de maneira discursiva constitui a noção de gênero implicada com questões políticas e culturais envolvidas num movimento incessante que produz, mantém e reproduz. Por isso revela-se um problema. Problemas são inevitáveis, principalmente quando entrelaçados a outras demandas, neste caso, sexo e sexualidade.

Contudo, a tarefa aqui é pensar a melhor maneira de criá-los, a melhor maneira de tê-los (BUTLER, 2003). Por seu turno, o sexo é definido em termos biológicos, cromossômico, hormonal pelos discursos científicos e, por sua vez, o gênero é culturalmente construído, não se limitando ao resultado do sexo, sendo muito mais volátil. Gênero é a interpretação múltipla do sexo, de modo a ser “[...] os significados culturais assumidos pelo corpo sexuado” (BUTLER, 2003, p. 24).

Pensando sobre sexo, surgem inquietações outras. E se os vários discursos sobre sexo foram também inventados a fim de atender os interesses de grupos políticos hegemônicos? E se o sexo tido como um dado natural fosse também uma construção cultural? Quanto a isso, Butler (2003) salienta que o caráter imutável do sexo é contestável, devido a própria construção do que é chamado “sexo” pois é tão culturalmente construído quanto o gênero.

A rigor, porém, talvez o sexo sempre tenha sido o gênero, de tal forma que a distinção entre sexo-gênero é absolutamente nenhuma. Assim sendo, o gênero passará a não ser meramente concebido como inscrição cultural de um sexo; noutras palavras, gênero não estará para a cultura como o sexo para a natureza, e sim num domínio pré-discursivo que antecede a cultura.

[...] a produção do sexo como pré-discursivo deve ser compreendida como efeito do aparato de construção cultural que designamos por gênero. Assim, como dever a noção de gênero ser reformulada, para abranger as relações de poder que produzem o efeito de um sexo pré-discursivo e ocultam [...] (BUTLER, 2003, p. 25 a 26).

Gênero é uma interpretação cultural do sexo e constituído culturalmente, conforme Butler (2003). As pessoas possuem um gênero? Quantas vezes somos levados a assumir determinado gênero, dar respostas a questionários e entrevistas de emprego: Qual é o seu gênero? A sociedade cobra dados exatos e não pontos ‘fora da curva’ (situações que fogem de sua conformidade, da norma). Todavia o anúncio “é uma menina” ou “é um menino” feito por um

profissional diante da tela de um aparelho de ultrassonografia morfológica, põe em marcha o processo de fazer deste ser um corpo feminino ou masculino, um ato de caráter performativo, que vai inaugurando uma sequência de outros atos no intuito de constituir um sujeito com sexo e gênero (LOURO, 2016).

Se o sexo e o gênero são fixos, como quer a sociedade patriarcal, com limites culturais estabelecidos pelo discurso hegemônico, como pode um corpo diferenciar-se? Butler (2003) argumenta que embora os cientistas sociais se refiram ao gênero como um fator ou dimensão da análise, e também aplicado a pessoas reais como uma ‘marca’ de diferenças biológica, linguística e cultural, o gênero pode ser compreendido por um corpo diferenciando-se sexualmente, um significado que só existe em relação ao outro significado oposto, levando o corpo a existir em relação ao outro.

Como ponto de partida de uma teoria social do gênero, entretanto, a concepção universal da pessoa é colocada pelas posições históricas ou antropológicas que compreendem o gênero como uma *relação* entre sujeitos socialmente construídos, em contextos especificáveis. Este ponto de vista relacional ou contextual sugere que o que a pessoa ‘é’ – e a rigor, o que o gênero ‘é’ – refere-se sempre às relações construídas em que ela é determinada (BUTLER, 2003, p. 29).

O gênero é relacional, instável, contextual e converge nas relações culturais e históricas. Em outros termos o “[...] gênero é uma complexidade cuja totalidade é permanentemente protelada, jamais plenamente exibida em qualquer conjuntura considerada” (BUTLER, 2003, p. 37). A noção de gênero é em muitas ocasiões corroboradas pelo discurso popular tanto no caso de homens quanto de mulheres a uma suposta noção de gênero, o que leva a certa conclusão de que a pessoa pertence a um determinado gênero em virtude de seu sexo, devendo conseqüentemente atender aos desejos sexuais notavelmente do sexo, uma estrutura aparentemente e moralmente coerente, correta. Uma naturalização tão fortemente estabelecida e poucas vezes criticada, mas que não é impossível de contestar e alterar.

Butler (2003) destaca que essa coerência entre os gêneros, exige uma heterossexualidade estável, e produz a um só tempo a univocidade, ou seja, única correspondência de cada um dos termos marcados pelo gênero que constituem o limite das possibilidades do sistema binário, numa relação entre sexo, gênero e desejo. Por exemplo, uma fêmea, do gênero feminino que tivesse tão somente o desejo direcionado ao oposto masculino, como

se o desejo refletisse o gênero e o gênero expressasse o desejo, confirmaria a heterossexualidade compulsória e naturalizada.

O gênero é performativo. Na discursão delineada em torno da construção performativa do gênero, que se manifesta nas práticas e matérias da cultura, Butler (2003), contestando a temporalidade das explicações que confundem ‘causa’ e ‘resultado’, faz uma comparação entre Monique Wittig e Luce Irigaray; a primeira refere-se ao sexo como uma marca que de algum modo é aplicada pela heterossexualidade institucionalizada, marca que pode ser apagada por meio de práticas que efetivamente contestem essa natureza; por outro lado, Irigaray compreende a marca de gênero como parte da economia de gênero hegemônica centrada no masculino, que opera mediante a auto elaboração. Ambas tentam elaborar explicações capazes de esclarecer as marcas de gênero nos corpos. A partir disso, pensarmos nas relações de poder que de alguma forma estão aí imbricadas.

As relações de poder que permeiam as ciências biológicas não são facilmente redutíveis, e a aliança médico-legal que emergiu na Europa do século XIX gerou ficções categóricas que não poderiam ser antecipadas. A própria complexidade do mapa discursivo que constrói o gênero parece sustentar a promessa de uma convergência inopinada e generativa dessas estruturas discursivas e reguladoras. Se as ficções reguladoras do sexo e do gênero são, elas próprias, lugares de significado multiplamente contestado, então sua construção oferece a possibilidade de uma ruptura de sua postulação unívoca (BUTLER, 2003, p. 58).

Gênero é, assim, constituído e dimensiona um processo no qual não se pode dizer com acerto que tenha uma origem ou um fim, sendo uma prática discursiva contínua, sempre aberta as intervenções e ressignificações. “O gênero é a estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, a qual se cristaliza no tempo para produzir a aparência de uma substância, de uma classe natural de ser” (BUTLER, 2003, p. 59); desse modo, há várias forças que policiam os corpos, seus atos e gestos a uma aparência social do gênero e da própria necessidade da aparência naturalizada.

Butler (2003) escreve que desde sempre o corpo estabelece limites para os significados imaginários que ocasiona, mas nunca está livre de uma construção imaginária. O corpo fantasiado, por assim dizer, jamais poderá ser compreendido em relação ao corpo real, porém, só pode ser compreendido

em relação a outra fantasia cultural. Todavia, os limites do real são produzidos no campo da heterossexualização naturalizada dos corpos, estabelecendo uma relação entre os fatos físicos e os desejos, ou seja, os fatos físicos servem como causas e os desejos como efeitos inexoráveis dessa fisicalidade. A estratégia do desejo é em parte a transfiguração do próprio corpo desejante, a condição imaginária do desejo excede o corpo físico pelo qual ou no qual atua. Desconfiamos que a incorporação sobre um corpo sustente a ideia de prazeres, em que residem somente a determinados órgãos, naturalizando-os. Partes do corpo tornam-se desejantes e “[...] em certo sentido, os prazeres são determinados pela estrutura melancólica do gênero pela qual alguns órgãos são amortecidos para o prazer e outros, vivificados” (BUTLER, 2003, p. 108), tornando-se tabus.

Sexo-gênero-corpo são regulamentados por mecanismos culturais, com vista a transformação de masculinos e femininos hierarquizados, comandados a um só tempo pelas instituições culturais, como a família, a escola, a igreja e as leis, encarregadas de produzir e reproduzir as estruturas sociais e subjetivas, impulsionando o desenvolvimento individual de cada um, dentro dos marcos de uma distinção entre a heterossexualidade legítima e homossexualidade ilegítima.

No espaço cultural do ateliê Rodrigues Pacheco, Dona Pacheco, mulher-artesã que contesta os significados de gênero-sexualidade disseminados pela tradição do brinquedo de miriti, estende as fronteiras bem demarcadas pelo discurso hegemônico, e promove fissuras na tradição. Dona Pacheco afirma e reafirma, a partir da produção de suas peças que ultrapassam as fronteiras erigidas pelas normas de gênero e sexualidade, que estes são complexos, relacionais, instáveis, e adiados no espaço-tempo cotidiano das relações culturais e históricas. Dona Pacheco sabe da univocidade e da heterossexualidade compulsória, mas sabe também porque vive cercada pela diferença, que há outros corpos e outros desejos. Com suas peças *performáticas* do *casal de namorados*, Dona Pacheco dilui a naturalização e representa a multiplicidade da trama entre corpo e desejo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou tecer algumas reflexões sobre as questões de gênero no mundo do trabalho, no ateliê de brinquedo de miriti. Por meio da trilha etnográfica, entrelaçamos questões de gênero, sexualidade e produção da

diferença. Assim, temos uma mulher que se tornou artesã-chefe de um ateliê de brinquedo de miriti, o que não é usual, cruzou as fronteiras do espaço privado e ocupou a esfera pública. Neste processo, constituiu uma trama de aceitação, negociação e resistência aos significados de gênero e sexualidade disseminados pela bicentenária tradição do brinquedo de miriti. Considerando o gênero, a sexualidade e os corpos performáticos, Dona Pacheco reinventa a tradição a partir da diferença de gênero, de sexualidade e de etnicidade, modelando peças que representam casais homoafetivos e inter-raciais; assim, tensiona a heterossexualidade compulsória e disseminam outros corpos e desejos, menos binários, ressignificando a tradição do brinquedo de miriti, em Abaetetuba, Pará.

## REFERÊNCIAS

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo: fatos e mitos**. 4. ed. Trad. Sergio Millet. São Paulo: Difusão Europeia do livro, 1970.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução: Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CLIFFORD, James. Introdução: verdades parciais. In: CLIFFORD, James; MARCUS, George (Orgs.). **A escrita da cultura: poética e política da etnografia**. Tradução: Maria Cláudia Coelho. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens Edições, 2016a.

CLIFFORD, James. Sobre a alegoria etnográfica. In: CLIFFORD, James; MARCUS, George (Orgs.). **A escrita da cultura: poética e política da etnografia**. Tradução: Maria Cláudia Coelho. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens Edições, 2016b.

CLIFFORD, James. **A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998.

COLLING, Leandro. O que perdemos com os preconceitos? **Cult** - Revista Brasileira de Cultura. São Paulo, n. 202, jun., 2015.

DEL PRIORE, Mary. **História do cotidiano**. São Paulo: Contexto, 2001.

JUNQUERIA, Rogério Diniz. Pedagogia do Armário: ditadura heteronormativa. **Cult** - Revista Brasileira de Cultura. São Paulo, n. 202, jun., 2015.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis: Vozes, 1997.



LOURO, Guacira Lopes. Uma Sequência de atos. **Cult** - Revista Brasileira de Cultura. São Paulo, n. 6, jan., 2016.

PERROT, Michele. **Os excluídos da história**: operários, mulheres e prisioneiros. Tradução: Denise Bottman. 2. ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

RIBEIRO, Joyce Otânia Seixas. Pesquisando os gêneros nas fronteiras culturais: a “nova” etnografia. In: NASCIMENTO, Afonso W. S.; RIBEIRO, Joyce O. S. (Orgs.). **Educação**: enfoques, problemas, experiências. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2010.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul./dez., 1995.

## FLEXIBILIDADE E DILUIÇÃO DE DIREITOS TRABALHISTAS: um estudo sobre as mulheres costureiras que trabalham no domicílio, em Divinópolis – Minas Gerais

Sabrina Brombim Zanchetta<sup>9</sup>

Virgínia Raimunda Ferreira<sup>10</sup>

José Heleno Ferreira<sup>11</sup>

**RESUMO:** O objetivo é analisar o processo de formação social das mulheres costureiras, considerando as transformações no mundo do trabalho e como essas transformações produzem relações sociais distintas para intensificar o processo de acumulação capitalista. Foram realizadas entrevistas a partir da história oral com intuito da análise social, através de narrativas que contam sobre experiências pessoais das entrevistadas. As costureiras relatam que o trabalho domiciliar possibilita a conciliação com os cuidados do lar. Percebe-se que a informalidade e a insegurança geram consequências como: os baixos salários, jornadas intensas, perda dos direitos legais e consequências para a saúde.

**PALAVRAS-CHAVE:** trabalho; flexibilidade; relações de gênero.

**ABSTRACT:** The purpose is to analyse the social training process for women seamstresses, considering the changes in the working world and how these changes originates distinct social relations to increase the capitalist accumulation process. Had been conducted Oral History interviews with the purpose of social analysis, through narratives that tell about the interviewed's personal experiences. The seamstresses report that home-based work enables the



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons – Atribuição Não-Comercial 4.0 Internacional.

9 Graduada em Serviço Social na Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) – Unidade Divinópolis. Pós-graduanda em Residência Multiprofissional em Saúde do Adolescente pela Universidade Federal de São João del-Rei – Campus Centro Oeste Dona Lindu. E-mail: [sabrinabrombim@hotmail.com](mailto:sabrinabrombim@hotmail.com). ORCID: 0000-0002-9505-6757.

10 Mestre em Promoção de Saúde e Prevenção da Violência pela Universidade Federal de Minas Gerais. Docente do curso de Serviço Social na Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) – Unidade Divinópolis. E-mail: [virginia.ferreira@uemg.br](mailto:virginia.ferreira@uemg.br). ORCID: 0000-0003-0022-236X.

11 Doutorando em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Docente na Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) – Unidade Cláudio. E-mail: [jose.ferreira@uemg.br](mailto:jose.ferreira@uemg.br). ORCID: 0000-0003-3552-726X.

conciliation with the household care. It is perceived that the informality and insecurity results in consequences such as: low wages, long working days, legal rights loss and health consequences.

**KEYWORDS:** work; flexibility; gender relations.

## INTRODUÇÃO

O presente artigo considera o trabalho como categoria fundante do ser social, em que o homem e a mulher com sua própria ação impulsionam, controlam e regulam a natureza – um processo complexo no qual é possível produzir e reproduzir bens materiais e sociais. Este processo sofre inúmeras mudanças no decorrer da história, por isso é importante considerá-lo numa perspectiva dinâmica. Há que se considerar também que na sociedade capitalista, o trabalhador está sob controle do capital: os meios de produção e o produto final pertencem ao capitalista e cabe ao trabalhador a venda da sua força de trabalho para sua sobrevivência (NETTO; LUZ, 2011).

A questão social é norteadada pela acumulação e reprodução capitalista, posto que, na medida em que a produção de riqueza se torna coletiva, o seu resultado é apropriado de maneira individual pelo dono da produção. Ligada à luta de classes e cercada de contradições, a questão social é rodeada de conformismo, resistência e rebeldia dos sujeitos sociais diante das formas de exploração causadas pela contradição capital e trabalho (IAMAMOTO, 2009). É relevante analisar os estágios do capitalismo, já que este, ao longo do tempo, produz formas de trabalho e relações sociais distintas para intensificar o seu processo de acumulação, acarretando diferentes expressões da questão social. Este estudo se torna essencial para o/a assistente social já que este é um/a profissional que deve estar atrelado à análise fundante da questão social e suas expressões difundidas na sociedade capitalista (NETTO, 2001).

É preciso também considerar as relações de gênero, analisando as diferenças e as hierarquias aprofundadas pela sociedade capitalista. A divisão sexual do trabalho é constituída a partir de hierarquias, nas quais a força de trabalho masculina é valorizada, em detrimento da feminina, o que culmina em diferenças salariais e definição de empregos socialmente considerados adequados aos homens, reservando para as mulheres a subcontratação, a precarização e as duplas jornadas de trabalho. Compreendemos que essas desigualdades são utilizadas como garantia de maior acumulação por parte dos capitalistas (NASCIMENTO, 2014).

Em 1970 o capitalismo vive novos processos de organização do trabalho, passando pela chamada crise de acumulação fordista/taylorista, desencadeada pelo acirramento da competição internacional. Ocorreram novos arranjos no processo de trabalho visando o aumento do lucro e possibilitando ao capital maior controle da classe trabalhadora. Essa crise estrutural fez com que o capital implantasse o processo de reestruturação produtiva, a partir do toyotismo, o modelo japonês de acumulação flexível que trouxe consequências para a organização do trabalho, a partir da chamada empresa enxuta. O toyotismo se caracteriza pela

[...] estrutura produtiva mais flexível, através da desconcentração produtiva, das redes de subcontratação (empresas terceirizadas), do trabalho em equipe, do salário flexível, das “células de produção”, dos “times de trabalho”, dos grupos “semiautônomos”, além de exercitar, ao menos no plano discursivo, o “envolvimento participativo” dos trabalhadores (ANTUNES; DRUCK, 2013, p. 216).

Esse processo prevê o enxugamento de postos de trabalho nas grandes empresas que, através do avanço tecnológico e formas de acumulação flexíveis, diminui a mão de obra trabalhadora causando a precarização das condições de trabalho, a ampliação da terceirização e a subcontratação. Esse/a trabalhador/a está submetido/a ao controle do capital, já que a partir da fragmentação do trabalho criam-se categorias de trabalhadores que terão dificuldades para reivindicar seus direitos, uma vez que não compõem uma categoria unificada e atuam, muitas vezes, isoladamente ou em pequenos grupos (ANTUNES, 2001).

Em outras palavras, Antunes (2001) afirma que a terceirização da classe trabalhadora acarreta a fragmentação do processo de trabalho e diversas formas de contratos e subcontratações, o que leva à perda de vínculos com os sindicatos ou mesmo o enfraquecimento destes. Esse é o caso das costureiras que trabalham em domicílio, público-alvo deste estudo. Elas trabalham de maneira individualizada, estabelecem acordos apenas de confiança, sem contrato, acarretando instabilidade. Ou seja, a reconfiguração do trabalho estabelece muito mais poder aos empregadores do que às trabalhadoras.

Antunes (2005) afirma ainda que ocorreu um grande crescimento do trabalho feminino remunerado e que este é caracterizado pela baixa remuneração e pela desigualdade de direitos. Lima (2010) assegura que esses mecanismos acontecem pela divisão sexual do trabalho, e que essas desigualdades são usadas

como elevação de lucro e domínio ideológico nos espaços ocupados pelos sexos. Ou seja, são colocados espaços específicos para os homens e para as mulheres nos processos de trabalho, e determinados salários diferenciados, ocorrendo a desigualdade salarial e o aumento de lucro por parte dos empresários.

O artigo explora as novas configurações de trabalho e o trabalho domiciliar, compreendendo como refletem na vida das mulheres costureiras domiciliares, na cidade de Divinópolis – MG, que está situada no centro-oeste do estado de Minas Gerais, a 114 km da capital mineira, e é possuidora do maior PIB do Centro-Oeste Mineiro (PEDROSA, 2005). A análise é feita a partir da realidade das mulheres faccionistas, ou seja, mulheres que recebem em seu domicílio, como trabalhadoras autônomas, um lote de peças cortadas para costurarem, conforme a peça piloto que vai como orientação de como as peças devem ser montadas. Optou-se pela história oral como metodologia de pesquisa e nos orientamos pela seguinte pergunta: qual a percepção das mulheres costureiras inseridas no mercado de trabalho domiciliar de Divinópolis sobre as condições de trabalho a que estão submetidas? Ouvir as mulheres faccionistas, conhecer suas histórias, compreender os processos que as levaram a assumir este trabalho é essencial para que possamos discutir as consequências da terceirização e da precarização dos processos de trabalho no cotidiano e na subjetividade daquelas que estão expostas a essa situação (FERREIRA; AMADO, 2006).

O objetivo deste estudo, portanto, é analisar o processo de formação social dessas mulheres, tendo o trabalho como categoria base para a construção identitária do sujeito, considerando as transformações no mundo do trabalho e a precarização das condições trabalhistas, numa sociedade capitalista que tem como objetivo, o lucro. Busca-se, pois, discutir e analisar a percepção das costureiras que trabalham em domicílio no município de Divinópolis acerca das perdas dos direitos trabalhistas, uma vez que estudos atuais demonstram que tal precarização está relacionada também à questão de gênero.

## **DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO**

Federici (2017) realiza um apanhado histórico sobre a acumulação primitiva a partir da análise de gênero e expõe as condições estruturais que foram necessárias para o fortalecimento da sociedade capitalista. Afirma que a acumulação capitalista não se deu apenas pelo grande número de trabalhadores explorados e de capital acumulado. Foi também um processo de diferenças e

hierarquias dentro da própria classe trabalhadora, em que “gênero, “raça” e idade se estruturaram como processos de dominação de classe e da constituição do proletariado moderno.

Nesta análise, é importante retomar os processos de exploração da mão de obra feminina, o que se faz, tendo como parâmetro, a sociedade feudal. No feudalismo, sem dúvida, um sistema opressivo, os servos tinham acesso a um pedaço de terra e aos meios de produção. Homens e mulheres produziam o necessário à sobrevivência, além de produzirem a riqueza dos senhores feudais, da nobreza e do clero. A função social das terras tinha papel importante na vida das mulheres, pois mesmo tendo menos autonomia sobre seus corpos (em relação aos homens), a terra era entregue ao ambiente familiar e as mulheres possuíam autonomia sobre o seu trabalho e os produtos dele e não dependiam de seus maridos para prover a subsistência. Nos feudos, não existia desvalorização e nem separação entre os trabalhos, o fruto de todo o trabalho colaborava para o sustento familiar (FEDERICI, 2017).

No processo de privatização das terras, ocorreram despejos, aumento dos aluguéis, impostos elevados e os cercamentos, que foram, no século XVI, “[...] estratégias usadas pelos lordes ingleses e pelos fazendeiros ricos para eliminar o uso comum da terra e expandir suas propriedades.” (FEDERICI, 2017, p. 133), desfazendo a base de solidariedade e sociabilidade entre os camponeses que até então decidiam em conjunto o que fazer com as terras.

A privatização dos meios de sobrevivência causou impacto profundo nas relações, pois, perdendo o acesso às terras, os trabalhadores perderam toda a autonomia sobre seus meios de produção, ocorrendo uma total dependência econômica em relação aos empregadores que decidiam pagamentos, horários e trabalho. Nesse novo regime, o trabalhador é livre - livre para vender sua força de trabalho. Livre, embora não tenha outra forma de garantir sua sobrevivência. “O que se ‘libertou’ foi o capital, na mesma medida em que a terra estava agora ‘livre’ para funcionar como meio de acumulação e exploração, e não mais como meio de subsistência.” (FEDERICI, 2017, p. 146).

No regime de privatização, sem acesso às terras e aos meios de produção, as mulheres passaram a encontrar maiores dificuldades para se sustentar, já que o trabalho reprodutivo seria depreciado. As mulheres perderam a pouca liberdade que possuíam quando as terras eram base de solidariedade e sociabilidade, ocorrendo a desvalorização do trabalho considerado feminino e a maior valorização do trabalho masculino. Os homens tinham autonomia

sobre seu salário e, caso as esposas conseguissem ter acesso ao trabalho, e sobre o salário de suas mulheres. Suas necessidades físicas e as de seus filhos ficavam a cargo da mulher (FEDERICI, 2017).

[...] as mulheres proletárias se tornaram para os trabalhadores homens substitutas das terras que eles haviam perdido com os cercamentos, seu meio de reprodução mais básico e um bem comum de que qualquer um podia se apropriar e usar segundo sua vontade (FEDERICI, 2017, p.191).

Tal análise ancora-se também na distinção entre trabalho produtivo e o trabalho reprodutivo: o primeiro seria o processo de produção de bens para a reprodução ampliada do capital, as mercadorias que visam ao valor de troca, o segundo o processo cotidiano de subsistência da vida, tarefas domésticas, cuidados com o marido e com os filhos, tarefas básicas para que o ser humano possa sobreviver, tendo como porta de entrada a família nuclear e a desvalorização desse trabalho por ser apenas valor de uso e estabelecido exclusivamente para mulheres.

O trabalho reprodutivo – quando *fora de casa* – seria pago, mas com valores inferiores ou, em grande medida, não pago. As mulheres estavam situadas em ocupações consideradas de baixo status “[...] empregadas domésticas (a ocupação de um terço da mão de obra feminina), trabalhadoras rurais, fiandeiras, tecelãs, bordadeiras, vendedoras ambulantes ou amas de leite” (FEDERICI, 2017, p. 182). As mulheres, propriedades dos homens já muito antes do capitalismo, eram duplamente exploradas nas relações de trabalho capitalista. Exploradas como são todos os proletários, através da produção da mais valia, exploradas porque seu trabalho vale menos.

## MODELOS DE PROCESSOS DE PRODUÇÃO

Segundo Batista (2014), no século XIX, a partir da era moderna e com a revolução industrial, as atividades produtivas se complexificaram e foi crucial pensar em novas formas de operações nas indústrias para aumentar a produtividade. Foi necessário “[...] sistematizar as operações, tanto na esfera da produção direta, quanto na administração e gerenciamento empresarial” (GUIRALDELLI, 2014, p. 104). A administração científica do trabalho foi pensada inicialmente pelo engenheiro mecânico Frederick Winslow Taylor (1856-1915), e no século XX pelo estadunidense Henry Ford (1863-1947) que criou o fordismo através das padronizações de trabalho,

processos que se fundamentaram na produção em massa. A divisão técnica do trabalho e os avanços em sua racionalização tornaram o trabalho cada vez mais fragmentado e parcial, rejeitando a criatividade, o saber e o intelecto do trabalhador, que passa a executar apenas partes do processo produtivo (GUIRALDELLI, 2014).

O modelo taylorista/fordista trazia consigo um processo com maior rigidez no trabalho, e o chamado emprego integral e vitalício ao trabalhador. Ford pensava o trabalho de maneira mecânica e simples através das esteiras de produção e da padronização de poucos modelos, incentivando o consumo em massa para aumentar as vendas. Buscava reduzir o tempo da produção e a diminuição dos custos, produzindo mais por um menor preço (GUIRALDELLI, 2014).

Taylor introduz ao processo a hierarquia, o aproveitamento do tempo para produzir mais em menos tempo e dá continuidade ao trabalho repetitivo. As hierarquias visavam a baixa rotatividade, e promoviam competições entre os trabalhadores para que eles se mantivessem na empresa buscando crescimento. Para tanto, eram utilizadas estratégias tais como os incentivos salariais e segurança no trabalho. Nesse processo de trabalho o saber intelectual era dispensável, proporcionando uma divisão entre o intelectual e o manual, estabelecendo trabalhadores de gerenciamento e da produção. Essa fragmentação proporcionava a submissão do trabalhador ao processo de trabalho. “[...] a capacidade intelectual dos trabalhadores era desprezada, visto que os mesmos eram adestrados pelos princípios da filosofia institucional” (GUIRALDELLI, 2014, p. 104).

As distinções do modelo toyotista de produção se dão nas seguintes características: sua produção se caracteriza pela demanda, diferentemente da produção em massa; os trabalhadores atuam em equipe e têm múltiplas funções dentro da empresa, havendo relocações sempre que necessário, diferentemente do parcelamento das funções e da linha individualizada. Seus princípios são o sistema *just in time*: a produção deve ser desenvolvida sob medida, a partir das vendas dos produtos; e o sistema de *kanban*: as produções possuem senhas de comando, demandando ao trabalhador quando deverá ser feita a reposição de peças e o estoque. Ao contrário da produção em massa, o toyotismo se constitui pela demanda do mercado (ANTUNES, 2001).

Em 1970, vive-se um quadro de recessão com elevadas taxas de inflação e baixo crescimento econômico nos países de capitalismo avançado. Esses acontecimentos fizeram com que os capitalistas buscassem mudanças no sistema de produção, implantando o neoliberalismo. A chegada do neolibe-



ralismo possibilitou a redefinição do papel do Estado, a financeirização do capital e a reestruturação produtiva, acarretando modificações nas relações de trabalho. São transformações implantadas para garantir a manutenção do sistema capitalista e sua acumulação (ANTUNES, 2001).

Assim se dá a diminuição do emprego regular, tendo em vista a terceirização, o emprego temporário, parcial, autônomo, entre outros. O novo modelo exige dos trabalhadores formais qualificação para lidar com o avanço da tecnologia, que possam se envolver no processo de trabalho como um todo, demandando autonomia, responsabilidade, iniciativa e comunicação. Por outro lado, o avanço tecnológico, acarreta a diminuição do trabalho vivo dentro das grandes empresas, uma vez que os trabalhadores são substituídos por *funcionários* polivalentes/multifuncionais e máquinas (ANTUNES; ALVES, 2004).

O modelo de trabalho independente e externo serve como alimentação das empresas, externalizando a maior parte da produção e, como resultado, ocorre o aumento do lucro dos capitalistas. O trabalho terceirizado e subcontratado passa a fazer parte da empresa, não apenas através das atividades meio, mas também das atividades fim. Diferentemente da produção fordista que realiza no interior das fábricas mais de 75% da produção, a empresa flexível trabalha apenas com 25% da produção, submetendo o restante a terceirizações e subcontratações de serviços. Pela contratação informal, os salários dos trabalhadores externos podem ser reduzidos, possibilitando aos donos das empresas escolher o quanto pagar e se livrar dos encargos trabalhistas. Além dos encargos, os empregadores também têm a possibilidade de ficarem livres dos gastos com materiais, que ficam totalmente a cargo do trabalhador externo (ANTUNES, 2001).

As consequências desse processo estão expressas na precarização, na informalidade, e no desemprego, que acarreta o enfraquecimento da luta dos trabalhadores, uma vez que, com as terceirizações, há várias formas de contratação e vínculos empregatícios entre contratados e terceirizados. Esse quadro estimula o enfraquecimento da classe trabalhadora, estabelecendo diferentes categorias de trabalhadores, o que desencadeia a fragmentação de suas lutas, pois, mesmo que o trabalhador terceirizado esteja dentro da fábrica principal, ele não possui contrato com ela, e nem poderá usufruir dos mesmos direitos que o trabalhador formal, acarretando desunião e mesmo disputas entre trabalhadores e trabalhadoras (ANTUNES, 2001).

Já os trabalhadores informais não possuem nenhum tipo de contrato e estão localizados fora das fábricas, ocorrendo o que os autores chamam de

não pertencimento à classe trabalhadora. Além disso, cresce o número de desempregados, por consequências da nova forma de organização de trabalho. Guiraldelli (2014) afirma que o grande número do exército de reserva, a instabilidade e a incerteza do trabalho também fizeram com que os trabalhadores se sentissem acuados diante de suas lutas.

## REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA NO BRASIL E A RELAÇÃO COM A INDÚSTRIA DE CONFECÇÃO

No Brasil, o neoliberalismo começa a ser implantado a partir da década de 1990, quando o presidente Fernando Collor de Mello realiza algumas medidas para retirar de cena a forte intervenção estatal na economia e priorizar interesses imperialistas. Colli (2000) relata que o país sofria pressões internacionais do Fundo Monetário Internacional (FMI), do Banco Mundial, dos Estados Unidos da América (EUA) e de segmentos do capital mundial, fazendo com que, em 1989, Collor começasse a tomar medidas de “[...] abertura da economia, drástica redução das alíquotas de importação e de um programa de privatização e desregulamentação na economia” (COLLI, 2000, p. 49).

Essa abertura teve grande apoio da burguesia brasileira que já demonstrava interesse pelas implantações das políticas neoliberais. Por outro lado, acarreta um impacto na indústria brasileira, especialmente nas que estavam em situação de atraso tecnológico. A indústria de confecção foi uma das mais afetadas pela forte concorrência internacional, uma vez que empresas de outros países, ao contrário das brasileiras, investiram em tecnologia nesse ramo industrial, conforme ressalta Colli

[...] com a abertura comercial a partir de 1991, a redução drástica das alíquotas de importação traz para o mercado interno um forte concorrente: “os tecidos asiáticos”, que chegavam aos portos do país às toneladas por um preço que eliminava a competição com os tecidos nacionais e com uma qualidade que expressava tecnologia e produtividade com qualidade (COLLI, 2000, p. 50).

É relevante destacar que o modelo de subcontratação já existia na indústria de confecções brasileira desde seus primórdios, mas se intensificou com a abertura econômica e a falta de investimento tecnológico. Os empresários do setor acabaram dando preferência para a terceirização do processo de confecção, transformando-o em sua grande maioria em micro e pequenas empresas, a fim de que os investimentos fossem menores, bem como para a aceleração

do processo. Essas formas de trabalho, através da subcontratação, se tornam justificadas pelos empresários do setor por conta da grande competitividade internacional e sua rapidez na produção (COLLI, 2000).

O termo *facção* é utilizado para se referenciar a subcontratação e a precariedade do trabalho domiciliar das costureiras. Por ser informal, não é possível saber o número exato de *facções* em uma localidade. O trabalho domiciliar se conceitua a partir de uma atividade remunerada que é exercida dentro do espaço de residência da pessoa que exerce a atividade. Essa atividade se constitui na condição de autônomo, em que o indivíduo é remunerado apenas pelas atividades realizadas (NEVES; PEDROSA, 2007).

O trabalho formado por *facções*, em sua aparência, se manifesta como um trabalho autônomo e livre, mas quando estudado mais a fundo, percebem-se formas de exploração de que o capital se utiliza para reduzir seus custos e gerar mais lucro. O trabalho domiciliar carrega consigo uma ilusão de independência e de autocontrole, ocultando a subordinação das trabalhadoras a prazos, formas de pagamento estabelecidos pelos contratantes e precarização das condições de trabalho. Além disso, desobriga os empregadores de encargos trabalhistas e de gastos a mais com a produção (COLLI, 2000).

Assim, a indústria de confecção utiliza do trabalho domiciliar pelo fato de prover uma força de trabalho com baixo custo, predominando o trabalho informal, sem registro formal, de modo que os custos da atividade fiquem a cargo do próprio contratado. Essa forma de contratação visa à redução de custos das micro e médias empresas, dispensando grande parte dos trabalhadores diretos dentro das fábricas (COLLI, 2000).

A análise da indústria de confecção será realizada a partir da indústria de Divinópolis, cujo PIB, o maior da região Centro-Oeste de Minas Gerais, se justifica pelo vazio industrial das cidades vizinhas. A partir da década de 1950, o Brasil passou a produzir o que antes era importado, ocorrendo o processo de industrialização que passou a produzir bens duráveis (PEDROSA, 2005).

Divinópolis investe na indústria siderúrgica a partir da década de 1950 acelerando seu processo de urbanização local, e uma grande concentração de massas de trabalhadores do sexo masculino, inspirado no formato fordista. Com a crise da produção fordista, a década de 1990, no Brasil, começou a demandar das indústrias formas de descentralização produtiva pela abertura do mercado brasileiro ao internacional. Desse modo, as empresas tiveram que enxugar suas estruturas, substituindo indústrias com grande concentração

produtiva, descentralizando o processo produtivo através de terceirizações e das flexibilizações nas relações de trabalho (PEDROSA, 2005).

Na tentativa de se refazer nesse período de crise, a cidade de Divinópolis busca novas formas de investimento local, e encontra na indústria de confecção uma importante estratégia para implantar as novas formas de organização do trabalho que possibilitassem inserção da mão de obra variada, sendo essencialmente a feminina. A expansão do mercado de confecção demanda baixo custo aos empresários, já que são formadas por pequenas e médias empresas, pouca capacitação das trabalhadoras e pouca utilização de tecnologia, facilitando a expansão dessa indústria na cidade de Divinópolis (PEDROSA, 2005).

Os padrões de reestruturação produtiva no Brasil têm se voltado às modificações no processo de produção, ao invés de investir em tecnologias, dando ênfase às terceirizações, para que ocorra a redução de custos, e, como consequência, a potencialização do trabalho desprotegido. Cresce no processo de trabalho as ocupações “autônomas”, milhares de atividades precarizadas, nas fabriquetas, em domicílios, sem ligações diretas com as fábricas responsáveis pela distribuição do produto final (LOURENÇO, 2015).

Neves e Pedrosa (2007) destacam que um grande estímulo à descentralização desse mercado se dá pela redução de custos (os encargos sociais) e pelo processo de produção que pode ocorrer através de períodos de picos ou de quedas na produção. Os períodos de pico possibilitam a subcontratação das mulheres costureiras, sem que ocorra maiores investimentos nos interiores das médias e pequenas empresas. O emprego domiciliar, pela falta de formalidade, é caracterizado por:

- a) sonegação dos benefícios e direitos assegurados pela legislação aos trabalhadores;
- b) intensificação do trabalho e extensão da jornada para que possam cumprir os prazos contratados;
- c) irregularidade dos rendimentos devido à demanda variável de trabalho;
- d) pequena ou nula capacidade de negociação com os contratantes em decorrência da dispersão e inexistência de contatos entre os trabalhadores contratados, tornando difícil ou inviável qualquer forma de organização e atuação coletiva;
- e) difícil registro fidedigno de sua magnitude devido a seu caráter oculto ou invisível;
- f) utilização predominantemente de mão-de-obra feminina (SILVA, 2001, p. 276).

A indústria de confecção de Divinópolis, a partir do modelo toyotista, não elimina o processo fordista de seu trabalho, sucedendo a junção dos modos

de produção e não uma renovação em seu processo. Conserva-se a divisão no trabalho, a especialização em determinada etapa da produção, a repetição e a pouca qualificação, já que a costureira precisa saber executar uma pequena parte do processo. “Neste sentido, o taylorismo é mantido ao longo da cadeia produtiva, separando-se o processo de concepção no topo e a execução nas demais unidades” (NEVES; PEDROSA, 2007, p. 23). A vantagem para os empregadores é a possibilidade do baixo salário das trabalhadoras pela pouca qualificação, além do já imposto pela divisão social do trabalho.

No que se refere à dominante mão de obra feminina na indústria de confecção, é importante refletir sobre como se dão as relações de trabalho e as suas condições. É notável que no século XX ocorrem várias mudanças em relação aos padrões culturais e à inserção das mulheres no trabalho remunerado, mas, por outro lado, vale a pena analisar como acontece essa inserção das mulheres no mercado de trabalho, caracterizado por vários autores como um universo precarizado, com aumento da jornada de trabalho, um rebaixamento salarial acentuado em relação aos homens e a inserção em determinados espaços considerados femininos (NETTO; LUZ, 2011).

Netto e Luz (2011) destacam a precondição da divisão sexual do trabalho, que diferencia a implementação da mão de obra feminina no trabalho e o seu assalariamento. O trabalho domiciliar se torna um facilitador para a mão de obra feminina, já que ele possibilita também os cuidados do lar, que são socialmente considerados tarefa feminina. Além do salário ser baixo pela informalidade do trabalho, ele também é desvalorizado pela existência do pensamento cultural de que o salário feminino deve ser complementar ao do homem, colocando o trabalho feminino como uma tarefa secundária ao estabelecido socialmente. Assim, “[...] essa concepção se estrutura no entorno da visão da família nuclear centrada no homem provedor e na mulher como responsável pelas atividades na esfera privada” (NETTO; LUZ, 2011, p. 98).

Outra questão é que, pela falta de registro, as trabalhadoras em domicílio passam pelo apagamento no mercado de trabalho, já que o trabalho subcontratado não consta em registros oficiais das empresas para que sejam realizadas pesquisas sobre as condições em que se encontram inseridas. A empregabilidade dessas mulheres fica subordinada às demandas do mercado, aos prazos de entrega, às formas de pagamentos estabelecidas pelos empregadores, já que é uma contratação boca a boca, a partir da confiança entre empregada e empregador (NEVES; PEDROSA, 2007).

## AS NARRATIVAS DAS MULHERES TRABALHADORAS

O método da história oral foi desenvolvido para compreender a história subjetiva da experiência humana, com intuito da análise social, através de narrativas que contam sobre experiências pessoais das entrevistadas. É a forma de compreensão de experiências pessoais e sua relação com o contexto social. As entrevistas foram gravadas apenas em áudio, no próprio domicílio das costureiras, estando presentes a entrevistadora, os orientadores, a entrevistada. Os depoimentos das entrevistadas foram gravados com os seus consentimentos. A transcrição foi realizada logo em seguida às entrevistas e apresentadas para as entrevistadas, sendo essa apresentação uma das normas da metodologia da história oral. A análise foi realizada a partir das vivências de mulheres costureiras, garantindo-lhes a voz para pudessem expressar suas experiências no trabalho domiciliar (FERREIRA; AMADO, 2006).

A população da pesquisa foi composta por mulheres costureiras que trabalham em domicílio na cidade de Divinópolis – MG, foram entrevistas três mulheres. Os nomes e endereços das profissionais foram obtidos através de indicação da primeira costureira entrevistada, e esta possibilitou o acesso às demais. As entrevistas individuais foram agendadas após concordância prévia entre pesquisadora e as mulheres costureiras quanto à data, hora e local. Elas foram realizadas no mês de setembro, 2019. Antes de iniciá-las, os dados pessoais das costureiras foram obtidos, para identificar a vivência de cada mulher.

Optou-se pela entrevista semiestruturada, possibilitando que a pesquisadora sugerisse às entrevistadas a inclusão dos seguintes aspectos das experiências em suas narrativas: um pouco da sua história até a sua chegada no mercado de trabalho; que contassem sobre sua vida profissional quanto a questões acerca da trajetória profissional como terceirizada; questões sobre a dinâmica do trabalho domiciliar; das relações de trabalho e direitos trabalhistas e a respeito das condições de trabalho. Esta medida facilitou o relato de experiências concretamente vividas e atribuiu credibilidade às narrativas. As entrevistas tiveram duração entre 50 e 60 minutos. O critério utilizado para definir o número de entrevistas foi a saturação teórica, ocorrendo após a terceira entrevistada.

Apenas mulheres que trabalhavam com costura, em âmbito domiciliar foram incluídas nesta pesquisa e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) foi assinado por todas as entrevistadas. O Termo estabelecia garantias quanto à preservação da identidade e quanto ao uso dos dados – restrito à finalidade científica – e autorizava a gravação das

entrevistas. Portanto, quanto aos aspectos éticos, as determinações do TCLE foram obedecidas.

Para resguardar a identidade das entrevistadas, seus nomes foram substituídos por números. Para análise dos dados, cada narrativa foi editada da seguinte maneira: a *transcrição* que é o processo da passagem oral para o escrito, possibilitando a avaliação da história de vida da entrevistada; a *textualização* da narrativa, possibilitando um melhor entendimento, da adequação à norma padrão da língua escrita, e a retirada de narrativas sem teor analítico; por fim, a *transcrição* que proporciona recriar o contexto da entrevista, através de elementos extra textuais na composição das narrativas. A essência de cada narrativa, representada por uma frase extraída da entrevista, foi identificada para preservar o principal significado atribuído à experiência pessoal (MEIHY, 2005).

As narrativas foram analisadas segundo um processo de compreensão, interpretação e redução dos dados. A pesquisadora destinou especial atenção à preservação da perspectiva das próprias costureiras no conjunto do processo de análise dos dados. As similaridades existentes entre as experiências foram identificadas por meio de um processo de análise realizado de forma indutiva e interpretativa. Pequenos trechos foram extraídos das narrativas com a finalidade de exemplificar aspectos significativos constantes nas categorias, de modo a prover evidência à interpretação feita pela pesquisadora. Todas as etapas desta investigação foram desenvolvidas pela autora sob a orientação dos professores orientadores.

As entrevistas possibilitaram a análise das percepções dessas mulheres em relação à perda dos direitos trabalhistas e os rebatimentos dessas questões. Foram estabelecidas correlações das entrevistas com as análises teóricas trazidas no texto, promovendo a percepção em relação à realidade e às teorias apresentadas.

## **ANÁLISE DAS PERSPECTIVAS DAS MULHERES TRABALHADORAS, SOBRE SUAS CONDIÇÕES DE TRABALHO**

Como já citado anteriormente, o processo fordista ainda está mantido no trabalho das costureiras, e esse está claramente relacionado ao apelido de ‘emendadeiras’. A divisão do trabalho é apreendida dentro das fábricas pelas trabalhadoras, fazendo com que elas se especializem em determinadas etapas, ocorrendo repetições em suas tarefas e a pouca qualificação. A consequência é a perda do saber fazer de todo o processo de trabalho, transformando-as

em um apêndice e não possibilitando que o trabalho seja uma forma de desenvolvimento do fazer humano. Esse fazer especializado em atividades simples, repetitivas, sem muita especialização, torna a força de trabalho das mulheres mais barata no mercado e as coloca subordinadas aos interesses do empregador (NEVES; PEDROSA, 2007).

A minha amiga fala assim “você são emendadeiras”, ela fala desse jeito “você são emendadeiras”. Porque a gente pega o corte, a roupa pronta assim né, feita, cortada e geralmente eles trazem o piloto. A gente nunca fez daquela camisa, eles trazem o piloto. Então você vai ver como ela foi fechada e você vai fazer do mesmo jeito. Agora pegar e cortar não, não aprendi não (COSTUREIRA 3).

A costureira 1 relata como se sente mais valorizada quando ocorre a possibilidade de costurar peças únicas que as pessoas lhe pedem ou quando as costureiras lhe procuram para que possa ensinar algum processo de costura que não foi possibilitado a elas. É um momento de criação e de socialização do trabalho em que ela tem a possibilidade de conversar com as pessoas, de pensar, dar sua opinião sobre como realizar uma peça de roupa que ficaria melhor para cada pessoa. Ao mesmo tempo, ela se sente com um ‘dom’ ao saber realizar aquele processo, já que entre tantas mulheres costureiras ela tem a possibilidade de ensinar e de saber todo o processo da costura. Na verdade, o que escapa ao seu olhar é o que ocorreu com as costureiras o processo de divisão do trabalho, a divisão técnica do trabalho intensificou atividades simples e repetitivas das trabalhadoras, retirando sua possibilidade de pensar e fazer. Com isso, além das trabalhadoras não terem domínio sobre os produtos produzidos, elas também perdem o domínio do fazer (BATISTA, 2014).

Você sente um prazer de olhar “olha, cortei e fiz”. Você se sente bem. Diferente das pessoas trazerem um para você fazer. Só que a responsabilidade de fazer é muita né. Pegar ela cortada é melhor (COSTUREIRA 1).

Para o dono das micro e médias empresas, a mão de obra domiciliar desvalorizada é sinônimo de aumento da produtividade em períodos de demanda, possibilitando que ele não gaste com encargos dentro das fábricas, uma forma de extração de mais valia absoluta e o aumento da jornada de trabalho para além de oito horas. O patrão está livre do salário formal, do fundo de garantia, Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e das horas extras, ficando tudo a cargo da costureira domiciliar.



Perguntado à costureira 3 quem teria mais vantagens, ela reconhece que é o empregador, pela falta de encargo trabalhistas, conforme apresentado abaixo

O dono das roupas, que leva pra facção. Porque não tem encargo trabalhista, a gente não é fichada. Ele não vai ficar pagando esses trem que esse povo paga, não sei falar... porque o patrão tem um monte de coisas, tem imposto, isso e aquilo... e a facção não. Ele compra a malha, leva pra gente fazer e a gente entrega. Devolvo, a gente recebeu e acabou. Por isso que as fabricas hoje acho que diminuiu bastante. Tem mais facção aqui em Divinópolis do que fábrica (COSTUREIRA 3).

Mesmo reconhecendo que o dono da fábrica irá lucrar mais com as costureiras faccionistas, uma questão identificada entre as entrevistadas em relação à continuidade da inserção dessas mulheres no mercado de trabalho domiciliar é que elas consideram como um fator facilitador o fato de não terem um patrão que controle seu trabalho, fazendo com que se sintam mais livres para produzir e para viver, o que, na verdade, é uma falsa liberdade de controle de seu tempo (LIMA, 2010).

É, e também assim ó... eu estou trabalhando na minha casa e não tenho horário e na fábrica você tem né. A desvantagem é essa, mas esse lado eu não considero não, porque eu gosto. Quem gosta de fazer uma coisa não se importa né? Trabalha em horário que não é horário. Porque na fábrica trabalha de 7:00 às 17:00 e pronto né. Sábado e domingo não trabalha (COSTUREIRA 1).

Primero ponto: encheção de saco. Você ter que bater continência para patrão, você ter que bater continência pra chefe e continência pra funcionário de casa mais velho que você; já deu pra perceber que eu não sou muito humilde. Segundo: horário. Minha mãe falava que eu nasci atrasada, que era pra eu ter nascido no dia 2 de janeiro e eu nasci no dia 12 de janeiro, então nasci atrasada. Horário para mim é uma coisa horrível, não consigo cumprir muito horário não. Eu cumpro, mas eu não gosto. Agora aqui não, aqui eu já estou tranquila. Hoje eu levantei 10 para as 6:00 da manhã, amanhã eu levanto 8:00, então assim, eu não tenho horário, não tenho rotina de levantar 6:00 da manhã todo dia, sabe como. Então assim sou mais livre [...] (COSTUREIRA 2).

Aparentemente o trabalho da facção aparece como sentimento de liberdade, mas, por outro lado, foi identificada sua forma arcaica de pagamento, através do salário por peça. A estratégia de contratação individualizada causa o enfraquecimento de negociações das trabalhadoras por melhores salários e intensifica as condições precárias nas quais as mulheres costureiras

domiciliares estão inseridas. O controle da qualidade do trabalho é feito pela própria trabalhadora, as despesas ficam a cargo da mesma e o salário é estabelecido pelo/a contratante. Ele aumenta conforme o número de peças produzidas, ocasionando a intensificação no trabalho. As mulheres trabalhadoras relatam que o valor pago pelas peças produzidas varia de R\$ 1,00 a R\$ 5,00, mas para uma peça chegar a um valor maior, a trabalhadora tem de trabalhar com muito mais detalhes, acarretando um maior tempo de trabalho (COLLI, 2000).

Você trabalha muito e não faz o dinheiro. Porque você pensa “nossa, vou ganhar muito” e não é. Porque você tem que pagar energia, tem que pagar a linha. Se a máquina estragar o mecânico vem e é R\$ 50 reais. O mecânico vem “tu tu tu”, pronto, cinquentinha. Você vai ganhar R\$ 50 reais fica o dia inteiro trabalhando. Não é um serviço ruim não. Não quer dizer que não é... como que é a palavra... que não rende muito... não sei qual a palavra usar agora. Mas é que você associa mais dinheiro, mas na verdade não é. Porque você tem mais gastos né (COSTUREIRA 3).

Então não é que eu esteja reclamando, é a realidade nossa... essa é a nossa realidade. A minha vizinha também é costureira, ela pegou umas blusas a R\$ 5,00 cada blusa. Mas pode perguntar pra ela, ela chegou aqui e falou “eu estou morrendo em cima daquelas blusas”. E são peças que não é rapidamente, que você põe na máquina hoje e daqui 2 dias você já entrega... não, é peça que fica 8 ou 9 dias na máquina (COSTUREIRA 2).

A forma do pagamento por peça se torna uma maneira de rebaixar os salários e intensificar a jornada de trabalho, além da falsa sensação de que o trabalho autônomo proporcionará altos salários. “Por trás do véu da “riqueza” do trabalho autônomo e do empreendedorismo está a miséria que a terceirização pressupõe” (LOURENÇO, 2015, p. 453). A trabalhadora que deseja ganhar mais intensifica seu trabalho, estendendo sua jornada para que o salário suba. A costureira 2 relata a dificuldade do aumento do preço de uma peça, ocasionada pela fragmentação da subcontratação, pois se uma trabalhadora não aceita a condição de trabalho, outra trabalhadora aceitará pela sua necessidade individual. “A individualização das relações salariais sem a presença do sindicato combativo demonstra como a lógica do “salário por peça” abrange toda a estratégia de produção flexível [...]” (COLLI, 2000, p. 87). Sem uma organização coletiva das trabalhadoras, para reivindicarem seus direitos, as costureiras tornam-se reféns dos desejos dos empregadores, impossibilitadas de reivindicarem melhores salários, como relatado abaixo

Porque não dá pra fazer sabe... eu disse pra ela não, a outra costureira faz pra ela, a outra costureira está fazendo pra ela. Por que ela está fazendo? Porque teve um problema com o neto dela de saúde, ela precisa ter o dinheiro para pagar o remédio, eles não pagam mais. Ela falou “então eu vou fazer, vou pegar o dinheiro pra eu pagar, mas não vou fazer mais também” [...] (COSTUREIRA 2).

Eu acho que as faccionistas teriam que juntar e falar “eu não faço”. Eu não faço, ela não faz, você faz (COSTUREIRA 1).

Lima (2010) identifica o trabalho de facção domiciliar com 100% de mão obra feminina, caracterizando o trabalho em domicílio de costura como específico de mulheres. A inserção dessas mulheres no trabalho domiciliar se dá pela demanda do cuidado dos filhos, da família, do lar, como uma forma de facilitar o trabalho reprodutivo. Por outro lado, Neves e Pedrosa (2007) discutem que as demandas dos cuidados da família fazem com que as trabalhadoras percam sua identidade profissional, já que elas não conseguem diferenciar a profissional daquela de ser mãe e esposa. Ocorre então uma falta de visão crítica sobre o custo e benefício dessa forma de emprego.

A única vantagem para mim que eu vejo é porque eu saio muito, eu saio muito por causa de doença mesmo, ir na casa da minha mãe. Sem ser isso não vejo vantagem não, porque a gente não tem 13º, trabalhou recebeu, quando você é fichado você recebe as férias, recebe feriado, recebe não sei o que não sei o que... quando é facção assim se eu quiser sair agora, igual eu fui no hospital então eu saio... acabou... mas eu acho que a vantagem é apenas ser mais flexível pra poder sair a hora que eu preciso (COSTUREIRA 3).

Meu filho estava crescendo, eu não tinha muito tempo de ficar com ele, a minha mãe estava envelhecendo, já não era tão responsável. Tinha que levar meu filho pra escola, buscar na escola, ela tinha problemas de diabetes, tinha que levar no posto, olhar a glicose. Essas coisas assim, eu optei por ficar em casa, trabalhando em casa e ficar com a minha mãe e meu filho (COSTUREIRA 2).

O trabalho domiciliar se estabelece como facilitador para que as mulheres possam desempenhar representações de papéis tidos como feminino no seu dia a dia, por exemplo, a esposa, a dona do lar, visto que o trabalho em domicílio possibilita a interface entre essas tarefas. Por outro lado, essa interface acaba aumentando a jornada de trabalho, visto que o trabalho domiciliar proporciona à trabalhadora realizar tarefas ao longo do dia, aumentando a sua jornada (NEVES, PEDROSA; 2007).

São trabalhadoras que estão sobrecarregadas com jornadas triplas, costurando, cuidando do lar e de seus familiares. No momento em que foi perguntado para a costureira 3 se ela tira férias, ela respondeu surpresa, pois não lembrava a última vez que entrou de férias. Elas acontecem quando as costureiras não recebem muita demanda de trabalho, podendo descansar uma semana, mas trata-se de um descanso não remunerado.

Nossa, não lembro não, não lembro não... Eu estava fichada na (empresa), e minha menina era criança, ela devia ter uns dois aninhos, ela tem vinte e dois anos hoje. Então assim... vai indo né. Tem dia que dá aquela parada né, tem dia que “a ta, o patrão hoje não vai levar serviço porque deu problema no silk, tale coisa” a gente fica uma semana de folga. Ae considera que é uma semana pra descansar. Mas férias não. É... tipo assim, “fiquei um mês à toa” não... (COSTUREIRA 3).

Perguntado às mulheres sobre cuidados com a sua saúde e se o trabalho as afeta de alguma forma, apenas a costureira 3 respondeu de prontidão que os rebatimentos do trabalho têm reflexos negativos em sua saúde, como: olhos cansados, braço pesado, dores nas pernas e na coluna. Com as costureiras 1 e 2, percebe-se dificuldades em reconhecer que as doenças possam surgir especificamente do trabalho, considerando a velhice ou outros rebatimentos. As doenças ocasionadas pelo trabalho são tidas como desgastes natural da vida, por isso a dificuldade de identificar seus males (LOURENÇO, 2015).

[...] esse negócio de ficar com um pé só é do costume, hora que você está lá... pra lá e pra cá. Eu tenho um desgaste no osso que é meio corcunda aqui, ta vendo? Por causa de ficar na posição. E o movimento dos braços e as vistas, porque cansa muito as vistas. Porque nos braços você vai fazendo ó... To dando barra, você vai fazendo assim, então esse braço costuma a mexer mais, esse mexe mais pouco. Às vezes eu mexo os dois juntos, mas um deles mexe mais. E a perna mexe mais né também, você fica muito tempo sentada (COSTUREIRA 3).

A falta de cuidado acontece pela carga de trabalho, posto isso, segundo as costureiras elas não poderiam se dar ao ‘luxo’ de deixar de trabalhar para se preocuparem exclusivamente com as suas doenças, se não ficariam sem acesso à renda e em situações mais precárias. O momento de lazer, ou cuidado estão diretamente ligados à caminhada para o trabalho. As relações de trabalho relacionadas à insaciável acumulação, impõe metas alcançáveis apenas com os

danos causados para a saúde dos trabalhadores, leva-os a degradação psicológica e física (LOURENÇO, 2015).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estamos desafiados a entender as mudanças do trabalho e suas complexas relações, através das análises de como o capitalismo se modifica para se reafirmar na sociedade. Vivenciamos atualmente constantes mudanças no mundo do trabalho: não é mais um mundo de pleno emprego, o trabalho informal passa a ser regra, e a informalidade, o centro da dinâmica flexível do processo de reestruturação produtiva. Essas mudanças desencadeiam a falta de direitos trabalhistas, a incerteza em relação as remunerações, baixo nível de proteção social e maior instabilidade nos empregos (ANTUNES; DRUCK, 2015).

A perda do emprego estável e as condições precárias do trabalho acarretam um período de incertezas ao/a trabalhador/a, ocorrendo a ruptura de vínculos empregatícios e entre a classe trabalhadora. Essas incertezas acabam obrigando os/as trabalhadores/as a aceitar diversas formas de emprego para a sua sobrevivência, se sujeitando a “[...] absoluta submissão e subordinação do trabalho ao capital, como única via de sobrevivência aos trabalhadores” (DRUCK, 2011, p. 43).

As desigualdades de gênero construídas socialmente inserem homens e mulheres em trabalhos distintos e em espaços diversificados. Consequentemente, as oportunidades e condições de trabalho são expressas pela divisão sexual do trabalho. Como analisado, essas desigualdades são acentuadas pelo capitalismo para a obtenção de mais lucro.

Através das entrevistas, podemos identificar o que está expresso nas teorias. Mesmo que as mulheres costureiras reconheçam o trabalho domiciliar como maior geração de lucro aos empregadores, percebe-se que a conciliação do trabalho remunerado e do trabalho reprodutivo faz com que as trabalhadoras enxerguem no trabalho em domicílio um facilitador para as suas vidas. Carregam a ilusão de que teriam o controle do seu tempo e que viveriam sem pressões no trabalho subcontratado. O que podemos constatar, na verdade, é que o trabalho no lar é cercado pela precarização, as costureiras em domicílio estão submetidas às condições de precariedade e insegurança marcadas por baixos salários, jornadas intensas de trabalho e perda dos direitos legais.

Essas mulheres continuam sujeitas ao trabalho fragmentado, à desvalorização de sua mão de obra, às repetições e aos interesses dos empregadores.

Esse contexto possibilita ao empregador pagar um preço baixo pelas peças costuradas, ocorrendo o aumento da produtividade e, como consequência, o aumento da jornada de trabalho e o rebatimento em sua saúde, como apresentado nas entrevistas.

Faz-se importante, para o/a assistente social, compreender as mudanças no mundo do trabalho para que, como ator político, seu fazer profissional ultrapasse ações fragmentadas, isoladas da realidade e desconectadas das transformações no mundo do trabalho. Somente assim poderá promover junto às trabalhadoras que trabalham em domicílio ações que promovam sua visibilidade. É necessário ocorrer alianças reforçadas entre o sindicato da categoria com movimentos sociais e a sociedade civil, indo além de medidas corporativas e fragmentadas.

Pensar em estratégias e organizações que possam combater a falácia de que os/as trabalhadores/as deveriam suportar a retirada de direitos e aceitar condições de trabalhos precarizados, uma vez que enquanto a classe dominante detém os meios de produção e da riqueza produzida, a classe que vive do trabalho é obrigada a enfrentar condições precárias para sobreviver e conseguir vender a sua força de trabalho (GUIRALDELLI, 2014).

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?**. Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Editora Cortez, 2005.

ANTUNES, Ricardo. **As Novas Formas de Acumulação de Capital e as Formas Contemporâneas do Estranhamento (Alienação)**. Caderno CRH. 15, n. 37, 2002. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/crh/article/view/18601>. Acesso em: 31 out. 2019.

ANTUNES, Ricardo. **O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho**. São Paulo: Editora Boitempo, 2005.

ANTUNES, R. **Trabalho e precarização numa ordem neoliberal**. In: GENTILI, P.; FRIGOTTO, G. (Org.). **A Cidadania Negada: políticas de exclusão na educação e no trabalho**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2001, p. 37-50.

ANTUNES, Ricardo; ALVES, Giovanni. **As Mutações no Mundo do Trabalho na era da Mundialização do Capital**. Educ. Soc., Campinas, v. 25, n. 87, p. 335-351, Ago. 2004.

ANTUNES, Ricardo; DRUCK, Graça. **A terceirização como regra?** Revista do Tribunal Superior do Trabalho, São Paulo, v. 79, n. 4, p. 214-231, out./dez. 2013.

ANTUNES, Ricardo; DRUCK, Graça. **A terceirização sem limites: a precarização do trabalho como regra.** Revista O Social em Questão. Ano XVIII - n. 34, p. 19-40, 2015.

BATISTA, Alfredo. **Processos de trabalho: da manufatura à maquinaria moderna.** Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 118, p. 209-238, Abr./Jun. 2014.

COLLI, Julia Maria. **A trama da terceirização: um estudo do trabalho no ramo da tecelagem.** Julia Maria Colli- Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2000.

DRUCK, Graças. **TRABALHO, PRECARIZAÇÃO E RESISTÊNCIAS: novos e velhos desafios?** Caderno CRH, Salvador, v. 24, n. 01, p. 37-57, 2011.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a Bruxa: Mulheres, corpo e acumulação primitiva.** São Paulo: Editora Elefante, 2017.

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. **Usos e Abusos da História Oral.** Rio de Janeiro: Editora: FGV, 2006.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na Cena Contemporânea.** In Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. p.16-50.

LIMA, Ângela Maria de Souza. **Gênero, trabalho faccionado e trabalho a domicílio: as faces da subcontratação na confecção de roupas de Cianorte – PR.** Anais do I Simpósio sobre Estudos de Gênero e Políticas Públicas, ISSN 2177-8248. Universidade Estadual de Londrina, 24 e 25 de junho de 2010. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/1.AngelaLimapdf.pdf>. Acesso em: 31out. 2019.

LOURENÇO, Edvânia Ângela de Souza. **Terceirização: A derruição de direitos e a destruição da saúde dos trabalhadores.** Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 123, p. 447-475, Set, 2015.

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política.** Volume I. Editora Nova Cultural Ltda. 1996.

MEIHY, J. C. S. B. **Manual de história oral.** São Paulo: Editora Loyola, 2005.

NASCIMENTO, Sara Diniz. **Precarização do trabalho feminino: a realidade das mulheres no mundo do trabalho.** Anais do III Simpósio Gênero e Políticas Públicas. v. 14, n. 28. 2014.

NETTO, José Paulo. **Cinco notas a propósito da “questão social”.** In: Temporalis. Ano 2, n. 3. jan./jul. 2001, Brasília: ABEPSS, Graflina.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política: Uma introdução Crítica.** São Paulo: Cortez, 2006. (Biblioteca básica de serviços social; v. 1).

NETTO, Nilo Silva Pereira; LUZ, Nanci Stancki da. **Reestruturação produtiva e divisão sexual do trabalho: reflexões sobre o trabalho feminino contemporâneo.** Mediações, Londrina, v. 16, n. 1, p. 91-106, Jan./Jun. 2011.

NEVES, Magda de Almeida; PEDROSA, Célia Maria. **Gênero, flexibilidade e precarização: o trabalho a domicílio na indústria de confecções**. Soc. estado., Brasília, v. 22, n. 1, p. 11-34, Abr. 2007. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-69922007000100002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922007000100002&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 30 out. 2019.

PEDROSA, Célia Maria. **Limites e potencialidades do desenvolvimento local: A indústria da confecção de Divinópolis**. 2005. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Linha de Pesquisa Trabalho e Sociedade, p. 14-177, 2005.

SILVA, Lorena Holzmann da. **Trabalho a domicílio**. In: CATTANI, A. D. (Org.) Trabalho e tecnologia: dicionário crítico. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 275-278.



## TRAJETÓRIAS POSITIVAS DE CUIDADO? APROPRIAÇÃO DO TEMPO E DO TRABALHO DE MULHERES QUE VIVEM COM HIV/AIDS

Renata Alves César Fernandes<sup>1</sup>

Evandro Alves Barbosa Filho<sup>2</sup>

Ana Cristina de Souza Vieira<sup>3</sup>

**RESUMO:** O artigo analisa a exploração e a apropriação do tempo de mulheres que vivem com HIV/AIDS no trabalho doméstico e de cuidado não remunerado. O estudo é qualitativo, e suas análises se fundamentam no feminismo materialista e de estudiosos críticos do campo de HIV/AIDS. A pesquisa de campo ocorreu em 2020, num hospital universitário, em Pernambuco, sendo realizadas entrevistas em profundidade, análise documental, observação, registro em diário de campo e revisão bibliográfica. Foi possível identificar a sobrecarga e a naturalização do trabalho não pago e os impactos desse tipo de trabalho nos processos de autocuidado entre as participantes da pesquisa.

**PALAVRAS-CHAVE:** Trabalho não pago. Mulheres. HIV/AIDS.

**ABSTRACT:** The paper analyzes the exploitation and appropriation of time of women living with HIV/AIDS in domestic and unpaid care work. The study is qualitative, and its analyzes are based on materialist feminism and critical scholars in the field of HIV/AIDS. The Field research took place in 2020, in a university hospital, in Pernambuco State, Brazil, within-depth interviews, document analysis, observation, field diary and literature review. It was possible to identify the burden and naturalization of unpaid work and their impacts on self-care processes among the research participants.

**PALAVRAS-CHAVE:** Unpaid work. Women, HIV/AIDS.



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons – Atribuição Não-Comercial 4.0 Internacional.

1 [renata.cesar@upe.br](mailto:renata.cesar@upe.br)

2 [evaelves85@yahoo.com.br](mailto:evaelves85@yahoo.com.br)

3 [anacvieira12@gmail.com](mailto:anacvieira12@gmail.com)

## INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é analisar a exploração e a apropriação do tempo das mulheres que vivem com HIV/Aids no trabalho doméstico e de cuidado não remunerado, devido à sua contínua vulnerabilidade, que é agravada pela iniquidade social e pelas relações assimétricas de poder entre homens e mulheres, conforme Barbosa Filho e Rocha (2018).

A relevância do tema deve-se aos dados referentes à epidemia do HIV/Aids, compreendendo sua dinâmica, com indicativo de uma expressiva desigualdade social, pauperização e feminização da doença; o outro aspecto tem relação com o número de óbitos e abandono no tratamento entre as mulheres positivas para HIV. Vale ressaltar a importância de se conhecer as mulheres cuidadoras que vivem com HIV/AIDS, assim como abordar a sobrecarga do trabalho de cuidado dessas mulheres no âmbito familiar e doméstico.

Tal reflexão foi resultado da pesquisa realizada no ano de 2020, com nove mulheres que vivem com HIV/Aids (cisgênero e/ou transgênero soropositivas, maiores de 18 anos, atendidas no ambulatório e/ou enfermarias de infectologia), num hospital universitário de Recife/PE, por meio de entrevistas em profundidade, através de amostra não probabilística. O estudo está ancorado no feminismo materialista francófono, que possibilita compreender o trabalho de cuidado no capitalismo e suas transformações, na perspectiva da divisão sexual do trabalho, levando em conta a consubstancialidade raça/etnia. Neste artigo, as mulheres serão identificadas pela numeração da entrevista (E), dada a necessidade ética de manter o sigilo.

A pesquisa possibilitou trazer à tona a problematização e a discussão sobre a condição das mulheres no âmbito familiar, particularmente daquelas que vivem com HIV/Aids. No cotidiano das mulheres, esse tipo de trabalho ainda é visto como algo natural e de responsabilidade feminina, corroborando a ideia de que são elas as principais cuidadoras de crianças, de pessoas idosas, de pessoas com deficiência e de adultos mesmo em idade produtiva.

Nesse sentido, considera-se que no modo de produção capitalista há um reforço dos lugares sociais que homens e mulheres ocupam, construídos historicamente, especialmente nas relações sociais de produção e reprodução social. A sociabilidade do capital também é regida pelo controle da moral e dos comportamentos para garantir a ordem, a família nuclear nos moldes burgueses, a produção e a reprodução social, relações muitas vezes marcadas pela violência (BRUSCHINI, 2005; FEDERICI, 2004).

Tais aspectos reverberam no cotidiano dos serviços de saúde, tendo sido constatado a partir da pesquisa, das observações da realidade e da intervenção profissional, que é possível identificar de forma mais expressiva a exigência, por parte das instituições, de que mulheres realizem os cuidados e/ou sejam acompanhantes de outros familiares, colaborando com o processo de naturalização desse lugar social atribuído às mulheres.

Nessa perspectiva, em relação às mulheres, podem-se fazer os seguintes questionamentos: como ocorre a realização dos seus cuidados no espaço familiar? Quais os impactos na saúde da mulher que vive com HIV/AIDS em relação à demanda do trabalho doméstico não remunerado e de cuidado realizado diariamente? Partiu-se do pressuposto de que há uma sobrecarga do trabalho de cuidado feminino na família, com impactos no autocuidado das mulheres que vivem com HIV/AIDS.

Diante dessas questões e a partir das sucessivas aproximações da realidade, o artigo inicialmente faz um resgate histórico do lugar da mulher na sociedade na divisão sexual do trabalho, especificamente com base no capitalismo tardio e no contexto de hegemonia ultraneoliberal, o qual valoriza um discurso conservador, numa lógica patriarcal da sociedade e de violência contra as mulheres. Em seguida serão tratadas as aproximações do cotidiano de trabalho das mulheres, assim como suas trajetórias na provisão do cuidado de si e dos outros; por fim, seguem as considerações sobre o estudo.

## **REPRODUÇÃO SOCIAL E DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO: DEBATE A PARTIR DA PERSPECTIVA DO FEMINISMO MATERIALISTA FRANCÓFONO**

Trazer ao debate a reprodução social, entendida como um “complexo de atividades e relações por meio das quais nossa vida e nosso trabalho são reconstruídos diariamente” (FEDERICI, 2019, p. 20), e a divisão sexual do trabalho no capitalismo possibilita compreender que esses não são processos naturais, mas construídos socialmente.

O feminismo materialista francófono proporciona desvelar as relações sociais e o trabalho como forma de produção e reprodução social no capitalismo, considerando a divisão social, a divisão sexual e racial como forma de dominação da mulher numa sociedade patriarcal, assim como a naturalização e valorização do trabalho doméstico e de cuidado na família como algo essencialmente afetivo e específico das mulheres.

De acordo com Falquet (2013), a primeira a defender o conceito de feminismo materialista, assim como sua validade teórica e política, foi Christine Delphy (1978), quando afirma que as “teorias feministas têm em comum seu antinaturalismo; a busca de bases materiais e sociais, mais do que causas culturais ou naturais, para essa organização e sua afirmação central de que as mulheres e os homens constituem classes de sexo” (FALQUET, 2013, p. 1). Para Delphy (2015), o ponto de vista marxista, em geral, é considerado pelo movimento feminista como insuficiente, tanto em termos de teoria quanto em termos de estratégia, por não dar conta da opressão comum às mulheres e estar centrado não em sua opressão, porém nas consequências dessa opressão para o proletariado. É possível compreender que essa opressão e a naturalização das ordens morais de gênero na contemporaneidade atendem aos interesses de uma determinada classe.

Saffioti (2015, p. 3) observa que o “marxismo adquiriu muita evidência, tendo sido um dos pensamentos dominantes do século XX, ao lado da Psicanálise. Tudo, no caso uma corrente de pensamento, que é recebido com aplausos desperta logo a crítica, muitas vezes apressada”.

Historicamente é reconhecido que houve significativas mudanças nos lugares sociais que mulheres e homens ocupam com o advento do capitalismo. Nas sociedades medievais, as relações coletivas prevaleciam sobre as relações familiares; assim, no feudalismo, o trabalho estava organizado no feudo e baseado na subsistência, conforme Federici (2004). Ao longo da história, principalmente no modo de produção capitalista, é perceptível como as mulheres permaneceram em lugar de desvantagem, de pauperização mais acentuada e de controle do seu corpo para a reprodução, a procriação e cuidado de novos trabalhadores. Para Federici (2004), a divisão sexual do trabalho na sociedade medieval, longe de ser um motivo de isolamento, constituía uma fonte de poder e de proteção para as mulheres.

Essa forma de organização, nesse período, baseava-se na sociabilidade feminina, que foi sendo fragilizada e desconstruída na “transição para o capitalismo”, ainda segundo Federici (2004). A autora refere que as “hierarquias sexuais quase sempre estão a serviço de um projeto de dominação que só pode sustentar por meio da divisão, constantemente renovada, daquelas a quem se procura governar” (FEDERICI, 2004, p. 8). Gradativamente a força de trabalho das mulheres foi sendo incorporada ao capitalismo não apenas na esfera produtiva, como também nos espaços privados e de reprodução social.

No tocante à desigualdade social, racial e de gênero, esta possui uma significativa relevância para a própria manutenção do capitalismo, que reforça e se apropria dessas diferenças em benefício próprio. Ainda na esfera do trabalho, segundo Harvey (2016), o preconceito e a discriminação baseados nas questões étnicas, raciais, religiosas e de gênero estão profundamente arraigados no modo como o mercado de trabalho é segmentado e fragmentado. Assim, as remunerações pagas pelas empresas e instituições são equivalentes à forma como se classifica um determinado trabalho e quem o realiza. Essa relação posiciona mulheres e funções feminilizadas, como as do setor do *care* ou do trabalho doméstico, numa condição de inferioridade estrutural.

Inicialmente, na tentativa de quebra dessa dominação, de acordo com Falquet (2013, p. 1), “muitas feministas estimaram que o acesso das mulheres ao trabalho assalariado e à independência econômica que o acompanhava era a principal via de acesso à libertação”. A divisão sexual e racial marca simultaneamente o trabalho remunerado e não remunerado na divisão social do trabalho no capitalismo, essencialmente patriarcal e racista. Conforme Hirata e Kergoat (2007), a divisão sexual do trabalho possui uma acepção sociográfica: estuda-se a distribuição diferencial de homens e mulheres no mercado de trabalho, nos ofícios e nas profissões, e as variações no tempo e no espaço dessa distribuição; e se analisa como ela se associa à repartição desigual do trabalho doméstico entre os sexos.

Essa discussão e a tomada de consciência em relação à opressão das mulheres, que para Hirata e Kergoat (2007) é uma opressão específica, possibilitaram o início do movimento das mulheres. A partir dela, torna-se então coletivamente evidente que uma enorme massa de trabalho é efetuada gratuitamente pelas mulheres, considerado um trabalho invisível, realizado não para elas mesmas, mas para outros, e sempre em nome da natureza, do amor materno, esclarecem as autoras.

O trabalho doméstico e de cuidado<sup>4</sup>, aqui entendido conceitualmente de maneira igual, é associado, em geral, aos aspectos ditos femininos, de afeto, e comumente é realizado de forma gratuita. Normalmente tendem a ser naturalizados e intrínsecos de um comportamento especificamente feminino. Hirata (2016, p. 23) explica que “entre as teorizações do trabalho doméstico,

---

4 O trabalho de cuidado é um conjunto de atividades materiais e de relações que consistem em oferecer uma resposta concreta à necessidade do outro. Assim, podemos defini-lo como uma relação de serviço, apoio e assistência, remunerada ou não, que implica um sentido de responsabilidade em relação à vida e ao bem-estar de outrem (KERGOAT, 2016, p. 17).

gratuito e presumidamente sem ‘valor’, as análises oferecidas pelas feministas materialistas revelaram-se decisivas”.

O trabalho doméstico e o de cuidado não remunerado são comumente impostos às mulheres, especialmente aquelas advindas das classes subalternas, que desde crianças mantêm contato ou relação direta com tais atividades. Esse tipo de trabalho é apropriado e explorado, atendendo diretamente aos interesses dos homens, mas principalmente atendendo à própria manutenção do capital. Federici (2019, p. 42) adverte que quando falamos de trabalho doméstico, “não estamos tratando de um trabalho como os outros, mas sim da manipulação mais disseminada e da violência mais sutil que o capitalismo já perpetrou contra qualquer setor da classe trabalhadora”.

Conforme mencionado, é a partir do capitalismo que algumas autoras consideram a intensificação da submissão da mulher à estrutura familiar patriarcal como forma de reprodução para acumulação primitiva, como afirma Federici (2004, p. 25). A ampliação e a legitimação das desigualdades sociais entre classes sociais, de gênero e de raça/etnia, no capitalismo, são realizadas por meio da naturalização das relações de exploração da força de trabalho, sobretudo das mulheres. É importante considerar que “a emergência e desenvolvimento histórico do modo de produção capitalista assimilou, reconfigurou e produziu novas expressões da dominação-exploração patriarcal sobre as mulheres” (FERREIRA, 2017, p. 45).

Desse modo, a subordinação das mulheres não pode ser entendida como uma evolução natural da sociedade, como tentou explicar Engels (1984). Convém destacar que Federici (2004) ao analisar o processo de subordinação das mulheres, apontou que a divisão sexual do trabalho e o trabalho não remunerado são a raiz da exploração feminina na sociedade capitalista. Sobre a restrição dos direitos das mulheres à subordinação masculina, Safiotti (2004, p. 55) observa que o “patriarcado é uma expressão do poder político, esta abordagem vai ao encontro da máxima feminista radical: ‘o pessoal é político’”.

É importante destacar que o domínio patriarcal também é exercido pelas mulheres no âmbito familiar, em substituição do papel masculino. Todavia, sempre que uma mulher reproduz o patriarcado, ela favorece a lógica de dominação masculina e fortalece a subordinação feminina (CISNE; SANTOS, 2018). Essas reflexões teóricas dão subsídios para desvelar a realidade e compreender o cotidiano das mulheres, em especial na sociedade brasileira, assim como possibilita refletir sobre a desnaturalização desses lugares sociais e os avanços, por meio de lutas, por direitos e pela completa emancipação nesse campo.

## **APROXIMAÇÕES DO COTIDIANO DE TRABALHO DAS MULHERES: EXPRESSÕES DA DESIGUALDADE SOCIAL E DE GÊNERO**

Na atualidade, verifica-se, conforme dados da última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), divulgada pelo IBGE em 2013, no Portal Brasil, que houve uma mudança no que se refere ao espaço da mulher nas famílias brasileiras: dos 50 milhões de famílias (únicas e conviventes principais) que residiam em domicílios particulares em 2010, 37,3% tinham a mulher como responsável. No que se refere à escolaridade, há um número de mulheres com o nível de ensino maior que o dos homens, principalmente no que se refere ao ensino superior completo (12,5% das mulheres completaram a graduação contra 9,9% dos homens). No entanto, no mercado de trabalho, a depender da área, elas têm o rendimento menor que o dos homens.

Conforme as informações obtidas nesse documento, consta que a maioria das atividades femininas está ligada às áreas que solicitam características ditas femininas, como é discutido por Hirata (2014). Criatividade, responsabilidade, iniciativa, capacidade técnica e autonomia são normalmente atributos importantes para cargos de chefia e gestão voltados para os homens. Conforme os dados da Pesquisa por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD C, 2017), as mulheres ocupam atividades profissionais tidas ainda como essencialmente femininas: empregados domésticos, na qual 92,3% são mulheres. Há ainda predominância nos setores da administração pública, defesa e seguridade social, educação, saúde e serviços sociais: nessas, a participação das mulheres (25,2%) era bem maior que a dos homens (10,9%). Em relação às atividades ligadas ao espaço familiar e ao da casa, as mulheres dedicam em torno de 18 horas semanais, 73% a mais do que os homens, ainda conforme o PNAD.

Tais dados apresentam uma importante desigualdade de gênero em todos os âmbitos e demonstram uma clara divisão sexual do trabalho, com os lugares sociais bem definidos – o que seriam considerados trabalhos de homens e de mulheres. Cisne e Santos (2018, p. 62) destacam que a “divisão sexual do trabalho não é algo natural, tampouco corresponde a uma complementaridade e reciprocidade entre homens e mulheres”. É necessária a compreensão da natureza e origem da desigualdade entre homens e mulheres, considerando que são de natureza sistêmica. A divisão sexual do trabalho, segundo Hirata e Kergoat (2007), tem dois princípios organizadores: o princípio de separação (existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres) e o princípio hierárquico (um trabalho de homem “vale” mais que um trabalho de mulher). Conforme

Ávila *et al.* (2015), os movimentos das mulheres entre trabalho remunerado e trabalho não remunerado são marcados pela permanência da divisão sexual e racial do trabalho, dimensões que estruturam a divisão social do trabalho no capitalismo.

A inserção das mulheres no mercado de trabalho não possibilita de imediato sua autonomia. Para explicitar essa condição, a Organização Internacional do Trabalho (OIT), por meio de relatório sobre o Panorama Temático Laboral: mulheres no mundo do trabalho (2019), revela que nessa esfera as mulheres apresentam importantes desvantagens em relação aos homens, apesar da inserção no mundo produtivo. A OIT (2019) destaca também que tais desvantagens não estão ligadas apenas aos salários, mas às condições de acesso ao mercado de trabalho na América Latina e Caribe. Explica que a taxa de desemprego das mulheres excede a dos homens, persistindo barreiras culturais no seu ingresso. Ainda conforme o referido relatório, em relação às mulheres, as diferenças de renda do trabalho autônomo são mais altas quando há filhos menores de seis anos de idade nos lares, no trabalho de meio período e no emprego informal.

Nessa perspectiva, as mulheres se inserem em atividades mais precarizadas, com baixos salários, menos horas e menor continuidade ao longo do seu ciclo de vida, em comparação aos homens, desde que possibilitem a realização das atividades de cuidados na família, que são tarefas ainda consideradas tipicamente femininas. Ainda de acordo com o relatório da OIT (2019), o aumento das mulheres nos postos de trabalho ocorre entre as jovens, casadas e com maridos com mais escolaridade que elas e ausência de filhos e parentes idosos em casa. Na América Latina e Caribe, os homens ainda concentram os cargos da alta hierarquia do Estado e das empresas privadas.

Apesar da inserção das mulheres no trabalho remunerado, ainda há o atrelamento no desenvolvimento das atividades não remuneradas em seu cotidiano; mesmo aquelas mais jovens ainda carregam o peso dessa atribuição, especialmente quando “as mulheres vivem com companheiros, exercem muito mais trabalho não remunerado, do que quando vivem sozinhas, mesmo na ausência de filhos” (RAMOS, 2011, p. 24).

Em relação às mulheres na Política de Saúde brasileira, no cotidiano profissional, pode-se observar empiricamente que as mulheres sem companheiros, quando estão em tratamento ou em situação que necessitam de cuidados de saúde, majoritariamente estes são desempenhados por outras mulheres,



mormente da população mais pauperizada, geralmente jovens e/ou adolescentes, que muitas vezes interrompem os seus estudos e projetos profissionais para realizar as atividades domésticas e de cuidado da família (RAMOS, 2011). Tal questão é compatível com a pesquisa realizada pelo IPEA (2019), sobre desigualdade de gênero, quando constatou o desempenho das atividades domésticas entre as mulheres.

No Brasil, a discrepância de gênero em termos de usos do tempo para afazeres domésticos permaneceu expressiva durante o período de 1996 a 2008, considerando-se a população de 16 anos ou mais de idade: a proporção da população desta faixa etária que cuida de afazeres domésticos variou de 43,3% a 46,1% para homens e de 91,4% a 88,1% para mulheres entre o primeiro e o último ano da série, conforme Ramos (2011). Além da questão do sexo, há diferenças no desempenho das atividades domésticas não remuneradas entre as mulheres quanto ao quesito raça/etnia e por classe social.

A partir do recorte de classe e raça/etnia, conforme o Relatório sobre Desigualdades Sociais no Brasil, do Instituto de Pesquisas Sociais Aplicadas (IPEA, 2011), as mulheres negras desempenham proporcionalmente mais atividades domésticas. É possível observar que “desagregando-se o grupo das mulheres em segmentos de raça (brancas e negras), tem-se que há maior proporção de mulheres negras cuidando de afazeres domésticos do que de brancas” (RAMOS, 2011, p. 28). Em comparação aos homens, no quesito raça/etnia, essa diferença é pouco significativa, sendo o tempo médio semanal para os negros de 10,8 horas e, para os brancos, de 10,3 horas, de acordo com Ramos (2011).

A carga maior do trabalho doméstico e de cuidado não remunerado é realizada majoritariamente pelas mulheres. A partir dos dados apresentados, verifica-se que o tempo disponibilizado pelos homens para os afazeres domésticos é semelhante no que se refere ao quesito raça. Comumente eles realizam atividades consideradas mais pesadas (limpeza de jardim/quintal e da casa no final de semana, reparos domésticos, entre outros); entre as mulheres são realizadas atividades no cotidiano (limpeza da casa, retirada do lixo, alimentação, cuidados das crianças e de outros dependentes, administração e compra de alimentos, lavar e passar roupas, entre outras atividades), de acordo com as informações obtidas na pesquisa realizada por Ávila *et al.* (2015).

Destaca-se a naturalização do discurso infantilizador em relação aos homens, no que concerne aos afazeres domésticos, conforme pesquisa realizada

por Ávila *et al.* (2015). Tal discurso é compatível com o cotidiano profissional; comumente as mulheres afirmam que seus companheiros ou outros homens da casa não sabem fazer o trabalho do lar, sendo preciso que a mulher o refaça. Também nos deparamos com afirmações sobre a questão de os homens não saberem cuidar das crianças, uma vez que necessitam de cuidados específicos. Assim, a incorporação desse papel de cuidadora, da maternidade e de afeto como algo feminino é tida como da própria natureza das mulheres e incutida por meio de uma construção diária (FEDERICI, 2004).

Sobre esta questão, Federici (2019, p. 68) assevera que “o capital mantém homens e mulheres divididos, através do disciplinamento por meio de nós (mulheres), e nos disciplinou por meio deles, um contra o outro”. A apropriação do tempo das mulheres pelo capital e também pelos homens, no processo de reprodução social, pode ser considerada como um ponto fundamental. Esse tempo das mulheres é apropriado de forma significativa, não apenas nas atividades domésticas não remuneradas e de cuidado, como também nas atividades de lazer, esporte e autocuidado em geral. O tempo de vida muitas vezes é resumido ao trabalho, principalmente quando se trata das mulheres negras, pois as mulheres que se autodeclaram brancas têm mais acesso ao lazer. No que se refere à relação das “categorias afazeres domésticos e escolaridade, nota-se que a média de horas para a realização do trabalho doméstico cai à medida que o nível educacional aumenta para os dois sexos” (RAMOS, 2011, p. 33).

O tempo das mulheres também é apropriado pelo Estado; suas instituições estão relacionadas diretamente à execução e atribuição quanto aos cuidados das crianças, adolescentes, pessoas idosas e dependentes no âmbito familiar (FERREIRA, 2017). As mulheres são as maiores afetadas, pois, apesar de possuírem maior escolaridade que os homens, ainda têm dificuldades em acessar o mercado de trabalho ou, quando o acessam, suas atividades têm baixa remuneração e concernem a cargos/funções ligadas ao perfil feminino. Além disso, devido à maior carga de cuidados, tendem a abandonar, mesmo que provisoriamente, seus projetos profissionais, necessitando acessar com maior frequência os benefícios oferecidos pelo Estado.

O Estado pouco oferece serviços que possam garantir a inserção feminina em diversos espaços de trabalho produtivo, de lazer e de autocuidado. Campos (2015, p. 40) enfatiza a importância de o Estado proporcionar serviços adequados e medidas relativas às condições do trabalho feminino no país. Nessa perspectiva e baseada na construção da ideologia em torno do papel maternal e de cuidado realizado pela mulher, é que se pode perceber nas diversas

instituições e no território, no qual as famílias vivem, que quando as mulheres não realizam certas atividades da forma esperada e estipulada pelos padrões impostos na sociedade, são responsabilizadas por omissão, abandono e/ou negligência. O “trabalho doméstico e de cuidado não remunerado participa indiretamente na produção de mais-valor” (FERREIRA, 2018, p. 93) e atende subjetiva e materialmente às necessidades do capital. Há mulheres que podem arcar com a contratação de outras mulheres para a realização dos serviços domésticos; sobre isso Ávila *et al.* (2015, p. 29) refletem que “o trabalho doméstico remunerado possibilita, em grande medida, a liberação do tempo das mulheres para garantir sua presença e estabilidade no mercado de trabalho”.

Os dados estatísticos já apresentados sobre o Brasil corroboram a leitura referente à desigualdade entre homens e mulheres. Para além das desigualdades no âmbito do trabalho remunerado e não remunerado, estas últimas ainda são vítimas de violência praticada, principalmente no âmbito privado. Estas questões desvelam que o trabalho familiar é desenvolvido de maneira desigual, em sua totalidade realizado por mulheres, o que caracteriza uma divisão sexual do trabalho. Para Dedecca (2014), mesmo certos tipos de serviços estritamente pessoais, prestados diretamente ao consumidor e até dentro das famílias, podem revelar uma força disfarçada de exploração que reforça a acumulação.

É nesse contexto de ascensão política de projetos conservadores e de difusão e supremacia das práticas políticas, discursos e da ideologia neoliberais, que se verifica, de acordo com Barbosa Filho e Rocha (2018, p. 38), que “a pandemia de AIDS vem assumindo uma tendência de expansão e concentração entre os grupos mais precarizados, explorados e subalternizados: homens e mulheres que vivem em áreas rurais e grupos populacionais mais empobrecidos das áreas urbanas”. Isso causa impacto diretamente nas mulheres que vivem com HIV/Aids devido a sua maior vulnerabilidade à doença, a violências e estigmas decorrentes do diagnóstico e à dificuldade e/ou restrição elevada para acessar os direitos. Há ainda as determinações sociais que impactam diretamente na vinculação das mulheres aos serviços de saúde e na continuidade do tratamento.

## TRAJETÓRIAS POSITIVAS DE PROVISÃO DO CUIDADO DE SI E DOS OUTROS

Desde a década de 1990 o Brasil passou a ser referência no tratamento das pessoas que vivem com HIV/Aids. No país, durante as duas primeiras décadas da epidemia de HIV/Aids, havia uma abordagem holística/totalizante,

para além da questão biomédica, com centralidade nos direitos humanos e comunicação mais abrangente sobre os direitos das pessoas nessa condição.

Conforme o Boletim Epidemiológico de 2020, há uma tendência de diminuição da epidemia no país, atribuída à recomendação do “tratamento para todos”, implementada em dezembro de 2013, que se refere ao consenso global de que o tratamento deve ser ofertado a todas as pessoas com HIV/ Aids independentemente da carga viral; o tratamento com os antirretrovirais passou a ser considerado uma estratégia preventiva. Essa diminuição dos casos de Aids a que se refere o Boletim Epidemiológico é observada em algumas regiões do país, a exemplo do Sul e Sudeste; nas regiões Norte e Nordeste há uma tendência ao aumento dos casos de Aids.

As taxas também demonstram tendência a aumento dos casos de HIV/ AIDS entre pessoas pardas e pretas, assim como entre a população com baixa escolaridade. Entre as mulheres dessas regiões houve um notável aumento de números de óbitos. Conforme Soares (2017, p. 95), “a feminização da epidemia expõe as contradições da inserção das mulheres nessa sociedade, especialmente se relacionarmos a classe social e seus segmentos mais pauperizados”. É para essas mulheres que os dados apresentam uma taxa de crescimento de mortalidade e abandono do tratamento, conforme Vieira (2018), que acrescenta: “há um caráter desigual que extrapola a questão socioeconômica, incidindo sobre as mulheres, ou seja, sobre as pessoas que sofrem preconceitos e discriminação, como também a população negra” (VIEIRA, 2018, p. 82).

Em relação à população que vive com HIV/AIDS, apesar de o Brasil ser pioneiro na distribuição gratuita e universal de medicamentos antirretrovirais, ainda falta uma integração das políticas sociais para o atendimento desses (as) usuários (as), inclusive no próprio setor saúde. Foi abandonada a discussão sobre intersectorialidade e integralidade nas três esferas de governo. A pauperização dessa população dificulta o acesso, a vinculação aos serviços de saúde e a permanência no tratamento. Os (as) usuários (as) muitas vezes não estão incluídos (as) em outras políticas sociais que garantam os mínimos direitos sociais para a manutenção de suas vidas.

Constatou-se que durante as entrevistas, para a maioria das mulheres, esse tipo de trabalho é naturalmente absorvido por elas como uma obrigação. Apenas uma delas questionou, de forma crítica, a obrigatoriedade feminina de realizar tais atividades como algo natural e intrínseco. A elas corresponde uma certa divisão social do trabalho, porquanto se faz obedecendo ao critério do sexo. Perguntadas se há trabalhos específicos de homens e mulheres, as

entrevistadas responderam que realizam a maior parte das atividades domésticas da casa. Destacamos a seguinte narrativa:

Faço todo serviço da casa e cuido da minha filha por ser mulher. Vive-se uma modernidade, e as mulheres continuam cuidando dos filhos e ainda trabalham e a gente aceita, simples! O marido continua trabalhando fora. Novamente o princípio da educação na família. As mães levam toalhas para os filhos e quando casam acham que a mulher é sua empregada. Ensinam errado aos filhos, e as mulheres se sentem empoderadas, é uma realidade fatal. Não tenho quem cuide da casa, só da minha filha, quando preciso (2E, 38 anos, branca).

Claramente há uma crítica em relação à naturalização do trabalho doméstico, que, como afirma Ferreira (2017, p. 90), é uma “expressão desta disponibilidade material e emocional que se supõe sem limites”. Observou-se também que na pesquisa a maioria das mulheres não conseguia mensurar a quantidade de horas que dedicava ao trabalho doméstico e de cuidado. Algumas delas indicam dedicação exclusiva, por 24 horas por dia, aos cuidados, principalmente dos filhos menores de seis anos de idade, conforme o depoimento da entrevistada: “abri mão de tudo para cuidar da minha filha, principalmente nos primeiros meses. Não dá para deixar em creche, em hotelzinho. Minha mãe não ajuda. Quando o marido é bom...”(2E, 38 anos, branca).

O relatório da Oxfam Internacional intitulado “Tempo de Cuidar: o trabalho de cuidado não remunerado e mal pago e a crise global da desigualdade” demonstra que mulheres e meninas, principalmente as que vivem em situação de pobreza e pertencem a grupos marginalizados, dedicam gratuitamente 12,5 bilhões de horas todos os dias ao trabalho de cuidado e outras incontáveis horas recebendo uma baixíssima remuneração por essa atividade. Esse trabalho agrega pelo menos US\$ 10,8 trilhões à economia. O trabalho doméstico e de cuidado sustenta uma grande massa de trabalhadores.

Para demonstrar, eis o trabalho intenso de cuidado realizado por uma das entrevistadas, que cuidou, por um determinado tempo, de sua avó, juntamente com outras mulheres da sua família. É possível perceber em seu relato que não obteve apoio do Estado na realização desse tipo de trabalho, como segue:

Eu cuidei da minha avó, que faleceu o ano passado. Eu passei um ano na casa da minha mãe, cuidando dela. Ela tinha Alzheimer e faleceu com 102 anos. Minha mãe estava muito atarefada; ela é costureira profissional, e minha avó passou a precisar de mais cuidados (E4, 43 anos, mulher trans, negra).

Em relação à remuneração para o desenvolvimento do trabalho doméstico e de cuidado, as entrevistadas não reconhecem como algo necessário, mas como um trabalho impulsionado pelo afeto e amor, como afirmou a entrevistada, quando perguntada se havia tido algum tipo de remuneração: “não, não. Nem que minha mãe quisesse, eu ia querer, de forma nenhuma. Pela minha avó eu faria tudo de novo” (E4, 43 anos, mulher trans, negra). Conforme Jesus (2018, p. 21), “a socialização das mulheres, principalmente entre as camadas mais populares, segue voltada para a atividade doméstica não remunerada, e esse processo se dá desde a infância”. O trabalho de cuidado fica a cargo exclusivo das famílias, como mostra o depoimento que segue: “já cuidei sozinha da minha avó, que faleceu em 2014, tinha Alzheimer e teve um AVC. Agora cuido só da minha filha, 24 horas por dia. Divido os cuidados com o pai da minha filha, e agora com os meus pais, porque estou internada” (E2, 38 anos, branca).

Quando perguntadas se o fato de serem soropositivas trouxe mais ou menos obrigações de cuidar das pessoas, uma das pesquisadas respondeu que “muda muito não. Um pouco. Tenho que me cuidar e trabalhar para cuidar do meu menino”, que tem nove anos (E7, 42 anos, negra). Porém indica sua mãe como a principal cuidadora da família e aquela que fornece o apoio necessário para a realização de suas atividades profissionais, cuidados da casa e do filho. A entrevistada E8 (37 anos, amarela) relata ter certa obrigatoriedade para a realização desse tipo de trabalho, indicando que houve um aumento de atividades referentes aos cuidados de sua neta, devido à dependência financeira e à sua necessidade de apoio familiar. Segundo ela: “trouxe mais obrigações de cuidar, porque a gente precisa de ajuda”.

Para essa mulher, o trabalho de cuidar de outra pessoa, no caso, uma criança, tornou-se algo obrigatório devido à sua pouca autonomia em relação ao sustento, considerando que recebe mensalmente apenas o valor referente ao Programa Bolsa Família. Já para outra entrevistada, o trabalho de cuidado não causou nenhuma mudança e impacto à sua saúde:

Não mudou. Inclusive cuidava da minha avó, sozinha, e eu já era soropositiva. A minha avó tinha Alzheimer e teve um AVC, trocava a noite pelo dia. Trabalhava à tarde enquanto ela dormia, e passava a noite acordada com ela. Nem parece que isso aconteceu comigo. Parece que estou contando a história de outra pessoa (E2, 38 anos, branca).

Porém, ao mencionar os cuidados com a sua filha na atualidade, já com importantes impactos na sua saúde, considera que influenciam diretamente

em seu tratamento e na realização do trabalho doméstico. Para ela, a sua não vinculação ao serviço de saúde está relacionada também ao baixo nível de qualidade no atendimento, assim como ao discurso constante dos profissionais de saúde, como se o processo de educação em saúde fosse transformado num “sermão”, proporcionando o afastamento das (os) pacientes:

De certa forma prejudicou as atividades domésticas, porque havia uma rotina de exames. A assistência é medíocre, na média, por ser soropositiva. A mídia faz um bicho por causa da doença, e o sistema não é eficaz. Tem profissional que tenta dar uma boa assistência, mas não consegue. Por isso tem abandono de tratamento (E2, 38 anos, branca).

A centralidade da família, em especial das mulheres, para a realização do trabalho doméstico e de cuidados é intensificada pela ausência de políticas públicas do Estado brasileiro na prestação de serviços à população, tais como: serviços de atendimento domiciliar, creches, lavanderias, entre outros. Essas questões dificultam o acesso das mulheres aos serviços de saúde, em especial aquelas que vivem com o peso e o estigma do HIV/AIDS.

Durante as entrevistas, identificou-se que todas as nove entrevistadas realizam ou realizaram atividades de cuidado, tendo apenas uma delas realizado esse tipo de trabalho, extremamente precarizado, de forma remunerada, como demonstra o depoimento que segue:

Quando cuidava dos idosos dava banho, alimentava, trocava fralda. Meu marido ajudava no banho, porque eram pesados. O idoso adoeceu, eu pedia para o filho levar para o hospital, criou feridas nas costas, mas o filho não queria levar o idoso para o hospital. Meu marido e a vizinha socorreram o idoso, e o filho ficou com raiva. Deram alta ao idoso, e depois voltou para o hospital. Aí me demitiu, com raiva (E3, 40 anos, parda).

As entrevistadas da pesquisa referem que majoritariamente são elas ou suas mães que realizam o trabalho doméstico e de cuidados. Apenas uma delas indicou o marido como aquele que realiza tal trabalho. Assim como, quando necessário, o cuidado em ocasiões de maior necessidade de atenção à saúde, como relata: “lá em casa quem cozinha é meu marido; a única coisa que gosto de fazer é limpar a casa. Quando estou muito cansada, o meu marido chama a menina, que sempre faz” (E5, 42 anos, parda). A entrevistada em questão possui escolaridade maior que as demais e trabalho formal remunerado, com possibilidade de terceirizar de forma remunerada o trabalho doméstico. Também se observou, de acordo com os depoimentos das mulheres, que

aquelas com necessidade de cuidar de crianças pequenas e de idosos têm uma maior sobrecarga de trabalho, bem como dedicação mais elevada do seu tempo. Em relação à divisão de tarefas de cuidados de idosos, de crianças e do trabalho doméstico, a maioria conta com outras mulheres para realizá-las, conforme o depoimento:

Minha tia sempre estava lá. Ela ia duas vezes por mês, mas o cuidado direto era comigo, sempre. Depois que eu cheguei na casa da minha mãe, ela passou a não se preocupar mais com minha avó, por conta do meu supercuidado com ela. Eu sempre fui muito apegado à minha avó, desde criança. Quando vinha para o Recife, resolver meus problemas do médico, a avó não comia (E4, 43 anos, negra).

Em relação ao trabalho doméstico e de cuidado, as mulheres pesquisadas afirmam realizar diversas atividades que demandam dedicação e um tempo importante de suas vidas, conforme o relato:

Com a filha, que tem nove meses, faço alimentação, banho, normal. Agora eu consigo tomar banho e me cuidar. No começo tinha mais dificuldades, devido à adaptação do pós-parto. Fiquei sozinha para cuidar da minha filha, depois fui me recuperando. Normalmente quando a pessoa tem filho, fica com alguém nas primeiras semanas: o marido, a mãe, mas eu fiquei só. Acho que quebrei os pontos da cesárea. No começo, no pós-parto, pagava uma pessoa para lavar minhas roupas. Não tem outra pessoa para fazer. Faço o que é prioridade (E2, 38 anos, branca).

Houve alguns relatos de mulheres, com filhos pequenos, que deixaram de realizar ou tiveram limitação no desenvolvimento de projetos profissionais e de estudo para dedicar-se aos cuidados com as crianças. Corroborando tais relatos, a pesquisa realizada por Ávila, Ferreira e Arantes (2015) já indicava tal realidade, o que pode dificultar a reinserção no trabalho formal. Como no exemplo abaixo:

No caso, quem ficava com meu filho era a avó paterna. Esse é meu segundo casamento. Não deixei de fazer as coisas, quer dizer, deixei, né? A gente deixa, a gente abdica sempre um pouco da vida, principalmente, questão de estudo, tive que largar por um tempo para poder criar o meu filho e pela questão financeira. Depois voltei a estudar, quando ele já estava com uns seis anos. A avó dele não queria que ele ficasse em hotelzinho, ela não deixava; em compensação, me prendia pelo fato de dizer: tal hora tem que estar em casa. Então, quando me separei do pai dele, meu filho só tinha dois anos. Aí eu vivia só para ele e para a casa. Limita muito (E5, 42 anos, parda).



No discurso de algumas das entrevistadas, foi possível identificar a infantilização do homem em relação à realização do trabalho doméstico e de cuidado, compatível com a pesquisa realizada por Ávila *et al.* (2015). O trabalho doméstico realizado pelos homens era entendido como ajuda, feito esporadicamente e não sendo compreendido como uma atividade que deve ser partilhada entre os membros da casa, como afirma uma das entrevistadas: “o meu marido faz atividades domésticas. O bichinho! Mas ele gosta...” (E5, 42 anos, parda). Outros depoimentos também fazem referência a essa questão:

Eu gosto das minhas atividades domésticas. Não gosto de estar parada. As mulheres de lá de onde eu moro me chamam de mulher guerreira. O meu marido ajuda. Quando estou enjoada ele faz o almoço. Antes de ficar grávida ele fazia também. Se for possível, até a roupa ele lava, mas não deixo porque prefiro fazer. A cozinha é da mulher, meu marido ajuda. Dá até raiva. Às vezes, mando ele ir trabalhar (E3, 40 anos, parda).

As narrativas das mulheres da pesquisa revelam ainda uma forte atribuição e sobrecarga das mulheres na realização do trabalho doméstico e de cuidado, fortalecido pela divisão sexual do trabalho e pela centralidade na família para a manutenção de seus membros, tão essencial à sustentação do trabalho produtivo. É possível identificar a omissão do Estado na implementação de políticas públicas, incluindo a igualdade de gênero, por meio do acesso das mulheres a bens e serviços adequados a sua manutenção e de sua família.

Em relação às mulheres soropositivas, principalmente aquelas que realizam cuidados diretos com os membros da família, o trabalho de reprodução passa a impactar em alguns direitos, entre eles o acesso aos serviços de saúde, considerando a pouca flexibilidade de horários para o atendimento à população nas instituições públicas. É possível visualizar outras dificuldades, como acesso ao trabalho produtivo, a benefícios e à reprodução sexual.

Outro ponto trazido nos relatos das entrevistadas, para além da realização do trabalho não pago, diz respeito aos processos de estigma, violência (familiar, institucional, física e psicológica) e sorofobia vividos nos serviços de saúde que acessaram durante seu tratamento. Além do discurso moralizador que alguns profissionais assumem durante o atendimento às mulheres que vivem com HIV/Aids – um importante ponto a ser indicado para a falta de vinculação aos serviços e interrupção do tratamento.

Essas limitações são objetivadas no cotidiano dessas mulheres por meio da dificuldade no acesso aos serviços de saúde para acompanhamento ambulatorial

de outras especialidades, seja por medo de que outros profissionais descubram seu diagnóstico, seja por medo de estigma, discriminação ou por considerarem o serviço com baixa qualidade. Tais questões afetam diretamente a saúde integral dessas mulheres.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo indica que o tempo de vida das mulheres e o trabalho doméstico e de cuidado é apropriado de forma significativa pelas famílias, pelo Estado e pelo capital, assim como há constantemente fortalecimento ideológico e material da divisão social, sexual e racial do trabalho como um processo natural, em tempos de recrudescimento do conservadorismo. As mulheres soropositivas também sofrem com esses impactos, e suas vidas são constantemente permeadas por violência e discriminação.

Em relação aos cuidados e à realização dos afazeres domésticos, foi identificada de maneira relevante, na maioria das entrevistadas, a citação da mãe como aquela que dá o maior suporte a essas atividades e nos cuidados dos netos e da própria paciente, sendo figura central no trabalho doméstico e de cuidado não remunerado. Algumas dessas mães são mulheres idosas, que também contribuem financeiramente para o orçamento familiar. É importante enfatizar que a maioria das entrevistadas não conta com outros membros da família como suporte para a realização dos seus cuidados, inclusive durante os internamentos. Geralmente indicaram que ficam sozinhas e/ou, quando necessário, acompanhadas de outras mulheres (geralmente as mães e filhas mais jovens).

Além disso, fica clara a omissão do Estado no sentido de prover políticas públicas e serviços sociais que possam contribuir na diminuição da sobrecarga de trabalho para as mulheres, a exemplo de acesso a creches públicas, serviço de atendimento domiciliar ou qualquer outro serviço ofertado pelo Estado como contributo para a realização dos cuidados aos dependentes. Majoritariamente são as próprias mulheres que realizam o trabalho doméstico, havendo pouco compartilhamento desse serviço. Devido à carga de trabalho doméstico e de cuidado, apontou-se a falta de flexibilidade no atendimento dos profissionais e/ou das instituições às usuárias, sem considerar a integralidade no atendimento e as determinações sociais que afetam o processo saúde-doença, o que pode impactar na vinculação delas aos serviços para a continuidade do tratamento.

## REFERÊNCIAS

- BARBOSA FILHO, E.; ROCHA, S. Três décadas de neoliberalismo e de lutas contra a epidemia de HIV e AIDS na periferia capitalista: uma análise crítica da África do Sul, Brasil e Moçambique. In: ROCHA, S.; VIEIRA, A.; ALVES FILHO, E. **HIV AIDS e as Teias do Capitalismo, Patriarcado e Racismo. África do Sul, Brasil e Moçambique**. Recife: Editora UFPE, 2018.
- BRUSCHINI, C. Teoria Crítica da Família. In: AZEVEDO, M.; GUERRA, Viviane N. de A. (Orgs.). **Infância e Violência Doméstica: fronteiras do conhecimento**. São Paulo: Cortez Editora, 2005.
- CAMPOS, M. O casamento da política social com a família: feliz ou infeliz? In: MIOTO, R.; CAMPOS, M.; CARLOTO, C. **Familismo, Direitos e Cidadania: contradições da política social**. São Paulo: Cortez, 2015.
- CISNE, M; SANTOS, S. M. M. dos. **Feminismo, diversidade sexual e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2018.
- DEDECCA, C. S. **Tempo, Trabalho e Gênero**. In: COSTA, A. et al. (Orgs.). Reconfigurações das relações de gênero no trabalho. São Paulo: CUT, 2014.
- DELPHY, C. O inimigo principal: a economia política do patriarcado. Brasília: **Revista Brasileira de Ciência Política**. n.17, maio-agosto de 2015, p. 99-119. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/281616358\\_O\\_inimigo\\_principal\\_a\\_economia\\_politica\\_do\\_patriarcado](https://www.researchgate.net/publication/281616358_O_inimigo_principal_a_economia_politica_do_patriarcado). Acesso em: 15 jul. 2019.
- ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. 9. ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A, 1984.
- FALQUET, J. **Transformações neoliberais do trabalho das mulheres: liberação ou apropriação?** In: ABREU, A.; HIRATA, H.; LOMBARDI, M. Gênero, Trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais. São Paulo: Boitempo, 2016.
- FALQUET, J. O capitalismo financeiro não liberta as mulheres: análises feministas materialistas e imbricacionais. **Revista Crítica Marxista**, n. 36, IFCH/Unicamp. In: Verschuur Ch. Guerin I. Guetat-Bernard H. (Eds.) *Sous le développement, le genre?* Paris/Genève: IRD/IHEID, 2013. Disponível em: <https://julesfalquet.files.wordpress.com/2016/04/art-port-a-prop-exploracca7ao-unicamp.pdf>. Acesso em: 3 mar. 2020.
- FEDERICI, S. **Talibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. Tradução do Coletivo Sycorax. Disponível em: <http://coletivossycorax.org/indice/>. Acesso em: 12 set. 2018.
- FEDERICI, S. **O ponto zero da revolução. Trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. Editora Elefante: São Paulo, 2019. Tradução do Coletivo Sycorax. Disponível em: <http://coletivossycorax.org/indice/>. Acesso em: 20 set. 2019.

FERREIRA, V. M. **Apropriação do tempo de trabalho das mulheres nas políticas de saúde e reprodução social**: uma análise de suas tendências. Recife: UFPE, 2017 (Tese em Serviço Social).

HARVEY, D. **17 contradições e o fim do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2016.

HIRATA, H. O Universo do trabalho e da cidadania das mulheres- um olhar do feminismo e do sindicalismo. In: COSTA, Ana Alice, et al. (Orgs.). **Reconfigurações das relações de gênero no trabalho**. São Paulo: CUT, 2014.

HIRATA, H. Gênero, classe e raça: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo Social**, revista de sociologia da USP, v. 26, n. 1, 2014. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-20702014000100005&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-20702014000100005&script=sci_abstract&tlng=pt) Acesso em: 23 nov. 2018.

HIRATA, H., KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v37n132/a0537132.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2018.

IPEA. **OS DESAFIOS DO PASSADO NO TRABALHO DOMÉSTICO DO SÉCULO XXI: REFLEXÕES PARA O CASO BRASILEIRO A PARTIR DOS DADOS DA PNAD CONTÍNUA**. Brasília: Rio de Janeiro: Ipea, 2019. [https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td\\_2528.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2528.pdf) Acesso em: 10 jan. 2020.

IPEA. **Retrato das desigualdades de gênero e raça** / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada... [et al.]. – 4. ed. – Brasília: Ipea, 2011. 39. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/retrato/pdf/revista.pdf> Acesso em: 15 jan. 2020.

IBGE. **No Dia da Mulher, estatísticas sobre trabalho mostram desigualdade**. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/20287-no-dia-da-mulher-estatisticas-sobre-trabalho-mostram-desigualdade> Acesso em: 10 ago. 2018.

IBGE. **PNAD Contínua**: taxa de desocupação é de 11,8% e taxa de subutilização é de 24,6% no trimestre encerrados em julho de 2019. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/25315-pnad-continua-taxa-de-desocupacao-e-de-11-8-e-taxa-de-subutilizacao-e-de-24-6-no-trimestre-encerrado-em-julho-de-2019> Acesso em: 19 out. 2019.

JESUS, J. C. de. **Trabalho doméstico não remunerado no Brasil**: uma análise de produção, consumo e transferência. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2018 (Tese). KERGOAT, D. O cuidado e a imbricação das relações sociais. In: ABREU, Alice Rangel de Paiva; HIRATA, H.; LOMBARDI, M. R. **Gênero, Trabalho no Brasil e na França**: perspectivas interseccionais. São Paulo: Boitempo, 2016.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Boletim Epidemiológico de HIV/AIDS 2020**. Brasília: 2020. Disponível em: <http://www.aids.gov.br/pt-br/pub/2020/boletim-epidemiologico-hivaids-2020> Acesso em: 10 ago.2021.

NOBRE, M. Trabalho doméstico e emprego doméstico. In: COSTA, A.; OLIVEIRA, E.; LIMA, M.; SOARES, V. (Orgs.). **Reconfigurações das relações de gênero no trabalho**. São Paulo: CUT, 2014.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Panorama Laboral Temático 5: Mujeres em el mundo del trabajo. Retos pendientes hacia una efectiva equidad en América Latina y el Caribe**. Lima: OIT/Oficina Regional para América Latina y el Caribe, 2019.

SAFFIOTI, H. I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramos, 2004.

SAFFIOTI, H. I. B. **Ontogênese e filogênese do gênero: ordem patriarcal de gênero e a violência masculina contra mulheres masculina contra mulheres**. FLACSO – Brasil, 2009. Disponível em: [http://flacso.redelivre.org.br/files/2015/03/Heleieth\\_Saffioti.pdf](http://flacso.redelivre.org.br/files/2015/03/Heleieth_Saffioti.pdf) Acesso em: 8 dez. 2019.

SILVA, J. Trabalhadoras domésticas enfrentam coação de patrões durante pandemia. **Publica**, jun. 2020. Disponível em: <https://apublica.org/2020/06/trabalhadoras-domesticas-enfrentam-coacao-de-patroes-durante-pandemia/> Acesso em: 3 jul. 2020.

SOARES, R. *et al.* Serviço de Assistência Especializada em HIV e AIDS de Recife no contexto de contrarreforma da Política de Saúde. In: ROCHA, S.; VIEIRA, A.; ALVES FILHO, E. **HIV AIDS e as Teias do Capitalismo, Patriarcado e Racismo**. África do Sul, Brasil e Moçambique. Recife: Editora UFPE, 2016.

VIEIRA, A. Política de Saúde e HIV: direito à saúde e reformas regressivas. **Revista Argumentum**, Vitória, v. 10, n. 1, p. 72-83, jan./abr. 2018.

## OS IMPACTOS DA PANDEMIA DE COVID-19 NA VIDA DAS MULHERES DOCENTES DO DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL NA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA<sup>5</sup>

Hayeska Costa Barroso<sup>6</sup>  
Mariah Sá Barreto Gama<sup>7</sup>

**RESUMO:** A pandemia causada pelo novo coronavírus, e seus impactos na sociedade, suscitou uma série de discussões sobre os efeitos do trabalho remoto na vida de mulheres trabalhadoras. No universo acadêmico, afetou, sobremaneira, o cotidiano laboral das docentes e suas rotinas com os afazeres domésticos, numa sobreposição de demandas dispostas de modo compósito e paradoxal no espaço do lar. O objetivo do presente artigo é compreender os impactos da pandemia e do trabalho remoto na vida das professoras do Serviço Social na Universidade de Brasília, a partir de uma discussão sobre docência e precarização, divisão sexual do trabalho e Serviço Social. Os resultados apontam para um cotidiano marcado pela sobrecarga de trabalho e o acúmulo de atividades, escassez de tempo e dificuldade de separar as atividades profissionais (trabalho produtivo) e atividades domésticas e de cuidado (trabalho reprodutivo).

**PALAVRAS-CHAVE:** Pandemias. Ensino Superior. Serviço Social. Mulheres.

**ABSTRACT:** The pandemic caused by the new coronavirus and its impacts on society, sparked a series of discussions about the effects of remote work on the lives of working women. In the academic universe, it greatly affected the teachers' daily work and their routines with domestic chores, in an overlap of demands arranged in a composite and paradoxical way in the home space. The objective of this article is to understand the impacts of the pandemic and remote work on the lives of teachers of Social Work at the University



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons – Atribuição Não-Comercial 4.0 Internacional.

5 Esta pesquisa foi apoiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), por meio do Programa de Iniciação Científica (PROIC) da Universidade de Brasília (UnB).

6 [hayeskacb@gmail.com](mailto:hayeskacb@gmail.com)

7 [mariah.gama@hotmail.com](mailto:mariah.gama@hotmail.com)

of Brasília, based on a discussion on teaching and precariousness, the sexual division of labor and Social Work. The results point to a daily life marked by work overload and accumulation of activities, lack of time and difficulty in separating professional activities (productive work) and domestic and care activities (reproductive work).

**PALAVRAS-CHAVE:** Pandemics. Higher Education. Social Work. Women.

## INTRODUÇÃO

A pandemia causada pelo novo coronavírus, e seus impactos na sociedade, suscitou uma série de discussões sobre os efeitos do trabalho remoto na vida de mulheres trabalhadoras (OLIVEIRA, 2020; LEMOS *et al*, 2020; MACEDO, 2020; CASTRO e CHAGURI 2020; BARROSO e GAMA, 2020; Di GREGORIO e NOGUEIRA, 2020).

No universo acadêmico, a pandemia de COVID-19 afetou, sobremaneira, o cotidiano laboral das docentes e suas rotinas com os afazeres domésticos, numa sobreposição de demandas dispostas de modo compósito e paradoxal no espaço do lar. A redução do número de artigos submetidos por mulheres a revistas científicas, um dos principais indicadores no atual sistema de progressão na carreira acadêmica, foi o efeito mais perceptível a priori. Analisando o fluxo de artigos recebidos pela Revista Dados, Cândido e Campos (2020) mostraram que o número de artigos publicados assinados por mulheres caiu da média de 40,8% para 28% no primeiro trimestre de 2020, simultaneamente à chegada do coronavírus no país.

O regime de trabalho *home office*, que se popularizou durante a crise sanitária global, impôs novos desafios à vivência do espaço e da temporalidade no mundo do trabalho e da casa, com particulares efeitos para as mulheres, uma vez que “a carreira profissional e a vida doméstica compõem uma realidade experimentada de maneiras diferentes por mulheres e homens” (BORSOI e PEREIRA, 2011, p. 123), cujas manifestações materializam desigualdades de gênero e a chamada divisão sexual do trabalho.

Segundo as autoras Hirata e Kergoat (2007), referências nos estudos sobre divisão sexual do trabalho, as bases teóricas desse conceito surgiram na França, na década de 1970. Em resumo, segundo as citadas autoras, divisão sexual do trabalho diz respeito a: 1) distribuição desproporcional de homens e mulheres no mercado de trabalho; 2) o uso do tempo e do espaço segundo o gênero e suas relações com a desigualdade na divisão do trabalho

doméstico; e, 3) a natureza sistemática dessas desigualdades e como essa diferenciação é utilizada de forma a hierarquizar as atividades e os sujeitos, criando um sistema de gênero (HIRATA e KERGOAT, 2007, p. 596).

O Serviço Social tem historicamente se constituído como objeto privilegiado de análises sobre a articulação entre divisão sexual do trabalho (por ser uma profissão majoritariamente feminina) e divisão sociotécnica do trabalho, cujos efeitos são a precarização e a subalternização do Serviço Social como profissão e área do conhecimento. A feminização da profissão é facilmente constatada pelos dados do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS, 2005) que, já no ano de 2005, indicavam que 97% das assistentes sociais no Brasil eram mulheres<sup>8</sup>. Na Universidade de Brasília (UnB), 75% do quadro permanente de docentes do Departamento de Serviço Social é feminino<sup>9</sup>, enquanto a média geral desta universidade é de 46,3% de mulheres no corpo docente efetivo (FUB, 2019).

Iamamoto e Carvalho (2011) explicitam o caráter de classe e gênero imbricados no processo de gênese da profissão no Brasil, nas primeiras décadas do século XX, impulsionado pelas determinações sociais e materiais do desenvolvimento das relações capitalistas de produção naquele período histórico. O Serviço Social nasceu como um empreendimento político e ideológico de recuperação da hegemonia da Igreja e controle das classes trabalhadoras pela burguesia (IAMAMOTO e CARVALHO, 2011); e possibilitou, dentre outros, a formação de um espaço de profissionalização para as mulheres, pela sua aproximação com atributos considerados naturalmente femininos, como o cuidado, a generosidade e a reprodução da família (TIBURTINO, 2015).

Os efeitos da interseção entre divisão sexual do trabalho, trabalho remoto em tempos de pandemia e Serviço Social são complexificados pela intensificação do trabalho docente e pelo estímulo ao produtivismo científico impostos pela expansão do ensino superior no país e pela reestruturação neoliberal administrativa e acadêmica das universidades públicas. Analisando as condições de trabalho e saúde de professores de uma universidade pública federal, Borsoi e Pereira (2011) enunciam os efeitos cruéis da lógica mercantil

---

8 Embora os dados sejam do ano de 2005, o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) confirmou que se trata dos dados mais atuais sobre o perfil dos/as profissionais de Serviço Social no Brasil. Informou, ainda, que uma nova pesquisa acerca do perfil do/as assistentes sociais brasileiros/as está em andamento, mas seus resultados ainda não foram publicados.

9 Esse número, conforme consta no site do Departamento ([www.ser.unb.br](http://www.ser.unb.br)) corresponde ao quadro de docentes classificados como “ativo permanente” no momento de escrita deste artigo (fevereiro de 2021).



de produtividade e exigência de metas na vida das mulheres docentes: jornadas sem limites, sobrecarga de trabalho e sofrimento físico e mental. Embora seja uma realidade compartilhada entre docentes homens e mulheres, os efeitos do marcador de gênero são visíveis: docentes mulheres relatam com mais frequência problemas de saúde de ordem psicossomática e uso de medicação prescrita, além de trabalharem por mais tempo em casa nos fins de semana e feriados (BORSOI e PEREIRA, 2011). Sobre isso, os autores afirmam que

[...] mesmo a elevada qualificação profissional e a capacidade intelectual – que aproximam homens e mulheres em torno de direitos sociais no espaço institucional acadêmico – não são suficientes para cancelar as distâncias relativas aos lugares que eles ocupam nos espaços privado, público e, também, laboral (BORSOI e PEREIRA, 2011, p. 124)

No debate da articulação entre divisão sexual do trabalho, Serviço Social e docência, propomo-nos apreender como as transformações no regime de trabalho provocadas pela pandemia se materializaram na vida das mulheres docentes do Departamento de Serviço Social (SER) da Universidade de Brasília (UnB). Trata-se de um departamento composto majoritariamente por mulheres no corpo docente e discente, num curso que traz, desde os seus fundamentos, as marcas e os efeitos da divisão sexual do trabalho e da prevalência do trabalho feminino. Desta feita, o objetivo do presente artigo é compreender os impactos da pandemia e do trabalho remoto na vida das professoras do Serviço Social na Universidade de Brasília, a partir de uma discussão sobre docência e precarização, divisão sexual do trabalho e Serviço Social.

## METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa quali-quantitativa, cujo percurso metodológico adotado consistiu em pesquisa bibliográfica e coleta de dados empíricos. A pesquisa bibliográfica foi realizada para identificação e seleção das principais fontes de leitura, categorias e vertentes teóricas de análise, bem como para o adensamento do referencial teórico da pesquisa. Já a coleta de dados empíricos foi realizada por meio da aplicação de questionários online junto às docentes do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília, contendo perguntas sobre: perfil sociodemográfico; formação acadêmica e profissional; docência e trabalho doméstico; docência e maternidade; e docência e pandemia.

O convite para participar da pesquisa e o link para acessar o questionário foi enviado por e-mail para todas as docentes mulheres do departamento,

com exceção da docente envolvida nessa pesquisa como orientadora, e outra professora que participou da fase de testes do instrumental de coleta de dados, o qual foi elaborado pelas próprias autoras deste estudo. A realização do teste piloto (ou pré-teste) foi fundamental para a identificação de lacunas e fragilidades na formulação de algumas questões. Assim, uma vez realizada a fase de teste, o questionário foi revisado, algumas questões foram suprimidas e outras incluídas a fim de adequá-lo mais oportunamente aos objetivos propostos e às particularidades do público-alvo da pesquisa. Portanto, do universo de 27 (vinte e sete) professoras vinculadas ao departamento naquele momento, 25 (vinte e cinco) receberam o convite e 22 (vinte e duas) responderam ao questionário, constituindo, assim, 88% das convidadas e 81% do universo de professoras do departamento estudado. As docentes participantes da pesquisa responderam ao questionário de coleta de dados entre os dias 12 de novembro e 22 de dezembro de 2020. Os dados coletados a partir deste instrumental foram organizados em tabelas e gráficos e analisados à luz do referencial teórico adotado. É válido ressaltar, ainda, que a presente pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais (CEP/CHS) da Universidade de Brasília (CAAE 36301620.8.0000.5540).

Para além desta introdução, o presente artigo encontra-se dividido em cinco partes. As primeiras três partes são reservadas à discussão de cada uma das três principais categorias teóricas de análise, a saber: 1) divisão sexual do trabalho, 2) Serviço Social, e 3) docência e precarização. Em seguida, na quarta parte, são apresentados os principais resultados oriundos da coleta de dados da pesquisa empírica, por meio dos quais se busca empreender uma reflexão sobre como as desigualdades de gênero particularizaram os efeitos da pandemia de COVID-19 para as mulheres docentes, a partir da interseção analítica entre Serviço Social, docência e divisão sexual do trabalho. Por fim, são apresentadas as considerações finais, nas quais, além de pautar uma síntese com as principais evidências encontradas, também são apontadas proposições e possíveis desdobramentos para aprofundar questões visualizadas a partir dos resultados encontrados.

## **DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO: SEPARAR, HIERARQUIZAR E APROPRIAR**

Como muitos outros, o conceito de divisão sexual do trabalho é terreno de disputa sobre seus significados e há uma série de teorias sobre a divisão

sexual do trabalho (CASACA, 2009) que compreendem seus fundamentos de formas distintas. Iluminam a presente análise aquelas circunscritas no arcabouço teórico-metodológico marxista, a saber: teorias do exército industrial de reserva; teorias da segmentação e da dualização do mercado de trabalho e teorias dos dois sistemas (CASACA, 2009).

São chamadas de teorias do exército industrial de reserva aquelas que percebem a divisão sexual do trabalho como “produto da feminização do exército industrial de reserva (excedente de população trabalhadora gerado pelo modo de produção capitalista) pelas estruturas capitalistas” (CASACA, 2009, p. 15). Nessa perspectiva, as mulheres seriam mais vulneráveis aos processos de exploração empreendidos pelo modo de produção capitalista, já que compõem uma massa de trabalhadoras necessitadas e dispostas a trabalhar mais por menos, e em situações de maior precarização e vulnerabilidade.

As teorias da segmentação e da dualização do mercado de trabalho entendem a divisão sexual do trabalho como produto intencional dos processos de segmentação e fragilização da identidade coletiva da classe trabalhadora, produzidos, estrategicamente, pelo sistema capitalista com o objetivo de “[...] fragmentar e dividir a força de trabalho, a fim de, mais soberanamente e sem oposição, poderem dominar” (CASACA, 2009, p. 20).

A teoria que baliza a definição de divisão sexual do trabalho adotada pelo presente estudo é conhecida por teoria dos dois sistemas. Embora tenha suas subcategorias, as teorias dos dois sistemas percebem a divisão sexual do trabalho como uma articulação e interação entre dois sistemas de opressão distintos, embora interdependentes: o patriarcal e o capitalista. Assim, a própria gestão capitalista é atravessada pelo sistema de gênero e é do interesse do sistema capitalista o fortalecimento da supremacia masculina para potencializar a superexploração e a subordinação das mulheres (CASACA, 2009).

Federici (2017) aponta que a desvalorização do trabalho feminino foi essencial para o desenvolvimento do capitalismo. Durante o período de acumulação primitiva na Europa, o trabalho das mulheres passou a ser entendido como uma espécie de recurso natural e as atividades femininas de reprodução da vida foram rotuladas como não-trabalho (BARROSO e GAMA, 2020). Assim, a divisão sexual do trabalho se efetivou como a materialização de uma relação de poder dentro da força de trabalho e representou um “imenso impulso à acumulação capitalista” (FEDERICI, 2017), permitindo a apropriação do trabalho não remunerado de reprodução da vida das mulheres.

Federici (2017) faz referência ao que ela chama de “patriarcado do salário” para descrever um novo conjunto de relações sociais inauguradas pelo capitalismo em que, no seio da nova instituição familiar, a apropriação e o ocultamento do trabalho das mulheres se fizeram possíveis pela associação entre poder e trabalho assalariado: “[...] enquanto na classe alta era a propriedade que dava ao marido poder sobre sua esposa e filhos, a exclusão das mulheres do recebimento de salário dava aos trabalhadores um poder semelhante sobre suas mulheres” (p. 194). A ideia de “patriarcado do salário”, portanto, expressa a articulação e a interação entre o sistema de supremacia de gênero e o sistema capitalista, cujo resultado é a apropriação e completa desvalorização do trabalho reprodutivo das mulheres pelos homens e pelo capital *pari passu* à precarização feminina no mercado laboral produtivo assalariado.

Hirata e Kergoat (2007) apontam dois princípios organizadores fundamentais da divisão sexual do trabalho: 1) o princípio de separação e 2) o princípio hierárquico. O primeiro se expressa através da existência de trabalhos de homens e trabalhos de mulheres, e essa separação é feita segundo as noções de biologia e natureza utilizadas pelo sistema de gênero para justificar seu modo de operar as hierarquias e as opressões. O segundo, por sua vez, materializa-se na valorização do trabalho dos homens em contrapartida à desvalorização do trabalho feminino, seja este produtivo ou reprodutivo.

Assim, gerar e criar crianças, cuidar dos enfermos e dos idosos, limpar, cozinhar e realizar todas as atividades domésticas são percebidas socialmente como atividades naturalmente femininas e, por conseguinte, também desprovidas de valor e de esforço, já que estariam fora do terreno do trabalho, mas sim na esfera da vocação, como uma aptidão inata. Logo, depreende-se que “[...] uma enorme massa de trabalho é efetuada gratuitamente pelas mulheres, que esse trabalho é invisível, que é realizado não para elas mesmas, mas para outros, e sempre em nome da natureza, do amor e do dever materno” (HIRATA e KERGOAT, 2007, p. 597).

Buscando romper com a naturalização, que invisibiliza e desvaloriza o trabalho feminino reprodutivo, as discussões em torno da divisão sexual do trabalho buscam fomentar o entendimento da família também como uma unidade econômica em que o trabalho reprodutivo das mulheres é apropriado pelo capital, já que possibilita a “redução dos custos da reprodução da força de trabalho, mantendo o seu próprio valor em patamares mais baixos” (NOGUEIRA, 2010, p. 60). Deste modo, é mister o reconhecimento de que

a divisão sexual do trabalho encarna, questões atravessadas por um sistema de sexo/gênero marcado pelas opressões de homens sobre mulheres, bem como por uma estrutura de classes cuja base se ancora na exploração da força de trabalho da classe que produz a riqueza pela classe que se apropria desta mesma riqueza.

## SERVIÇO SOCIAL: GÊNERO, CLASSE E TRABALHO NA PROFISSÃO

Para a finalidade do presente estudo, é indispensável empreender uma breve discussão sobre as determinações sociais, materiais e históricas do desenvolvimento do Serviço Social como profissão no Brasil. Seu surgimento carrega duas marcas importantes: a relação com a Igreja Católica e o seu caráter de classe.

O Serviço Social no Brasil tem sua origem no seio do bloco católico nas décadas de 1930 e 1940, em um momento particular em que a Igreja buscava recuperar sua hegemonia e reafirmar seus interesses e privilégios. As protoformas do Serviço Social representam, portanto, o instrumento ideológico utilizado pelo bloco católico para profissionalizar, modernizar e tecnicizar seu apostolado social, para, assim, competir com a crescente secularização da sociedade da época (IAMAMOTO e CARVALHO, 2011).

A necessidade de enfrentamento das expressões da questão social, aliada ao controle e à regulação das classes trabalhadoras, por meio das políticas sociais, foi combustível fundamental para o desenvolvimento da profissão, cujas raízes se encontram nas ações filantrópicas de mulheres das classes dominantes. A formação e a intervenção buscavam, tão logo, contribuir com a manutenção da hegemonia de sua classe, diante das ameaças de insubordinação trabalhista e do comunismo. Assim, o Serviço Social caracterizou-se como um movimento de mulheres das classes dominantes, a partir da “idealização de sua classe sobre a vocação natural da mulher para as tarefas educativas e caridosas” (IAMAMOTO e CARVALHO, 2011, p. 182).

Dentre as contribuições da intervenção do Serviço Social e das políticas sociais para as classes dominantes, Iamamoto e Carvalho (2011) enunciam: a socialização dos custos da reprodução da força de trabalho; a manutenção das condições de sobrevivência do exército industrial de reserva; a regulação da vida social dos trabalhadores; e, principalmente, a garantia de consenso ou hegemonia, na medida em que “uma vez que não existe sociedade baseada na pura violência, é necessário recorrer à mobilização de outros mecanismos

normativos e adaptadores que facilitem a integração social dos cidadãos e a redução do nível de tensão que permeia as relações antagônicas” (IAMAMOTO e CARVALHO, 2011, p. 115).

Ao longo do tempo, a categoria profissional se diversificou em relação ao perfil das profissionais e incorporou paulatinamente parcelas de mulheres oriundas de segmentos da classe média. O arcabouço teórico-metodológico e as ferramentas da prática e da intervenção profissionais também se diversificaram, aproximando-se de teorias sociais críticas e emancipadoras. Tais transformações, contudo, não foram capazes de mudar uma das marcas da origem da profissão, a saber, a feminização da categoria profissional ainda nos dias atuais: 97% das assistentes sociais no Brasil são mulheres (CFESS, 2005). O Serviço Social, assim como a docência<sup>10</sup>, é uma profissão considerada mais atrativa às mulheres, por sua associação histórica (e não por acaso) com as habilidades e atributos ligados ao cuidado, à sensibilidade, à paciência, à moralidade e à educação. Aliás, a relação entre precarização do trabalho feminino e desvalorização do conhecimento e prática de assistentes sociais não deve ser considerada mera coincidência, mas sim expressão da articulação entre divisão sexual e divisão sociotécnica do trabalho. Sobre isto, Cisne (2004) explicita, com base em Lobo (1991), que

A subordinação da mulher e os “dons” ou habilidades ditas femininas são apropriados pelo capital para a exploração da mão-de-obra feminina, pois as atividades e trabalhos desenvolvidos por mulheres, ao serem vistos como atributos “naturais”, extensões de habilidades próprias do gênero feminino, são consideradas como dons e não trabalho. Nesse sentido, afirma Lobo: “Uma vez feminilizada, a tarefa passa a ser classificada como “menos complexa” (LOBO, 1991, p.150). Este “menos complexa” vem a ser a “justificação” de desprestígio e de desvalorização do trabalho feminino (CISNE, 2004, p. 130)

Assim, parece imprescindível reconhecer e analisar como as marcas do gênero materializam a divisão sexual do trabalho, operam códigos generificados no terreno da produção de conhecimento e dos saberes intelectuais, e estruturam o fazer docente sob bases desiguais, sexistas e opressoras.

---

10 Em especial na educação infantil e básica. O cenário muda no ensino superior que, com exceção de áreas ainda muito feminizadas (como Serviço Social, Enfermagem, Pedagogia e Dança, por exemplo), as mulheres não são maioria. Embora as universidades sejam campo de trabalho para a docência, também representam o território da racionalidade e da ciência, searas historicamente monopolizadas por homens, explicitando, assim, como opera a divisão sexual do/no saber na academia.

## DOCÊNCIA E PRECARIZAÇÃO NO BRASIL: AS MÚLTIPLAS FACES DO PROCESSO DE “DEMOCRATIZAÇÃO” DO ENSINO SUPERIOR

Para analisar, a partir de um recorte de gênero, os impactos particulares da pandemia de COVID-19 e do regime de trabalho remoto na vida de professoras do Departamento de Serviço Social da Universidade Brasília, é imprescindível refletir sobre os processos de precarização produzidos pelas políticas neoliberais que têm como alvo a educação superior.

Duarte (2017), ao discutir a intensificação e a precarização do trabalho docente de assistentes sociais em universidades federais do Brasil, inscreve esse fenômeno em um cenário maior de expansão do ensino superior no país a partir do resgate de três ciclos.

Segundo a autora, o primeiro ciclo de expansão do ensino superior no Brasil se deu no contexto da ditadura civil-militar, por meio da reforma universitária de 1968, cujos principais objetivos eram “desmobilizar os movimentos sociais; priorizar o setor privado rumo à privatização; e subordinação da educação à produção capitalista” (DUARTE, 2017, p. 55). O segundo ciclo de expansão foi operacionalizado durante o governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso e corresponde à contrarreforma do ensino superior, parte da contrarreforma do Estado, alinhada com o projeto neoliberal em ascensão naquele período. Ainda segundo Duarte (2017), foi a partir do governo de FHC que a educação passou pelo forte empresariamento do setor e pela desresponsabilização estatal. A autora ainda assinala como principais características dessa contrarreforma: a redução do grau da autonomia universitária e, conseqüentemente, a redução da autonomia docente; a subordinação da atividade acadêmica às demandas do mercado; a desvalorização do tripé ensino, pesquisa e extensão e a concentração de investimentos no ensino, tornando a universidade um “grande escolão”.

O mais recente ciclo de expansão do ensino superior no Brasil, durante o governo do Partido dos Trabalhadores (PT), consolidou e aprofundou as tendências anteriores de expansão e flexibilização das fronteiras público e privado na educação. A chamada “democratização do ensino superior” foi operacionalizada, principalmente, por programas de subsídio público a empresas privadas, como é o caso do Programa Universidade Para Todos (PROUni) e do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), garantindo a “ampliação da lucratividade dos grandes grupos corporativos educacionais,

sem muita preocupação com a qualidade da educação oferecida à juventude de baixa renda” (DUARTE, 2017, p. 144). O outro lado desse fenômeno de massificação do ensino superior pela via privada (com subsídio público) é justamente a precarização e o sucateamento sistemático e intencional das universidades públicas federais aliado à incorporação de uma lógica mercantil de intensificação do trabalho.

A construção de uma cultura acadêmica nas universidades centrada na lógica neoliberal e mercantil de produtivismo e competitividade, com metas de publicação e de horas em sala de aula como exigências para reivindicar melhores salários, mais recursos, fomento à pesquisa e prestígio, é fonte de sofrimento e sobrecarga para os docentes e compromete a qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão. Na sua pesquisa empírica com assistentes sociais atuando na docência em universidades federais, Duarte (2017) aponta que, quando perguntados sobre a quantidade de horas trabalhadas por dia, dos 52 sujeitos da pesquisa, 30 anunciaram de 9 a 12 horas de trabalho diárias, seguidos de 14 docentes que afirmaram trabalhar de 5 a 8 horas, e 8 docentes responderam que trabalham mais de 12 horas por dia. Ainda sobre esta pesquisa, a autora afirma que, não raro, os entrevistados relataram sentir que a sobrecarga e o acúmulo de trabalho comprometem a qualidade do ensino, já que falta tempo para dedicar-se à preparação das aulas, em especial à atualização de referências e recursos metodológicos, bem como à busca por novas possibilidades pedagógicas.

Segundo Duarte (2017), podem ser considerados aspectos que produzem o fenômeno intensificação/precarização do trabalho docente nas universidades: a ampliação de vagas nas universidades sem proporcional contratação de mais docentes (sobrecarga de trabalho); a exigência produtivista por parte de órgãos de fomento (competitividade entre docentes para atingir metas de publicação); a exigência para desempenhar cada vez mais atividades administrativas e de gestão, gerando um acúmulo de atividades, além da introdução de novas tecnologias da informação e comunicação no cotidiano laboral, alargando a jornada de trabalho para fins de semana e feriados, bem como com o aumento do grau de intensidade.

Essa exigência de um perfil cada vez mais multifuncional, polivalente e disponível ganha força em um período em que os limites entre trabalho e espaço doméstico estão mais borrados do que nunca, com particulares efeitos sobre as mulheres docentes, já que as medidas de distanciamento social durante a pandemia de COVID-19 “[...] incidiram exatamente na



ambiguidade da posição das mulheres: entre a casa e a universidade; entre o trabalho de cuidado, o trabalho emocional e o trabalho intelectual” (CASTRO e CHAGURI, 2020, p. 24).

## **OS IMPACTOS DA PANDEMIA NA VIDA DAS MULHERES DOCENTES DO DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL DA UNB**

É importante traçarmos brevemente o perfil das 22 (vinte e duas) respondentes, para melhor entender a realidade vivida por elas nesse período de pandemia e trabalho remoto. Em relação ao perfil das participantes da pesquisa, temos: 81,8% estão na faixa etária de 30 a 49 anos; 54,4% são casadas ou estão em união estável; 81,8% são heterossexuais; 81,8% se autodeclararam brancas e 13,6% negras; 77,3% afirmaram não possuir religião; 40,9% possuem renda familiar mensal acima de 17 salários mínimos; 77,3% possuem filhos. A grande maioria possui doutorado, e metade tem ou está fazendo pós-doutorado. A maioria das docentes também apresentou larga experiência na docência no ensino superior, com mais de 10 (dez) anos atuando na área.

No que diz respeito às atividades desenvolvidas na universidade, as docentes relataram altíssima carga de trabalho relativa à orientação acadêmica de estudantes (considerando Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso - PTCC, Trabalho de Conclusão de Curso - TCC, Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC, monitoria, prática de pesquisa, mestrado e doutorado): do total de 22 docentes, metade respondeu ter mais de 10 alunos sob sua orientação, e mais 5 relataram ter entre 8 e 10 alunos. Somando-se a outras atividades de pesquisa, além de extensão e ensino, essa carga de trabalho parece integrar o processo de intensificação/precarização descrito por Duarte (2017). A autora afirma que parte importante do projeto de expansão do ensino superior no Brasil é justamente multiplicar o número de vagas nas universidades, sem mais investimento em recursos humanos, seja na contratação de novos professores e/ou para cargos administrativos. O resultado é a sobrecarga de trabalho e o acúmulo de atividades e responsabilidades múltiplas, o que causa sofrimento, desgaste nos docentes e pode comprometer a qualidade da formação acadêmica de novos profissionais, bem como afetar diretamente a saúde física e mental dos professores.

Perguntadas sobre sua rotina de divisão de horários entre as atividades profissionais e as suas demais atividades, mais da metade das docentes res-

pondeu não ter conseguido organizar e separar essas atividades de natureza distinta. A dificuldade em desagregar as atividades profissionais e as tarefas domésticas pode estar relacionada com a sobreposição de tarefas, espaços e tempos, de tal forma que

[...] enquanto o tempo e o espaço das atividades laborais dos homens tendem a ser preservados e respeitados, mulheres nas mesmas condições têm relatado a constância das interrupções pelas crianças e por outros membros da família, o que, no caso específico das professoras e pesquisadoras, torna impossível a concentração constante e duradoura que é exigida para o conjunto de tarefas que conformam o conteúdo de seu trabalho (CASTRO e CHAGURI, 2020, p. 24).

Borsoi e Pereira (2011) também já identificaram que o trabalho das mulheres em casa é marcado por mais interrupções do que o dos homens, o que pode, no caso da pesquisa realizada por esses autores, justificar por que suas jornadas de trabalho são mais extensas e prolongadas. Em relação à sobreposição das temporalidades e espaços na experiência das mulheres e a dificuldade de separar as tarefas, Haicault (*apud* CASTRO e CHAGURI, 2020), pesquisando mulheres que trabalhavam na indústria têxtil, nas fábricas e em casa, percebeu que a distinção dos espaços sociais domésticos e profissionais era simplesmente de ordem simbólica. Além da carga de trabalho material e concreta, a autora chama atenção para a exaustiva e adoecedora carga mental, que pode explicar por que mulheres docentes relatam, com mais frequência, problemas de saúde de ordem psicossomática e uso de medicação prescrita (BORSOI e PEREIRA, 2011). Essa carga mental é fruto não só do somatório e acúmulo de tarefas, mas também, e principalmente, da sincronidade delas. Enquanto trabalham na esfera produtiva, as mulheres planejam e administram uma série de outras atividades de ordem reprodutiva ao mesmo tempo: relembram, simultaneamente, o horário que o caminhão do lixo vai passar, pensam na tarefa da escola dos filhos, na roupa que precisa ser estendida, na carne que deve ser descongelada para fazer o almoço e tantas outras demandas que, embora digam respeito ao grupo familiar e/ou ao coletivo de pessoas que residem na mesma casa, recaem como obrigação e responsabilidade das mulheres.

A maioria das respondentes também afirmou não estar satisfeita com seu desempenho como pesquisadora durante o período da pandemia. 54,5% avaliaram seu próprio desempenho como “ruim” e 31,8% como “regular”.

Somente três docentes avaliaram seu desempenho como “bom”. Como dito, o projeto neoliberal de mercantilização da educação superior impõe a incorporação de metas de produtividade e publicação como indicadores de sucesso profissional e acesso aos recursos e aos financiamentos, através dos órgãos de fomento. Interessante pensar que a paradoxal exigência de produtivismo, através do número de publicações, integra o mesmo projeto que sucateia as atividades de pesquisa e extensão e sobrecarrega os docentes com atividades de ensino e tarefas administrativas. A insatisfação das professoras com seu próprio desempenho como pesquisadoras também pode estar relacionada à percepção de que não dedicam tempo o suficiente para as atividades de pesquisa e escrita acadêmica. De fato, o tempo parece ser um recurso escasso na vida das docentes durante o período estudado. Questionadas sobre a participação em atividades para a sua formação e aperfeiçoamento profissional e acadêmico, (tais como assistir e participar de *lives*, fazer cursos online, ler e escrever artigos), 68,2% responderam que conseguiram participar “muito pouco”. Os principais fatores apontados como impeditivos ou limitadores foram: “não tenho tempo o suficiente” (76,2%) e “o trabalho de cuidados dos meus filhos me deixa muito cansada a maior parte do tempo” (47,6%). Além disso, também responderam “o trabalho doméstico me deixa muito cansada” (33,3%); “não tenho ambiente e recursos adequados” (33,3%); e “não tenho motivação”(9,5%). Nenhuma docente respondeu não ter interesse.

Outro dado importante, que dialoga com a discussão sobre a intensificação e a precarização do trabalho docente nas universidades públicas brasileiras, é relativo ao crescente borramento dos limites entre vida privada/familiar e vida profissional: 63,6% das respondentes afirmaram que já costumavam realizar/atender demandas de natureza profissional em seu ambiente doméstico e familiar, mesmo antes da pandemia. Através da multiplicação de demandas e a incorporação das tecnologias de comunicação e informação, as responsabilidades profissionais invadiram pouco a pouco a rotina privada, com particulares efeitos sobre a vida das mulheres, em geral as maiores responsáveis pelos afazeres domésticos.

Sobre a divisão das tarefas domésticas no ambiente familiar, percebe-se que a realidade das docentes é distinta da maioria das mulheres brasileiras, particularizando-se em determinados aspectos. De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), referente a 2019, as mulheres dedicam, em média, 8 horas semanais a mais que os homens, aos afazeres domésticos e cuidados de pessoas da família, especialmente os

filhos. No entanto, as docentes respondentes da pesquisa apresentaram um cenário diferente: 58% delas disseram dividir igualmente os trabalhos domésticos com algum outro morador da casa. A outra parte (41,2%) marcou a opção: “sim, dividimos, mas eu fico com a maior parte”.

Esse dado pode nos revelar dois aspectos de uma mesma realidade. Por um lado, o nível educacional, a renda média alta ou até mesmo certo nível de consciência acerca das questões relativas ao gênero (seja das professoras seja dos outros moradores da casa) podem deslocar as relações de poder de gênero e criar novas formas de convivência, mais alinhadas com referenciais direcionados ao estabelecimento de relações baseadas na igualdade de gênero. Por outro, muitas mulheres ainda aparecem como as verdadeiras responsáveis pelo trabalho doméstico, enquanto os homens figuram como “ajudantes”. A obra em quadrinhos “The Mental Load: a feminist comic” (2018), da autora francesa Emma Clit, ilustra essa falsa atualização da divisão sexual do trabalho: a frase “era só pedir” (dita pelos homens, em resposta à insatisfação de suas companheiras sobre sua não participação dos afazeres domésticos) representa a ideia de que os homens esperam de suas companheiras que elas lhes digam o que fazer. Isso significa, portanto, que as mulheres continuam sendo vistas como as responsáveis por gerir, administrar, planejar, delegar e ainda executar boa parte do trabalho. Um dos efeitos desse processo, que mascara a manutenção ílesa da divisão sexual do trabalho em sua essência, é justamente a sobrecarga mental, emocional e física das mulheres e a apropriação do seu tempo.

Ainda sobre a divisão sexual do trabalho, a maioria das docentes (77,3%) respondeu contar com o serviço de algum tipo de empregada/o doméstica/o, sendo a maioria delas (88,4%) de regime de trabalho do tipo “diarista”. Hirata e Kergoat (2007) afirmam que a divisão sexual do trabalho tem uma plasticidade que a permite se manter intacta mesmo com mudanças na condição social e política das mulheres. Assim, surgem novas modalidades dessa divisão, em constante articulação com os fenômenos culturais, mudanças no modo de produção e movimentos sociais e políticos.

As autoras apontam para o cruzamento de dois fenômenos contemporâneos: o aumento do número de mulheres em cargos executivos e de nível superior (aumento de seu capital social, cultural e econômico) e também uma super-representação feminina na pobreza, no desemprego e nos trabalhos precários e mal remunerados. Um dos desdobramentos desses dois fenômenos (mas também uma de suas forças impulsionadoras) é a utilização, por parte

das mulheres mais privilegiadas, da abundante mão de obra de mulheres mais vulneráveis assoladas pelas políticas de precarização e flexibilização trabalhista no capitalismo neoliberal. No caso do norte global, em especial as imigrantes, e no caso brasileiro, mulheres pobres e negras integram essa mão de obra utilizada por mulheres mais privilegiadas para terceirizar o trabalho doméstico (HIRATA e KERGOAT, 2007, p. 60). Essa tendência constitui o que as autoras denominam de “modelo de delegação”, uma estratégia crescente nos países capitalistas para lidar com os conflitos e tensões do antagonismo entre as responsabilidades reprodutivas e produtivas de muitas mulheres de classes médias e altas. Como já dito, essa estratégia só é possível pela existência de desigualdades raciais e étnicas, aliada à flexibilização, à precarização e à desproteção no mundo do trabalho assalariado.

No entanto, é importante ressaltar que, por serem socialmente percebidas como as “titulares” das responsabilidades com o trabalho reprodutivo, mesmo quando delegam, o trabalho de supervisionar, orientar e administrar ainda é feminino: “[...] a gestão do conjunto do trabalho delegado é sempre da competência daquelas que delegam” (HIRATA e KERGOAT, 2007, p. 607). Além disso, mesmo dispondo dos serviços frequentes ou eventuais de trabalhadoras/es domésticas/os, as docentes relataram realizar uma série de atividades domésticas em casa. As tarefas que a maioria das docentes responderam fazer “frequentemente” foram: cuidar dos filhos, cozinhar, limpar e varrer a casa, lavar roupas e louça, fazer compras e tirar o lixo. Com exceção de “fazer compras”, todas as demais tarefas podem ser classificadas como de necessidade diária/cotidiana, demandando constantemente tempo, esforço e trabalho.

Sobre maternidade e docência, 95,5% das docentes participantes da pesquisa afirmaram que: 1) a maternidade influencia na produtividade acadêmica das professoras mulheres no ensino superior; 2) os eventos científicos da comunidade acadêmica não oferecem condições para a participação de mães que não tem com quem deixar seus filhos; e 3) já precisaram ou conhecem alguém que já precisou levar os filhos para algum evento científico ou para o ambiente de trabalho. Segundo Castro e Chaguri (2020), “[...] a maternidade não deve ser vista apenas pela perspectiva biológica. Ao contrário, olhar para ela revela como o gênero é socialmente construído” (p. 25). Na carreira acadêmica, é comum que a experiência da maternidade, tão socialmente cobrada e exigida das mulheres, seja motivo de penalização para as suas carreiras, funcionando como um “teto de vidro”, uma “barreira invisível

operada pela desigualdade de gênero, dificultando o acesso das mulheres ao topo” (MOSCHKOVICH e ALMEIDA, 2015, p. 752). Uma vez que “[...] a entrada das mulheres na ciência, esfera pública, necessariamente, não as tem desobrigado das responsabilidades com o cuidado da casa e filhos” (RIBEIRO e SILVA, 2014, p. 460), cabe a elas operar o malabarismo de conciliar o trabalho produtivo e reprodutivo, esforço que dificilmente os homens precisam fazer: paternidade e carreira acadêmica não aparecem como escolhas divergentes, tampouco costumam provocar nos homens qualquer dilema moral ou sentimento de culpa.

Sobre isso, ressalta-se a Resolução N° 01/2020, 24 de julho de 2020, do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília, que estabelece orientações para a redução da carga horária de trabalho das mulheres docentes do referido Departamento, em especial aquelas que possuem filhos pequenos, que estão na educação infantil e no primeiro ciclo do ensino fundamental (1º a 5º anos) e/ou até 12 anos de idade. Sobre as docentes, a Resolução prevê: a redução da carga horária didática; a reorientação das atribuições administrativas, substituindo temporariamente a docente, quando possível e de acordo com sua vontade, em comissões ou cargos administrativos; e estímulo, de acordo com a vontade da docente, da adoção de orientação compartilhada com outros docentes aptos a auxiliar na orientação de alunos tanto na graduação quanto na pós-graduação.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Empreender uma reflexão sobre os impactos da pandemia e do trabalho remoto na vida das professoras do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília foi o objetivo central da presente análise que, contudo, não se esgota a partir dos resultados apresentados, mas sim aponta a necessidade de ampliar o debate para questões que o atravessam inevitavelmente. Docência e precarização, divisão sexual do trabalho e Serviço Social se consolidaram, portanto, como categorias analíticas capazes de elucidar as particularidades com que a pandemia se materializou na realidade do cotidiano das mulheres docentes do ensino superior.

O regime de trabalho remoto, popularizado durante a pandemia de COVID-19, incidiu sobre o lugar ambíguo das mulheres na academia: entre a ciência e o trabalho reprodutivo de cuidado da casa e dos filhos. A vivência do tempo e do espaço, marcada pela sobreposição de tarefas e responsabilidades

e sobrecarga física, emocional e mental, é uma experiência *de gênero*. A já conhecida divisão sexual do trabalho, que separa e hierarquiza as tarefas segundo o gênero, explorando e apropriando o trabalho reprodutivo e o tempo das mulheres, é intensificada pelo fenômeno da precarização do trabalho docente no Brasil. Essa precarização é produto da importação da lógica mercantil do mercado privado para dentro da realidade administrativa e intelectual das universidades públicas brasileiras, parte integrante do projeto neoliberal de sucateamento e privatização da educação.

Os dados da pesquisa empírica com as docentes do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília sobre os efeitos da pandemia e do trabalho remoto apontam para um cotidiano marcado pela sobrecarga de trabalho e o acúmulo de atividades, escassez de tempo e dificuldade de separar as atividades profissionais (trabalho produtivo) e atividades domésticas e de cuidado (trabalho reprodutivo). Os dados também revelam uma divisão um pouco mais equilibrada dos afazeres domésticos nos lares das docentes, embora boa parte delas tenha apontado que ainda se responsabilizam pela maior carga de trabalho dessa natureza. A maioria das docentes também se mostrou insatisfeita com seu desempenho como pesquisadora durante esse período, revelando a dificuldade de conciliar as atividades acadêmicas com as demais tarefas, sejam domésticas, sejam de ensino, pesquisa e extensão.

Para além dos resultados evidenciados anteriormente, a presente pesquisa apontou, ainda, para a necessidade de desenvolver estudos, em especial com pesquisas empíricas, capazes de analisar como os impactos dessa nova realidade de trabalho sobre mulheres acadêmicas, cientistas e pesquisadoras se particularizam tanto no ensino superior público como no privado, bem como nas diferentes áreas da produção de conhecimento.

## REFERÊNCIAS

ASSISTENTES SOCIAIS NO BRASIL. **Elementos para o estudo do perfil profissional**. Brasília, CFESS/CRESS/UFAL, 2005.

BARROSO, Hayeska Costa; GAMA, Mariah Sá Barreto. A crise tem rosto de mulher: como as desigualdades de gênero particularizam os efeitos da pandemia da COVID-19 para as mulheres no Brasil. **Revista do CEAM**, v. 1, n. 6, p. 84-94, 2020.

BORSOI, Izabel Cristina Ferreira; PEREIRA, Flavilio Silva Pereira Silva. Mulheres e homens em jornadas sem limites: docência, gênero e sofrimento. **Revista Temporalis**, v. 11, n. 21, p. 119-145, 2011.

CANDIDO, Marcia Rangel; CAMPOS, Luiz Augusto. **Pandemia reduz submissões de artigos acadêmicos assinados por mulheres**. Blog Dados 2020.

CASACA, S. F. **Revisitando as Teorias Sobre a Divisão Sexual do Trabalho**. SOCIUS Working Paper 4/2009.

CASTRO, Bárbara; CHAGURI, Mariana Miggiolaro. Gênero, tempos de trabalho e pandemia: por uma política científica feminista. **Linha Mestra**, n. 41a, p. 23-31, 2020.

CISNE, Mirla. **Serviço Social: uma profissão de mulheres para mulheres?**: uma análise crítica da categoria gênero na histórica "feminização" da profissão. 2004. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco.

DUARTE, Janaína Lopes do Nascimento. **Trabalho Docente do Assistente Social nas Federais**: contradições e resistências em tempos de intensificação e produtivismo acadêmico. 2017. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro.

EMMA (ILLUSTRATOR). **The Mental Load: A Feminist Comic**. Seven Stories Press, 2018. Disponível em: <https://english.emmaclit.com/2017/05/20/you-shouldve-asked/> Acesso: 14.fev.2021.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a Bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. Tradução: Coletivo Sycorax. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

FUB. Fundação Universidade de Brasília. **Anuário Estatístico 2019 (Período 2014-2018)**. Disponível em: [http://dpo.unb.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=47&Itemid=872](http://dpo.unb.br/index.php?option=com_content&view=article&id=47&Itemid=872) Acesso em: 14.fev.2021.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 595-609, 2007.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (PNAD Contínua) 2019**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?edicao=28549>. Acesso em: 14.fev.2021.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 35 ed, São Paulo: Cortez, 2011.

LEMONS, Ana Heloísa da Costa; BARBOSA, Alane de Oliveira; MONZATO, Priscila Pinheiro. Mulheres em home office durante a pandemia da covid-19 e as configurações do conflito trabalho-família. **Rev. adm. empres**. São Paulo, v. 60, n. 6, p. 388-399, 2020.

LOBO, Elisabeth Souza. **A classe trabalhadora tem dois sexos**: trabalho, dominação e resistência. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura e Brasiliense, 1991.

MACEDO, Shirley. Ser mulher trabalhadora e mãe no contexto da pandemia COVID-19: tecendo sentidos. **Rev. NUFEN**. Belém, v. 12, n. 2, p. 187-204, 2020.



MOSCHKOVICH, Marília; ALMEIDA, Ana Maria F.. Desigualdades de Gênero na Carreira Acadêmica no Brasil. **Dados**. Rio de Janeiro, v. 58, n. 3, p. 749-789, 2015.

NOGUEIRA, Cláudia Mazzei. As relações sociais de gênero no trabalho e na reprodução. **Revista Aurora**, v. 3, n. 2, p. 59-62, 2010.

NOGUEIRA, Luíza Souto Souto; DI GREGORIO, Mariana Orsini Simonetti. Desigualdade de gênero e Covid-19: os reflexos da pandemia na vida das mulheres. **Revista Chilena de Derecho y Ciencia Política**. v. 11, n. 2, p. 44-60, 2020.

OLIVEIRA, Anita Loureiro de. A espacialidade aberta e relacional do lar: a arte de conciliar maternidade, trabalho doméstico e remoto na pandemia da COVID-19. **Revista Tamoios**. v. 16, n. 1, 2020.

SILVA, Fabiane Ferreira da; RIBEIRO, Paula Regina Costa. Trajetórias de mulheres na ciência: “ser cientista” e “ser mulher”. **Ciência & Educação** (Bauru), v. 20, n. 2, p. 449-466, 2014.

## INCLUSÃO NO MERCADO DE TRABALHO: VIVÊNCIAS DE UMA ASSISTENTE SOCIAL COM DEFICIÊNCIA

---

Carolini Constantino<sup>11</sup>

Fábia Halana<sup>12</sup>

Michele Barth<sup>13</sup>

**RESUMO:** O estudo objetiva analisar a vivência de uma assistente social com deficiência frente à inclusão no mercado de trabalho. A pesquisa se configura como um estudo de caso da vivência de uma das autoras. Como instrumento de pesquisa foi utilizado o diário de campo da participante. A análise de dados foi desenvolvida de forma qualitativa e pautada no viés etnográfico. Apesar das relevantes conquistas legais, a mulher com deficiência ainda é excluída do mercado de trabalho. Logo, necessita-se o enfrentamento da desigualdade social vivenciada pelas mulheres com deficiência e discussões sobre deficiência e gênero junto com trabalho.

**PALAVRAS-CHAVE:** Mercado de Trabalho. Mulher com Deficiência. Serviço Social.

**ABSTRACT:** The study aims to analyze the experience of a social worker with a disability facing inclusion in the labor market. The research is configured as a case study of the experience of one of the authors. The participant's field diary was used as a research instrument. Data analysis was carried out qualitatively and based on an ethnographic bias. Despite the relevant legal achievements, women with disabilities are still excluded from the labor market. Therefore, it is necessary to face the social inequality experienced by women with disabilities and discussions about disability and gender together with work.

**KEYWORDS:** Job market. Women with disabilities. Social Service.



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons – Atribuição Não-Comercial 4.0 Internacional.

---

11 caroliniconstantino@gmail.com

12 fabiahalana@hotmail.com

13 designer.mibarth@gmail.com

## INTRODUÇÃO

O trabalho é uma das principais funções sociais da humanidade. Ele é entendido por Marx (2015), como a forma e capacidade de transformar a natureza para suprir as necessidades humanas. O trabalho também pode ser entendido como uma transformação que ocorre entre homem e natureza que acaba gerando um significado (CODD, 1997). Em contrapartida, sob a lógica do capitalismo, o trabalho nada mais é do que “exploração do homem pelo homem” para alcançar o lucro acima de tudo.

Na contemporaneidade, nota-se que o sistema capitalista vem provocando inúmeras mudanças no mercado de trabalho. Enquanto o consumo aumenta desenfreadamente, expande também a produção de mercadorias com o avanço da tecnologia que reverbera não só no desemprego - devido a substituição do homem pelas máquinas -, mas também no aumento dos trabalhos informais e temporários, nos baixos salários, fatores esses que agudizam a precarização e exploração da classe trabalhadora (COUTINHO; ALVES; DOS SANTOS, 2020).

Entre os trabalhadores estão as mulheres, as quais são marcadas pela desigualdade social nutrida diariamente pelo capitalismo. É no sistema capitalista de produção que o patriarcado encontra um terreno fértil que permite reforçar suas ideologias que compõem o sistema de opressão às mulheres. Segundo Coutinho, Alves e dos Santos (2020), as desigualdades estão presentes em toda a vida feminina, manifestando-se principalmente sobre a inserção das mulheres no mercado de trabalho.

Ainda dentro desse grupo social, destacam-se as mulheres com deficiência. Enquanto 46% das mulheres *sem* deficiência têm acesso ao trabalho, e 57% dos homens *com* deficiência possuem do mesmo, as mulheres *com* deficiência possuem o menor acesso ao trabalho chegando a apenas 38% delas estarem no mercado de trabalho (IBGE, 2010). Assim como as mulheres *sem* deficiências, as mulheres *com* deficiência são excluídas do mercado de trabalho devido ao seu gênero, mas, além disso, também são excluídas devido à deficiência.

Em contrapartida, a realidade de muitas dessas mulheres vai além do atravessamento desses dois marcadores sociais, deve-se sempre considerar as pluralidades através da intersecção do gênero e deficiência com etnia/raça, orientação sexual, território, religião e outras, que podem potencializar processos de opressão e vulnerabilidade social das mulheres com deficiência (GESSER; NUERNBERG; TONELI, 2013).

No entanto, muito pouco está sendo feito para combater essa triste realidade. As mulheres com deficiência ainda enfrentam a invisibilidade de seus direitos e especificidades na formulação de políticas públicas e nos avanços do arcabouço legal em prol da igualdade de gênero no Brasil (MENDONÇA, 2014).

No que tange o Serviço Social, esse tem um importante papel frente a defesa dos direitos da mulher com deficiência e, no endosso da luta por melhores condições de vida desse grupo. Historicamente os assistentes sociais no Brasil participam do conflito de interesses entre a classe burguesa e o proletariado, tendo como principal objeto de atuação as expressões da “questão social” e dentre suas principais atribuições, a viabilização de direitos e mobilização de sujeitos políticos.

Logo, os/as assistentes sociais devem trabalhar em prol das mulheres com deficiência como base os princípios fundamentais que compõem o Código de Ética profissional (1993), especificamente os que definem o posicionamento em favor da equidade e justiça social e o empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, a fim de colaborar desconstrução de concepções equivocadas sobre a deficiência, combate ao capacitismo nos espaços e serviços. Assim, o objetivo deste estudo é analisar a vivência de uma assistente social com deficiência frente à inclusão no mercado de trabalho.

## MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa realizada neste artigo baseou-se em um estudo de caso, produzido através de observações e descrições das vivências de uma das autoras perante a inclusão no mercado de trabalho. Já a análise dos dados foi desenvolvida de forma qualitativa, pautada no viés etnográfico. Para Chizzotti (2000) o estudo de caso permite apreender a singularidade de uma situação retratada e a complexidade e multiplicidade de aspectos globais. O caso pode ser tomado como unidade significativa do todo.

Com relação ao levantamento de dados, utilizaram-se procedimentos e instrumentos da etnografia, de modo que o pesquisador realizasse o movimento de aproximação buscando se situar no interior do fenômeno observado por meio de uma participação efetiva nas formas de sociabilidade apresentadas através da realidade investigada (ECKERT; ROCHA, 2008). O diário de campo<sup>14</sup> de uma das autoras deste artigo foi utilizado como uma ferramenta

---

14 A autora foi motivada a escrever um diário de campo para registrar suas vivências e experiências perante o mercado de trabalho após ingressar no grupo de pesquisa na Universidade Feevale como bolsista de aperfeiçoamento científico no ano de 2020.

desta pesquisa, sendo que a partir dele, foram extraídos recortes e analisadas as vivências da autora desde o período após a conclusão do ensino médio (2008), a partir do momento que entrou na faculdade (2015) e até o presente momento. Segundo Gil (2008) e Minayo (2000), o diário de campo pode ser definido como o documento escrito na ocasião dos acontecimentos, sendo ele um instrumento de pesquisa em que o pesquisador expõe suas perspectivas, inquietações, dúvidas e informações que muitas vezes não estão presentes em outras técnicas. Com intuito de preservar a identidade da colaboradora, seu nome foi substituído por “Frida”.

A análise e discussão dos dados foi realizada por meio da triangulação, a qual, segundo Minayo, Assis e Souza (2005), é uma técnica que permite estabelecer o diálogo entre diferentes áreas de conhecimento, possibilitando a relação entre teoria e prática, somando várias perspectivas sobre determinada realidade.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Levando em consideração que as mulheres com deficiência possuem diferentes raças, classes, crenças e marcadores sociais, é fundamental considerar a intersecção de todos os marcadores sociais para alcançar uma investigação feminista, reflexiva, crítica e responsável. Com isso, é imprescindível salientar que Frida é uma mulher branca, da classe média baixa, com impedimentos físicos, que vivencia deficiência desde o seu nascimento e que nasceu na região Sul do Brasil, onde ainda mora.

O início da trajetória profissional de Frida começa depois de algumas tentativas de procura de emprego após concluir o ensino médio, aos seus 18 anos de idade. Ela participou de aproximadamente cinco entrevistas e enviou em torno de dez currículos, mas acabou não sendo contratada, então isso fez com que ela percebesse a necessidade de se qualificar. De acordo com Fogli e Filho (2009), a falta de escolaridade é um dos grandes motivos que dificultam a inclusão das pessoas com deficiência no mercado de trabalho, sendo que mesmo na formação profissional elas se deparam com a primeira barreira que é o não acesso à educação, fazendo com que uma expressiva quantidade de pessoas com deficiências não realize cursos técnicos e tecnológicos, nem mesmo cursos de formação inicial. Desta forma, isso colabora com a manutenção do ciclo da exclusão.

Assim, num primeiro momento, Frida pretendia cursar Jornalismo em uma universidade privada na cidade vizinha de onde mora, porém, pelo curso

ser presencial, ela não encontrou nenhum transporte coletivo nem particular que fosse acessível na época, e seu pai se recusou em levá-la e tampouco pagar pelo curso, por considerar o valor elevado. Além disso, Frida evidencia em seu diário de campo o quanto a desigualdade imposta a ela impactou até mesmo na escolha do curso de graduação:

[...] vi no ensino à distância uma oportunidade de entrar no mundo acadêmico por não ser obrigatório comparecer em todos os encontros e também pela mensalidade ser um valor mais acessível financeiramente. Assim, escolhi o curso de Serviço Social, que era um dos cursos que mais me identifiquei entre os cursos disponíveis, ainda mais por admirar o trabalho que uma assistente social realizava em uma associação de pessoas com deficiência que eu frequentava. (RECORTE DO DIÁRIO DE CAMPO).

A falta de transporte acessível, o alto custo da universidade privada e a falta de apoio do pai, fizeram com que Frida “optasse” cursar o ensino superior à distância. Porém, ainda que Frida tenha observado na modalidade à distância uma forma de entrar para o mundo acadêmico, nem todas mulheres e homens com deficiência têm condições ou vontade de fazer o mesmo. Muitas pessoas com deficiência também querem e devem participar, presencialmente, da vida escolar, pois todas devem ser incluídas nas salas de aula, ser igualmente reconhecidas e valorizadas como iguais, ter as mesmas oportunidades de formação e aprendizagem, para que, no futuro, se tornem cidadãos ou cidadãs ativos e produtivos (FERREIRA, 2010).

Essas questões apresentadas por Frida podem ser algumas das razões pelas quais apenas 5% das pessoas com deficiência concluem o nível superior no Brasil (IBGE, 2019). Cabe destacar que esse dado se refere às mulheres e homens com deficiência, contudo, mais uma vez o importante recorte do gênero não foi realizado, o que, de certa forma, oculta a desigualdade vivenciada pelas mulheres com deficiência.

Neste sentido, o inexpressivo número de pessoas com deficiência no ensino superior e a ausência do recorte por gênero desses dados são a materialização do capacitismo e do sexismo que podem ser identificados no recorte a seguir:

[...] enquanto eu tive que implorar pra fazer faculdade, pro meu irmão mais novo que também é cadeirante e que tem a mesma deficiência que a minha, quando ele ainda tava no ensino médio eu escutava meu pai dizendo que o dinheiro da faculdade dele já estava no banco. (RECORTE DO DIÁRIO DE CAMPO).

Nesse recorte, é possível observar o tratamento desigual sobre Frida e sobre o irmão, sendo que a única diferença entre eles é o gênero. Essa atitude desigual pode se enquadrar como *sexismo* que tradicionalmente discrimina as mulheres ao definir os papéis sociais, nesse caso o papel do trabalho, de acordo com o sexo e gênero, reproduzindo e reforçando a desigualdade entre os sexos (OLIVEIRA; BOAS; HERAS, 2016). A partir disso, comprova-se a necessidade de trazer as mulheres com deficiência para as discussões referente ao combate do sexismo e capacitismo, pois elas também são alvo de ambas as opressões.

Depois que ingressou na academia, Frida se deparou com diferentes barreiras impostas a ela, as quais são entendidas como qualquer entrave e comportamento que limita ou impede a participação social da pessoa com deficiência (BRASIL, 2015). Esse fato foi evidenciado no seguinte recorte:

[...] Nunca vou esquecer de um dia que recebi uma mensagem da minha tutora, assistente social também, dizendo que não era para eu ir numa palestra que ia ter onde eu estudava porque a palestra, sobre inclusão, iria ser realizada no segundo andar que era maior. Aquilo me doeu muito, minha tutora deu a entender que ela não concordava, mas mesmo assim ela me mandou aquela mensagem o que pra mim já é concordar, e eu acabei indo igual naquele dia porque eu queria ouvir da boca da coordenação e direção que eu não poderia participar [...] resumindo, eles desceram todos os alunos do segundo andar e eu fui embora, foi bem desgastante. (RECORTE DO DIÁRIO DE CAMPO).

Nesse sentido, identifica-se tanto a barreira arquitetônica, quanto a barreira atitudinal praticada pela tutora e pela coordenação e direção. O fato de não adaptarem o auditório da palestra, como também o fato de impedirem o acesso de Frida ao evento no primeiro momento, nada mais são do que expressões baseadas no capacitismo, que é o nome da discriminação contra as pessoas que vivenciam alguma deficiência. Segundo Campbell (2001, p. 44, tradução nossa):

Capacitismo é uma rede de crenças, processos e práticas que produzem um tipo particular de “self” e corpo (o padrão corporal) que é projetado como perfeito, típico da espécie e, portanto, essencial e totalmente humano. A deficiência é considerada um estado diminuído do ser humano.

Assim como Frida vivenciou o capacitismo na instituição de ensino, Lorandi e Gesser (2021) afirmam que o capacitismo impacta a trajetória acadêmica

do (a) aluno (a) com deficiência por ele/ela estar presente no ensino superior em diversos âmbitos, seja na arquitetura, nas interações sociais, nas políticas educacionais e outros.

Apesar do capacitismo estar presente desde o início da trajetória acadêmica de Frida, constata-se, no recorte seguinte, que ele também esteve presente no momento em que, novamente, ela tentou ingressar no mercado de trabalho:

Ainda durante minha graduação eu comecei a procurar emprego, estágio. Eu estava confiante que conseguiria porque, além de estar cursando uma graduação, eu sabia que existia a Lei de Cotas. Então acabei fazendo várias entrevistas, mas geralmente sempre surgiam as mesmas desculpas, como a falta de estrutura física, que não tinha banheiro adaptado, ou então que queriam alguém com experiência, que tinha vaga para pessoas com deficiência, mas não para a vaga que eu queria e assim nunca fui contratada. (RECORTE DO DIÁRIO DE CAMPO).

Como mencionado por Frida, em algumas de suas tentativas de emprego existiam vagas específicas a serem ocupadas pelas pessoas com deficiência, mas não para as funções que ela pretendia desempenhar. Isso acaba ocorrendo na maioria das empresas por não acreditarem que existem pessoas com deficiência bem qualificadas, restringindo as vagas ofertadas a pessoas com deficiência apenas para funções e trabalhos operacionais (SILVA; PRAIS; SILVEIRA, 2015).

A Lei de Cotas pontuada por Frida, diz respeito à Lei nº 8.213 de 1991 (BRASIL, 1991) que determina o número de vagas de trabalho que devem ser ocupadas obrigatoriamente pelas pessoas com deficiência em empresas com mais de cem funcionários. A cota reserva de 2% a 5% das vagas de trabalho formal, dependendo do tamanho do quadro funcional da empresa. Essa Lei visa garantir o direito ao trabalho e proteger as pessoas com deficiência. Foi devido a essa lei que Frida se sentiu segura e confiante por acreditar que seria contratada facilmente, porém não foi o que aconteceu.

A Lei Brasileira da Inclusão (BRASIL, 2015) também define que é dever do Estado, da sociedade e da família a assegurar à pessoa com deficiência a efetivação dos direitos como o trabalho, em seu capítulo VI, a Lei também traz orientações sobre o direito ao trabalho desses indivíduos visando o enfrentamento das barreiras e a inclusão do grupo ao mercado de trabalho.

Todavia, isso comprova que além da legislação é necessário que haja uma intensa e diária fiscalização da estrutura física e do cumprimento da reserva de



vagas das empresas. Afinal, no recorte abaixo, pode-se observar que mesmo antes de ter um emprego, Frida já se deparou com a inacessibilidade no processo seletivo, dificultando mais ainda o ingresso dela no mercado de trabalho:

Lembro de uma entrevista em específico que pedi pro meu pai me levar, mas nem falei que era uma entrevista pra não passar vergonha caso eu não fosse contratada e também por saber que ele não me apoiava. Cheguei lá, a assistente social me viu e já ficou apavorada porque no dia que agendei com ela, por telefone, eu não avisei que era cadeirante, daí ela saiu e voltou uns minutos com uma chave de outra sala em um outro prédio onde tinha acesso, pois onde ela fazia as entrevistas era no 3º andar. Fiquei muito nervosa porque não gosto de andar na rua, mas ela me acompanhou a pé e eu “à cadeira”, passamos por várias calçadas esburacadas terríveis, mas consegui chegar sem problemas. Depois de uns minutos conversando, ela me explicou que a vaga era para trabalhar em uma casa de acolhimento de pessoas com deficiência, o que de fato foi o motivo de eu me oferecer pra vaga porque além de ser uma mulher com deficiência, entender um pouco da vivência da deficiência, eu também tinha feito estágio numa associação de pessoas com deficiência, mas ela começou já perguntando se eu sabia o que uma assistente social fazia em instituições como a dela e também a dizer que era um trabalho difícil, que tinha muitas demandas e no final ela disse que o ideal seria a vaga de secretária para mim. Nada contra ser secretária, mas eu estudei anos, me qualifiquei, pra ocupar uma vaga inferior à minha, ganhar menos e não conseguir pagar nem um táxi adaptado para me levar pra trabalhar? É um absurdo. (RECORTE DO DIÁRIO DE CAMPO).

A inexistência de um local acessível para a entrevista enquadra-se como barreira arquitetônica que ainda se encontra muito presente no mercado de trabalho. Segundo Mello (2020), isso ocorre devido ao sistema de organização do trabalho, dentro da economia política capitalista, que valoriza apenas os corpos sem deficiência como os únicos aptos para o trabalho. Desta forma, os corpos e as necessidades das pessoas com deficiência são totalmente ignorados, fazendo com que as empresas continuem sendo construídas com pouca, senão nenhuma, acessibilidade e quando a adaptação não é feita, passa a impedir a possibilidade desses indivíduos desempenharem suas potencialidades e capacidades de forma autônoma e independente (SILVA; PRAIS; SILVEIRA, 2015).

No relato, Frida evidencia que mesmo ela tendo formação para ser uma assistente social, a recrutadora questiona sua capacidade de saber quais atribuições que uma assistente social desempenharia naquele espaço, pressupõe a incapacidade de Frida de realizar seu trabalho e também supõe

que ela não estaria apta para ocupar a vaga de assistente social e sim de secretária. Todas essas atitudes vão contra a Lei 8.662/93 (CFESS, 2012) de Lei Regulamentação Profissional do Assistente Social, ainda mais por ele definir, em seu Art 2º, que os profissionais são aptos a trabalhar desde que possuam “diploma em curso de graduação em Serviço Social, oficialmente reconhecido, expedido por estabelecimento de ensino superior existente no País, devidamente registrado no órgão competente” (CFESS, 2012, p. 43), requisitos que Frida já contemplava no momento da entrevista.

Ademais, a formação acadêmica de Frida também a qualifica para exercer o trabalho, pois toda base teórica e prática que ela adquiriu durante o ensino superior serviu como subsídio para ela corresponder às competências e habilidades profissionais exigidas que, de acordo com Comissão de Orientação e Fiscalização Profissional (COFI/CFESS), são:

o assistente social deve desenvolver como postura profissional a capacidade crítica/reflexiva para compreender a problemática e as pessoas com as quais lida, exigindo-se a habilidade para comunicação e expressão oral e escrita, articulação política para proceder a encaminhamentos técnico-operacionais, sensibilidade no trato com as pessoas, conhecimento teórico, capacidade para mobilização e organização. (COFI/CFESS, s.d., online).

Outra questão que merece ser salientada é a atitude discriminatória capacitista da assistente social que entrevistou Frida por também ferir, principalmente, o princípio fundamental da profissão onde define o “Exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física” (CFESS, 2012).

De fato, a inacessibilidade arquitetônica e a postura preconceituosa da recrutadora contribuíram para a discriminação e a não contratação de Frida. Embora não haja dados referentes ao número de assistentes sociais com deficiência no Brasil, sem dúvida, outras mulheres com deficiência passaram, e ainda passam, por situações semelhantes no Serviço Social e também em outras áreas profissionais, visto que a ausência e exclusão das mulheres com deficiência no âmbito do trabalho é o resultado de todo um processo histórico, cultural, social e econômico que veio se construindo ao longo dos tempos. Conforme Mello (2020), com a industrialização houve cada vez mais a separação e distinção do indivíduo em relação à crescente divisão da mão-de-obra

especializada e individualizada no mundo do trabalho, de modo que vivenciar a deficiência significava estar desprovido da capacidade de trabalhar em razão do corpo com impedimentos.

Mesmo depois de muitos anos após a industrialização, Frida pode ter sido diretamente afetada por esse mesmo fenômeno, porque mesmo depois de ter concluído a graduação, ela continuou sendo excluída do mercado de trabalho. Assim, ela encontrou nos concursos públicos uma nova possibilidade de trabalhar:

[...] comecei a estudar para concursos públicos, porque achei que seria mais justo, passaria e ocuparia uma vaga da minha profissão, mas não foi o que aconteceu. Passei em vários, fiquei em posições relativamente boas, mas nunca em 1º da geral, de qualquer forma nunca fui chamada. [...] os concursos funcionam assim: tem a lista geral dos classificados e tem a lista de pessoas com deficiência. Até é possível que as pessoas com deficiência concorram pelas 2 listas classificatórias, mas eu nunca fiquei bem classificada na geral, só na lista de pessoas com deficiência. Embora em todos os concursos tenha uma percentagem das vagas de 5% a 20% reservadas às pessoas com deficiência, é quase impossível chamarem mais de um assistente social com deficiência em algum concurso porque geralmente são poucas as vagas para assistente social e sempre são muito concorridas. Também tem alguns concursos que até têm mais de um cargo específico para assistentes sociais com deficiência, mas nunca teve por perto de onde moro. (RECORTE DO DIÁRIO DE CAMPO).

A reserva de cargos dos concursos públicos mencionada por Frida foi determinada pela Constituição (BRASIL, 1988) e definida pela Lei nº 8.112/1990 (BRASIL, 1990), a qual estabelece que até vinte por cento das vagas oferecidas nos concursos públicos serão destinadas às pessoas com deficiência. A referida Lei foi regulamentada pelo Decreto nº 3.298/1999 (BRASIL, 1999) que estabelece o mínimo de cinco por cento das vagas em cada concurso público destinadas às pessoas com deficiência, sendo que, caso esse percentual resulte em número fracionado, o número de vagas é arredondado para o primeiro número inteiro subsequente.

Araujo e Maia (2017) afirmam que o quê a Constituição determinou não é integralmente implementada pela lei, pois, enquanto a Constituição determina a reserva às pessoas com deficiência do percentual sobre os cargos e empregos públicos, a Lei e o Decreto calculam o percentual sobre as vagas em disputa em cada concurso público. Ou seja, a Constituição reserva o total dos cargos e empregos, enquanto a lei reserva apenas as vagas em concursos.

Ainda que o arcabouço legal brasileiro seja uma das mais completas no que diz respeito aos direitos das pessoas com deficiência, não foi identificado nenhum dispositivo que vise a equidade de direitos das mulheres com deficiência no âmbito do trabalho. No entanto, é preciso mais do que leis para a inclusão das mulheres com deficiência no mundo do trabalho.

Junto com novas leis mais justas e a aplicação integral delas, segundo Barth, Albers e Renner (2020), para aumentar a participação de pessoas com deficiência motora no mercado formal, são necessárias ações de sensibilização para eliminação de barreiras físicas, individuais, econômicas e sociais. Para que sejam promovidas adequadas condições de trabalho, prezando pela autonomia e liberdade de deslocamento do profissional com deficiência, as autoras observam a necessidade de conscientização de gestores e da equipe de trabalho sobre as peculiaridades de cada deficiência.

Sendo assim, analisando todo o cenário apresentado por Frida, nota-se que sua experiência com o mercado de trabalho foi mediante entrevistas de emprego e concursos, comprovando a situação de desigualdade que ela vivencia, motivada pela cultura sexista, capacitista e capitalista.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Este estudo objetivou analisar a vivência de uma assistente social com deficiência frente à inclusão no mercado de trabalho. A partir do estudo de caso foi evidenciado que apesar de, no Brasil, ter-se uma legislação que busca garantir a inclusão das pessoas com deficiência no âmbito do trabalho, ela não é, de fato, aplicada integralmente e acaba sendo insuficiente para combater a exclusão desses grupos, como também não traz nenhum preceito que vise a equidade de gênero para as mulheres com deficiência.

Considerando que as autoras desta pesquisa são mulheres, e que duas são assistentes sociais que vivenciam a deficiência, a partir de uma análise crítica têm-se a mesma sensação de desamparo, por parte da categoria profissional do Serviço Social, por não haver medidas e estratégias que legitimem as demandas das assistentes sociais com deficiência, e isso é muito grave. Pois o capacitismo e o machismo estrutural estão presentes não só na vida das autoras, mas em muitas outras vidas que são atravessadas pelos marcadores sociais da deficiência e gênero, os quais potencializam as chances de as mulheres com deficiência serem discriminadas no âmbito do trabalho. Ao mesmo tempo, sente-se confiança e esperança no Serviço Social como profissão por se relacionar

diretamente com a garantia de direitos humanos e estar comprometido com a consolidação de direitos por parte de profissionais da área.

Para isso é preciso que ocorram mais debates sobre os marcadores sociais das diferenças localizados nas vidas das mulheres com deficiência com o intuito de promover a visibilidade das situações de desigualdades e enfrentar as barreiras atitudinais e estruturais, o capacitismo, sexismo, exclusão e desemprego experienciados por elas. É imprescindível que sejam abordadas as categorias *deficiência* e *gênero* em discussões sobre trabalho, direcionando aos assistentes sociais a necessidade de aprofundamento no que tange o acesso e inclusão das mulheres com deficiência ao mercado de trabalho.

A partir desses resultados, sugere-se a realização de estudos para o aprofundamento do assunto para, além de incentivar a discussão, instigar a comunidade acadêmica à criação de grupos de pesquisa e projetos de extensão específicos sobre o tema. Ações como a inclusão das mulheres com deficiência nas campanhas publicitárias, a elaboração e execução de políticas públicas – articulando parcerias entre instituições e realizando encaminhamentos de modo a garantir e viabilizar o acesso e permanência das mulheres com deficiência no mercado de trabalho – poderão contribuir na reflexão e promoção da igualdade no acesso às vagas de emprego.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Luiz Alberto David; MAIA, Maurício. Inclusão e concurso público: análise crítica da jurisprudência sobre pessoas com deficiência. In: **A&C-Revista de Direito Administrativo & Constitucional**, v. 16, n. 65, 2017.

BARTH, Michele; ALBERS, Christian; RENNER, Jacinta Sidegum. Trabalho e inclusão de pessoas com deficiência: quais as barreiras para os usuários de cadeira de rodas? In: **Anais do XIII Seminário de Pós-Graduação** – Novo Hamburgo: Universidade Feevale, p. 2506-2517, 2020. Disponível em: <http://www.feevale.br/divulgacao/2020/sitefeevale/SPG/Seminario%20de%20Pos-graduacao%202020.pdf>. Acesso em: 27 set. 2021.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF, 2015. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/13146.htm). Acesso em: 22 ago. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 3.298 de 20 de dezembro de 1999**. Regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Brasília,

DF, 1999. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d3298.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm). Acesso em: 9 jun. 2021.

BRASIL. **Lei n. 8.213, de 24 de julho de 1991**. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência. Brasília, DF, 1991. Disponível em: [http://www.ibdd.org.br/arquivos/leis/Lei%20n%208.213\\_91.pdf](http://www.ibdd.org.br/arquivos/leis/Lei%20n%208.213_91.pdf). Acesso em: 21 set. 2021.

BRASIL. **Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990**. Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Senado Federal, 1990. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8112cons.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8112cons.htm). Acesso em: 12 ago. 2021.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 17 jul. 2021.

CAMPBELL, Fiona Kumari. Inciting Legal Fictions-Disability's Date with Ontology and the Abieist Body of the Law. **Griffith L. Rev.** v. 10, p. 42, 2001. Disponível em: <https://heinonline.org/HOL/LandingPage?handle=hein:journals/griffith10&div=8&id=&page=> Acesso em 21 ago. 2021.

Conselho Federal de Serviço Social (CFESS). **Código de ética do/a assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão**. 10ª. ed. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012. Disponível em: [http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP\\_CFESS-SITE.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf). Acesso em: 23 jul 2021.

CODO, Wanderley. Um diagnóstico do trabalho (em busca do prazer). In: **Trabalho, organizações e cultura**, p. 21-40, 1997. Disponível em: <http://www.anpepp.org.br/acervo/Colets/v01n11a05.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2021.

COFI/CFESS. Comissão de Orientação E Fiscalização Profissional. **Características profissionais**. In: CRESS. Conselho Regional de Serviço Social de Sergipe. Perfil profissional do Assistente Social. S.d. Disponível em: <https://novo.cress-se.org.br/perfil-profissional-do-assistente-social/>. Acesso em: 27 set. 2021

COUTINHO, Dalsiza Cláudia Macedo; ALVES, Giséli Ferreira; DOS SANTOS, Rosemeire. Trabalho e desemprego no capitalismo: reflexões para o Serviço Social. In: **O social em Questão**, n. 47, p. 129-150, 2020.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

ECKERT, Cornelia; DA ROCHA, Ana Luiza Carvalho. Etnografia: saberes e práticas. In: **Iluminuras**, v. 9, n. 21, 2008. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/iluminuras/article/view/9301/5371> Acesso em: 24 set. 2021.

FERREIRA, Windyz Brazão. Direitos da pessoa com deficiência e inclusão nas escolas. *In: Rede de Educação em Direito Humanos*, v. 3, 2010. Disponível em: [http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/edh/redh/03/03\\_ferreira\\_direitos\\_deficiencia.pdf](http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/edh/redh/03/03_ferreira_direitos_deficiencia.pdf) Acesso em: 26 set. 2021.

FOGLI, Bianca Fátima Cordeiro dos Santos; FILHO, Lucindo Ferreira da Silva. A formação profissional da pessoa com deficiência: barreira e possibilidades. *In: Benjamin Constant*, n. 42, 2009. Disponível em: <http://revista.ibc.gov.br/index.php/BC/article/view/450> Acesso em: 17 set. 2021.

GESSER, Marivete; NUERNBERG, Adriano Henrique; TONELLI, Maria Juracy Filgueiras. Constituinte-se sujeito na intersecção gênero e deficiência: relato de pesquisa. *In: Psicologia em estudo*, v. 18, p. 419-429, 2013.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª ed. - São Paulo: Atlas, 2008. Disponível em: [gil\\_metodos\\_de\\_pesquisa.pdf \(uece.br\)](http://www.uece.br/gil_metodos_de_pesquisa.pdf) Acesso em: 01 de set. de 2021.

IBGE. **Censo Demográfico 2010**: características gerais da população, religião e pessoas com deficiência. Rio de Janeiro, 2010.

IBGE. **Pesquisa Nacional da Saúde 2019**: país tem 17,3 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/31445-pns-2019-pais-tem-17-3-milhoes-de-pessoas-com-algum-tipo-de-deficiencia> Acesso em: 23 set. 2021

LORANDI, Joana Milan; GESSER, Marivete. **Produção Científica sobre o Capacitismo no Ensino Superior**: uma revisão integrativa. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2021. Vídeo (05:03 minutos). Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/226488> Acesso em: 22 set. 2021.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Boitempo Editorial, 2015.

MELLO, Anahí Guedes de. **Corpos (in)capazes**: a crítica marxista da deficiência. Jacobin Brasil, São Paulo, p. 98 - 102, 11 dez. 2020.

MENDONÇA, Rita de Cassia Tenório. **A invisibilidade da mulher nas políticas públicas para as pessoas com deficiência**: análise do enfoque de gênero no plano nacional dos direitos da pessoa com deficiência “viver sem limite. 2014. Disponível em: <https://bdm.unb.br/handle/10483/13026> Acesso em: 18 ago. 2021.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; ASSIS, Simoni Gonçalves de; SOUZA, Edinilsa Ramos de. **Avaliação por triangulação de métodos: abordagem de programas sociais**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; ASSIS, Simoni Gonçalves de; SOUZA, Edinilsa Ramos de. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. *In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org). Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, 2000.

OLIVEIRA, Catarina Sales; BOAS, Susana Villas; HERAS, Soledad Las. Estereótipos de gênero e sexismo em docentes do ensino superior. *In: Revista iberoamericana de educación superior*, v. 7, n. 19, p. 22-41, 2016. Disponível em: [http://www.scielo.org.mx/scielo.php?pid=S2007-28722016000200022&script=sci\\_arttext&tlng=pt](http://www.scielo.org.mx/scielo.php?pid=S2007-28722016000200022&script=sci_arttext&tlng=pt). Acesso em: 25 jul. 2021.

SILVA, Priscila Neves; PRAIS, Fabiana Gomes; SILVEIRA, Andréa Maria. Inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho em Belo Horizonte, Brasil: cenário e perspectiva. *In: Ciência & Saúde Coletiva*, v. 20, p. 2549-2558, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/Mmjpyg5Ks9BPntStrwCzChR/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 25 set. 2021.



## A TRADIÇÃO DAS BONECAS ABAYOMIS: REFLEXÕES SOBRE RAÇA, CLASSE E GÊNERO NO SERVIÇO SOCIAL

Carolini Constantino<sup>15</sup>

Fábia Halana<sup>16</sup>

Michele Barth<sup>17</sup>

**RESUMO:** Este artigo apresenta um relato de experiência de uma oficina socioeducativa desenvolvida no ano de 2019, na disciplina de Epistemologia Feminista, do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PPSS-PUC-GO), que resultou na confecção de bonecas abayomis. A atividade teve como objetivo geral propor uma discussão sobre gênero, classe e raça a partir do resgate da cultura afro-brasileira. O desenvolvimento metodológico, ancorado em Moreira (2015), contribuiu para o pensamento crítico acerca de metodologias não tradicionais. Os resultados indicam que a estratégia de qualificação colaborou para o fortalecimento das discussões sobre o feminismo negro.

**PALAVRAS-CHAVE:** Bonecas abayomis. Oficina socioeducativa. Serviço Social.

**ABSTRACT:** This article presents an experience report of a socio-educational workshop developed in 2019, in the Feminist Epistemology discipline, of the Stricto Sensu Graduate Program in Social Work at the Pontifical Catholic University of Goiás (PPSS-PUC-GO), which resulted in the making of abayomis dolls. The activity had as general objective to propose a discussion about gender, class and race from the rescue of Afro-Brazilian culture. The methodological development, anchored in Moreira (2015), contributed to critical thinking about non-traditional methodologies. The results indicate that the qualification strategy contributed to the strengthening of discussions about black feminism.

**KEYWORDS:** Abayomis dolls. Socio-educational workshop. Social service.



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons – Atribuição Não-Comercial 4.0 Internacional.

15 [caroliniconstantino@gmail.com](mailto:caroliniconstantino@gmail.com)

16 [fabiahalana@hotmail.com](mailto:fabiahalana@hotmail.com)

17 [designer.mibarth@gmail.com](mailto:designer.mibarth@gmail.com)

## INTRODUÇÃO

O presente artigo apresenta um relato de experiência de uma oficina socioeducativa desenvolvida no ano de 2019, durante a disciplina de Epistemologia Feminista, do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PPSS-PUC-GO), que resultou na confecção de bonecas *abayomis*,<sup>18</sup> que podem ser consideradas elementos culturais e símbolos de resistência da tradição de matriz africana na sociedade brasileira contemporânea.

A atividade teve como objetivo geral propor uma discussão sobre as questões de gênero, classe e raça, tendo como eixo norteador o resgate da cultura afro-brasileira, a fim de dar voz à invisibilidade desse povo, em face de uma construção social discriminatória que atinge 33% da população negra brasileira, segundo dados do relatório da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL, 2016). Essa iniciativa também vai ao encontro do tema sugerido pela campanha “Assistentes Sociais no Combate ao Racismo”, do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e dos Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS), que propunha estratégias antirracistas por meio da defesa dos direitos sociais.

Para elaboração da oficina socioeducativa, um cenário propício foi criado e aplicado em uma turma de pós-graduação, com alunas mestrandas, por intermédio da professora docente, a partir do resgate histórico da representação dessas bonecas e de seu simbolismo na atualidade. Por meio da apresentação de slides sobre a história das *abayomis* e da realização de uma roda de conversa, bonecas foram confeccionadas fazendo reviver os modos de ser e de se relacionar das mulheres negras.

Dentre os objetivos específicos, a oficina buscou estabelecer um debate acadêmico acerca do feminismo negro – tema abordado nessa disciplina constituída apenas de mulheres, formadas na área de Serviço Social, Pedagogia e Direito –, conforme determina o projeto ético-político do Serviço Social, além de possibilitar às alunas, em processo de formação intelectual, uma ruptura de paradigmas hegemônicos, conservadores, enraizados e naturalizados através de preconceitos que envolvem a temática racial nos espaços acadêmicos e profissionais.

---

18 “*Abayomi*”, termo ioruba que significa “meu presente” ou também “encontro precioso”, é o nome dado às bonecas, originalmente feitas de pano ou de palha de milho, da década de 1980, confeccionadas por Lena Martins, artista e artesã, natural de São Luís do Maranhão, em oficinas nas comunidades do Rio de Janeiro.

Ao apresentar uma discussão teórico-empírica por meio do fazer criativo, este estudo trouxe à tona o debate interseccional acerca da questão de gênero, classe e raça, tendo como referência as produções e contribuições de intelectuais negras no campo teórico. Tal prática educativa é ressaltada por teóricos como Gomes *et al.* (2017, p.1), que afirmam ser essa atividade representativa de um conjunto de simbolismos, que retrata a memória do feminismo negro, e define a interlocução “[...]” como linguagem artística e cultural, considerando que sua confecção se caracteriza como experimentação criativa e identitária, inserida no campo de lutas produzidas pelo movimento de mulheres negras.”

Para Miñoso (2019, p. 12, tradução nossa), a epistemologia feminista – especialmente a produzida pelo feminismo negro – em sua crítica ao método científico “[...]” propôs e tematizou a experiência das mulheres e mulheres negras e de cor como base válida para a produção do conhecimento.” Nesse sentido, as dimensões metodológicas que nortearam essa experiência deram-se através do histórico da luta pelos direitos e pela visibilidade da mulher negra na sociedade brasileira, com ênfase na perspectiva interseccional, cujo referencial teórico, composto de vários materiais bibliográficos e sítios eletrônicos, pauta-se na corrente teórica do feminismo negro.

Diante da necessidade de abordar de modo crítico-reflexivo a identidade racial, de classe e de gênero no cotidiano profissional e acadêmico,<sup>19</sup> tendo em vista a construção histórica, social e cultural que revela como a mulher negra é invisibilizada pela sociedade, até mesmo nos dias atuais, destaca-se a relevância deste estudo nos espaços institucionais, com vias a propor uma reflexão crítico-analítica na construção sócio-histórica de afirmação da identidade das mulheres negras, enquanto estratégia de luta do feminismo negro, por meio ações políticas e educativas ao longo da formação em Serviço Social.

Em linhas gerais, esse debate deu luz à história de uma mulher negra, com ênfase na sua trajetória de resistência durante e após o período colonial, evidenciando seu potencial revolucionário no atual cenário brasileiro, além de questionar as estruturas sociais que perpetuam o racismo, a violência de gênero e o silenciamento de vozes autorais. Os resultados da prática proposta indicam que a realização de oficinas dessa natureza constitui uma estratégia de qualificação de multiplicadores(as) na experiência vivenciada, contribui para o fortalecimento das discussões sobre feminismo negro e para reflexão

19 O Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de Goiás vincula-se a diferentes áreas de atuação e tem aspecto multidisciplinar.

crítica das profissionais, além de propiciar a apreensão da complexidade da realidade de pessoas e/ou grupos afrodescendentes, tendo em vista as diferentes expressões da questão social que incidem no seu cotidiano.

## **FEMINISMO NEGRO E INTERSECCIONALIDADE: A DOMINAÇÃO HEGEMÔNICA E A NECESSIDADE DE ENEGRECER AS EPISTEMOLOGIAS**

A relevância do feminismo negro enquanto corrente teórica na produção do conhecimento, assim como do conceito de “interseccionalidade” como ferramenta analítica que possibilita o resgate histórico das bonecas *abayomis*, contribuiu para ações socioeducativas, debates e projetos na área de Serviço Social. Para isso, utilizamos a intersecção entre gênero, classe e raça, considerando que “[...] racismo, capitalismo e hétero-patriarcado devem ser tratados pela interseccionalidade, observando os contornos identitários da luta antirracista diaspórica” (AKOTIRENE, 2019, p. 54).

Enquanto instrumento metodológico analítico, a interseccionalidade “[...] mostra como e quando mulheres negras são discriminadas e estão mais vezes posicionadas em avenidas identitárias, que farão delas vulneráveis à colisão das estruturas e fluxos modernos” (AKOTIRENE, 2019, p. 57). Desenvolvido pelo feminismo negro como uma organização coletiva, esse conceito “[...] teve sua origem na década de 1970 quando estava atrelado a um paradoxo que circunscreve o conflito da organização de mulheres negras com o feminismo negro e movimento negro” (RIBEIRO, 1995, p. 446). Várias dessas mulheres eram integrantes do Movimento Negro Unificado (MNU) e tinham interesse em reivindicar suas pautas como mulheres negras no movimento feminista. No entanto, a decisão pela construção de um movimento autônomo, pautado nas diversas opressões que sofriam, não foi bem-vista por organizações feministas e negras, tornando-se “[...] uma espécie de traição aos princípios de ação e solidariedade entre os dois grupos [...]” (FIGUEIREDO, 2018, p. 3).

Nesse sentido, o surgimento do movimento de mulheres negras demarca a necessidade de uma perspectiva interseccional para compreender a complexidade entre gênero e raça, conforme analisado por Davis (2018, p. 21):

O feminismo negro emergiu como um esforço teórico e prático de demonstrar que raça, gênero e classe são inseparáveis nos contextos sociais em que vivemos. Na época do seu surgimento, com frequência pedia-se às mulheres negras que escolhessem o que era mais importante, o movimento negro ou o movimento de mulheres. A

resposta era que a questão estava errada. O mais adequado seria como compreender as intersecções e as interconexões entre os dois movimentos.

Dessa forma, o direito de expressão e as demandas das mulheres negras foram inviabilizados pelo movimento negro, devido ao machismo existente e por não reconhecerem que as mulheres e os homens negros formavam um grupo heterogêneo (MALTA; OLIVEIRA, 2016). Apesar de ambos os sexos sofrerem discriminação racial, a mulher negra é frequentemente vítima de opressões específicas que envolvem gênero, raça e classe.

Em contrapartida, segundo Malta e Oliveira (2016), o movimento feminista, consolidado por mulheres brancas, também ignorava a questão racial e desconhecia as múltiplas violências sofridas por mulheres negras. Com o fortalecimento da organização de mulheres negras enquanto grupo autônomo que passa a questionar o sexismo dentro do movimento negro e o racismo do movimento feminista, um diálogo é proposto sobre o ativismo feminista, pensado a partir de um feminismo não hegemônico, que reconheça a pluralidade das mulheres e “[...] faça uma crítica ao sistema hétero patriarcal branco capitalista centrado no racismo e nas opressões de gênero e classe, um feminismo antirracista que fortaleça a luta descolonizadora [...]” (NASCIMENTO, 2018, p. 288).

Desse modo, as necessidades das mulheres negras em suas particularidades passaram a ser representadas, o que não acontecia em outros tempos dos movimentos feminista e negro, incidindo numa organização coletiva e autônoma que contribui para luta contra hegemonia de superação da permanência de sua invisibilidade, na sociedade brasileira, de sua condição subalterna e de luta pela liberdade, o que constitui um dos principais desafios desse movimento (MACHADO, 2017). Além disso, o feminismo negro denunciou o que a epistemologia feminista fizera à produção científica ocidental do conhecimento: “[...] a de que ele é, na verdade, um ponto de vista parcial, encoberto de objetividade e universalidade, já que surge de certa experiência e certos interesses concretos” (MIÑOSO, 2019, p. 12, tradução nossa). Isto é, enquanto o feminismo hegemônico concentrava sua crítica no androcentrismo e na pretensão de objetividade do método científico, as feministas negras construíram uma crítica ao universalismo da categoria mulher, da teoria clássica, apontando a parcialidade do ponto de vista de mulheres brancas que acessaram a universidade graças a seus privilégios de classe e raça (MIÑOSO, 2019).

Sob esse aspecto, o conceito de “interseccionalidade” como um instrumento teórico-metodológico propicia rever e reviver a história das bonecas *abayomis* como forma de combater a dominação do colonialismo, acondicionada em discursos hegemônicos, considerando as especificidades e a necessidade de visibilidade da mulher negra.

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. (CRENSHAW, 2002, p. 177).

Tal conceito possibilita, ainda, enxergar as várias formas de ser mulher, sem cair em análises equivocadas sobre a realidade da mulher negra.

## A SUPOSTA ORIGEM AFRODIASPÓRICA DAS BONECAS ABAYOMIS

O termo “*abayomi*”, de origem ioruba, significa “meu presente” ou “encontro precioso” e tem se tornado um rico instrumento de reflexões sobre questões de gênero, classe e raça. O olhar pertinente sobre elas, enquanto tradição oral e resistência, foi evidenciado por Lena Martins, artesã maranhense que deu concretude a essa tradição, por meio do universo lúdico da “arte popular, um instrumento de conscientização e sociabilização” (NESPOLI, 2021, p. 141). Lena Martins criou a arte da boneca no final da década de 1980, momento de efervescência e fortalecimento do movimento negro.

O termo “tradição oral” importa para a história das *abayomis* por compreender que:

Quando falamos de tradição em relação a história africana, referimo-nos à tradição oral, e nenhuma tentativa de penetrar a história e o espírito dos povos africanos terá validade a menos que se apoie nessa herança de conhecimentos de toda espécie, pacientemente transmitidos de boca a ouvido, de mestre a discípulo, ao longo dos séculos. Essa herança ainda não se perdeu e reside na memória da última geração de grandes depositários, de quem se pode dizer são a memória viva da África. (HAMPATÉ BÂ, 2010, p. 167).

Nessa mesma perspectiva, Machado (2017, p. 96) considera que “[...] a oralidade é uma das características fundamentais da cultura africana [...]” dentro e fora do continente africano. Ao propor o suposto contato com a origem afrodiaspórica das bonecas, outras narrativas permitem o contato com a nossa ancestralidade por meio da oralidade e do modo de contar histórias. Ao analisarmos o lugar das *abayomis* como símbolo de resistência e ancestralidade da mulher negra na luta contra o racismo e a invisibilidade dele decorrente, a partir de um paradigma afrocêntrico,<sup>20</sup> “[...] percebe-se que os princípios civilizatórios africanos e afro-americanos/brasileiros se entrecruzam no brincar/fazer bonecas” (NASCIMENTO, 2019, p. 3).

De certa maneira, consideramos que a confecção das bonecas *abayomis* por comunidades do Rio de Janeiro fez emergir aspectos culturais africanos e afro-brasileiros, além de interferir no imaginário de dominação racial a qual estamos inseridas, fomentando a discussão sobre o racismo e sobre o modo como a história de quem está à margem da sociedade é contada por meio de atividades lúdicas. Diante das particularidades e das demandas da população negra, de modo geral, somadas ao questionamento das estruturas sociais que perpetuam o racismo e a violência de gênero, é imperioso compreender a complexidade da realidade de pessoas e/ou grupos, tendo em vista a simultaneidade de diferentes expressões da questão social que incidem no cotidiano das pessoas negras.

Nesse sentido, a prática socioeducativa proposta durante a oficina evidenciou um outro lado da história que pode ser compreendida entre as novas configurações de diálogos que o Serviço Social vem se propondo a fazer, mediante a realização de ações socioeducativas que têm o propósito de impulsionar o debate a respeito do racismo por essa categoria profissional. Ao detectar situações de preconceito, silenciamento e racismo no cotidiano profissional de homens e mulheres que atuam como assistentes sociais, devido a relação direta com as demandas da população negra, a categoria precisa se dispor a pensar estratégias antirracistas por meio de ações e campanhas que dão centralidade a essa discussão.

20 A afrocêntrica é um tipo de pensamento, prática e perspectiva que percebe povos africanos como sujeitos e agentes de fenômenos, atuando sobre sua própria imagem cultural e de acordo com seus próprios interesses humanos.

## ASSISTENTES SOCIAIS NO COMBATE AO RACISMO

A partir do movimento de reconceituação que surgiu, em especial, no contexto do III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), em 1979, iniciou-se uma nova fase com a “[...] desburocratização e democratização nos conselhos profissionais, sendo considerados como instâncias com a função de assegurar uma nova ética, comprometida com a alteração real da sociedade e com os interesses das classes trabalhadoras” (VINAGRE, 2009, p. 720).

Tendo em vista todo o movimento de ruptura com o Serviço Social brasileiro tradicional, acontecia, em um contexto de luta hegemônica contra a ditadura civil e militar brasileira, o avanço da ofensiva neoliberal, o silenciamento da classe trabalhadora entre “o afago” de anos de repressão, para uma nação, em tese, democrática. Após a implementação da Constituição Federal de 1988, o Serviço Social passa a ser uma profissão regulamentada, tornando-se necessário a profissionais da área contribuírem com mensalidades para exercer suas atividades laborais. Essa regulação vincula-se por meio dos Conselhos Regionais de Serviço Social. De acordo com dados do Conselho Federal de Serviço Social, há 27 CRESS espalhados pelos estados brasileiros que apresentam, como uma de suas atribuições:

O desenvolvimento das políticas elaboradas e aprovadas pelo Conjunto CFESS-CRESS, de forma a estreitar, cada vez mais, a interação com a categoria. O envolvimento contínuo e intenso dos(as) profissionais nos debates dos temas e atividades realizadas pelos CRESS é condição para o fortalecimento da dimensão político-educativa e assegura o cumprimento da agenda anualmente construída pelo Conjunto CFESS-CRESS. (CFESS, 2019).

O Conselho Federal de Serviço Social diferencia-se dos Conselhos Regionais por se tratar de uma instância deliberativa e consultiva, como um órgão superior na defesa dos direitos dos(as) assistentes sociais, cujas atribuições constituem-se em:

Orientar, disciplinar, normatizar, fiscalizar e defender o exercício da profissão de Assistente Social, em conjunto com o CRESS;

Assessorar os CRESS sempre que se fizer necessário;

Aprovar os regimentos Internos dos CRESS no fórum máximo de deliberação do conjunto CFESS-CRESS;

Aprovar o Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais juntamente com os



CRESS, no fórum máximo de deliberação do conjunto CFESS-CRESS;

Funcionar como Tribunal Superior de Ética Profissional; julgar, em última instância, os recursos contra as sanções impostas pelos CRESS;

Estabelecer os sistemas de registro dos profissionais habilitados;

Prestar assessoria técnico-consultiva aos organismos públicos ou privados, em matéria de Serviço Social.

Para além de suas atribuições, a entidade vem promovendo, nos últimos 30 anos, ações políticas para a construção de um projeto de sociedade radicalmente democrático, anticapitalista e em defesa dos interesses da classe trabalhadora. (CFESS, 2019).

Além disso, o conjunto CFESS/CRESS, que se configura como as articulações do Conselho Federal de Serviço Social e dos Conselhos Regionais de Serviço Social, “[...] tem como atribuição precípua a fiscalização do exercício profissional do(a) assistente social trabalhando de forma democrática de articulada” (SANTOS *et al.*, 2010, p. 148-149). Em virtude disso, tais profissionais precisam cursar graduação em Serviço Social, em uma instituição pública ou privada reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC), e possuir o registro no Conselho Regional de Serviço Social do estado em que trabalham. A profissão é regida pela Lei Federal nº 8.662/1993, que estabelece suas competências e atribuições, bem como direitos, deveres, obrigações e vedações para o exercício da atividade de labor. Mediante este contexto, propõe-se uma “[...] concepção diferenciada de fiscalização que adquire uma dimensão político pedagógica que evidencia o compromisso da categoria com a qualidade dos serviços prestados enquanto direitos sociais historicamente conquistados” (SANTOS *et al.*, 2010, p. 148).

Segundo Vinagre (2009, p. 722), “[...] o serviço social é a única atividade sócio-ocupacional que possui um projeto profissional com uma direção teórica, ética e política explicitamente anticapitalista e anticonservadora”. Conforme explica, foi a partir do Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais de 1995, realizado em Goiânia (GO), que esse projeto profissional foi denominado de projeto ético-político. Tal projeto se articula a uma iniciativa societária que supera a mera crítica ao capital, tendo como direção teórico-política a referência de um novo perfil de profissional, que produz conhecimento crítico sobre o real e o trabalho, que planeja e intervém na realidade (VINAGRE, 2009). No que diz respeito à construção de um referencial para o exercício profissional:

Em nível da fiscalização e da elaboração de balizas éticas para o exercício profissional, este processo de amadurecimento expressou-se na elaboração do

código de 1986 na nova lei de regulamentação da profissão (Lei nº 8.662/93) e, no triênio 1990-93, na elaboração de um amplo e massivo processo de debate ético que culminou com a aprovação do código de ética de 1993, parametrado pela perspectiva da eticidade radical, nas palavras de Barroco (2003). Cabe ressaltar que este código de ética é um dos mais avançados do mundo e serve de referência para muitos países. (VINAGRE, 2009, p. 723-724).

O Serviço Social tem como objeto de intervenção as refrações da questão social, fruto da contradição entre capital e trabalho. Para Yamamoto (1997, p. 14), os(as) assistentes sociais abordam a questão social

[...] nas suas mais variadas expressões quotidianas, tais como os indivíduos as experimentam no trabalho, na família, na área habitacional, na saúde, na assistência social pública etc. Questão social que sendo desigualdade é também rebeldia, por envolver sujeitos que vivenciam as desigualdades e a ela resistem, se opõem. É nesta tensão entre produção da desigualdade e produção da rebeldia e da resistência, que trabalham os assistentes sociais, situados nesse terreno movido por interesses sociais distintos, aos quais não é possível abstrair ou deles fugir porque tecem a vida em sociedade, [...] a questão social, cujas múltiplas expressões são o objeto do trabalho cotidiano do assistente social.

Assim, dentre as múltiplas expressões da questão social, encontra-se a temática étnico-racial, um fator determinante de fundamental compreensão em um dos países que mais demorou a abolir a escravidão. E, mesmo após decretado seu fim, nenhum tipo de retaguarda aos sujeitos ou questionamento sobre até que ponto a abolição aconteceu foi feito. Um dia após a suposta liberdade “[...] a comunidade negra deu início a uma nova fase de sua saga. Sem casa, sem trabalho e desqualificado socialmente, o grupo negro foi abandonado a própria sorte” (AMARO, 2005, p. 63). Dentre esses determinantes de desqualificação social, encontra-se o racismo, que, no caso do Brasil, “[...] incide majoritariamente sobre a população negra e tem como uma das formas mais eficazes de opressão a desqualificação de tudo aquilo que remete a sua herança genética, cultural, religiosa, a suas tradições, valores, quando estes colocam em jogo a supremacia branca” (EURICO, 2018, p. 520).

Outro aspecto do racismo que também pode ser compreendido na realidade brasileira é quando essa forma de opressão passa por um processo de silenciamento no qual a valorização de alguns aspectos da cultura negra tem por objetivo trazer ao imaginário social que o Brasil é um país multicultural, miscigenado, onde inexistente racismo a partir do mito da democracia racial. Quanto aos aspectos

mencionados, cabe ressaltar a importância do desenvolvimento do trabalho do(a) assistente social no contexto do racismo. A esse respeito, Eurico (2018) salienta que o(a) profissional tem a possibilidade de fomentar a reflexão crítica acerca do racismo nos seus espaços de trabalho desenvolvendo um importante papel para construir estratégias de discussão e superação de condutas racistas.

Eurico (2018) alerta, ainda, para necessidade de aprofundar o debate no âmbito da categoria profissional.

É preciso aprofundar o debate para não incorrer em erros grosseiros, a partir da reprodução de discursos vazios e estéreis acerca de uma questão tão cara para a sociedade brasileira. Há de se pensar em qualificação profissional com envolvimento do conjunto CFESS/CRESS, ABEPSS e ENESSO, uma vez que a apreensão das determinações sócio-históricas que conformam a presença negra no país é fator primordial para que o atendimento dispensado pela(o) assistente social se efetive com base nos princípios que norteiam o trabalho profissional, independente da área de atuação. (EURICO, 2018, p. 525).

Assim, ao propor a análise dessa temática para essa categoria profissional, trouxemos uma reflexão e o diálogo sobre as práticas e atividades que podem ser efetivamente realizadas no contexto da categoria. Neste sentido, a Executiva Nacional da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), “Quem é de luta resiste”, gestão 2017-2018, organizou o documento *Subsídios para o debate sobre a questão étnico-racial na formação em Serviço Social*, que apresenta como objetivo geral a oferta de subsídios para inclusão e o fortalecimento do debate da questão étnico-racial, a qual contribui para uma formação em Serviço Social antirracista a partir do desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão. Como objetivos específicos, o documento traz as seguintes demandas para área: evidenciar a necessidade sócio-histórica do debate acerca da questão étnico-racial na formação em Serviço Social, na perspectiva de totalidade; subsidiar conteúdos programáticos aos currículos de Serviço Social para implementação de disciplinas obrigatórias, optativas, laboratórios e oficinas, na graduação, e linhas de pesquisa e disciplinas, na pós-graduação; direcionar e fomentar atividades de educação permanente a profissionais, docentes e discentes, articulando trabalho e formação; e estimular a criação de grupos de pesquisa e de produção de conhecimento na graduação e na pós-graduação (ABEPSS, 2018, p. 12).

A elaboração desse documento propiciou uma das centralidades da agenda política: o compromisso na construção de um projeto de formação profissional

antirracista, reconhecendo o significado sócio-histórico do debate étnico-racial para o Serviço Social brasileiro. É esperado que esta construção se constitua nos espaços de formação e adensamento em torno da problematização da questão étnico-racial, a exemplo das iniciativas que articulam a ABEPSS e o Conjunto CFESS/CRESS.

Na esteira desse compromisso, a campanha “Assistentes Sociais no Combate ao Racismo”, aprovada pelo fórum máximo deliberativo da categoria em 2017, com o intuito de debater o racismo no exercício profissional dos(as) assistentes sociais, teve como objetivos:

Dialogar com toda a categoria de assistentes sociais, com a população usuária do Serviço Social, com o movimento negro e com a sociedade em geral sobre o racismo;

Incentivar a categoria de assistentes sociais a promover e intensificar ações de combate ao racismo em seu cotidiano profissional, dando visibilidade para ações que já ocorrem;

Denunciar, de forma direta, diferentes expressões de racismo e valorizar a população e a cultura negra. (CFESS, 2017).

A ação realizada também apresentou estratégias de produção de cartazes e de outras peças, como vídeos e spots de rádio – que se encontram disponíveis no sítio eletrônico –, denunciando e desnaturalizando diversas expressões do racismo no cotidiano. Na trilha dessas práticas que devem ser pensadas e aprimoradas no contexto do Serviço Social, a oficina socioeducativa de bonecas *abayomis*, no que se refere à dimensão metodológica, ancorou-se nos estudos realizados em grupos por Moreira (2015), que alerta para necessidade de pensar de modo crítico a partir de metodologias não tradicionais, lúdicas, criativas e que surpreendem por conta da novidade, por serem formas bem exploradas em muitas dinâmicas de grupo e revelarem importantes potencialidades. Além disso, adotamos o termo “oficina socioeducativa” por estar atrelado à dimensão socioeducativa, considerada como transversal às dimensões constitutivas da profissão, tal como as dimensões teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES PROPICIADOS PELA OFICINA SOCIOEDUCATIVA

Inicialmente, cabe mencionar a forma como a oficina foi construída. A partir das reflexões construídas pelas autoras no estudo sobre o feminismo

negro, e por este ainda não ser tão difundido no debate acadêmico, convidamos mais duas colegas de turma que tinham experiência com oficinas com bonecas para o desenvolvimento da atividade. Para isso, foi elaborado um plano de trabalho com todas as etapas da oficina socioeducativa que foi apresentado tanto para professora da disciplina quanto para coordenação do curso. Após o aval da universidade, três reuniões foram realizadas para definir a data da oficina, que aconteceu no dia 14 de maio de 2019, das 9h às 12h. Na data mencionada, primeiramente realizamos um resgate histórico com a representação das bonecas e seu simbolismo na sociedade contemporânea, depois, umas das autoras trouxe um relato de experiência sobre o desenvolvimento de oficinas como essa no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) como estratégia para discussão de diversas temáticas. Após essa explanação, foi declamada a poesia “História da Boneca Abayomi”, de autoria da professora Dharacris, educadora e militante do Movimento Mulheres Negras, disponível no sítio eletrônico do Sindicato dos Professores do Distrito Federal (<https://www.sinprodf.org.br/historia-da-abayomi-poema-da-professora-dharacris/>).

Posteriormente, foi desvendada a origem das bonecas *abayomis*, que tem sido frequentemente contada de forma errônea remontando à época da *escravidão*. Reza a lenda que elas eram confeccionadas com os retalhos das roupas das mães, sem costura e nem cola, a bordo de *navios negreiros*, e que eram produzidas para filhos e filhas dessas mulheres, na esperança de acalentá-los naqueles momentos dolorosos em que eram forçados a emigrarem de seu país de origem. A artesã Lena Martins lamenta a apropriação da sua criação por essa falsa lenda, alertando, mais uma vez, para o modo como se nega à população negra e afrodescendente brasileira o direito de ter uma boneca que a represente.

Símbolo de resistência, a história das bonecas, sem qualquer registro ou indício histórico que a sustente, chama a atenção para o perigo de distorções que podem deslegitimar algumas pautas do movimento negro. Na verdade, a produção das *abayomis* tomou forma nos Centros Integrados de Educação Pública (Ciep), na década de 1980, no Rio de Janeiro, onde Lena cresceu. Embora existam outras bonecas similares, ela conta que desenvolveu a técnica em 1987 quando era coordenadora de animação cultural no Ciep Luiz Carlos Prestes, na Cidade de Deus, bairro da zona oeste do Rio de Janeiro.

Mitos como esse que retratam fazeres da população afrodescendente, muitas vezes, surgem para amenizar a culpa e a responsabilidade diante de tantas atrocidades cometidas contra as populações negras. A narrativa

romantizada da suposta diáspora africana sobre as *abayomis*, apesar de ser atrativa e reproduzida com facilidade, invisibiliza o trabalho de Lena Martins, retirando a autoria do seu feito enquanto autora de um projeto e artista, viva e atuante, na cena contemporânea. A falta de compromisso de contar a história da forma como aconteceu é uma prática comum no que se refere à história desses povos no Brasil, algo que não deve ser repetido e que, assim como qualquer outra narrativa, merece um estudo com fontes e registros confiáveis que a torne conhecida como realmente deve ser.

A costumeira prática de contar histórias hegemônicas, do ponto de vista dos heróis e vencedores, permanece ainda nos dias de hoje, numa tentativa de apagar e silenciar o que de fato aconteceu. Historiadores(as) afirmam que, na época da escravidão, as mulheres eram separadas das suas famílias, e as crianças menores que entravam nos navios eram jogadas no mar, fatos que não condizem com a história de que as mulheres confeccionavam as bonecas para seus descendentes.

Na versão real da história, Lena conta que passou por um processo orgânico de criação, a princípio, sem nenhum projeto. As bonecas eram feitas de pano ou de palha de milho e não tinham um nome específico. O nome surgiu por intermédio de uma outra professora, Ana Gomes, também militante, que estava grávida à época. Ela conta que, se fosse um menino, seu bebê se chamaria “Abebe” e, se fosse menina, “Abayomi”. Com o nascimento de um menino – cuja madrinha é Lena –, o projeto recebeu o outro nome, *abayomi*, que, dentre as interpretações possíveis, significa “meu presente” ou “encontro precioso”. O resultado desse trabalho foi materializado na Coop Abayomi, uma cooperativa de artesãs negras, organizadas como “Artesãs Livres Associadas”, que virou um espaço de referência nessa época.

A dinâmica da oficina também compreendeu uma roda de conversa sobre a relação das mulheres, o contexto histórico da escravidão, questões de gênero, classe e raça que incidem no contexto brasileiro, tendo como pano de fundo a problematização de questões acerca do feminismo negro abordadas na disciplina de Epistemologia Feminista. Diante desses referenciais teóricos, atrelados à análise desenvolvida na prática, foi possível compreender a necessidade de se debruçar sobre os fatos históricos para não se deixar levar por lendas, mitos e silenciamentos que contribuem para desinformar e deturpar o verdadeiro sentido de certos fatos e histórias, principalmente no que se refere à questão étnico-racial no Serviço Social.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve como objetivo geral propor uma discussão sobre as questões de gênero, classe e raça, tendo como eixo norteador o resgate da cultura afro-brasileira tratado através da história das bonecas *abayomis*. Para isso, uma oficina socioeducativa foi apropriada como forma de mostrar como a categoria profissional pode desenvolver estratégias contínuas de enfrentamento ao racismo, ressignificando histórias e trazendo à tona fatos que são muitas vezes invisibilizados.

Para iniciar a atividade socioeducativa, foram realizadas uma apresentação de slides, roda de conversa e, por fim, a confecção das bonecas *abayomis*. O desenvolvimento dessa ação, ancorado em Moreira (2015), contribuiu para pensar, de modo crítico, metodologias não tradicionais, lúdicas e criativas que podem ser exploradas em muitas dinâmicas de grupo e revelarem importantes potencialidades. Munidas desses referenciais, atrelados à discussão desenvolvida, pudemos compreender como o debate acerca da questão étnico-racial no Serviço Social deve ser apropriado de maneira a desenvolver estratégias contínuas de enfrentamento ao racismo e à invisibilidade do povo negro, em especial, das mulheres negras.

Em linhas gerais, a relevância desta propositura parte do conhecimento adquirido na disciplina Epistemologia Feminista sobre o feminismo negro e as campanhas desenvolvidas na área do Serviço Social. A participação enquanto mestrandas na oficina ressaltou a importância da reflexão crítica da identidade racial e do racismo no cotidiano acadêmico e profissional.

Cabe salientar que trabalhos como este possui limites e pode ser explorado por outros vieses. Importa problematizar os processos que envolvem as questões de gênero, classe e raça, que são fundamentais para a compreensão da desigualdade histórica que afeta homens e mulheres negros no contexto brasileiro. Mediante o problemático cenário político em que os direitos estão cada vez mais ameaçados, com a retirada de conquistas coletivas, reflexos da crise capitalista, buscamos discutir como a formação profissional no Serviço Social pode trazer à tona o silenciamento das questões de classe, gênero e raça, sobretudo do racismo brasileiro, que torna as pessoas invisíveis e é envolto em uma face cruel, historicamente estabelecida e concretizada nas relações sociais, econômicas, culturais, políticas e religiosas.

No Brasil, a máxima de que o racismo “não existe” é rechaçada por estimativas que indicam que 77% da população jovem assassinada é composta

por pessoas negras, segundo dados da Anistia Internacional (2019). Estatísticas como essa evidenciam o genocídio da população negra e a permanência de práticas racistas e discriminatórias por parte do Estado brasileiro, que deixa de financiar serviços básicos à maioria da população, atingindo sistematicamente o direito à vida.

Com o conhecimento adquirido sobre o feminismo negro, foi possível verificar que, mesmo vivenciando diversas opressões, inúmeras estratégias de enfrentamento podem ser criadas, tais como as propostas pelo movimento negro e pela organização de mulheres negras, como forma de reação, de luta de homens e mulheres, desde suas primeiras mobilizações, que deram voz as suas demandas, levando em conta as questões de raça, classe e gênero. Muitas vezes, práticas que são silenciadas ou diluídas em outros coletivos, como a autoria da criação das bonecas *abayomis* por Lena Martins, ganham notoriedade nesses espaços de produção de conhecimento, evidenciando a dívida histórica sobre os corpos negros por meio de ausências e desigualdades que assolam esses sujeitos e não devem ficar em segundo plano.

A partir das experiências compartilhadas em sala de aula, a oficina impulsionou a reflexão crítica sobre a importância de discutir a identidade racial e o racismo no cotidiano profissional. Além disso, a professora doutora da disciplina de Epistemologia Feminista, mulher negra, ao propor o estudo sobre o feminismo negro, ocupou um espaço que, historicamente, foi retirado do povo negro, contemplando ao mesmo tempo a proposta apresentada pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa de difundir a questão étnico-racial no Serviço Social. Isso mostra como é importante propiciar um arcabouço teórico que compreenda que o racismo, enquanto traço marcante da sociedade brasileira, gera segregação e o extermínio da população negra, frequentemente atualizados pela dinâmica da crise capitalista.

Outro fato importante a ser destacado se deve à mobilização das estudantes de pós-graduação para difundir a questão étnico-racial no ambiente acadêmico. Também chama atenção que as alunas, com formação acadêmica em outras áreas do conhecimento, como Direito e Pedagogia, relataram que foi a partir da participação na disciplina de Epistemologia Feminista e da oficina socioeducativa que elas tiveram contato com a questão étnico-racial, demonstrando a pretensão de divulgar os conhecimentos adquiridos nos locais de atuação profissional.



Desta forma, concluímos que práticas como essa, desenvolvidas por meio de oficinas socioeducativas, possibilitam que o conhecimento possa ser replicado nos espaços acadêmicos e profissionais nos quais atuam. Cabe, portanto, a essa categoria profissional o compromisso de fomentar e difundir análises a respeito dessas questões no cotidiano, traduzindo a realidade da classe trabalhadora e da população negra, reconhecendo e tornando visíveis suas lutas e vulnerabilidades, no intuito de imprimir possibilidades de se organizarem enquanto classe sob a perspectiva crítica da questão étnico-racial.

## REFERÊNCIAS

- ABEPSS - Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Subsídios para o debate sobre a questão étnico racial na formação em serviço social**. Executiva Nacional da ABEPSS 2017-2018, Vitória, dez. 2018. Disponível em: [https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/subsidio\\_debate\\_uestao\\_etnico\\_servico\\_social-201812041419427146430.pdf](https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/subsidio_debate_uestao_etnico_servico_social-201812041419427146430.pdf). Acesso em: 12 ago. 2021.
- ANISTIA INTERNACIONAL. **Campanha Jovem Negro Vivo**. Disponível em: <https://anistia.org.br/campanhas/jovemnegrovivo/>. Acesso em: 12 ago. 2021.
- AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Pólen, 2019.
- AMARO, Sarita. A questão racial na assistência social: um debate emergente. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 81, p. 58-81, mar. 2005.
- CEPAL - Comissão Econômica América Latina. **La matriz de la desigualdad social en la América Latina**. Nações Unidas, Santiago, 2016. Disponível em: [https://www.cepal.org/sites/default/files/events/files/matriz\\_de\\_la\\_desigualdad.pdf](https://www.cepal.org/sites/default/files/events/files/matriz_de_la_desigualdad.pdf). Acesso em: 5 maio 2019.
- CFESS - Conselho Federal de Serviço Social. **Endereços dos CRESS e seccionais**. 2019. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/visualizar/menu/local/enderecos-dos-cress-e-seccionais>. Acesso em: 15 set. 2021.
- CFESS - Conselho Federal de Serviço Social. **Campanha de Gestão 2017-2020: Assistentes sociais no combate ao racismo**. CFESS, 2017. Disponível em: <http://servicosocialcontraracismo.com.br/> Acesso em: 3 maio 2019.
- CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. Dossiê III Conferência Mundial contra o Racismo. **Estud. Fem.** Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-189, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/mbTpP4SFXPNJz397j8FSBQQ/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 15 ago. 2021.
- DHARACRIS. A história da Abayomi. Disponível em: <https://www.sinprodf.org.br/historia-da-abayomi-poema-da-professora-dharacris/>. Acesso em: 3 maio de 2019.

DAVIS, Angela. **A liberdade é uma luta constante** – Ferguson, Palestina e as bases para um movimento. São Paulo: Boitempo, 2018.

EURICO, Marcia Campos. A luta contra as explorações/opressões, o debate étnico – racial e o trabalho do assistente social. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 133, p. 515-529, set./dez. 2018.

**FIGUEIREDO, Ângela**. Perspectivas e contribuições das organizações de mulheres negras e feministas negras contra o racismo e o sexismo na sociedade brasileira. **Rev. Direito Práx.** [on-line], v. 9, n. 2, 2018. p.1080-1099. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/2179-8966/2018/33942>. Acesso em: 20 set. 2021. ISSN 2179-8966.

GOMES, Edlaine de Campos *et al.* A boneca Abayomi: entre retalhos, saberes e memórias. **Revista Iluminuras**, v. 18, p. 251-264, 2017. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/iluminuras/article/view/75745/43150>. Acesso em: 1 maio 2019.

HAMPATÉ BÂ. Tradição viva. In: KI-ZERBO, J (org.). **História Geral da África I**. Brasília: MEC/UNESCO, 2010. Disponível em: [http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/hga\\_l\\_metodologia\\_e\\_prehistoria\\_da\\_africa.pdf](http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/hga_l_metodologia_e_prehistoria_da_africa.pdf). Acesso em: 10 ago. 2021.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O serviço social na contemporaneidade**: dimensões históricas, teóricas e ético-políticas. Fortaleza, CRESS-CE, Debate n. 6, 1997.

MALTA, Renata Barreto; OLIVEIRA, Laila Thaís Batista de. Enegrecendo as redes: o ativismo de mulheres negras no espaço virtual. In: GÓIS, Joao Bosco Hora; MELO; Hildete Pereira de. Dossiê Mulheres Negras: experiências, vivências e ativismos. **Revista Gênero**, Niterói, v.16, n. 2, p. 55-69, 1º sem. 2016. Disponível em: <http://www.revistagenero.uff.br/index.php/revistagenero/article/view/811>. Acesso em: 12 jul. 2019.

MOREIRA, Carlos Felipe Nunes. **O trabalho com grupos em serviço social**. São Paulo: Cortez, 2015.

MACHADO, Bárbara Araújo. Pensando a formação do movimento de mulheres negras no Brasil através do conceito de Estado ampliado. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017. Disponível em: [http://www.en.www2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499378611\\_ARQUIVO\\_ArtigoFG2017.pdf](http://www.en.www2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499378611_ARQUIVO_ArtigoFG2017.pdf). Acesso em: 6 jul. 2021.

MIÑOSO, Yuderlys Espinosa. Hacer genealogía de la experiencia: el método hacia una crítica a la colonialidad de la razón feminista desde la experiencia histórica en América Latina = Doing genealogy of experience: towards a critique of the coloniality of feminist reason derived from the historical experience in Latin America. **Dossiê Rev. Direito e Práx.** 10 (03), Jul.-Sep. 2019. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/43881>. Acesso em: 05 ago. 2021.

NASCIMENTO, Maria Cristina do. Potentes vozes pretas: poematização, costuras poéticas e ativismo decolonial. **MILBA**, Recife, out. 2018. p. 282-294.

NASCIMENTO, Maria Cristina do. **Quem conta a história é quem dá o tom ou narrativas sobre as bonecas abayomi**: Ancestralidade e resistência das mulheres negras ou romantização da escravidão? II COPENE NORDESTE. Disponível em: [https://www.copenenordeste2019.abpn.org.br/conteudo/view?ID\\_CONTEUDO=5462019](https://www.copenenordeste2019.abpn.org.br/conteudo/view?ID_CONTEUDO=5462019). Acesso em: 24 out. 2019

NESPOLI, Daniella de Souza Santos. **Expressões Quilombolas**: a arte na afirmação da identidade e da memória quilombola. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br>. Acesso em: 10 ago.2021.

RIBEIRO, Matilde. Mulheres negras: de Bertioga a Beijing. **Estudos Feministas**, Florianópolis, n. 2, 1995.

SANTOS, Josiane Soares *et al.* Fiscalização do exercício profissional e projeto ético-político. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 101, p.146-176, jan./mar. 2010.

VINAGRE, Marlise. A “virada” na ética e nos conselhos de fiscalização profissional. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 100, p. 720-727, out./dez. 2009.

## SERVIÇO SOCIAL E A PRODUÇÃO INTELECTUAL SOBRE AS DESIGUALDADES DE GÊNERO, RAÇA/ETNIA, DIVERSIDADE SEXUAL E GERAÇÃO

Kamila Cristina da Silva Teixeira<sup>21</sup>

Mably Jane Trindade Tenenblat<sup>22</sup>

*O colonialismo é uma ferida que nunca foi tratada. Uma ferida que dói sempre,  
Por vezes, infecta.  
E outras vezes sangra*

(Grada Kilomba, 2019).

**RESUMO:** O presente artigo tem por objetivo compreender os desafios contemporâneos enfrentados pelo Serviço Social em sua produção intelectual sobre desigualdades de gênero, raça/etnia, diversidade sexual e geração no mundo do trabalho. Para isso realizou-se um ensaio bibliográfico no qual foi possível constatar que, nas últimas décadas, o Serviço Social aproximou-se de maneira muito competente de tais temáticas, porém ainda bastante embrionária na questão étnico-racial. Além de suscitar inúmeras controvérsias, pois esses temas são compreendidos, por vezes, como “identitarismos”, como se ao abordá-los estivéssemos fragmentando a “classe”, mesmo a profissão sendo constituída majoritariamente por mulheres e atuando com grupos minoritários. **PALAVRAS-CHAVE:** Gênero. Raça/Etnia. Diversidade Sexual. Geração. Serviço Social.

**ABSTRACT:** This article aims to understand the contemporary challenges faced by Social Work in its intellectual production on inequalities of gender, race/ethnicity, sexual diversity and generation in the world of work. For this, a bibliographic



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons – Atribuição Não-Comercial 4.0 Internacional.

21 Doutora em Política Social pela Universidade Federal Fluminense/Universidade Coimbra (UFF/UC). Professora do Curso de Serviço Social da Universidade do Estado do Paraná (UNESPAR – Apucarana). E-mail: [teixeira.kcs27@gmail.com](mailto:teixeira.kcs27@gmail.com) Orcid.

22 Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professora da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). E-mail: [mablytrindade@gmail.com](mailto:mablytrindade@gmail.com) Orcid:

essay was carried out in which it was possible to verify that, in the last decades, the Social Service approached such themes in a very competent way, but still very embryonic in the ethnic-racial question. In addition to raising numerous controversies, as these themes are sometimes understood as “identitarianisms”, as if by approaching them we were fragmenting the “class”, even though the profession is constituted mostly by women and working with minority groups. **Keywords:** Gender, Race/Ethnicity, Sexual Diversity, Generation. Social Work.

## INTRODUÇÃO

É fato inconteste que as transformações históricas e societárias advindas da Revolução Industrial consolidaram o capitalismo e romperam com as formas de organizações sociais tradicionais. Assim como é notório que todas essas mudanças afetaram diretamente as relações sociais e as bases estruturais da ontologia do trabalho.

As consequências do novo modo de produção capitalista, por intermédio do desenvolvimento industrial e, conseqüentemente, por meio do processo de urbanização constituem a base do acirramento da questão social, compreendida como as “*desigualdades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediadas por disparidades nas relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais, colocando em causa amplos segmentos da sociedade civil no acesso aos bens da civilização*” (IAMAMOTO, 2009, p. 177), apontando, inevitavelmente, para a relação capital/trabalho (a exploração) como sua determinação essencial.

Contudo, nesse novo cenário – fruto obviamente do sistema capitalista –, o trabalho, instrumento central na constituição da vida social, ou seja, do ser social, tem sua ontologia diretamente afetada, passando a ser contemplado apenas com aquele *trabalho “necessário [...] apenas e tão somente”* para a reprodução do capital – o trabalho abstrato (LESSA, 2002, p. 31).

Inicia-se, assim, uma desconsideração do trabalho enquanto formador de valores-de-uso e trabalho útil, sendo uma condição de existência do homem, independentemente de todas as formas de sociedade (MARX, 2008). Nesse sentido, o resultado, ou seja, a materialização de um processo teleológico – que já estava no intelecto do indivíduo e que propicia uma transformação da matéria natural ao mesmo tempo em que objetiva sua idealização (LUKÁCS, 1979, p. 16) – passa a ser considerado apenas como ação abstrata, cujo objetivo central é propiciar a produção de mais-valia.

Segundo Netto (2001, p. 45), aqui reside o fato específico e particular que evidencia a relação do trabalho abstrato com a “*determinação molecular da ‘questão social’*” e suas expressões, mais especificamente, o desemprego estrutural e conjuntural.

A partir desta chave de análise, busca-se refletir no presente artigo sobre a produção intelectual do Serviço Social brasileiro acerca das desigualdades de gênero, raça/etnia, geração e diversidade sexual, bem como suas implicações para a intervenção profissional de assistentes sociais.

Com tal propósito, o texto foi estruturado em duas seções. Na primeira, são abordados brevemente os avanços obtidos pelo Serviço Social brasileiro – depois de décadas de lutas – no que se refere à ruptura com o conservadorismo profissional, presente desde sua gênese, que propiciaram novos olhares para questões que são antigas e cruciais. Na segunda seção, por sua vez, são analisadas as produções intelectuais no âmbito da profissão sobre desigualdades de gênero, raça/etnia e diversidade sexual.

Torna-se necessário, assim, decifrar as diversas facetas das expressões da questão social no cotidiano da vida social, passando pela singularidade, universalidade e particularidade, que se manifestam de formas objetivas e subjetivas, econômicas, sociais, políticas e, também, ideoculturais.

Ademais, sabemos que na “[...] *na sociedade capitalista não há como desvincular formas de opressão e de violação de direitos, da natureza da exploração da força de trabalho [...]*” (SANTOS, 2017, p. 17). No entanto, precisamos, ainda, reconhecer aos elementos da formação social brasileira que irão impactar diretamente as desigualdades de raça, gênero, geração e diversidade sexual, ampliando os traços do racismo, do machismo, da misoginia e LGBTfobia.

## **O SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO: NOVOS OLHARES SOBRE ANTIGAS QUESTÕES**

A literatura sobre a gênese do Serviço Social brasileiro demonstra que – em seu processo histórico de consolidação no Brasil, na década de 1930, e na maioria dos países latino-americanos – contou-se como base os princípios da doutrina social da Igreja, que imprimiram à profissão um “espírito de apostolado”, configurando-a como atividade profissional a ser exercida por mulheres (brancas, levando em consideração que era parte da

elite burguesa). Ademais, tratava-se de compreensão bastante equivocada ao associá-la a uma “vocação”, com papéis específicos definidos pela sociedade para mulheres, conduzindo as práticas do espaço privado ao espaço público, como o cuidado, a tutela e a ajuda.

Por conseguinte, emerge uma profissão atrelada às bases conservadoras da Igreja Católica e reafirmada pela estrutura machista da sociedade patriarcal, que conduziu a profissão como uma carreira destinada majoritariamente a mulheres.

A partir da década de 1940, com o objetivo de secularizar (ou laicizar) a profissão, o Serviço Social incorporou o discurso do funcionalismo positivista. A tradição científica do positivismo buscaria “a verdade dos fatos” partindo de uma concepção de ciência caracterizada pela neutralidade científica, pela ênfase nas técnicas, com prevalência nas teorias eurocêntricas e descontextualizadas da realidade do país (desconsiderando nosso processo de colonização e, conseqüentemente, a escravidão que deixaram marcas profundas na formação social brasileira).

Nos anos 1960, por seu turno, emerge no Brasil e na América Latina o Movimento de Reconceituação do Serviço Social. Netto (2008) assinala que a Reconceituação desenvolveu alternativas de ruptura com o tradicionalismo nos planos metodológico-interventivo e político-ideológico. Nesse sentido, o processo do Movimento de Reconceituação foi fundamental para a história do Serviço Social latino-americano, sendo um fator essencial para compreender como se consolida a atuação da profissão atualmente.

Além disso, no âmbito das reivindicações desse período encontram-se pautas que questionavam o processo de “*superção do subdesenvolvimento*” (NETTO, 2005), a revisão crítica das teorias oriundas do “Serviço Social tradicional” e a interpretação da categoria “questão social” com ênfase na superção da ordem de exploração da população usuária, ou seja, das condições políticas, sociais e históricas da exploração da classe trabalhadora. O Serviço Social distancia-se, assim, dos interesses do capital e se aproxima dos interesses da classe trabalhadora.

De acordo com Gracyelle Ferreira (2020), a nossa profissão olhou para si mesma situada na dinâmica da vida em sociedade, incorporou criticamente o debate sobre as relações de produção e reprodução capitalista para ir além daquilo que lhe foi reservado pela lógica dominante. Todavia, chegou o momento de o Serviço Social olhar para si e para a sociedade novamente. Para a referida

autora (idem), é preciso considerar “*de forma consciente o debate de raça (e é claro, os de gênero e sexualidade)*”.

Ainda de acordo com Ferreira (2020), urge compreender que o capitalismo no Brasil não opera de modo idêntico ao de países europeus, que trabalhadores brasileiros não são trabalhadores europeus – mesmo que a produção de valor e mais-valor os coloque em contato.

Ademais, como Patrícia Hill Collins (2009) sugere, não se pode desconsiderar que nenhum de nós está posicionado de forma neutra na sociedade. Quando acionamos a ideia de branquitude, por exemplo, é uma forma de lembrar às pessoas brancas que a maneira como pensam, escrevem e falam estão informadas por um conjunto de elementos que envolvem assimetria de poder. Sem dúvida, a branquitude não informa o pensamento e práticas apenas a brancos, pessoas negras também o fazem. A diferença é que apenas pessoas brancas usufruem dos privilégios impostos pela branquitude (FERREIRA, 2020).

Segundo Sônia Maluf (2018), o pensamento crítico contemporâneo tem afirmado a centralidade da articulação entre gênero, classe, raça/etnia, diversidade sexual, gerações e outras categorias sociais para se compreender as desigualdades, as opressões, as violências e as experiências sociais de modo geral, e, sobretudo, para se compreender a dialética das opressões e das resistências. O ponto de partida são os limites de se buscar compreender as desigualdades contemporâneas a partir de um único marcador social ou matriz de diferença.

○ feminismo (na academia e nos movimentos), o pensamento e a luta antirracista e o movimento negro, os movimentos e teorias anti, pós e decoloniais, os movimentos e os estudos LGBT, dentre outros, denunciaram o paradoxo da modernidade entre, de um lado, o culto do homem universal, em suas versões de sujeito da razão, de sujeito político e de direito e de Eu psicológico, e de outro a produção de diferenças e hierarquias de todo tipo, que evidenciam acessos diferenciados e assimétricos, quando não ausência absoluta de acesso, à posição de humanidade, aos bens e à riqueza produzidos, ao reconhecimento enquanto sujeito de direitos ou enquanto sujeito político (MALUF, 2018, p. 435)

○ paradoxo apontado acima por Sônia Maluf (idem) também fez e faz parte das estratégias de dominação, que enfatizam o ideário de universalidade e igualdade, mas, ao mesmo tempo, produzem e exploram as diferenças como dispositivo de poder e de exploração.



Por conseguinte, para a referida autora (ibidem), nos arranjos políticos e sociais que deram origem à modernidade capitalista, mulheres foram afastadas da vida política e pública e despojadas de direitos, com a justificativa da diferença sexual biológica. Do mesmo modo, a escravidão e a opressão racial foram justificadas pelas teorias raciais e pelo discurso da supremacia branca e ocidental.

Dito de outro modo, o mesmo discurso que cultuou a ideia de um sujeito universal, detentor de direitos (humanos), naturalizou e ontologizou as diferenças, apagando o fato de que são, fundamentalmente, diferenças construídas historicamente. Por outro lado, o reconhecimento das múltiplas opressões e o modo como se cruzam e se articulam tornaram-se, ao longo da história, um instrumento importante de organização, de luta e de resistência (MALUF, 2018).

As transformações no mundo do trabalho alteram as relações entre Estado e sociedade, redefinindo o papel dos Estados nacionais e alterando os parâmetros de constituição de seu sistema de proteção social com profundas e nefastas repercussões nas políticas públicas (BEHRING, 2003; IAMAMOTO, 2010).

Assim, a reestruturação produtiva introduziu inúmeras transformações na base técnica da produção a partir da microeletrônica digital e da priorização de tecnologias poupadoras de mão de obra. Desse modo, transformaram os processos e as relações sociais de trabalho propiciando um aumento da exploração da força de trabalho, desemprego, subemprego, terceirização e informalidade. A produção passou a ser descentralizada, os estoques foram diminuídos, e estratégias para cooptação do trabalhador por meio dos programas participativos, das novas formas de gestão, e do desemprego contribuíram para a desorganização e fragilização dos movimentos de classe (IAMAMOTO, 2010)

Cumprе mencionar que ao se analisar a recente literatura do Serviço Social brasileiro – ao longo das últimas duas décadas – percebe-se que a produção intelectual, finalmente, compreendeu que a onda de desemprego abrange, de forma muito mais perversa, segmentos populacionais específicos, como pardos, negros, mulheres e população LGBT, especialmente, no Brasil, onde há uma importância vital da força de trabalho de homens e mulheres negras para a dinâmica e manutenção da economia colonial, que nutriu lucros exponenciais para o mercado internacional e interno do tráfico escravista, assim como da grandeza do lucro percebido pelos comerciantes e mercadores de negros(as) escravizados(as) oriundos(as) da África e seus descendentes, (ALMEIDA, 2017).

Sendo assim, “*as marcas da escravidão e do racismo não deixam de mediar as relações e os processos engendrados pelo seu ‘capitalismo tardio’*” (MARTINS, 2012, p. 14). Nesse sentido, as marcas do colonialismo também não, ao tornar hegemônico o modelo de família patriarcal (LIMA, 2014), instituíram a divisão sexual do trabalho e a divisão de papéis: os homens responsáveis por prover a família e as mulheres responsáveis pelos cuidados da casa e dos filhos e filhas. Tais fatores, característicos da formação social brasileira, interferem, agravam e aprofundam a conformação das expressões da “questão social”.

## **AS DESIGUALDADES DE GÊNERO, RAÇA/ETNIA E DIVERSIDADE SEXUAL NO ÂMBITO DOS DEBATES DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO**

É fato incontestável que, nas últimas décadas, o Serviço Social brasileiro aproximou-se de maneira muito competente das discussões sobre as desigualdades de gênero, raça/etnia e diversidade sexual, produzindo – especialmente a partir dos anos 2000 – uma vasta literatura sobre tais temas. Contudo, trata-se de discussões e debates que ainda suscitam inúmeras controvérsias no âmbito da profissão, sobretudo, na crítica a essas temáticas, taxadas, por vezes, de “identitarismos”, que – para os críticos – esvaziam, fragmentam e fragilizam o debate de classe, considerado mais importante por alguns segmentos da categoria.

Para Andrea Moraes (2018), o Serviço Social brasileiro produziu em sua história recente uma importante contribuição aos estudos no campo das relações de gênero. A discussão em torno da categoria gênero está presente nas pesquisas da área, e a intervenção profissional atua diretamente com as dimensões que envolvem o debate sobre gênero, com especial destaque para os trabalhos sobre violência e direitos reprodutivos.

Os sentidos atribuídos ao gênero no campo do Serviço Social são variáveis – e isso, por óbvio, não é uma exclusividade da nossa área (MORAES, 2018), posto que, nos anos 1990, Joan Scott já apregoava que gênero é um conceito em permanente disputa. Logo, seu significado nunca se estabiliza.

Ainda de acordo com Moraes (2018), há no Serviço Social uma compreensão geral de que gênero trata das relações de poder na vida social, relações essas que atribuem posições assimétricas ao masculino e ao feminino (SCOTT, 1999). Desse modo, as desigualdades de gênero constituem-se como um dos focos do trabalho de assistentes sociais e das preocupações

de pesquisas no âmbito da categoria. No entanto, segundo Andrea Moraes (2018), o consenso parece esgotar-se nesse ponto. A partir desse caldo comum, emergem perspectivas distintas para direcionar o debate, como aborda a referida autora (idem): 1) Gênero e Marxismo; 2) Relações Sexuais de Gênero e 3) Interseccionalidade.

Na esteira de Moraes (2018), Carla Almeida e Ana Lole (2014, p. 80) assinalam que

“a primeira lição que aprendemos nos estudos de gênero é que este é um campo de intensos debates, calorosas discussões e com perspectivas teóricas e filosóficas bastante variadas. Então, aquilo que para um público ‘externo’ parece unitário é, de fato, extremamente diversificado”.

Sobre a interseccionalidade, não se pode abordá-la, de maneira apropriada, sem mencionar o feminismo negro, pois uma das contribuições centrais das feministas negras foi justamente questionar a universalidade do patriarcado como sistema de dominação (MORAES, 2018).

A reflexão sobre os limites da explicação patriarcal como forma universal de dominação das mulheres acompanhou os desdobramentos do feminismo dos anos 1970, e entre as feministas negras essa reflexão crítica atingiu uma considerável expressão teórica e política. A ideia de que o sistema patriarcal é uma forma de dominação dos corpos e da sexualidade das mulheres pelos homens e para proveito deles recebeu das feministas negras um reparo fundamental: à pureza sexual imposta à mulher branca contrapõe-se a hipersexualização dos corpos das mulheres negras (MORAES, 2018; AKOTIRENE, 2019).

O paradigma patriarcal projetou uma sombra sobre as experiências corporais e sexuais das mulheres negras, marginalizando-as enquanto mulheres e reduzindo-as à sua raça. Esse ajuste de perspectiva para além da ótica patriarcal mudou o percurso do feminismo e ainda faz surtir seus efeitos no campo feminista atual porque a partir dele a chamada interseccionalidade será construída. É importante sinalizar, portanto, que o feminismo negro é o berço da interseccionalidade e que essa origem faz toda a diferença na forma como a interseccionalidade opera com a raça (MORAES, 2018, p. 279). Nesta direção, cumpre destacar que:

Certamente, o Atlântico gera maresia feminista durante a travessia interseccional. Longe de ser fragmentada, liberal e cisheterossexista, a interseccionalidade é dimensão

prática, precisamos do horizonte enquanto os navios estão atravessando, mas a fome de justiça depende da vida garantida agora. Diante do Estado Democrático de Direito, o regulador oficial das relações sociais, temos pleitos políticos, propomos secretarias de igualdade racial, reivindicamos direitos humanos, aceitamos ser cotas de partidos políticos brancos, nos tornamos ativistas da sociedade civil organizada, votamos políticas públicas nas conferências. Logo, a proposta de Crenshaw nos instrumentaliza neste campo de justiça mediadas. Na diáspora africana, nós, ialodês, desenvolvemos condutas molhadas e enfrentamos o padrão colonial dando movimento à força da maré, igual Marielle Franco, morta numa quarta-feira, dia de domínio de Xangô ancestral da justiça, e de Oyá, energia guerreira que luta sem o medo da morte, e que está viva no rio Níger por nove vezes. A presença ancestral de Marielle Franco contorna leis para enfrentar os regimes jurídicos do colonialismo brasileiro (AKOTIRENE, 2019, p. 64).

De acordo com Paixão e Carvalho (2008), no período de 1995 e 2006, levando em consideração cor e sexo dos desocupados no país, 60,4% eram pretos e pardos. Desses, 22,2% eram homens e 40,2% mulheres.

Tais dados nos conduzem a considerar a reação burguesa à crise no Brasil, tendo sua intensificação na década de 1990, pois, enquanto em 1995 a população de pretos e pardos correspondia a 48,6% dos desocupados, sendo 25,3% homens e 23,3% mulheres, no ano de 2006, 54,1% do total de desocupados eram pretos e pardos, dos quais, 23,9% eram homens e 30,8% mulheres, dados que evidenciam o que podemos chamar de a feminização da pobreza, além de explicitar o aumento da população negra desocupada.

Ademais, as novas estruturas do mercado de trabalho – promovidas pela reestruturação produtiva e a ofensiva neoliberal – facilitam a exploração da força de trabalho das mulheres em ocupações em tempo parcial, substituindo homens pelo trabalho feminino mal pago, com salários mais baixos, em posições precarizadas, ou seja, sem carteira assinada e direitos trabalhistas.

Dados oficiais revelam que as mulheres negras estão presentes em maior grau nas ocupações em tempo parcial, demonstrando também as desigualdades entre homens e mulheres no que tange à divisão das tarefas domésticas. As mulheres ao se dedicarem mais tempo ao cuidado da casa e das crianças, doentes e idosos buscam ocupações desse modelo; conseqüentemente, são mais precarizadas e possuem menores salários (TEIXEIRA; GÓIS, 2020).

Se essa fase de desenvolvimento histórico do capitalismo traz como condição fundamental o desemprego, as novas estratégias de produção e subordinação do trabalho ao capital desencadeiam ainda uma realidade de

precarização e informalidade que atinge toda a “*classe-que-vive-do-trabalho*” (ANTUNES, 2000).

Nesse contexto, embora os trabalhadores de modo geral sejam afetados, são os grupos que historicamente se encontram em desvantagem social que se inserem, em maior proporção, nas ocupações e trabalhos terceirizados, precários e informais, que ganham maior expansão com a “uberização do trabalho na indústria 4.0” (ANTUNES, 2020) da era digital.

Ao longo da maior parte da história do Serviço Social brasileiro, composta por 97% de profissionais do sexo feminino (IAMAMOTO, 2010), que em seu cotidiano de intervenção, atende majoritariamente mulheres, sendo essas mulheres negras, permaneceu distante das lutas mais significativas dos movimentos feministas, o que configura, do nosso ponto de vista, um desencontro entre o Serviço Social e as questões de gênero.

Nesse sentido, tratar da relação de gênero e Serviço Social:

Implica em problematizar a ‘feminização’ da profissão, a concepção de gênero das(os) assistentes sociais e sua relação com a profissão. Trata-se de perceber como os sujeitos profissionais atribuem significados às relações de gênero e de que maneira dão sentido à sua prática profissional, tentando perceber a dimensão política dada à profissão (CISNE, 2004, p. 20).

Além disso, há no cotidiano de intervenção profissional demandas que perpassam a questão de gênero, raça/etnia e diversidade sexual, como abuso sexual, violência contra mulheres, gravidez na adolescência, dificuldades em relação ao planejamento familiar, direitos reprodutivos, mulheres chefes de família, mulheres idosas vivendo sozinhas e/ou sustentando suas famílias, discriminação no mundo do trabalho, assédio moral e, também, sexual, luta por cotas e ações afirmativas, discriminação e preconceito em relação à homoafetividade, à raça, dentre outros, conforme enfatiza Lisboa (2010).

Segundo Tavares e Delgado (2012), são poucos estudantes que conhecem as problemáticas de gênero e geração no contexto da sociedade contemporânea. Ademais, acredita-se que os números são ainda mais restritos quando o assunto é raça e sexualidade.

Mesmo após o Movimento de Reconceituação – que teve um importante papel na medida em que buscou romper com as teorias importadas, com o conservadorismo profissional e compreender a realidade do povo brasileiro –, a profissão não atentou para tais temas e, conseqüentemente, demorou

para demarcar a identidade daqueles que mais sofrem com os reflexos das expressões da questão social (mulheres, negros, população LGBT, povos tradicionais, dentre outros), sendo esses os principais usuários atendidos por assistentes sociais.

É absolutamente notório que o Serviço Social vem desenvolvendo – do ponto de vista prático e teórico – uma ação na perspectiva da recusa à exploração e à dominação de classe. Tal recusa evidencia o seu compromisso com a classe trabalhadora, porém, cumpre salientar que as medidas para garantir o combate às desigualdades de gênero, raça e sexualidade no âmbito do Serviço Social ocorreram tardiamente, pois, desde a gênese da profissão, tal preocupação emerge mais significativamente em 1993 com o Código de Ética, que determina como um dos princípios fundamentais

o empenho a eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças, além do “exercício do Serviço Social sem ser discriminado(a), nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condições física.

Um segundo acontecimento, não menos importante, vincou os novos rumos para o Serviço Social brasileiro ao incluir importantes conteúdos na formação profissional, dentre os quais se destacam a questão de gênero e a questão étnico-racial, levando-os à apreciação da Proposta Nacional de Currículo Mínimo para o curso de Serviço Social. Tal proposta foi aprovada na II oficina Nacional de Formação Profissional que, também, fomentou o debate sobre a temática em tela, propondo sua inclusão como tópico de discussão no núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira, como uma necessidade teórico-metodológica e ético-política para análise das expressões da questão social.

Todavia, somente em 2009 ocorre uma movimentação no âmbito da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) sobre a necessidade de inclusão de temas caros à profissão, que contextualizariam a prática profissional às requisições da população usuária do Serviço Social.

Assim, neste contexto, são criados os Grupos Temáticos de Pesquisa (GTPs) que, divididos em áreas, mobilizariam pesquisadores a dinamizar a formação profissional e o florescimento de pesquisas nas áreas temáticas, sendo um desses grupos direcionado para: Serviço Social, Relações de Exploração/

Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração, Sexualidades, aprovado, por unanimidade, por ocasião do XIV Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS), em dezembro de 2014, indicando a inclusão de pelo menos um componente curricular obrigatório na graduação do Serviço Social, que aborde as temáticas relacionadas às relações sociais de classe, gênero, etnia/raça, sexualidade e geração. Essa necessidade parte da compreensão de que a questão social é mediada dialeticamente por tais relações.

Tais esforços também tinham como meta implementar ações que efetivassem o que as Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social descrevem como perfil dos formados: profissional que atua nas expressões da questão social, formulando e implementando propostas de intervenção para seu enfrentamento, com capacidade de promover o exercício pleno da cidadania e a inserção criativa e propositiva dos usuários do Serviço Social no conjunto das relações sociais e no mercado de trabalho.

Ademais, em 2016 o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) organizou uma série de cartilhas intituladas “Assistentes sociais no combate ao preconceito”, com temas sobre racismo, xenofobia, transfobia e o estigma das drogas. Trata-se de um momento bastante oportuno, no qual a categoria, de fato, tem um documento normativo que norteia suas ações.

No que tange o debate e reflexões sobre sexualidade, diversidade sexual e dos direitos LGBT, no âmbito do Serviço Social, temos as conquistas do conjunto CFESS/CRESS, materializadas nas resoluções 489/2006 e 615/2011, que vedam qualquer conduta profissional discriminatória por motivo de orientação sexual, e que também garante o uso do nome social de travestis e pessoas trans nos documentos profissionais, respectivamente, como uma dimensão da luta por direitos, conforme pontua Bruna Irineu (2004).

Outra importante iniciativa de reflexão sobre a temática foi a criação do GT “gênero, raça/etnia e orientação sexual” no Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), em 2003, e no Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS) em 2004. Mas, não podemos deixar de mencionar o Encontro Nacional de Estudantes (ENESS), realizado em 1986 na cidade do Rio de Janeiro, no qual a sexualidade ganha visibilidade pelo protagonismo do movimento estudantil da época.

Por fim, vive-se em um panorama de crise política sem nenhum precedente na história recente do país, que expõe as rupturas sociais, projeta o aumento

exponencial do fosso que separa ricos e pobres, evidenciando as fraturas da jovem e frágil democracia brasileira.

Nesse cenário de riscos, crises e incertezas – fruto de uma sociedade vincada por traços do trabalho escravo, pelo extermínio de mulheres, das populações indígena e negra, por autoritarismos de várias ordens, pelo preconceito racial, de gênero e pela discriminação social –, tem sido cada vez mais difícil para as muitas minorias serem efetivamente titulares de direitos plasmados no ordenamento jurídico.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do presente artigo, buscou-se demonstrar que o Serviço Social brasileiro – desde a sua gênese até a atualidade – debruça-se sobre temas como a intrínseca relação entre capital e trabalho, sobre o padrão de acumulação flexível, que acelera a predominância do trabalho morto na composição técnica do capital, provocando alterações significativas na organização e relações da produção, bem como nas estruturas e significados das profissões.

Contudo, as suas produções intelectuais destacam, também, o cotidiano profissional de assistentes sociais que tem se confrontado com um leque de situações que caracterizam exclusão, discriminação, exploração, opressão, desigualdades sociais, relações de poder, de violência, dentre outras sofridas pela população usuária.

Tudo isso diante das precarizações que assolam o trabalho de assistentes sociais, que padecem com os baixos salários, contratos temporários, precarização dos espaços de atuação, ausência dos concursos públicos, redução de postos de trabalho, exigência de novos conhecimentos técnicos-operativos, ao lado do declínio da ética do trabalho e do restabelecimento exacerbado dos valores burgueses como a competitividade e o individualismo, a instabilidade inclusive no setor público, a descontinuidade das atividades profissionais com a redução dos recursos com as políticas públicas de corte social devido à Emenda Constitucional 95, que instituiu o teto dos gastos públicos, e a rotatividade dos servidores.

Reconhecido como parte da divisão social e técnica do trabalho, o Serviço Social também sofre com a precarização do labor profissional diante do contexto capitalista.

Nessa esteira, Netto (1996, p. 89) assinala que “*as alterações profissionais, assim, derivam da intrincada interação que se processa entre as transformações*



*societárias, com seu rebatimento na divisão sociotécnica do trabalho, e o complexo (teórico, prático, político e, em sentido largo, cultural) que é constitutivo de cada profissão”.*

Iamamoto (2015), por sua vez, afirma que os desafios do Serviço Social são profundos e exigem o desenvolvimento da capacidade de decifrar a realidade por meio de uma rigorosa formação teórico-metodológica, ético-política e técnica-operativa, na qual é necessário complementar dizendo da importância de abarcar, também, as questões de classe, gênero, de raça/etnia e diversidade sexual, sem reproduzir as desigualdades e hierarquias que são cotidianamente recriadas e refuncionalizadas no interior das relações e instituições, como pontua Tavares e Delgado (2012).

Cumprir mencionar, ainda, que os debates da categoria têm se concentrado, também, em novas abordagens – que cada vez mais desafiam as posições binárias, estáticas e inamovíveis – e que vêm desorganizando por completo a ideia que sustentava o lado supostamente natural e biológico do binômio sexo/gênero. Tais debates têm contemplado de maneira muito potente o debate racial, compreendendo, por exemplo, como gênero, raça e classe se articulam, mostrando-se fundamentais para a elaboração de políticas sociais voltadas para aquelas pessoas que estão no nível mais alto de exploração, como as mulheres negras e pobres.

Mulheres estas que, na atual e nefasta conjuntura, com esse novo contexto político ultraneoliberal e neoconservador, estão sendo ainda mais vilipendiadas, especialmente após o golpe de Estado sofrido pela presidenta Dilma Rousseff, com apoio do parlamento, do judiciário, das elites burguesas e da grande mídia, aprofundando sua situação de vulnerabilidade e de pobreza extrema. Logo, se as intersecções e articulações entre gênero, raça e classe são indissociáveis para uma compreensão da desigualdade, são também indispensáveis para a resistência e a luta emancipatória.

Por fim, não se pode deixar de mencionar que o atual governo – movido por inúmeros despautérios e estultícias em iguais medidas, bem como por um reacionarismo, conservadorismo e anticientificismo nunca antes visto na história desse país – deixa evidente seu profundo desrespeito por mulheres, negros(as), índios(as), LGBTQ+ e outras minorias sociais.

Por conseguinte, houve grandes retrocessos nos últimos anos nas políticas voltadas a esses segmentos populacionais, em razão, principalmente, da aproximação do governo com os evangélicos e outras bancadas conservadoras

do Congresso Nacional. Aproximação esta forjada em governos anteriores, mas exponencialmente potencializada pela atual presidência.

Assim, engendra-se no país o desmonte que coloca em xeque o lastro das parcas conquistas no campo democrático de direitos, oriundas das lutas sociais da década de 1980 e do legado da Constituição Federal de 1988, que completou mais de 30 anos.

Com efeito, o projeto em curso favorece de forma inequívoca o avanço do grande capital estrangeiro sobre a economia brasileira, reforçando as alianças entre a burguesia nacional e o imperialismo norte-americano. Como exemplos de tal favorecimento, pode-se destacar a aprovação da Emenda Constitucional nº 95 de 2016 – estabelecendo um teto para investimentos públicos por 20 anos – e as contrarreformas trabalhista e previdenciária, que agravam ainda mais o cenário de desemprego de mais de 13% que assola a classe trabalhadora.

Somam-se a isso, os cortes orçamentários que enfraquecem sobremaneira o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e o Sistema Único de Saúde (SUS), bem como a flexibilização da legislação ambiental destinada a facilitar a exploração dos recursos naturais pelas empresas multinacionais. Todas estas medidas começaram a ser implementadas em 2016 por um governo corrupto, ilegítimo e espúrio em um curto intervalo de tempo e estão sendo potencializadas por esse atual “governo” reacionário e antidemocrático.

Todavia, o embrutecimento da classe dominante não se limita às medidas mencionadas até aqui. Analisar tal conjuntura é destacar, ainda, a face mais perversa do processo de busca de manutenção do poder pela via do extermínio da vida, pelo uso da força e da violência! Neste ataque à classe trabalhadora, mulheres e jovens negros são as principais vítimas da cultura que fomenta o ódio contra as diferenças de raça/etnia, diversidade sexual, territórios e que têm em comum um elemento óbvio: a classe!

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Carla Cristina Lima de; LOLE, Ana. Gênero, identidade e política: e agora, aonde vamos? **Revista Temporalis**, Brasília, n. 28, p. 79-94, jul.-dez. 2014.

ALMEIDA, Magali da Silva. Diversidade humana e racismo: notas para um debate radical no serviço social. **Argumentum.**, Vitória, v. 9, n. 1, p. 32-45, jan./abr. 2017. Disponível em: Acesso em: 10 de jun. de 2022.

ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. Ricardo Antunes 3. ed. São Paulo: Boitempo, 2000. 261p.

ANTUNES, Ricardo. Trabalho Intermitente e Uberização do Trabalho no Limiar da Indústria 4.0. In: ANTUNES, R. (Org.) **Uberização, Trabalho Digital e Indústria 4.0**. São Paulo: Boitempo, 2020.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. 152 p. (Feminismos Plurais / coordenação de Djamila Ribeiro) ISBN 978-85-98349-69-5.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em contra-reforma**: desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2003.

BOSCHETTI, Ivanete. Expropriação de direitos e reprodução da força de trabalho. In: BOSCHETTI, Ivanete. (org.) **Expropriação e direitos no capitalismo**. São Paulo: Cortez, 2018.

CISNE, Mirla. **Serviço Social**: uma profissão de mulheres para mulheres?: uma análise crítica da categoria gênero na histórica “feminização” da profissão. 2004. 202p. Dissertação (Mestrado) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Mestrado em Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco, Recife (PE), 2004.

FERREIRA, Gracyelle Costa. **Raça e nação na origem da política social brasileira**: União e Resistência dos trabalhadores negros. Tese de Doutorado: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://www.btd.uerj.br:8443/bitstream/1/16398/2/Tese%20-%20Gracyelle%20Costa%20Ferreira%20-%202020%20%E2%80%93%20Completa.pdf>. Acesso em: 10 de jun. de 2022.

HILL COLLINS, Patricia. **Black feminist thought**: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment. New York: Routledge, 2009, ISBN 9780415964722.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na Contemporaneidade**: trabalho e formação profissional – 26ª Ed. – São Paulo: Cortez, 2015.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social. In: CFESS (org.) **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. CFESS, 2010.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**. Capital financeiro, trabalho e questão social. 6. ed. Cortez, 2011a, cap. 1 e 3.

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação**: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019. 244 p.

LESSA, Sérgio. **Trabalho e Mundo dos Homens**. São Paulo: Boitempo, 2002.

LIMA, R. de L. de. Formação profissional em Serviço Social e gênero: algumas considerações. **Serviço Social e Sociedade**, n. 117, jan./mar, 2014.

LISBOA, Teresa Kleba. “Políticas públicas com perspectiva de gênero: afirmando a igualdade e reconhecendo as diferenças” In: **Anais do Fazendo Gênero**, 2010, n. 9. UFSC, Florianópolis. Disponível em: [http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278289946\\_ARQUIVO\\_Texto.ST\\_Co mpleto\\_FG9.pdf](http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278289946_ARQUIVO_Texto.ST_Co mpleto_FG9.pdf). Acesso em: 10 jun. 2022.

- LUKÁCS, György. **História e consciência de classe**, Porto, Escorpião, 1979.
- MALUF, Sônia Weidner. Serviço Social: Gênero, raça/etnia, gerações e Sexualidade. **Katály- ses**, Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 435-440, set./dez. 2018 ISSN 1982-0259.
- MARTINS, T. C. S. **Racismo no mercado de trabalho**: limites à participação dos trabalhadores negros na constituição da “questão social” no Brasil. Recife: UFPE. Tese de Doutorado, 2012.
- MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política. Livro I. Tradução de Reginaldo Sant’Anna. 25. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- MORAES, ANDREA. **Pensar o gênero**: diálogos com o Serviço Social. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 132, p. 268-286, maio/ago. 2018 <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.141>.
- NETTO, José Paulo. “Transformações Societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil”. **Serviço Social e Sociedade**, n. 50. São Paulo: Cortez, 1996, p. 87-132.
- NETTO, José Paulo. A erosão do Serviço Social “tradicional” na América Latina. In: **Ditadura e Serviço Social**. Uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 5a edição. São Paulo: Cortez, 2001, p. 142-151.
- NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do serviço social no Brasil pós-1964 – 12. ed. – São Paulo: Cortez, 2008.
- NETTO, José Paulo. **O movimento de reconceituação**: 40 anos depois. Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Cortez, No. 84, p. 519, Junho, 2005.
- PAIXÃO, M.; CARVANO, L. M. **Relatório Anual das Desigualdades Raciais no Brasil**; 2007– 2008. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.
- SANTOS, S. M. M. dos. **Diversidade sexual**: fonte de opressão e de liberdade no capitalismo. **Argumentum**, Vitória, v. 9, n. 1, p. xx-xxx, jan./abr.2017.
- TAVARES, Márcia Santana; DELGADO, Josimara. (Trans)Versalidades de Gênero e Geração nas Políticas Sociais: o lugar de mulheres e idosos. **Caderno Espaço Feminino** - Uberlândia-MG - v. 25, n. 2 - Jul./Dez. 2012 – ISSN online 1981-3082. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/neguem/article/view/17694>. Acessado em: 10 de jun. de 2022.
- TEIXEIRA, K. C. S.; GÓIS, J. B. H. Políticas Afirmativas de Emprego no Brasil: o caso do Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça (2005-2016). **Trabajo y Sociedad**, Argentina, n. 35, 2020.

## A AGRICULTURA FAMILIAR NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO: BREVE ANÁLISE SOBRE O PAPEL DAS MULHERES

Sidimara Cristina de Souza<sup>23</sup>

André Brandão<sup>24</sup>

**RESUMO:** A agricultura familiar é a principal responsável pela produção dos alimentos disponibilizados para o consumo da população brasileira (BRASIL, 2019). Nesse sentido, esse estudo buscou-se compreender as diferenças econômicas e de acesso a mercado entre famílias produtoras que possuem mulheres como pessoa de referência. Para isso realizou-se a aplicação de questionários e análise das Declarações de Aptidão ao Pronaf do estado do Rio de Janeiro. Identificou-se que mulheres apresentam menor renda e maior dificuldade de acesso ao crédito rural. Fator que reafirma a feminilização da pobreza na agricultura familiar e reafirma a necessidade de políticas públicas voltadas para as mulheres.

**PALAVRAS-CHAVE:** Agricultura Familiar; Rio de Janeiro; Mulheres.

**ABSTRACT:** Family farming is primarily responsible for the production of food available for consumption by the Brazilian population (BRASIL, 2019). In this sense, this study sought to understand the economic differences and market access between producing families that have women as a reference person. For this, questionnaires were applied and the Declarations of Aptitude to Pronaf in the state of Rio de Janeiro were analyzed. It was identified that women have lower income and greater difficulty in accessing rural credit. Factor that reaffirms the feminization of poverty in family farming and reaffirms the need for public policies aimed at women.

**KEYWORDS:** Family Farming; Rio de Janeiro; Women.



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons – Atribuição Não-Comercial 4.0 Internacional.

23 Doutora em Política Social. Pós-doutoranda do Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social da Universidade Federal. E-mail: [sidi.mara@hotmail.com](mailto:sidi.mara@hotmail.com). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8704-7340>.

24 Doutor em Ciências Sociais. Professor titular do curso de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense (UFF), atuando na graduação e no Programa de Pós-Graduação em Política Social. E-mail: [andre\\_brandao@id.uff.br](mailto:andre_brandao@id.uff.br). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9245-0273>.

## INTRODUÇÃO

A agricultura familiar é uma forma de organização social, cultural, econômica e ambiental, na qual são trabalhadas atividades agropecuárias no meio rural, gerenciadas por uma família com predominância de mão de obra familiar. Para Lara Altafin (2007), agricultura familiar não é propriamente um termo novo, mas seu uso recente, com ampla penetração nos meios acadêmicos, nas políticas de governo e nos movimentos sociais, adquire novas significações. Segundo a referida autora (idem), a agricultura familiar brasileira é um conceito em evolução, com significativas raízes históricas e ligadas à produção camponesa tradicional.

De acordo com Wanderley (1999) podemos entender por agricultura familiar aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo, havendo, desta forma, uma estrutura produtiva que associa família-produção-trabalho com consequências no modo como esta age econômica e socialmente, já que a expectativa é de que todo o investimento em recursos materiais e de trabalho despendido na unidade de produção pela geração atual possa vir a ser transmitido à geração seguinte, garantindo-se assim a sobrevivência imediata bem como a reprodução das gerações subsequentes.

Podemos afirmar que:

Agricultura familiar é a principal responsável pela produção dos alimentos que são disponibilizados para o consumo da população brasileira. É constituída de pequenos produtores rurais, povos e comunidades tradicionais, assentados da reforma agrária, silvicultores, aquicultores, extrativistas e pescadores. O setor se destaca pela produção de milho, raiz de mandioca, pecuária leiteira, gado de corte, ovinos, caprinos, olerícolas, feijão, cana, arroz, suínos, aves, café, trigo, mamona, fruticulturas e hortaliças (BRASIL, 2019).

Na atividade agrícola, a gestão da propriedade é compartilhada pela família e a atividade produtiva agropecuária é a principal fonte geradora de renda. Além disso, o agricultor familiar tem uma relação particular com a terra, seu local de trabalho e moradia. A diversidade produtiva também é uma característica marcante desse setor, pois muitas vezes alia a produção de subsistência a uma produção destinada ao mercado. Sidersky (1990), utilizando paralelamente os conceitos do pequeno produtor e da unidade

econômica camponesa, estabelece três características básicas para definir a unidade econômica camponesa: o acesso aos meios de produção, entre os quais a terra; o caráter familiar da produção; a relação com o mercado, como articulação com o sistema global capitalista.

Segundo dados dos Censos Agropecuários 2006 e 2017, esse tipo de agricultura reúne o maior número de unidades produtivas no país e contribui com parcela significativa de empregos associados às atividades agropecuárias, artesanais e agroindustriais a ele vinculadas, seja no campo ou na cidade.

No Censo Agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2006 identificou 4.367.902 estabelecimentos de agricultores familiares, com área de abrangência de 80,25 milhões de hectares que correspondiam a 24,3% da extensão ocupada pelas organizações agropecuárias do Brasil, sendo responsável por 38% do valor bruto da produção agropecuária e 10% do Produto Interno Bruto (PIB).

Em 2017, o Censo identificou 3.897.408 estabelecimentos classificados como de agricultura familiar, o que representava 77% das instalações agropecuárias, com área de 81 milhões de hectares, ou seja, 23% da extensão total dos estabelecimentos agropecuários brasileiros. A atividade é responsável por 23% do valor total da produção das propriedades. No Rio de Janeiro, este percentual atingiu mais de 42%. Em virtude desse cenário, é dever do poder público a promoção e a consolidação da agricultura familiar no interesse maior da coletividade.

De acordo com Guanzioli e Cardim (2000), a principal finalidade da produção na agricultura familiar é atender às necessidades de consumo do núcleo familiar, sendo caracterizada, por esse motivo, como pequena e de subsistência. Contudo, a agricultura familiar vem ganhando novos contornos desde a década de 1990.

A modalidade passou a ser identificada como atividade importante e necessária para o desenvolvimento socioeconômico do Brasil, de modo que começou a ganhar reconhecimento social e produtivo, possibilitando a sua inserção na agenda governamental e, conseqüentemente, na elaboração de políticas públicas voltadas para a categoria. Nesse sentido, é importante destacar, conforme afirmam os autores Esquerdo-Souza e Bergamasco (2015), que as políticas públicas voltadas à agricultura antes da década de 1990 tinham como foco os médios e grandes proprietários e desconsideravam a existência e a importância do agricultor familiar.

Segundo Guanziroli e Cardim (2000), um dos motivos que vem reacendendo a discussão sobre a importância da agricultura familiar é o debate sobre questões fundamentais como sustentabilidade, geração de emprego e renda, segurança alimentar e desenvolvimento local. Tal expressividade pode ser identificada no crescimento de assentados pela reforma agrária (mesmo que em níveis muito abaixo da totalidade da demanda) e na criação de políticas públicas, a exemplo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).<sup>25</sup> Contudo, apesar do papel estratégico desempenhado tanto no plano social como no econômico, a agricultura familiar é o segmento agrícola mais descapitalizado, despojado de tecnologia, maquinário e equipamentos disponíveis nas grandes lavouras, sendo também o setor produtivo do campo com maior dependência de terceiros para o transporte.

Nesse sentido, buscamos a partir deste estudo analisar as diferenças econômicas e de acesso a mercado entre famílias produtoras que possuam mulheres como pessoa de referência, em oposição àquelas que apresentam homens nessa situação.

Para traçar a caracterização da agricultura familiar no estado do Rio de Janeiro, foram utilizadas as informações da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) e foi adotado como procedimento de análise territorial o recorte por mesorregião no intuito de facilitar a compreensão do perfil dos produtores, bem como auxiliar no desenho de ações que visem a atender à

---

25 É importante destacar que o PAA foi extinto, contudo no período de execução da pesquisa o mesmo se encontrava em vigor e, por isso, todos os dados apresentados neste relatório são relacionados ao referido programa. No fim de 2021 o governo federal revogou o Decreto nº 7.775, de 4 de julho de 2012, que regulamentava o PAA que teve vigência por quase uma década. No lugar do PAA, criado no governo Dilma Rousseff, o governo Bolsonaro instituiu e regulamentou o Programa Alimenta Brasil (PAB) através da Medida Provisória nº 1.061, de 9 de agosto de 2021 e posterior Decreto nº 10.880, de 02 de dezembro de 2021. O PAB passa a ter natureza jurídica de lei com a aprovação da Lei nº 14.284, de 29 de dezembro de 2021. Considerando a importância do PAA para o contexto desta pesquisa, é importante ressaltar que o PAA e o PAB possuem textos praticamente idênticos, com as mesmas finalidades e procedimentos, e se diferenciam basicamente em dois pontos: 1) No atual PAB, a execução “Aquisição de sementes” foi excluída do rol de modalidades de execução do programa; e 2) há diferença em algumas denominações, como, por exemplo, Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos (GGPAA) e Grupo Gestor do Programa Alimenta Brasil (GGPAB) que possuem as mesmas competências. Pela Medida Provisória (MP) nº 1.061, o PAB substituiu o PAA, ao consolidar normas já existentes, garantindo transparência e visibilidade às compras públicas da agricultura familiar. Nesse programa, o governo comprará alimentos produzidos pela agricultura familiar, com a proposta de garantir renda mínima aos produtores. Agricultores em situação de pobreza e de extrema pobreza receberão, ainda, o Auxílio Inclusão Produtiva Rural, por até 36 meses. O PAB tem como objetivo incentivar a produção local de produtos agropecuários da agricultura familiar através da compra dos produtos e destinar os alimentos para atender as necessidades da suplementação alimentar das pessoas que se encontram em risco de vulnerabilidade social e/ou em estado de insegurança alimentar e nutricional, cadastradas nos programas locais. Segundo o site do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), no PAB não é mais admitida a contratação de operações eventuais de custeio do Pronaf.



demanda de alocação de recursos (técnicos, financeiros e humanos) para o desenvolvimento e dinamização econômica do setor. Assim, foram tomados como base dados fornecidos pelos agricultores familiares para a emissão da Declaração de Aptidão ao Pronaf, no ano de 2020, das mesorregiões do Rio de Janeiro (Noroeste Fluminense, Norte Fluminense, Centro-Fluminense, Baixadas, Metropolitana e Sul Fluminense), totalizando o universo de 13.206 cadastros de DAPs ativas.

É importante destacar que a DAP, um documento criado pelo CMN em 1995 por meio da Resolução nº 2.191, tornou-se o principal instrumento que permite identificar e qualificar as Unidades Familiares de Produção Agrária (UFPA) da agricultura familiar e suas formas associativas organizadas em pessoas jurídicas. O documento é requisito para a habilitação dos requerentes antes da liberação do crédito. Os registros possibilitam que o poder público tome conhecimento da localização, da distribuição e da concentração das comunidades agrícolas familiares, tornando possível o planejamento de ações estratégicas integradas de fomento ao setor entre as diferentes esferas e instâncias governamentais.

A DAP é gratuita, tem validade de dois anos e é expedida por sindicatos rurais e empresas públicas de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER). É classificada em até oito tipos diferentes, sendo seis individuais e duas jurídicas. A DAP jurídica pode ser concedida a três formas de organizações econômicas da agricultura familiar: cooperativas, associações e pequenas agroindústrias familiares.

Além da modalidade jurídica, existem outros tipos de DAP, a saber: DAP Principal, que se subdivide em DAP A ou A/C, destinadas somente para assentados da Reforma Agrária ou beneficiários do Crédito Fundiário; DAP B, destinada para o público agrícola de renda bruta anual de até R\$ 20 mil; DAP Variável, para agricultores familiares com renda anual superior a R\$ 20 mil e inferior a R\$ 360 mil; DAP acessório, obrigatoriamente vinculada a uma DAP principal, que se enquadra como DAP Jovem, destinada aos filhos de agricultores entre 16 a 29 anos; e, por fim, DAP Mulher Agregada, direcionada às agricultoras não titulares de terra, mas que vivem em unidades familiares (IDAM, 2020).

Também foi realizado um levantamento de dados primários por meio da aplicação de 1.667 questionários. Os entrevistados foram divididos em dois perfis: 1.235 agricultores familiares e 432 pescadores artesanais. É importante

ressaltar que não há como discutir agricultura familiar sem considerar a categoria de pescadores, principalmente em um estado com grande abrangência litorânea. Dessa forma, buscou-se complementar os dados adquiridos, via cadastros das DAPs Ativas, com as informações coletadas dos entrevistados dos municípios de todas as mesorregiões do estado do Rio de Janeiro.

## AS MULHERES NA AGRICULTURA FAMILIAR

Para se entender o conjunto de elementos que caracterizam a agricultura familiar no estado do Rio de Janeiro, é importante compreender quem são os agentes que colocam em prática essa atividade. Faz-se necessário, portanto, delinear o perfil da população rural do estado, descrevendo os agricultores familiares e os pescadores da região.

Após análise do número de cadastros de DAP Ativa no estado do Rio de Janeiro, foi possível identificar que, dos 13.206 cadastros, 10.411 (78,8%) agricultores familiares são do sexo masculino e apenas 2.795 (21,2%) são do sexo feminino. Ao individualizar a análise pelo sexo, por categoria de DAP, foi possível verificar também que, dentre os beneficiários que possuem DAP Variável na região das Baixadas, a maioria (90%) é do sexo masculino, e os que possuem enquadramento no PNRA representam 61%.

Isso demonstra que, nas unidades produtivas provenientes de ações de reforma agrária e de crédito fundiário, as ações afirmativas interessadas em fomentar o protagonismo feminino têm gerado resultados positivos na mesorregião das Baixadas. Na região Centro Fluminense, os homens na titularidade de DAPs predominam em todas as categorias. A categoria B é a única com mais de 20% de mulheres, o que aponta para a necessidade de ações afirmativas de gênero junto aos agricultores da região. Na região Noroeste, masculinos homens também predominam em todas as categorias quanto à titularidade de DAPs.

No Centro, também é urgente a implantação de ações afirmativas para as mulheres, uma vez que a pesquisa revela ser a categoria B a única com mais de 20% delas. No Sul Fluminense, quando analisados os declarantes enquadrados no PNRA, verificou-se que a participação feminina é considerável, chegando a 47%. O mesmo não ocorre nas DAPs Variáveis, as quais contabilizam apenas 19% de mulheres. Já na região Metropolitana, verificou-se mudança radical em relação às mesorregiões analisadas anteriormente. Na categoria PNRA,

76% dos declarantes são do sexo feminino, uma discrepância em relação às demais categorias que possuem percentual maior do sexo masculino. Em geral, essa diferença acaba favorecendo os homens e seguindo a tendência da área rural, como é possível observar na Tabela 12.

**Tabela 1:** Sexo dos cadastrados na DAP da região Metropolitana do estado do Rio de Janeiro

| SEXO      | DAP VARIÁVEL | DAP B      | DAP PNRA  | TOTAL        |
|-----------|--------------|------------|-----------|--------------|
| Feminino  | 320 (16%)    | 58 (26%)   | 28 (76%)  | 407 (18%)    |
| Masculino | 1.680 (84%)  | 165 (74%)  | 9 (24%)   | 1.853 (82%)  |
| Total     | 2.000 (100%) | 223 (100%) | 37 (100%) | 2.260 (100%) |

Fonte: Elaboração própria a partir de cadastros de agricultores familiares para a emissão da Declaração de Aptidão ao Pronaf, 2018.

No que tange ao contexto do Norte Fluminense, merece destaque a equidade existente entre os cadastros dos sexos masculino e feminino na categoria PNRA. Contudo, assim como nas demais regiões citadas anteriormente, as mulheres tiveram participação acima de 20% em todas as categorias de DAPs Ativas.

Seguindo o já demonstrado na caracterização das mesorregiões do estado do Rio de Janeiro, feita por meio dos dados de DAPs Ativas, o sexo masculino predomina entre os agricultores familiares e pescadores entrevistados: foram 472 (70%) e 313 (78%), respectivamente. A participação das mulheres acontece de forma tímida, mas mesmo assim representa avanço significativo, já que se trata de espaços predominantemente masculinos e que carrega a marca do patriarcalismo.

A participação de mulheres acima de 20% nos casos vistos anteriormente reflete o potencial feminino na área rural fluminense. Isso quer dizer que ações de crédito de assistência técnica e políticas públicas que levam em consideração a força de trabalho das mulheres na área encontram campo fértil e próspero. Tais ações podem fortalecer, cada vez mais, a participação delas – grupo que durante muito tempo esteve subjugado a segundo plano, principalmente na área rural.

As Tabelas 2 e 3, a seguir, comparam a renda domiciliar de famílias envolvidas com a agricultura familiar que possuem mulheres como pessoa de referência, em oposição àquelas que apresentam homens nessa mesma situação.

**Tabela 2:** Renda domiciliar de Pescadores por Sexo. \*SM = Salário-mínimo

| Sexo      | Não informado | 1 SM            | 2 SM            | 3 SM          | Entre 4 e 5 SM | Menos de 1 SM | Total           |
|-----------|---------------|-----------------|-----------------|---------------|----------------|---------------|-----------------|
| Masculino | 19            | 133             | 138             | 19            | 10             | 8             | 327<br>(75,70%) |
| Feminino  | 6             | 54              | 35              | 3             | 0              | 7             | 105<br>(24,30%) |
| Total     | 25<br>(5,79%) | 187<br>(43,29%) | 173<br>(40,05%) | 22<br>(5,09%) | 10<br>(3,07%)  | 15<br>(3,47%) | 432<br>(100%)   |

Fonte: Pesquisa UFF/RJ 2020.

Com relação à renda de pescadoras e pescadores artesanais do Rio de Janeiro, percebe-se um percentual maior de pessoas do sexo feminino nas faixas de menor renda. Mais de 58% das entrevistadas recebem até um salário-mínimo, enquanto entre os pescadores homens essa frequência cai para 43%. Também é válido ressaltar que nenhuma das entrevistadas tem renda domiciliar maior que quatro salários-mínimos e que, considerando ambos os sexos, mais de 86% de todos os entrevistados na pesquisa sustentam suas famílias com até dois salários-mínimos.

Para Massena de Melo, Lima e Stadler (2009), a pesca artesanal contribui para a produção pesqueira do Brasil e garante a geração da renda familiar. Entretanto, a combinação dos trabalhos produtivo e reprodutivo realizados pelas pescadoras é invisibilizada no momento da elaboração de políticas públicas para o setor. Isso porque “as exigências para o acesso as políticas não consideram suas especificidades reproduzindo as relações sociais [desiguais] de gênero”. Diante das dificuldades para sua organização, a mulher trabalhadora da pesca acaba por desenvolver outras atividades de baixa remuneração e trabalhos temporários como faxineiras em casas de veraneio e empregadas domésticas.

Souza, Serrão e Vieira (2021), em artigo sobre as condições socioeconômicas em uma comunidade de pescadoras artesanais e agricultoras familiares no estado do Pará, relatam que a renda familiar das pescadoras artesanais variou de R\$300,00 a R\$2.637,00, com uma média de R\$1.124,50.

Assim, neste contexto, 45% das pescadoras artesanais deste grupo sobrevive com menos de um salário-mínimo (R\$954,00 em 2018), configurando uma média mais baixa do que a verificada no estado do Rio de Janeiro. A média de dependentes dessa renda aproxima-se a quatro indivíduos, com o máximo de seis dependentes. Os autores destacam que 9% das pescadoras artesanais não possuem dependentes.

Com relação à renda domiciliar de agricultores do Rio de Janeiro, percebe-se na Tabela 3 um percentual maior de pessoas do sexo feminino nas faixas de menor renda. Mais de 54% das entrevistadas recebem até um salário-mínimo, enquanto entre os agricultores homens essa frequência cai para 43%. Também é válido ressaltar que, considerando ambos os sexos, mais de 62% de todos os agricultores entrevistados sustentam suas famílias com até dois salários-mínimos.

**Tabela 3:** Renda domiciliar de Agricultores Familiares por Sexo. \*SM = Salário-mínimo

| Sexo          | 1 SM            | 2 SM            | 3 SM          | Mais de 3 SM  | Mais de 5 SM  | Menos de 1 SM | Não informado   | Sem renda     | Total          |
|---------------|-----------------|-----------------|---------------|---------------|---------------|---------------|-----------------|---------------|----------------|
| Não informado | 1               | 1               | 0             | 0             | 0             | 1             | 10              | 0             | 13<br>(1%)     |
| Masculino     | 288             | 142             | 56            | 18            | 17            | 46            | 227             | 17            | 811<br>(65,6%) |
| Feminino      | 165             | 47              | 8             | 1             | 1             | 46            | 129             | 14            | 411<br>(33,4%) |
| Total         | 454<br>(36,76%) | 190<br>(15,38%) | 64<br>(5,18%) | 19<br>(1,54%) | 18<br>(1,46%) | 93<br>(7,53%) | 366<br>(29,64%) | 31<br>(2,51%) | 1235<br>(100%) |

Fonte: Pesquisa UFF/RJ 2020.

Podemos observar que as mulheres aos poucos estão ocupando as atividades rurais, tais como a pesca e a agricultura familiar, mesmo que com desigualdade salarial. Siliprandi (2009, p. 56), explica que apesar do modelo de família moderna reafirmar os lugares de homem provedor e mulher dona de casa, as mulheres foram incorporadas definitivamente no mercado de trabalho assalariado, mas em condições desiguais, convivendo com salários mais baixos, segregação profissional e dupla jornada.

Quanto as tarefas domésticas, Cisne (2012) explica que o Estado capitalista diminui o custo da reprodução da força de trabalho, lucrando às custas da exploração do trabalho das mulheres. Essa diminuição do trabalho da mulher pelo Estado se dá principalmente por não arcar com estruturas que viabilizem a igualdade de gênero no cotidiano como restaurantes, lavanderias e creches de boa qualidade, além de não ter o interesse em aumentar o salário das trabalhadoras e trabalhadores que ajudam na manutenção dessas estruturas.

Nesta seara, Schmitz e Santos (2014) ressaltam o fato de as mulheres ficarem com todo o trabalho cotidiano, não remunerado e repetitivo e relatam, no escopo da atividade agrícola leiteira da agricultura familiar do Sudoeste

do Paraná, que a renda das mulheres é utilizada para suprir demandas da família e despesas da casa, como pagamento de contas, compras no mercado e educação dos filhos.

As Tabelas 4 e 5, a seguir, comparam o acesso ao crédito em famílias que possuem mulheres como pessoa de referência em oposição àquelas que apresentam homens nessa situação.

**Tabela 4:** Pescadores e Acesso ao crédito rural por sexo

| Não informado: 84 (19,44%) |     |     |                        |
|----------------------------|-----|-----|------------------------|
| Sexo                       | Não | Sim | % de acesso ao crédito |
| Masculino                  | 220 | 52  | 15,95%                 |
| Feminino                   | 54  | 22  | 20,95%                 |
| Total                      | 274 | 74  | 17,13%                 |

Fonte: Pesquisa UFF/RJ 2020.

Com relação ao crédito entre pescadores, 21% das pessoas do sexo feminino procuraram e tiveram acesso ao crédito rural, enquanto 16% das pessoas do sexo masculino tiveram acesso ao financiamento. O que pode induzir um maior acesso das mulheres pescadoras à política de crédito rural no estado do Rio de Janeiro, fato que não ocorre entre as agricultoras. Apenas 2% das agricultoras tiveram acesso ao financiamento destinado ao segmento rural, ao passo que 9% das pessoas do sexo masculino tiveram acesso ao crédito.

**Tabela 5:** Agricultores familiares e Acesso ao crédito rural por Sexo

| Sexo      | Não  | Sim | % de acesso ao crédito |
|-----------|------|-----|------------------------|
| Masculino | 734  | 77  | 9,49%                  |
| Feminino  | 402  | 9   | 2,19%                  |
| Total     | 1149 | 86  | 6,96%                  |

Fonte: Pesquisa UFF/RJ 2020.

Silva (2015) indica que essa desigualdade histórica nas relações de gênero (em âmbito privado ou público) coloca as mulheres em situações de desvantagem no acesso a políticas públicas essenciais, como: direito à educação, à saúde, à moradia; e a políticas públicas específicas, como: o direito à terra, ao crédito, à assessoria técnica especializada e à documentação da mulher rural.

Said e Moreira (2015) também apontam o machismo como um dificultador no acesso ao crédito de mulheres agricultoras, em especial a estrutura machista das instituições oficiais de crédito e de organizações que elaboram projetos para que as mulheres consigam acessar diferentes tipos de crédito, até programas específicos como o Pronaf Mulher.

Contudo, vale observar a diferença de frequência total de acesso ao financiamento entre pescadores e agricultores de ambos os sexos (17% contra 7%). No que tange o acesso dos pescadores ao mercado comercial sob a perspectiva de gênero foi analisado a partir da comparação dos indicadores: recebimento de assistência técnica, participação em programa de pesca artesanal e meio de comercialização. A disponibilidade desses recursos viabiliza maiores possibilidades de volume de venda mais elevado, maior poder de negociação e economia de escala nos custos fixos relacionados ao processo de pesca. A Tabela 6 apresenta dados de recebimento de assistência técnica nos 12 meses anteriores à pesquisa.

**Tabela 6:** Pescadores e Assistência técnica nos últimos 12 meses por Sexo

| Não informado: 56 (12,96%) |     |     |              |
|----------------------------|-----|-----|--------------|
| Sexo                       | Não | Sim | Total        |
| Masculino                  | 284 | 11  | 295 (78,46%) |
| Feminino                   | 78  | 3   | 81 (21,54%)  |
| Total                      | 362 | 14  | 376 (100%)   |

Fonte: Pesquisa UFF/RJ 2020.

Com relação ao recebimento de assistência técnica, o resultado foi proporcional, onde 3,70% das pescadoras receberam assistência técnica no ano anterior, ao passo que 3,72% das pessoas do sexo masculino tiveram esse recurso disponível.

A Tabela 7, a seguir, esquematiza dados sobre participação em programa de pesca artesanal.

**Tabela 7:** Participação em programa de pesca artesanal por sexo

| Não informado: 14 (3,24%) |     |     |              |
|---------------------------|-----|-----|--------------|
| Sexo                      | Não | Sim | Total        |
| Masculino                 | 296 | 20  | 316 (75,60%) |
| Feminino                  | 83  | 19  | 102 (24,40%) |
| Total                     | 379 | 39  | 418 (100%)   |

Fonte: Pesquisa UFF/RJ 2020.

Com relação à participação em programa de pesca artesanal, foi verificado que as pescadoras tiveram maior participação (19%) que a parcela das pessoas do sexo masculino (6%). Tais dados reafirmam a ampliação de acesso as políticas públicas pelas mulheres, mesmo que Massena de Melo, Lima e Stadler (2009) afirmam que a análise das perspectivas futuras do trabalho feminino na pesca deve levar em consideração que “a divisão do saber e do poder é constitutiva da divisão sexual do trabalho e das relações de poder entre homens e mulheres”.

Dito de outro modo, a divisão sexual contribui para dificultar o acesso das pescadoras aos programas e projetos de apoio a pesca artesanal. O que podemos perceber é que no Estado do Rio de Janeiro estamos conseguindo avançar, mesmo que lentamente, no enfrentamento da desigualdade de gênero quando se trata de acesso às políticas públicas. Vale ressaltar que isso é resultado de muita luta dos movimentos sociais de mulheres, grupos de intelectuais, ativistas e grupos partidários.

Esta luta proporcionou iniciativas de apoio direcionadas às pescadoras, como, por exemplo, o Programa “Mulheres na Pesca”, um programa de inclusão de gênero na pesca executado pelo Coletivo Internacional de Apoio aos Trabalhadores da Pesca, no Brasil, entre os anos de 1993 e 1996, que teve o objetivo de “estudar o papel das mulheres na pesca, registrar suas lutas e as formas de organização na perspectiva da inclusão do gênero” (MORAES, 2019).

Com relação ao meio de comercialização, é possível verificar que, tanto para pessoas do sexo masculino quanto feminino, a maior parte dos respondentes faz uso da venda dos produtos por intermediários (63% das pessoas do sexo masculino e 47% das pessoas do sexo feminino). Entretanto, o percentual de pescadoras comercializando em feiras livres é maior (15% contra 8%), como pode ser observado na Tabela 8. É importante ressaltar que nas feiras livres



o volume de vendas é menor por se tratar de varejo, ao passo que meios como intermediários permitem a comercialização por atacado, o que permite maiores volumes de vendas.

**Tabela 8:** Pescadores e Meios de comercialização por Sexo

| Não informado: 24 (5,56%) |               |                |       |           |              |
|---------------------------|---------------|----------------|-------|-----------|--------------|
| Sexo                      | Feiras livres | Intermediários | Outro | Peixarias | Total        |
| Masculino                 | 25            | 214            | 52    | 18        | 309 (75,74%) |
| Feminino                  | 16            | 50             | 25    | 8         | 99 (24,26%)  |
| Total                     | 41            | 264            | 77    | 26        | 408 (100%)   |

Fonte: Pesquisa UFF/RJ 2020.

Moraes (2019, p.) revela que a representatividade pouco expressiva das mulheres no setor pesqueiro em relação aos homens possivelmente está atrelada a “vulnerabilidade das mulheres na cadeia da produtiva” acentuada pelo “processo histórico de exploração da mulher, oriundo do sistema patriarcal consolidado na sociedade, atribuindo à mulher um acúmulo de tarefas que se desdobram entre cuidar da casa, dos filhos, trabalhar fora e ganhar salários mais baixos que os homens”.

De acordo com os resultados apresentados no recorte de gênero na pesca, verificou-se que as pescadoras do estado do Rio de Janeiro apresentam menor renda e tiveram maior acesso a crédito rural, o que indica diferenças econômicas entre homens e mulheres com relação à renda e uma tendência a mudança no cenário. Com relação ao acesso ao mercado, o recebimento de assistência técnica foi proporcional entre pescadores e pescadoras, porém as mulheres possuem maior participação em programa de pesca artesanal (que pode agregar valor ao produto) (19% contra 6%) e são a maior parcela apta a contratar financiamento Pronaf (aqueles que possuem DAP como titular ou não), cujas operações de financiamento podem trazer benefícios posteriores.

Por fim, o maior percentual de pescadoras comercializando via feiras livres indica uma limitação no acesso a alguns canais do mercado pesqueiro, como os intermediários atacadistas, que permitem a comercialização em volumes maiores, o que representa uma diferença em relação aos pescadores homens.

O acesso de agricultores ao mercado sob a perspectiva do gênero foi analisado comparando indicadores de recebimento de assistência técnica,

uso de mecanização da lavoura, presença de disponibilidade hídrica e uso de área irrigada. A disponibilidade desses recursos viabiliza maiores quantidade de produção, de qualidade equiparável à exigida pelo mercado, assim como menores custos de produção, uma vez que permite uma diluição maior dos custos fixos de produção devido à economia de escala.

**Tabela 9:** Agricultores familiares. Assistência técnica nos últimos 12 meses por Sexo

| Não informado: 283 (22,91%) |     |     |              |
|-----------------------------|-----|-----|--------------|
| Sexo                        | Não | Sim | Total        |
| Não informado               | 2   | 0   | 2 (0,22%)    |
| Masculino                   | 490 | 158 | 648 (68,06%) |
| Feminino                    | 255 | 47  | 302 (31,72%) |
| Total                       | 747 | 205 | 952 (100%)   |

Fonte: Pesquisa UFF/RJ 2020.

Com relação ao recebimento de assistência técnica nos doze meses anteriores à pesquisa, os resultados apresentados na Tabela 9 mostram que 15% das pessoas do sexo feminino receberam assistência técnica, ao passo que 24% das pessoas do sexo masculino tiveram esse recurso disponível. Nesse sentido, Said e Moreira (2015) colocam que o acesso a políticas de crédito, assistência técnica e capacitação são problemas frequentemente vivenciados pela população rural. Entretanto, é sentido de forma ainda pior pela população rural feminina, que não são identificadas como agricultoras rurais, visto que o trabalho que realizam no campo é enxergado como complementar.

Com relação à mecanização da lavoura, os resultados apresentados na Tabela 10 mostram que a parcela de pessoas do sexo feminino que fazem uso das tecnologias no campo (22%) é menor que a parcela de agricultores do sexo masculino que utilizam esse recurso (32%).

**Tabela 10:** Dados sobre a Mecanização da lavoura segundo Sexo

| Não informado: 140 (11,34%) |     |     |              |
|-----------------------------|-----|-----|--------------|
| Sexo                        | Não | Sim | Total        |
| Não informado               | 3   | 1   | 4 (0,37%)    |
| Masculino                   | 494 | 232 | 726 (66,30%) |
| Feminino                    | 286 | 79  | 365 (33,33%) |
| Total                       | 783 | 312 | 1095 (100%)  |

Fonte: Pesquisa UFF/RJ 2020.

Schmitz e Santos (2014), em pesquisa sobre a atividade leiteira, indicam que o processo de modernização é evidentemente dominado pelos homens. Segundo relatos das agricultoras em trabalho de campo, quando uma atividade não era lucrativa nem modernizada era gerenciada por mulheres.

De forma generalizada, o trabalho feminino nesse contexto era para obtenção de produtos para o consumo da família e a renda obtida com as vendas dos produtos agrícolas era usada para pequenas compras domésticas. As autoras ainda observam que um importante fator que colabora para a divisão sexual do trabalho no campo é que os agricultores homens são mais capacitados para o uso das tecnologias; o fato de a maioria dos cursos de aperfeiçoamento para a produção agrícola ser mais frequentados por homens do que por mulheres evidencia uma estrutura familiar patriarcal.

A Tabela 11, a seguir, fornece dados sobre a disponibilidade hídrica nas terras de agricultores familiares do estado do Rio de Janeiro. Percebe-se uma proximidade entre as percentagens, ainda que as pessoas do sexo feminino apresentem menor disponibilidade de recursos hídricos (54,01% contra 59,68%).

**Tabela 11:** Disponibilidade de recursos híbridos por sexo

| Não informado: 193 (15,63%) |     |     |       |
|-----------------------------|-----|-----|-------|
| Sexo                        | Não | Sim | Total |
| Não informado               | 0   | 1   | 1     |
| Masculino                   | 218 | 484 | 702   |
| Feminino                    | 117 | 222 | 339   |
| Total                       | 335 | 707 | 1042  |

Fonte: Pesquisa UFF/RJ 2020.

Com relação à presença de área irrigada na produção agrícola familiar, os resultados da pesquisa mostram que o uso por pessoas do sexo feminino (15,82%) é menor que o uso por pessoas do sexo masculino (28,85%), como pode ser analisado na Tabela 12.

**Tabela 12: Uso de área irrigada**

| Não informado: 192 (15,55%) |     |     |       |
|-----------------------------|-----|-----|-------|
| Sexo                        | Não | Sim | Total |
| Não informado               | 0   | 1   | 1     |
| Masculino                   | 470 | 234 | 704   |
| Feminino                    | 273 | 65  | 338   |
| Total                       | 743 | 300 | 1043  |

Fonte: Pesquisa UFF/RJ 2020.

De acordo com os resultados relacionados ao gênero dos agricultores e pescadores, observa-se que as pessoas do sexo feminino apresentam menor renda e maior dificuldade de acesso ao crédito, indicando diferenças econômicas entre os sexos. As respostas das entrevistadas também demonstram menor incidência de recebimento de assistência técnica, de mecanização da lavoura, de disponibilidade hídrica e de uso de área irrigada, o que implica em diferenças entre a quantidade produzida por famílias com pessoa de referência do sexo feminino e masculino, assim como entre os custos de produção e a qualidade do produto direcionado ao mercado.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao se analisar o cenário da agricultura no Brasil, percebe-se que ocorreram significativas alterações (principalmente após sua inserção na agenda governamental) ocasionadas por reivindicações e lutas da classe trabalhadora. Isso possibilitou a elaboração de políticas públicas voltadas para o setor, com programas direcionados para a categoria, dentre eles: Crédito Rural do Pronaf (subdividido em diversas linhas de crédito diferentes); Programa de Garantia de Preços Mínimos (PGPM); Programa Brasil Sem Miséria; Seguro da Agricultura Familiar (SEAF); Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR); Garantia-Safra (GS); Auxílio Emergencial Financeiro; Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar (PGPAF); Aposentadoria

Rural; Programa de Aquisição de Alimentos (PAA); e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

No estado do Rio de Janeiro, além dos programas citados, a Secretaria de Agricultura e Abastecimento atua na operacionalização das seguintes iniciativas: Programa Estradas da Produção; Programas Especiais de Fomento Agropecuário e Tecnológico; Agrofundo (dividido em nove linhas de trabalho); e Programa Rio Rural. Independente da modalidade de empréstimo adotada, a implementação da política de crédito rural para a agricultura familiar deve estar associada à nova política de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), com perspectiva educativa, inclusiva e sustentável, prevendo em suas diretrizes a manutenção de agrossistemas com desenvolvimento tecnológico que tenham por base práticas alicerçadas na agricultura ecológica.

Como se observa, o número de políticas públicas destinadas à agricultura familiar é significativo, mas o baixo investimento governamental nas esferas federal, estadual e municipal inviabiliza o desenvolvimento satisfatório das atividades no campo.

A grande burocratização do sistema impede que muitos agricultores familiares tenham acesso ao Pronaf, à DAP e à Carteira de Pescador, diminuindo as chances de esses trabalhadores acessarem as políticas públicas existentes para o setor.

No estado do Rio de Janeiro, 24,29% dos pescadores entrevistados não possuíam a Carteira de Pescador e 42% não souberam responder sobre a questão, o que leva a induzir a desinformação sobre o documento. Já o cadastro da DAP, apenas 34,11% dos agricultores familiares entrevistados informaram possuir o documento. Diante desse cenário, intervenções governamentais são necessárias no sentido de simplificar os processos burocráticos para a obtenção desses registros com finalidade de liberação de crédito, assim como também para ampliar a rede de unidades de atendimento.

O crédito aqui abordado, enquanto política pública estratégica para qualificação e profissionalização da atividade agropecuária e instrumento de oportunidade para os jovens no campo, deve possibilitar acesso ao mercado a fim de fomentar as diversas estratégias de comercialização, de acordo com as particularidades regionais para a geração de renda dos membros da unidade de produção familiar. Em última análise, o crédito deve contribuir para tornar o espaço rural um ambiente de oportunidades e dignidade para os povos do campo.

É possível afirmar, a partir dos dados coletados neste estudo, que a agricultura familiar (considerando agricultores e pescadores) no estado do Rio de Janeiro é majoritariamente masculina, ainda que a presença feminina venha crescendo nos últimos anos. Esse dado não surpreende e confirma os pressupostos, visto que o campo mantém fortemente as práticas culturais patriarcais, condicionando a mulher, na esmagadora maioria das vezes, às atividades domésticas e ao cuidado dos filhos. Esse patriarcalismo exige que o homem, por sua vez, seja o responsável pelo trabalho externo – o trabalho produtivo – que promove o sustento à família.

A constatação dessa realidade torna evidente a necessidade de políticas públicas especificamente voltadas para as mulheres nas zonas rurais, políticas essas que possibilitem a geração de emprego e renda, bem como a educação econômica e financeira, capaz de alterar as realidades dessas mulheres.

Observa-se que as pessoas do sexo feminino apresentam menor renda e maior dificuldade de acesso ao crédito, indicando diferenças econômicas entre os sexos. As respostas das entrevistadas também demonstram menor incidência de recebimento de assistência técnica, de mecanização da lavoura, de disponibilidade hídrica e de uso de área irrigada, o que implica em diferenças entre a quantidade produzida por famílias com pessoa de referência do sexo feminino e masculino, assim como entre os custos de produção e a qualidade do produto direcionado ao mercado.

## REFERÊNCIAS

ALTAFIN, I. **Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar**. Texto trabalhado durante o 3º Módulo do Curso Regional de Formação Político-sindical da região Nordeste, 2007. Disponível em: <http://www.enfoc.org.br/system/arquivos/documentos/70/f1282reflexoes-sobre-o-conceito-de-agricultura-familiar---iara-alfafin---2007.pdf>. Acesso em: 21 dez. 2021.

BRASIL. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo agropecuário 2017**. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3096/agro\\_2017\\_resultados\\_definitivos.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3096/agro_2017_resultados_definitivos.pdf). Acesso em: 28 jun. 2021.

BRASIL. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo agropecuário 2006**. Rio de Janeiro: IBGE 2006. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/51/agro\\_2006.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/51/agro_2006.pdf). Acesso em: 28 jun. 2020.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Agricultura familiar. **Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**, 26 ago. 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/agricultura-familiar/agricultura-familiar-1>. Acesso em: 12 mar. 2022.

BRASIL. BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – BNDES. **Circular SUP/ADIG N° 40/2020-BNDES**. Rio de Janeiro, 30 jun. 2021. Disponível em: [https://anfavea.com.br/docs/acoes/medidas\\_BNDES/CIRCULAR%20SUP-ADIG%20N%C2%BA%2040-2020-BNDES.pdf](https://anfavea.com.br/docs/acoes/medidas_BNDES/CIRCULAR%20SUP-ADIG%20N%C2%BA%2040-2020-BNDES.pdf). Acesso em: 13 mar. 2022.

CISNE, M. **Gênero, divisão sexual do trabalho e serviço social**. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

ESQUERDO-SOUZA, V. F.; BERGAMASCO, S. M. P. Políticas públicas para a agricultura familiar brasileira: um estudo sobre o Pronaf nos municípios do circuito das frutas – SP. **Revista Extensão Rural**, v. 22, n. 1, jan./mar. 2015.

GUANZIROLI, C. E.; CARDIM, S. E. C. S. (coord.). **Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto**. Brasília, fev. 2000. Disponível em: <https://www.agencia.cnptia.embrapa.br/recursos/novoretratoID-3iTs4E7R59.pdf>. Acesso em: jul. 2020.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E FLORESTAL SUSTENTÁVEL DO ESTADO DO AMAZONAS - IDAM. Declaração de Aptidão ao PRONAF – DAP. **IDAM**, 2020. Disponível em <http://www.idam.am.gov.br/servicos/declaracao-de-aptidao-ao-pronaf-dap/>. Acesso em: 26 jul. 2020.

MASSENA DE MELO, M. F.; LIMA, D. E. S.; STADTLER, H. H. C. O trabalho das pescadoras artesanais: coisa de mulher. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA DOMÉSTICA, 20., 14-19 set. 2009, Fortaleza. **Anais [...]** Fortaleza, 2009.

MORAES, D. B. P. G. **A condição feminina na pesca artesanal: um estudo de caso no município de Quissamã, RJ**. 2019. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais) – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, 2019.

SAID, M. A.; MOREIRA, S. L. S. Mulheres e agroecologia: multiplicadoras agroecológicas transformando o semiárido. In: HORA, K; REZENDE, M.; MACEDO, G. (orgs.). **Coletânea sobre estudos rurais e gênero**. 4. ed. Brasília: Ideal, 2015, p. 171-190.

SCHMITZ, A. M.; SANTOS, R. A. A produção de leite na agricultura familiar do Sudoeste do Paraná e a participação das mulheres no processo produtivo. **Terr@ Plural**, v. 7, n. 2, p. 339-356, 2014.

SILIPRANDI, E. **Mulheres em agroecologia: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar**. 2009. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

SILVA, M. S. A história de resistência e liderança das mulheres no assentamento Ladoa d’Outra Banda. *In*: HORA, K.; REZENDE, M.; MACEDO, G. (orgs.). **Coletânea sobre estudos rurais e gênero**. 4. ed. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2015.

SIDERSKY, P. **Sobre a especificidade do pequeno produtor**: introdução ao debate sobre a unidade econômica camponesa. Olinda, 1990. Mimeografado.

SOUZA, W. L.; SERRÃO, W. M.; VIEIRA, T. A. Condições socioeconômicas de pescadoras artesanais e agricultoras familiares: o caso do lago Maicá, Santarém, Brasil. **Novos Cadernos NAEA**, v. 24, n. 2, p. 83-102, 2021.

WANDERLEY, M. N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. *In*: TEDESCO, J. C. (org.). **Agricultura familiar**: realidades e perspectivas. 2. ed. Passo Fundo: EDIUPF, 1999, p. 21-55.



## DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO, REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E A MARCA FEMININA NA PROFISSÃO DO SERVIÇO SOCIAL

Maria Inez Barboza Marques<sup>26</sup>  
Thaís Gaspar Mendes da Silva<sup>27</sup>

**RESUMO:** O texto aborda a divisão sexual do trabalho no capitalismo e a marca feminina na profissão do Serviço Social. Apresenta a crise estrutural do capital na década de 1970 e o impacto da reestruturação produtiva, para as mulheres no mercado de trabalho no Brasil, onde as mudanças foram sentidas, com mais força a partir da década de 1990, manifestando suas contradições e formas de exploração, o que reforçou as desigualdades nas relações de gênero. Por esse ângulo, é possível refletir sobre a marca feminina no Serviço Social, relacionada às construções da sociedade capitalista e patriarcal com sua herança histórica.

**PALAVRAS-CHAVE:** Divisão Sexual do Trabalho, Reestruturação produtiva do capitalismo, Relações de gênero.

**ABSTRACT:** The text addresses the sexual division of labor in capitalism and the feminine mark in the profession of Social Work. It presents the structural crisis of capital in the 1970s and the impact of the productive restructuring for women in the labor market in Brazil, where the changes were felt more forcefully from the 1990s, manifesting its contradictions and forms of exploitation, which reinforced the inequalities in gender relations. From this angle, it is possible to reflect on the feminine mark in Social Work, related to the constructions of the capitalist and patriarchal society with its historical heritage.

**KEYWORDS:** Sexual Division of Labor, Productive restructuring of capitalism, Gender relations.



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons – Atribuição Não-Comercial 4.0 Internacional.

26 Doutora em Serviço Social (PUC/SP). Docente do curso de Serviço Social da Unespar, campus Paranavaí. Coordenadora do Núcleo Maria da Penha - NUMAPE/Paranavaí e do Grupo de Pesquisa (CNPq) Gênero, Trabalho e Políticas Públicas. maria.marques@unespar.edu.br. ORCID: 0000-0002-2427-7739.

27 Doutora em Serviço Social (UNESP/SP). Docente do curso de Serviço Social da Unespar, campus Paranavaí. thaís.silva@unespar.edu.br. ORCID: 0000-0002-0998-9113.

## INTRODUÇÃO

Reunir diferentes autores e autoras para dialogar sobre a divisão sexual do trabalho, a reestruturação produtiva e a marca feminina na profissão do Serviço Social constituíram-se o eixo movente deste trabalho.

Em termos gerais, gênero é apreendido como categoria de análise que trata das relações sociais entre os sexos e é portador de dimensões teórica e política. Deve ser compreendido também como categoria de análise que vai se desenvolvendo através das teóricas e pesquisadoras envolvidas com o debate e com a luta pela equidade nas relações de gênero, que são entendidas como relações de poder.

A partir da perspectiva crítica, é possível compreender a categoria gênero como relacional, porque, a partir daí, existe o entendimento de que os sujeitos (homens e mulheres) se produzem e reproduzem nas diferentes formas de relações sociais.

É necessário, no entanto, vislumbrar o movimento que perpassa a compreensão dessa categoria. Para tanto, parte-se do pressuposto que, basicamente, o estudo do gênero tem enfoques que se fundem: deve-se ter clareza das análises fundamentadas no patriarcado (que sustenta o androcentrismo), que privilegia a perspectiva histórica com suas estruturas baseadas no poder dos homens, mas também, e fundamentalmente, os estudos que têm como norte bases materiais, em que se privilegia a perspectiva dialética através da teoria social crítica.

É importante destacar que temáticas envolvendo as categorias patriarcado, divisão sexual do trabalho e gênero, com suas dimensões correlatas (classe, raça, etnia e sexualidade), têm obtido destaque nos estudos, pesquisas acadêmicas, discursos de diversos profissionais, movimentos sociais e, inclusive, na mídia. No Serviço Social, enquanto profissão inserida na divisão sociotécnica e sexual do trabalho, as relações de gênero se constituem em importante pauta no contexto vigente e foi reforçada pela campanha do dia do(a) Assistente Social, celebrado em 15 de maio de 2022, que teve como objetivo dar visibilidade à profissão e uma de suas bandeiras, relacionada a luta das trabalhadoras, Assistentes Sociais no Brasil.

O caminho adotado para fundamentar o objeto da reflexão, considera que o contingente de mulheres na profissão é fruto da contradição capital/trabalho e entende que o modo produção capitalista introduz novos problemas e desafios para trabalhadores e trabalhadoras, que afetaram e afetam

particularmente as mulheres, atingidas em seus papéis ativos no âmbito do setor produtivo e reprodutivo. No entanto, não basta identificar esse aspecto, que se constitui inclusive na principal expressão da questão social, é preciso reconhecer, também, que a divisão sexual do trabalho, tem raízes profundas no sistema patriarcal, resultado também da dominação hegemonicamente masculina como forma de expressão da sociedade capitalista.

Especificamente, para as análises das relações sociais de gênero para o Serviço Social, o texto considera tanto a história da marca feminina da profissão, como também seu caráter próprio de trabalhar no contexto das relações sociais, das quais gênero faz parte de uma das suas dimensões fundamentais. A condição feminina é um dos selos da identidade da profissão e, portanto, o(a) assistente social absorve tanto a imagem social da mulher, quanto a discriminação a ela imposta no mercado de trabalho (IAMAMOTO, 2007).

## FEMINIZAÇÃO E DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO NO CONTEXTO DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA

As relações sociais de sexo (relações de gênero), evidenciadas através dos estudos no contexto patriarcal capitalista, podem ter suas especificidades percebidas em cada quadra histórica. No trabalho, podem ser evidenciadas em diferentes culturas e de diferentes formas.

[...] é fato que os sujeitos se constroem tanto a partir da ordem biológica (o gênero constitui-se com ou sobre corpos sexuados), como do contato com o social (o ser humano só se constrói em relação uns com os outros, com o mundo objetivo), embora esse processo não se efetive da mesma forma em homens e mulheres, o que significa dizer que o debate natureza/cultura não é vivenciado existencialmente do mesmo modo por ambos os sexos. Ou seja, ainda que se faça parte do mesmo lugar na estrutura de classes ou se participe de uma mesma categoria ocupacional, homens e mulheres vivenciam um cotidiano bastante diferente. A experiência de gênero no trabalho adquire uma conotação distinta (HIRATA, 2002, *apud* DIAS, 2010, p. 73).

No âmbito da reestruturação produtiva, destaca-se que, na década de 1970, a introdução do modelo de produção capitalista modificado se constituiu em palco para as transformações na sociedade, que reestruturaram o mercado de trabalho, remodelaram as profissões e incluíram novos segmentos à esfera produtiva, entre eles a força de trabalho feminina (PAULO NETTO, 1996).

É importante, no entanto, destacar, de acordo com Dias (2010, p. 22), que a reestruturação produtiva é apenas uma das vias para se investigar o processo de feminização do trabalho e da divisão sexual do trabalho. É necessário ter claro também, por exemplo, a relevância da luta pela emancipação feminina e pela igualdade entre os sexos, que foi travada ao longo dos tempos pelos movimentos de mulheres e movimento feminista.

Considera-se, então, que a afluência das mulheres no mercado de trabalho, principalmente nos postos de maior prestígio, foi fruto de árduas batalhas em prol de políticas públicas de emprego e melhores condições de trabalho. Sabe-se que as mulheres lutaram também pela generalização de insumos contraceptivos, acesso à educação, ao voto e contra a política familiar que as estimulava a permanecer “unicamente” no lar.

Há que considerar, todavia, a importância que as transformações nas estruturas da economia e do trabalho produziram nesse contexto, principalmente nas últimas décadas, caracterizadas por um intenso processo de reestruturação das relações sociais e da desregulamentação do mercado de trabalho (DIAS, 2010).

O modelo da acumulação flexível impactou de forma significativa a condição de trabalho de muitas profissões, o que favoreceu a precarização e a informalização. Dias (2010) esclarece que as mutações oriundas do processo de mudança no modo de produção capitalista atingiram toda a classe trabalhadora, tendo em vista o acirramento da diversidade de trabalho e de suas formas de contratação. O modo de produção capitalista implantado introduziu novos problemas e desafios para trabalhadores e trabalhadoras, no entanto, tais mudanças afetaram particularmente as mulheres, que vêm sendo atingidas em seus papéis ativos no âmbito do setor produtivo e reprodutivo, principalmente em países pobres da América Latina.

Ainda, de acordo com Dias (2010), a crise estrutural do capital, evidenciada pelo esgotamento do ciclo de acumulação taylorista e fordista, redução da taxa média de lucro e intensificação das lutas de classes, ao final dos anos 1960 e início dos anos 1970, afetou duramente os países pobres da América Latina, entre eles o Brasil.

No Brasil, o impacto desse intenso movimento, impresso pelo capital consubstanciado na reestruturação produtiva, vem sendo sentido com mais força a partir da década de 1990, momento em que as políticas neoliberais avançaram sob forte pressão do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do

Banco Interamericano de Desenvolvimento (BIRD), através de um amplo programa de abertura, liberalização e internacionalização da economia, levando o governo brasileiro “[...] a adotar medidas restritivas que submetiam o Estado nacional aos ditames do capital estrangeiro. Esse movimento foi intensificado nos governos subsequentes” (DIAS, 2010, p. 23-24).

No bojo desse movimento do capitalismo, as mulheres, impulsionadas por necessidades econômicas e pessoais, viram-se obrigadas a adaptar-se ao mercado de trabalho emergente, em primeiro momento com intuito de complementar a renda familiar.

O novo sistema de produção acabou reforçando a noção de “complementaridade da renda familiar” por parte das mulheres, pois a exploração de trabalho feminino no processo da reestruturação produtiva reforça as contradições das relações de gênero (relações sociais de sexo), que se evidenciam, deixando ainda mais claro as “entrelinhas” do modo de produção que se manifesta com suas contradições e formas de exploração, que reforçam as desigualdades nas relações de gênero. Harvey (2012) pondera a respeito:

As relações de gênero também se tornaram muito mais complicadas, ao mesmo tempo em que o recurso à força de trabalho feminino passou por ampla disseminação. Do mesmo modo, aumentou a base social de ideologias de empreendedorismo, paternalismo e privatismo (HARVEY, 2012, p. 179).

A divisão sexual do trabalho passa a se expressar de diferentes formas no contexto de acumulação flexível, e a exploração da força de trabalho das mulheres ganha amplitude. A venda da força de trabalho ganha proporções de fragilidade e instabilidade. Harvey (2012) apresenta uma problematização que contribui para a apreensão da dinâmica em curso no período:

A transição para a acumulação flexível foi marcada, na verdade, por uma revolução (de modo algum progressista) no papel das mulheres nos mercados e processos de trabalho num período em que o movimento de mulheres lutava tanto por uma maior consciência, como por uma melhora na condição de um segmento que hoje representa mais de 40 por cento da força de trabalho em muitos países capitalistas avançados (HARVEY, 2012, p. 146).

Fora isso, evidenciou-se com a reestruturação produtiva o retorno do trabalho doméstico desenvolvido em outros modos de produção (para reprodução da força de trabalho e do capital). Só que esse retorno ocorreu de forma ainda mais contundente, para benefício do mercado e do capital.

Assim, como já mencionado em momentos anteriores, “as economias de escalas, buscadas na produção fordista de massa, foram substituídas por uma crescente capacidade manufatureira de uma variedade de bens e preços baixos em pequenos lotes” (HARVEY, 2012, p. 148). As mulheres passaram para a condição de terceirizadas de grande interesse dos patrões, substituindo trabalhadores homens, que seriam menos facilmente demissíveis.

Os efeitos são duplamente óbvios quando consideramos a transformação do papel das mulheres na produção e nos mercados de trabalho. Não apenas as novas estruturas do mercado facilitam muito a exploração da força de trabalho das mulheres em ocupações de tempo parcial, substituindo assim trabalhadores homens centrais melhor remunerados e menos facilmente demitíveis (sic) pelo trabalho feminino mal pago, como o retorno dos sistemas de trabalho doméstico e familiar patriarcal feitos em casa (HARVEY, 2012, p. 146).

O retorno da força de trabalho feminino aos sistemas de trabalho doméstico acontece ao mesmo tempo em que o capital multinacional expande suas fronteiras e ocupa espaços antes não explorados, o que facilita ainda mais a exploração dessa força de trabalho, com o acréscimo da vulnerabilidade de condições que se avoluma. Assim, Harvey explica que esse retorno:

[...] segue paralelo ao aumento da capacidade do capital multinacional de levar para o exterior sistemas fordistas de produção em massa e ali explorar força de trabalho feminino extremamente vulnerável em condições de remuneração extremamente baixa e segurança do emprego negligenciável. O programa Maquiladora, que permite que administradores e a propriedade do capital norte-americano permaneçam ao norte da fronteira mexicana, enquanto se instalam as fábricas, que empregam principalmente mulheres jovens, ao sul da fronteira, é um exemplo particularmente dramático de uma prática que se tornou generalizada em muitos países menos desenvolvidos recém-industrializados (as Filipinas, a Coreia do Sul, o Brasil etc.) (HARVEY, 2012, p. 146).

Hirata (2012) esclarece que foi para se opor à “rigidez” da legislação trabalhista que se expandiu o desenvolvimento da utilização de uma mão de obra flexível. Para a autora, a mão de obra flexível significa fundamentalmente a feminina, geralmente contratada em tempo parcial. Esse fenômeno, em países como o Japão, faz com que essa mão de obra seja vista como complemento principal do processo de robotização, tendo em vista que efetua

as operações que são consideradas não qualificadas, que são consideradas pelos robôs industriais (OSAWA, 1989, *apud* HIRATA, 2012, p. 228). Nesse sentido, a autora ressalta:

[...] o desenvolvimento do trabalho em tempo parcial no Japão foi impressionante, passando de 2 milhões de mulheres, em 1980, para 5 milhões em 1985. Os dados disponíveis são claros: entre 1983 e 1987, o número de assalariadas (as) em tempo parcial aumentou 40% (em comparação com os 4,7% de empregos em tempo integral). O número de mulheres japonesas empregadas em tempo parcial aumentou em 38,2% durante o mesmo período e representa, hoje, um terço do conjunto das mulheres assalariadas no comércio, nos serviços e nos postos repetitivos criados pela automatização industrial (OSAWA, 1989, p. 96 *apud* HIRATA, 2012, p. 228).

Hirata (2012) enfatiza que essa modalidade de flexibilidade de mão de obra, ofertada pelas mulheres no Japão, é associada a salários extremamente baixos e sem garantia social de nenhuma espécie. Na verdade, só é possível em função da situação em que vivem essas mulheres, que, na grande maioria, são casadas, têm filhos, têm mais de 40 anos. Muitas vezes são despossuídas de qualificação profissional por terem se dedicado à criação dos filhos.

Por esse ângulo, a autora pondera que é difícil explicar a flexibilidade de mão de obra somente pelos mecanismos do mercado de trabalho, sem incluir a dimensão familiar, e, ao mesmo tempo, a lógica do salário complementar, bem como a “preeminência da condição de mães de família sobre a condição de trabalhadoras” (HIRATA, 2012, p. 229).

Fora isso, Hirata (2012) considera que a própria noção de flexibilidade, ou o que é chamado de especialização flexível, foi construída, de fato, ignorando qualquer abordagem considerada em termos de relações que são construídas socialmente, culturalmente e historicamente entre homens e mulheres. Deve-se ter claro que essa construção teórica da especialização flexível se baseia no trabalhador homem, considerado como figura universal, demonstrando que as novas tendências na divisão sexual do trabalho caminham no sentido do surgimento da fábrica flexível, que tem como peça principal a figura emblemática do operário (homem) muito qualificado e polivalente.

Assim, Hirata (2012) considera que “as teses sobre o surgimento de uma mão de obra qualificada e flexível, ‘adaptada’ às novas tecnologias, baseiam-se, assim, em ocultar a relação diferencial dos homens e mulheres com a qualificação e as

novas tecnologias” (HIRATA, 2012, p. 229). A autora cita J. Jenson para alertar que, nesse contexto, é importante pensar a questão da reprodução da divisão sexual do trabalho, levando em conta que as ‘novas’ relações sociais tendem a continuar produzindo a situação em que as qualificações femininas, geralmente, são reconhecidas apenas como talentos naturais, assim como outros processos sociais que, cada vez mais, distanciam as mulheres do controle da nova tecnologia.

Em concordância com Hirata (2012), considera-se que as qualificações femininas que se constituem em termos de gênero e relações de trabalho — incluindo a relação com a tecnologia e com a inovação — são ignoradas pela maior parte dos debates que são realizados a respeito da especialização flexível. Assim, “há um grande risco de fortalecimento das relações desiguais de gênero, caso a especialização flexível seja aceita de uma maneira “*gender blind*”.

As pesquisas de Helena Hirata apresentam aspectos fundamentais para a compreensão das relações de gênero. A autora problematiza que, por meio do debate que envolve as consequências das novas tecnologias e também sobre o novo paradigma de organização flexível, tem-se observado que tais especializações não têm as mesmas repercussões se for considerado o ponto de vista dos homens ou o das mulheres, dos trabalhadores e das trabalhadoras dos países desenvolvidos e dos países em desenvolvimento.

Conforme a autora, considera-se, em primeiro lugar, que em relação à tese do surgimento de um “novo paradigma de organização industrial” (PRIORI e SABEL, 1984, *apud* HIRATA, 2012, p. 230), ou ainda de um novo “conceito”, ou “modelo” de produção (KERN e SHUMAN, 1989, *apud* HIRATA, 2012, p. 230), que surgiram como alternativos ao modelo fordista, não há sustentação, pois, na concepção de Hirata, o taylorismo não acabou, principalmente se for considerada a mão de obra feminina (HIRATA, 1988, *apud* HIRATA, 2012, p. 230) ou mesmo as indústrias dos países subdesenvolvidos (CARVALHO e SCHIMITZ, 1989, *apud* HIRATA, 2012, p. 230).

Mesmo em países como a França, que teve um desenvolvimento considerável na automatização nos últimos anos, Hirata destaca que “[...] o fordismo e a produção em massa padronizada parecem ainda inteiramente atuais (VOLKOFF, 1987, *apud* HIRATA, 2012, p. 230).

Outra questão, que se origina como resultado da percepção apresentada sobre divisão sexual do trabalho, é que as novas tecnologias, inevitavelmente, reforçam a marginalidade das mulheres, principalmente quando se trata das mulheres não qualificadas. Assim, considera-se:



Na realidade, são os postos não qualificados que desaparecem, e são também postos que implicam tarefas repetitivas que, com as mudanças tecnológicas, continuam disponíveis para as mulheres (ver, por exemplo, o caso da indústria plástica, com bastante mão de obra feminina, e os postos que ela reserva para as mulheres em um país como o Brasil). Da mesma maneira, na indústria alimentícia, o processo de modernização leva à eliminação do emprego de mulheres em várias atividades (M. H. Triliski, 1990) nas indústrias de transformação da carne, a introdução dos controles programáveis (CLP) substituiu 24 operárias qualificadas e semi qualificadas por um operador homem; na limpeza de camarões, uma máquina substituiu de uma vez 50 operárias, máquina colocada em ação e controlada por um operário; também numa linha de etiquetagem de vinagre, 30 mulheres que etiquetavam manualmente foram substituídas por uma máquina, manobrada igualmente por um operário. Por outro lado, as mulheres permanecem praticamente ausentes dos postos técnicos e longe dos equipamentos caros e competitivos (HIRATA, 2012, p. 230-231).

Por esse ângulo, Hirata pondera que é inevitável (e ao mesmo tempo necessário) a constatação de que o panorama da flexibilização é extremamente complexo, se for levado em conta as diferenças ligadas ao gênero, à qualificação e também à divisão internacional do trabalho. Essa autora acrescenta que as teses que pretendem alcance universal, tais como aquelas que defendem “os novos paradigmas” ou os “novos modelos de produção”, serão inevitavelmente e obrigatoriamente questionadas “[...] à luz das pesquisas empíricas que introduzem essa diferenciação” (HIRATA, 2012, p. 231).

Além das condições de trabalho vulneráveis e instáveis enfrentadas pelas mulheres no contexto da acumulação flexível, deve-se levar em conta que é necessário somar a atribuição do trabalho reprodutivo, como jornada adicional ao trabalho produtivo. Com possibilidades de poucas exceções, os trabalhos destinados aos cuidados com a casa e com a família ficam sob a responsabilidade das mulheres, mesmo aquelas que vendem sua força de trabalho ao mercado capitalista. Nesse caso, incluem-se mulheres que desfrutam de melhores condições econômicas e de empregos que podem ser considerados como espaços privilegiados de atuação, tais como secretárias executivas, consultoras, professoras e outras.

Antunes (2005) deixa claro essa condição das mulheres, quando expõe:

[...] mas, no universo da vida privada, ela (a mulher) consome horas decisivas no trabalho doméstico, com o que possibilita (ao mesmo capital) a sua reprodução, nessa esfera do trabalho não diretamente mercantil, em que se criam as condições indispensáveis

para a reprodução da força de trabalho de seus maridos, filhos, filhas e de si própria. Sem essa esfera da reprodução não diretamente mercantil as condições de reprodução do sistema de metabolismo social do capital estariam bastante comprometidas, senão inviabilizadas (ANTUNES, 2005, p. 108-109).

Isso evidencia a condição das mulheres no contexto da sociedade capitalista patriarcal, desigual, sexista, machista, preconceituosa e, além de tudo, racista. Assim, embora não seja foco da discussão a questão da raça, ressalta-se novamente que de forma alguma isso pode ser ignorado. Muito pelo contrário, pois em um país como o Brasil, marcado pelas diferenças raciais e étnicas, falar de exclusão de mulheres tem uma conotação ainda mais forte quando considerada essas peculiaridades.

Com bases materiais alicerçadas em valores do capitalismo, carregado dos outros valores citados no parágrafo acima, compreende-se, então, que não haverá possibilidades de mudanças (se não houver o compromisso coletivo de questionar e interferir nos diferentes contextos), especialmente no trabalho, que busca a exploração da força de trabalho de homens e mulheres, porém deixando as mulheres em condições de inferioridade aos homens, através da acentuada divisão sexual do trabalho que tem raízes profundas em um sistema que não somente exclui as mulheres, mas também alicerça-se na busca da divisão do *saber* e do *poder* entre homens e mulheres.

Para responder à questão da emergência de um novo paradigma de divisão sexual do trabalho, Hirata esclarece que “outras pesquisas são, sem dúvidas, necessárias, sobretudo relativas à divisão do saber e do poder entre homens e mulheres” (HIRATA, 2012, p. 25).

É imprescindível refletir que as mudanças originadas nas últimas décadas atingem todas as esferas da vida em sociedade e as instituições em geral, sejam elas públicas ou privadas, bem como as profissões inseridas na divisão sociotécnica do trabalho.

## **A MARCA FEMININA NA PROFISSÃO DO SERVIÇO SOCIAL**

Existe no Brasil, um contingente de profissionais de Serviço Social do gênero feminino que ultrapassa 90% da categoria, proveniente de segmentos médios pauperizados da sociedade, com um nítido recorte de gênero: predominantemente feminina, uma profissão tradicionalmente de mulheres e para mulheres.

A condição feminina é um dos selos da identidade desse e dessa profissional, atribuída e formada pela ideologia burguesa que marca fundamentalmente o Serviço Social como uma profissão composta por mulheres. Tal contingente está ligado diretamente ao movimento da profissão em seu processo histórico, que nasce no seio do sistema capitalista monopolista, mas também com bases na doutrina social da igreja católica. Na verdade, o Estado, fazia uso da figura da mulher com suas características peculiares difundidas ideologicamente pela igreja católica e intencionalmente construído por sociedades historicamente patriarcais para facilitar o apassivamento, submissão e para assegurar a manutenção do controle das expressões da questão social emergentes naquele momento histórico.

Tais processos, imanentes ao movimento de constituição da profissão, particularmente na sua gênese, resultaram em heranças que geram conflitos e controvérsias na sociedade, que em geral, ainda tem dificuldades para compreender o Serviço Social como uma profissão situada na divisão social e técnica do trabalho, com atribuições voltadas principalmente à garantia de direitos no contexto do sistema capitalista que também tem suas bases na sociedade patriarcal, que preserva a hegemonia do poder masculino sobre o feminino. Hoje, apesar dos processos de rupturas (ou tentativas), registrados no Serviço Social, a imagem atribuída à profissão, não raras vezes, ainda carrega essa característica, seja por aqueles que procuram e ingressam na profissão, como também por aqueles que empreendem abertura de vagas para contratação de assistentes sociais.

Nesse contexto, reconhecer a importância das discussões sobre gênero ou relações sociais de sexo no contexto da formação e da profissão é uma necessidade. Esse é o direcionamento do texto em pauta, que discute a marca feminina da profissão e suas implicações no contexto do sistema capitalista vigente.

O livro de Mirla Cisne (2012) se constitui em uma referência para a categoria, tendo em vista que trata da questão de gênero, divisão sexual do trabalho e Serviço Social. No prefácio desse livro, Marilda Vilela lamamoto ressalta que a autora discute a divisão sexual do trabalho presente na gênese da profissão e no seu desenvolvimento.

Marilda lamamoto destaca que a marca feminina da profissão é o fio central que fundamenta a argumentação da autora. Ela discute as ideias trabalhadas pela autora e apresenta a compreensão própria sobre a questão:

O Serviço social dispõe de ‘forte marca feminina’ ao conformar-se historicamente como uma profissão majoritariamente de mulheres e dirigida a um público preferencialmente de mulheres, geralmente abordadas no seio da família. A marca feminina é aqui compreendida como um ‘processo histórico-cultural de construções e práticas, saberes e valores em relação ao feminino por meio de uma concepção diferenciada entre os sexos, a qual dita, modela e institui o que é o feminino’, segundo parâmetros estabelecidos pelas classes dominantes, os quais resultam na produção de desigualdades entre homens e mulheres (IAMAMOTO – prefácio do livro de autoria de CISNE, 2012).

Com essa compreensão própria, respaldada por Cisne (2012) e Iamamoto, entende-se como necessário sistematizar, ainda de forma breve, o processo histórico do Serviço Social, que evidencia os apontamentos realizados pelas autoras.

Sobre a origem do Serviço Social, Martinelli (2010) considera que a marca profunda da profissão é a sua vinculação com o capitalismo, que se apresenta com um conjunto de variáveis implícitas a ele.

A origem do Serviço Social como profissão tem, pois, a marca profunda do capitalismo e do conjunto de variáveis que a ele estão subjacentes – alienação, contradição, antagonismo –, pois foi nesse vasto causal que ele foi engendrado e desenvolvido (MARTINELLI, 2010, p. 66).

A profissão sofre a influência do “conjunto de variáveis” mencionadas por Martinelli, embora sua gênese esteja ligada diretamente ao sistema capitalista.

Por outro lado, Iamamoto (2014) esclarece, com relação ao movimento histórico da profissão, que o Serviço Social, em seus primórdios, estabeleceu uma interlocução significativa com o pensamento social católico e, concomitantemente, com o pensamento conservador europeu. Além disso, sofreu fortes influências das concepções estrutural-funcionalistas advindas das ciências sociais e humanas norte-americanas. Fora isso, teve incorporações de rudimentos da psicanálise.

Iamamoto (2005) deixa claro que o Serviço Social “surge da iniciativa particular de grupos e frações de classe, que se manifestam, principalmente por intermédio da Igreja Católica”, apesar de o capitalismo imprimir sua marca na profissão e esta ter nascido no contexto do Estado e de seus interesses subjacentes de controle social (IAMAMOTO, 2005, p. 127).

A mobilização do movimento laico obedecerá, pois, aos objetivos de definir as relações entre Igreja e Estado a partir de um modelo que seja favorável à primeira. Isto é, que lhe

garanta e amplie os antigos privilégios e prerrogativas, e assegure, dentro do aparelho do Estado, as posições indispensáveis para a consolidação de sua influência social. A ação política será conduzida por dois eixos principais: a mobilização do eleitorado católico e o apostolado social (IAMAMOTO, 2005, p. 160).

Iamamoto (2005) pondera que, mesmo havendo uma separação formal entre Igreja e Estado, a Constituição de 1934 representou um estreitamento entre seus laços, pois deixou explícita a religião católica como religião oficial. Por certo, o Serviço Social, tendo surgido nessa conjuntura como resultado da ação católica, não estaria isento dessa marca. Porém, tem também a marca feminina inerente ao seu histórico, o que exige as análises das relações de gênero ou relações sociais entre os sexos.

Cisne (2012), afirma que são de fundamental importância as análises das relações sociais de gênero para o Serviço Social, levando em conta tanto a histórica da marca feminina da profissão, como também seu caráter próprio de trabalhar inserido no contexto das relações sociais, das quais gênero faz parte de uma das suas dimensões fundamentais.

Concordando com Cisne (2012), Lima (2014), reflete que entre as características do serviço social encontra-se o fato de ser uma profissão constituída de mulheres e para as mulheres. “[...] a história do Serviço Social no Brasil e no mundo tem sido construída por mulheres. Vários estudos mostram a predominância feminina na profissão e analisam as consequências de tal fato para o Serviço Social” (LIMA 2014, p. 46).

Iamamoto (2007) pondera que o Serviço Social tem seu contingente de profissionais proveniente dos segmentos médios pauperizados, e que existe um nítido recorte de gênero nessa configuração. “[...] uma categoria profissional predominantemente feminina, uma profissão tradicionalmente de mulheres e para mulheres” (IAMAMOTO, 2007, p. 104).

Iamamoto deixa claro que é possível reconhecer o contingente masculino, com representação minoritária no país, mas que a condição feminina é um dos selos da identidade da profissão. Assim, “com tal perfil, o assistente social absorve tanto a imagem social da mulher, quanto a discriminação a ela imposta no mercado de trabalho” (IAMAMOTO, 2007, p. 104).

Cisne (2012) alerta que, mesmo a categoria profissional sendo predominantemente feminina, não é por isso que reproduz práticas e valores conservadores que estão vinculados ao feminino. A autora faz tal afirmação lembrando que não é o sexo que determina os valores e as ações, e sim as relações sociais,

principalmente as de classe, gênero e raça/etnia que são articuladas dialeticamente. Assim, esclarece que não é o fenômeno em si (a marca feminina do Serviço Social) que produz explicações sobre o conservadorismo que se vincula aos baixos salários e até mesmo ao baixo status social das profissões que são consideradas femininas.

É pertinente refletir, no que se refere à formação no Serviço Social, que, apesar das discussões sobre gênero e relações sociais de sexo não serem obrigatórias no contexto dos cursos de em âmbito nacional, existem iniciativas, muitas vezes isoladas, que incluem a temática em seus processos formativos.

Lima (2014) pondera que o enfoque de gênero, e das relações sociais de sexo, adquiriu certa importância nas diretrizes curriculares para os cursos de Serviço Social, que foram aprovadas pela Associação Brasileira de Serviço Social (ABEPSS) em 1996. A partir de então, passa a ser considerado que tais discussões devem perpassar a formação profissional. Todavia, conforme Lima (2014), isso não vem acontecendo efetivamente.

Em concordância com a autora, compreende-se que as discussões relacionadas à questão de gênero, bem como classe, raça/etnia e orientação sexual precisam ser incorporadas de fato aos processos de formação profissional.

[...] o Serviço Social – como profissão predominantemente feminina, com público usuário majoritariamente feminino e com ações voltadas para as expressões da questão social mediatizadas por questões de classe social, gênero, raça/etnia e orientação sexual – precisa, necessariamente, ter um processo de formação profissional que considere tais questões como fundamentais, e não simplesmente como discussões acessória que não tem verdadeiras centralidade no processo de formação profissional (LIMA, 2014, p. 55).

Voltando a Cisne (2012) e especificamente às discussões de gênero ou relações sociais de sexo, ressalta-se que a autora esclarece que tal análise contribui na percepção de que a subalternidade conferida às mulheres resulta da construção social, portanto é histórica, e não de uma essência natural feminina. “Desta forma, não é por ser exercida em sua maioria por mulheres que a profissão carrega um estatuto de subalternidade, mas pelas construções sócio-históricas de uma sociedade patriarcal em torno do feminino” (CISNE, 2012, p. 22).

Cisne (2012) explica que os resultados da pesquisa de campo realizada por ela, no ano de 2004, demonstraram que persiste no exercício profissional de Assistentes Sociais o conservadorismo de gênero, não obstante os avanços

que foram alcançados pelo Serviço Social. Destaca que tais resultados geram preocupações, visto que a consciência de gênero é uma necessidade às(aos) profissionais do Serviço Social, para que ocorra um processo de renovação profissional.

Se mais de 90% desta profissão é composta por mulheres, não se está falando de um sujeito profissional assexuado, mas, ao contrário, de um sujeito que historicamente vem sofrendo as implicações de um sistema patriarcal que domina e explora o gênero (sic) feminino (CISNE, 2012, p. 24).

A autora alerta que quando se fala de um sujeito que historicamente atuou no sentido de resistir e enfrentar as opressões e explorações, quanto mais consciência esse mesmo sujeito (profissional) tiver da condição de gênero mais possibilidade terá de construir estratégias de resistência e enfrentamento.

Em síntese, considera-se que é fundamental a compreensão dos aspectos da gênese da profissão e como tais aspectos influenciaram na sua marca feminina. Ressalta-se, também, a necessidade da compreensão do gênero e das relações sociais de sexo que desvelem o conservadorismo existente em torno da profissão. Para tanto, faz-se necessário compreender sua construção histórica para situar melhor esse processo no contexto do sistema capitalista que tem suas bases também no sistema patriarcal.

Em concordância com Martinelli (2010) e Iamamoto (2014), Cisne (2012) argumenta que é no terreno do capitalismo monopolista que surge o Serviço Social como profissão. Ou seja, “emerge das condições histórico-sociais concretas na ordem monopólica, dos seus processos econômicos, sociopolíticos e teórico-culturais” (PAULO NETTO, 1996, *apud* CISNE, 2012, p. 29).

Cisne (2012) pondera que, nesse contexto, o Serviço Social é chamado a intervir na arena conflituosa existente na contradição capital versus trabalho, sendo seu principal empregador o Estado, que tem como objetivo principal o controle da força de trabalho, com vistas ao enquadramento da classe trabalhadora à ordem do capital.

O enquadramento da classe trabalhadora, na verdade, teve por objetivo amenizar os diversos conflitos ocasionados pelo acirramento da “questão social”, que Cisne (2012, p. 29) interpreta como “o conjunto das expressões das desigualdades econômicas, sociais, políticas e culturais da sociedade capitalista madura”.

Nessa mesma direção, Martinelli reflete sobre as consequências do processo em curso para os(as) profissionais do Serviço Social.

A alienação presente na sociedade capitalista, tendo encontrado a base social necessária, penetrou na consciência dos agentes profissionais, constituindo sério obstáculo para que pudessem estruturar sua consciência política, sua consciência social (MARTINELLI, 2010, p. 128).

A década de 1930, período em que nasce o Serviço Social como profissão, sob o governo de Getúlio Vargas, predominava o populismo, o paternalismo e outros. Nessa dinâmica, as desigualdades sociais eram camufladas e existia um apadrinhamento que tinha como objetivo envolver ideologicamente a sociedade civil para integrar as classes antagonicas (CISNE, 2012).

Cisne (2012) ressalta que foi no cenário desse governo, cheio de contradições, que emerge o Serviço Social, oriundo da necessidade que tinha o Estado de implantar políticas sociais que atendessem aos interesses das classes exploradas. Objetivava garantir a amenização dos conflitos de classe, atendendo também a necessidade do capital, que precisava controlar a pauperização progressiva da força de trabalho, assegurando não só o seu controle, mas a sua reprodução. Sendo assim, “é nessa relação com as políticas sociais do Estado que o Serviço Social encontra seu significado sócio-histórico” (CISNE, 2012, p. 33).

O Estado Varguista passa a requisitar os(as) Assistentes Sociais com o objetivo de um trabalho técnico para execução das políticas assistenciais do período, iniciando a implementação dessa estratégia através do populismo, do clientelismo e também da benemerência voltada às classes trabalhadoras. Nesse sentido, não era assegurada a política social como um direito, mas sim como um favorecimento do estado aos beneficiados, o que acabava provocando a sua subordinação e dependência. Esse modelo foi se configurando com um caráter assistencialista e tinha por objetivo a reprodução da relação de dependência e de dominação sobre a população usuária dos serviços.

Com essa direção, o Estado “utilizava-se da figura da mulher, com todas as suas características, dons e papéis sociais difundidos ideologicamente pela Igreja Católica para assegurar o controle da “questão social” e, ao mesmo tempo, desresponsabilizar-se dos problemas sociais” (CISNE, 2012, p. 35).

O Serviço Social configurou-se como profissão envolvida nas ações de assistência social e, principalmente, nas determinações históricas da racionalização dessa mesma assistência.



Fica claro, de acordo com Cisne (2012), que foi através da Liga das Senhoras Católicas e da Associação das Senhoras Brasileiras que se iniciou a preparação de pessoas para atuarem na assistência preventiva e no chamado apostolado social. Foi esse movimento que resultou nas primeiras escolas de Serviço Social na década de 1930, no Brasil (CISNE 2012).

Esses contornos no movimento de constituição da profissão, especialmente na sua gênese, deixaram heranças que geram conflitos e controvérsias. A sociedade em geral ainda tem dificuldades para compreender o Serviço Social como uma profissão situada na divisão social e técnica do trabalho, com atribuições voltadas principalmente à garantia de direitos no contexto das políticas sociais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo sobre a crise estrutural do capital na década de 1970 e o impacto da reestruturação produtiva para as mulheres no mercado de trabalho, relacionado ao movimento histórico da profissão, demonstra que é importante levar em conta as peculiaridades do Serviço Social, que nasce para atender aos apelos do sistema capitalista, mas possui marcas de uma herança advinda da cultura burguesa de confissão católica, com cunho assistencialista e patriarcal. Além de todas essas implicações, como resultado da influência da aristocracia burguesa e da Igreja Católica, emerge na gênese da profissão um contingente de profissionais do gênero feminino, ainda predominante atualmente, o que leva a profissão a ter características femininas que acabam reforçando a divisão sexual do trabalho no âmbito da sociedade capitalista.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho**: ensaios sobre a negação e a afirmação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005.

CISNE, Mirla. **Gênero, divisão sexual do trabalho e serviço social**. São Paulo: Editora outras expressões, 2012.

DIAS, Marly de Jesus Sá. **Feminização do trabalho no contexto da reestruturação produtiva**: debates da Saúde Pública. São Luís, 2010. Coleção CCSO. Teses e Dissertações. EDUFMA.

HARVEY, David. **Condição Pós-moderna**. 22. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

HIRATA, Helena. **Nova Divisão Sexual do Trabalho?** Um olhar voltado para a empresa e a sociedade. São Paulo: Boitempo, 2012.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na Contemporaneidade:** trabalho e formação profissional. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil:** esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

IAMAMOTO, Marilda Villela. A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**, n. 120 especial. Formação, Trabalho e Lutas Sociais - outubro/dezembro 2014. Edição Especial. São Paulo: Cortez, 2014.

LIMA, Rita de Lourdes de. Formação profissional em Serviço Social e gênero: algumas considerações. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**, n. 117. Exercício profissional e produção do conhecimento - Janeiro/março/ 2014. São Paulo: Cortez, 2014.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social:** identidade e alienação. 15. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

PAULO NETTO, José. **Ditadura e Serviço Social:** uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1996.



**TEMAS LIVRES**

## **“PANDEMIA NA SOMBRA”: A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA MOÇAMBICANA EM TEMPOS DE COVID-19**

---

Maria Cecília Barreto Amorim Pilla  
Jaime do Castelo Pedro

**RESUMO:** Considerando os periódicos como importantes fontes de pesquisa pois registram fatos, opiniões, visões de mundo daqueles que as escrevem, bem como o contexto histórico em que estão inseridos, este artigo tem como objetivo analisar como os jornais de circulação nacional moçambicanos têm abordado a questão da violência doméstica no país durante a pandemia de COVID-19. Por meio da pesquisa com base na palavra-chave “violência doméstica”, foram selecionadas as notícias veiculadas desde abril de 2020, quando foram decretados no país medidas de isolamento social e estado de emergência até fevereiro de 2021 por causa desta pandemia em Moçambique, para na próxima etapa proceder a uma análise dos conteúdos das notícias frente aos números crescentes de casos de violência doméstica, especialmente tendo como vítimas mulheres, neste país no período.

**PALAVRAS-CHAVE:** Jornais moçambicanos; COVID-19; desigualdade de gênero.

**ABSTRACT:** Considering newspapers as important sources of research as they record facts, opinions, worldviews of those who write them, this article aims to analyze how national Mozambican newspapers have addressed the issue of domestic violence in the country during the COVID pandemic. 19. Through a search based on the keyword “domestic violence”, news published since April 2020 were selected, when measures of social isolation and a state of emergency were enacted in the country until February 2021 due to the COVID-19 pandemic in that country, in order to carry out an analysis of the news content in the next stage in light of the growing numbers of cases of domestic violence, especially with women as victims, in Mozambique during this period.

**KEYWORDS:** Mozambican newspapers; COVID-19; gender inequality.

## INTRODUÇÃO

As primeiras notícias a respeito do novo coronavírus (SARS-CoV-2), que causa a doença COVID-19, chegaram à Organização Mundial de Saúde (OMS) no final de dezembro de 2020. Naquela ocasião, nenhum de nós poderia mensurar todas as mudanças que ela provocaria em nosso modo de ver e de estar no mundo. Em fevereiro de 2020 a doença se espalhou pela Europa e pelas Américas e no final desse mesmo mês foi confirmado o primeiro caso de COVID-19 na África. Em 11 de março a OMS declarou que aquilo que começara como um surto havia se tornado uma pandemia.

O continente europeu foi considerado o centro ativo da COVID-19 no mês de março de 2020, e a Espanha decretou *lockdown*<sup>28</sup> no dia 14 desse mês. Essas notícias levaram as pessoas a estocar alimentos, construir hospitais de campanha, e a uma série de cuidados em relação à higiene, como lavar corretamente as mãos, usar intensivamente álcool gel, desinfetar roupas, sapatos e compras, em meio a tantas outras medidas para sobrevivência durante o isolamento social, que se tornava cada vez mais urgente e generalizado.

Em abril de 2020, o Secretário-geral das Nações Unidas, António Guterres, afirmou que a crise provocada pelo novo coronavírus seria o maior desafio humano desde a Segunda Guerra Mundial, no mesmo mês em que os Estados Unidos se tornaram o grande epicentro da epidemia. Em junho do mesmo ano, a OMS indicou o uso massivo de máscaras em escala global como medida abrangente de controle de transmissão da doença e lançou o Plano Global da ONU de Resposta à COVID-19. No início de 2021, vários países viveram uma segunda onda da pandemia, ao mesmo tempo em que alimentavam as esperanças de uma vacinação maciça, única forma eficaz até agora para conter essa doença.

Em meio a essa situação de insegurança generalizada, o mundo viveu e vive as consequências do isolamento social e do confinamento, uma crise econômica imensa e o agravamento das desigualdades sociais. Nesse cenário desafiante emergiram os problemas da convivência familiar, agudizados em

---

28 *Lockdown* significa confinamento, foi uma das medidas de contenção tomada por alguns países para prevenção da COVID-19 diante da ausência de vacinas, alto poder de contágio, e falta de tratamentos com remédios específicos e eficazes contra a doença. O confinamento pode ser total ou parcial. O total é quando somente as atividades consideradas essenciais podem funcionar; e o parcial é quando alguns serviços e atividades não essenciais podem funcionar sob rigorosas medidas de vigilância.

lares de tamanhos exíguos, mas não só. O que tem preocupado é o aumento significativo do registro de casos de violência doméstica, especialmente dirigida contra a mulher, crianças e adolescentes.

Com base nessa premissa, esta pesquisa pretende revelar como a mídia tem apresentado esse tipo de violência em Moçambique no período da COVID-19, tendo em conta a lei sobre a violência doméstica (Lei n.º 29/2009) em vigor e frente ao crescimento do número de casos desse fenômeno social. As mulheres têm sofrido ainda mais violência doméstica nesses tempos de pandemia? As desigualdades de gênero são ainda mais agravadas em momentos de crise social?

Como pesquisa bibliográfica buscaram-se conceitos básicos consolidados que apoiassem e fundamentassem a análise a partir de materiais teóricos (livros e artigos científicos) sobre a temática, violência doméstica e gênero. Em seguida, foram escolhidas como fontes de análise notícias veiculadas nos jornais moçambicanos de maior circulação, a saber, “Canal de Moçambique”, “Carta de Moçambique”, “Notícias”, “O País” e “DW África”, levando em conta que todos têm publicado notícias sobre violência doméstica e identificando como e o quanto publicaram sobre o tema. Como pesquisa também qualitativa, pois visa além de saber como vem acontecendo o combate à eliminação das desigualdades em relação às mulheres no âmbito das convenções e conferências mundiais<sup>29</sup>, culminando na elaboração de leis nacionais em Moçambique; também quer investigar como esse fenômeno social se tornou mais agudo no mesmo país em tempos da pandemia de COVID-19, utilizando para isso evidências de como são retratadas as situações de violência doméstica na imprensa. Para isso se utilizou o mecanismo de busca por meio das palavras-chave *violência doméstica*.

Os jornais, impressos ou digitais, têm sido importantes veículos de informação e de formação de opinião. Podem evidenciar tendências de cunho econômico, cultural, social e político, nesse sentido, é preciso tomar as notícias, contextualizá-las no tempo e no espaço em que são produzidas, questionar seus limites, e analisá-las criticamente, tendo-se sempre em mente que como todo documento, os conteúdos jornalísticos não são neutros. Neste sentido

---

29 Algumas convenções, tratados e declarações mundiais sobre os direitos das mulheres: Convenção dos Direitos Políticos das Mulheres (1952); Convenção sobre a nacionalidade das mulheres casadas (1957); Convenção sobre o casamento por consenso, idade mínima para casamento e registro de casamentos (1962). A Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher de 1979, é o primeiro tratado internacional que dispõe sobre os direitos da mulher. Sobre estes importantes documentos interessante a leitura de, PIMENTEL, Sílvia. Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra a Mulher - Cedaw 1979. Disponível em: [https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2013/03/convencao\\_cedaw.pdf](https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2013/03/convencao_cedaw.pdf). Acesso em: 14 dez. 2021.

considera-se que a utilização de notícias de jornais de ampla circulação como fontes de análise sobre a violência doméstica em Moçambique durante a pandemia de COVID-19 permite uma reflexão sobre como esse tipo de crime contra a mulher aparece na mídia escrita. Afinal, em grande medida a imprensa periódica busca formas de identificação com seu público-alvo, podendo veicular matérias que lhe agradem e/ou na tentativa de criar e influenciar modos de pensar e, com isso, podem contribuir para entendermos como a violência doméstica é encarada atualmente pelo grande público leitor moçambicano.

## DESENVOLVIMENTO

*Não permitir que outro ser destrua nossa integridade física, moral e intelectual é um gesto de ser humano. A violência inicia quando uns se julgam superiores aos outros e outros (as vítimas) se aceitam como “coisas”, e de fato se tornam coisas. A sociedade educa um indivíduo a ser ou homem ou mulher. Deviam educar a ser humano.*

Hirondina Joshua (2016)<sup>30</sup>

Para Catarina Salgado (2010), a violência doméstica não é um fato novo, no entanto, é recente a preocupação que ela tem despertado, especialmente no mundo jurídico. Esse fenômeno social se concretiza por meio de agressões físicas, psicológicas, orais, financeiras, entre pessoas que vivem sob o mesmo teto e que não resultem em morte – se resultar deverá ser regido pelo Código Penal. No entanto, em caráter legal, esse tipo de violência só passou a ser reconhecido em Moçambique como tipo penal específico por meio da Lei n.º 29/2009, que determinou, em seu artigo 21, a violência doméstica como crime de natureza pública, sendo o Estado o responsável por medidas de contenção e prevenção desse tipo de crime. Outra característica legal seria a previsão de que apenas a mulher é considerada como vítima. No entanto, esse entendimento não é pacífico entre juristas. Há os/as que defendem que a referida lei é clara em definir o gênero da vítima, porém há os/as que entendem que há uma lacuna que permite outras interpretações.

30 Hirondina Joshua é uma jovem poeta e escritora moçambicana nascida em Maputo em 1987, que tem recebido destaque no universo literário não só de seu país, mas da Itália e do Brasil.

O fato é que, mesmo que a violência no lar não se restrinja à mulher como vítima, é em geral ela quem mais sofre esse tipo de agressão em Moçambique conforme números oficiais. Frente a essa e outras situações, a ONU tem buscado meios de atuar na diminuição de casos de brutalidades contra mulheres em todo o mundo. Na trajetória de seus esforços frente às desigualdades de gênero, cabe ressaltar a criação, em junho de 1946, da Comissão sobre o *Status das Mulheres* (*Commission on the Status of Women – CSW*), que na verdade “nunca esteve autorizada a tomar medidas capazes de assegurar o comprometimento dos países aos critérios feministas onusianos” (GUARNIERI, 2010: 4). Mais tarde, esse poder foi concedido à Comissão de Direitos Humanos, que contribuiu na elaboração da Carta da ONU reforçando que homens e mulheres gozam dos mesmos direitos. Foi também essencial para a elaboração da Convenção dos Direitos Políticos das Mulheres de 1952 a Convenção sobre a Nacionalidade das Mulheres Casadas de 1957. Finalmente, cabe grande destaque para a Declaração para a Eliminação da Discriminação contra as Mulheres, de 1967.

Em 1975 foi realizada no México a Conferência Mundial das Mulheres, que contribuiu para a mobilização das mulheres no mundo contra todas as formas de opressão, violência e discriminação. Para Guarnieri, “Com a realização da Conferência do México sobre a Mulher, dava-se início a um processo de valorização da mulher previsto para durar dez anos. Por certo, alguns meses após a I Conferência Mundial sobre a Mulher, a Assembleia Geral da ONU proclamou o período de 1976 a 1985 como a Década das Nações Unidas para as Mulheres” (2010: 9). Nessa chamada “década das mulheres”, em 1979, foi adotada pela mesma assembleia da ONU a Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres, que apesar de conter temas como saúde, trabalho, família, educação, nada falou sobre a violência doméstica e sexual, que só foi incorporada em 1990 na Conferência Mundial dos Direitos Humanos de Viena, com a Declaração contra a Violência da Mulher.

Na década de 1990, a ONU inaugurou uma série de eventos temáticos: a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, que aconteceu no Rio de Janeiro em 1992; a Conferência Mundial sobre os Direitos Humanos de Viena, em 1993; a Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, que aconteceu no Cairo em 1994; a Cúpula Mundial para Desenvolvimento Social, sediada na Dinamarca em 1995; a IV Conferência Mundial sobre a Mulher, que aconteceu em Beijing



também em 1995; a Resolução 1325 do Conselho de Segurança da ONU sobre Mulheres, Paz e Segurança, em 2000; a Declaração do Milênio e os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, também em 2000. Todos foram muito importantes em reconhecer os desafios de ser mulher no mundo e criar mecanismos para enfrentamento dos mais diversos tipos de violência. Mesmo assim, os abusos contra a mulher no mundo ainda continuam em níveis nada suportáveis, especialmente em algumas partes do Globo, em que esse problema é ainda mais agudo.

Ao reconhecer as limitações das ações de enfrentamento das desigualdades e todas as múltiplas violências que decorrem disso, a ONU, em conjunto com a União Africana, criou um guia para proteger os direitos das africanas durante a epidemia de COVID-19, pois admite que as mulheres e as meninas são as pessoas mais vulneráveis nesse momento. Lembrando que Moçambique sediou a 5.<sup>a</sup> Conferência Internacional da Via Campesina, em 2008, ocasião em que foi elaborada a Carta de Maputo, que reconheceu a negação de direitos econômicos, culturais e sociais às mulheres e que elas estão expostas a abusos.

No entanto, o que se percebe é a persistência de várias violências contra as mulheres em Moçambique, mesmo depois de 2009, com a entrada em vigor da Lei n.º 29/2009, que pune os crimes cometidos contra elas em âmbito familiar. O objeto dessa lei está baseado na violência praticada contra a mulher, no âmbito das relações domésticas e familiares e de que não resulte em sua morte (caso no qual serão aplicadas as disposições previstas no Código Penal desse país).

Cabe ressaltar que ao especificar o gênero da vítima (a mulher), o legislador criou uma situação de discriminação positiva da mulher sobre o homem. Nessa ordem de ideias, sempre se poderá dizer que o artigo 36.º da Lei n.º 29/2009, que versa sobre “igualdade de gênero”, acaba por repor essa igualdade perdida ao prever que “as disposições da presente Lei se aplicam ao homem, em igualdade de circunstâncias e com as necessárias adaptações” (MOÇAMBIQUE, 2009, [n.p.]).

Ao abordar o tema da violência doméstica, estamos perante uma realidade concreta que envolve não apenas mulheres, mas homens, crianças e idosos cuja dignidade como humanos é colocada em uma posição crítica, mesmo que inegavelmente sejam as mulheres e meninas as maiores vítimas desse tipo de violência.

Também é preciso levar em conta que Moçambique apresenta condições bastante precárias para combater a pandemia de COVID-19, e que diante dessa situação novamente as mulheres e meninas são as mais prejudicadas. De acordo com o Fórum Mulher<sup>31</sup>, a maioria da população de Moçambique é composta de mulheres, sobretudo jovens meninas que são submetidas a uniões prematuras contra sua vontade; o HIV atinge três vezes mais as mulheres nesse país; o país apresenta altos índices de violência doméstica; apenas 1,4% das mulheres têm escolaridade de nível secundário; no meio rural 71,6% delas são analfabetas. Continua o Fórum:

As mulheres não param de menstruar, de engravidar, de cuidar das suas famílias, de enfrentar a escassez crescente e a violência. Às mulheres continua a caberem as tarefas de cuidar das crianças, de procurar medicamentos e comida nas machambas. As mulheres e as meninas continuam a ser as pessoas mais susceptíveis aos abusos e à má-nutrição porque as crenças e as práticas culturais não se modificam. Pelo contrário, costumam acentuar-se em contextos de emergência social. Deste modo, sabe-se que os impactos de gênero, nomeadamente, na vida e na saúde das mulheres e raparigas são vários e importantes. (2020, [n.p.]).

Os jornais “Canal de Moçambique”, no dia 19 de dezembro de 2019, e “Carta de Moçambique”, em 6 de dezembro de 2019, já alertavam, às vésperas da pandemia, que uma em cada cinco mulheres é vítima de violência doméstica no país. Além disso, dados sobre a violência doméstica no país mostraram que nos últimos nove meses de 2019 foram registados cerca 52 169 casos de violência doméstica em todo o país, o que significou um aumento de 12% comparativamente ao ano anterior. Esses dados são obtidos especialmente por meio dos prestadores de cuidados de saúde, já que são os primeiros pontos de contato das vítimas.

De acordo com o jornal brasileiro “Alma Preta” (2020), no dia 1.º de abril foi decretado estado de emergência em todo o território nacional por um período de 30 dias, sendo esse período estendido posteriormente até julho, em um intervalo de mesmo período para cada mês. As medidas de prevenção incluíram, desde então, a proibição de todo tipo de evento com aglomeração de pessoas, o fechamento de escolas e a suspensão da emissão de vistos para entrada no país. Moçambique tem uma população atual em torno de 29 milhões de pessoas, e

---

31 Fórum Mulher é uma rede de organizações dedicadas aos direitos humanos das mulheres na África Austral.

mesmo com poucos casos positivos confirmados nessa época, as medidas foram tomadas para evitar a propagação e o possível colapso do sistema de saúde.

O mesmo jornal salientou que de acordo com os dados mais recentes sobre a pandemia, no continente africano havia 12 mil casos do novo coronavírus e 572 mortos até o dia 9 de abril de 2020. Especialistas temiam milhares de mortes no continente devido ao baixo número de testes, à escassez de recursos e à infraestrutura precária. Isso mostra o nível baixo de desenvolvimento em termos de tecnologia e economia no continente. No entanto, apesar das péssimas projeções, Moçambique apresentou, até outubro de 2021 um pouco mais de 150 mil casos e por volta de 1929 mortes, tudo indica que os números estão em queda no país.

Em Moçambique, o número de casos de violência doméstica tendia a aumentar nesse início de pandemia da COVID-19, de acordo com o jornal moçambicano “O País” (2020), publicado no dia 7 de abril de 2020. Nele, a ministra do Gênero, Criança e Ação Social, Nyeleti Mondlane, disse já ser possível sentir o aumento da violência doméstica desde o início da pandemia de COVID-19, apelando à sociedade para redobrar a vigilância em relação a isso, uma vez que, segundo ela, há em algumas famílias aumento de violência doméstica e abusos contra a mulher.

Assim também se posicionou o jornal “Carta de Moçambique” de 10 de abril de 2020, em matéria que trouxe o alerta de Nazira de Deus, do Fórum Mulher, dizendo que durante o estado de emergência é preciso um reforço nos mecanismos de atendimento às vítimas de violência doméstica e sexual, que tendem a aumentar em situações como essas.

Segundo a Rádio de Moçambique, em noticiário veiculado no dia 21 maio de 2020, aumentaram os casos de violência doméstica no período de vigência do estado de emergência devido à pandemia do novo coronavírus, e as vítimas têm medo de apresentar queixas. A denúncia é da organização não governamental Mulher Lei e Desenvolvimento (MULEIDE), que aponta a mulher como a principal vítima desses crimes. Nos últimos dois meses, a organização atendeu cerca de 120 casos de violência doméstica que foram encaminhados para os órgãos da Justiça apenas na província de Sofala, sendo a maior parte das queixas relacionadas à violência física e sexual.

Uma pesquisa publicada no “Portal de Moçambique” (2020) mostrou que foi registrado perto de dois mil casos de violência nos primeiros dois meses desde

que foi decretado o estado de emergência no país, número confirmado pelo Gabinete de Atendimento à Família e Menores no Comando Geral da Polícia da República de Moçambique (PRM). O maior número de casos foi contra mulheres e crianças, com um cumulativo de 1 354 e 212 crimes, respectivamente.

Segundo o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA, 2020) e o “Jornal Notícias”, em matéria publicada no dia 16 de junho de 2020, as mulheres e meninas presas em suas casas com seus agressores são isoladas dos serviços de ajuda às vítimas de violência doméstica. Além disso, a redução das redes de apoio de pares aumenta o isolamento social e a vulnerabilidade delas. As projeções estimam que 31 milhões de casos adicionais de violência baseada no gênero vão ocorrer globalmente se o confinamento continuar por pelo menos seis meses. Além disso, a suspensão temporária das atividades escolares, assim como do acesso a outros espaços seguros para meninas e adolescentes, acabou por bloquear o acesso delas a programas de orientação. O fechamento generalizado das escolas interrompeu a educação de mais de 1 bilhão de crianças e adolescentes em todo o mundo, expondo as jovens a maior risco de violência, casamento infantil, gravidez indesejada e infecção pelo HIV.

Em reportagem de 3 de setembro de 2020, Luciano da Conceição, para “DW África”, relatou que só em Inhambane foram registrados 1 200 casos de violência doméstica desde o início das medidas de isolamento social decretadas para conter a pandemia de COVID-19 no país. Em média, ocorrem dois assassinatos na região por semana, número considerado bastante elevado. Há também relatos de abandono de mulheres, como o de Maria Cumbane, que contou ter sido vítima de violência do próprio marido, que em seguida a abandonou para viver com outra mulher. Os números assustam, no entanto, deve-se considerar também a subnotificação, pois nem todos os locais contam com sedes distritais para acolher as denúncias.

Já segundo o jornal “Canal de Moçambique”, em notícia publicada no dia 25 de novembro de 2020, cerca de 900 mulheres residentes em várias regiões de Sofala foram vítimas de violência doméstica praticada por seus maridos ou familiares durante a vigência do estado de emergência. Nesse contexto, os jornais apontam como causa da violência doméstica a diferença de poderes entre homens e mulheres. Isso se evidencia como um desdobramento das desigualdades existentes no país.

Em outubro de 2020, o jornal “DW África” apontou o número crescente de violência baseada em gênero no continente africano, fato que a ONU está chamando de “pandemia na sombra”. Segundo essa agência de notícias, a

Libéria registrou 50% de aumento de violências desse tipo só entre janeiro e junho de 2020. A imprensa local do Quênia apontou que quase quatro mil estudantes engravidaram desde que as escolas fecharam em consequência do isolamento social; enquanto isso, na África do Sul, uma mulher é assassinada a cada três horas.

O aumento de casos de violência doméstica durante o período de estado de emergência deve-se principalmente ao confinamento imposto pelo governo para impedir a disseminação da COVID-19. Os dados indicam que os principais motivos para a elevação dos casos são a queda de rendimento de cada indivíduo; a camada social e a vulnerabilidade de contaminação da doença de acordo com a realidade em que está inserido.

Ao se falar em sustento refere-se aqui à fonte de renda dos indivíduos, ou seja, como conseguem ganhar os valores monetários para suprir suas necessidades básicas. De acordo com a agência de notícias “DW África”, a pandemia de COVID-19 já suspendeu pelo menos trinta mil contratos de trabalho em Moçambique, representando uma redução de 65% da atividade empresarial no país no primeiro semestre de 2020.

Apesar das medidas tomadas pelo governo, a economia não tem apresentado sinais de recuperação. Essa situação aumenta as tensões no seio familiar à medida que as dificuldades sociais vão crescendo, bem como a incerteza do futuro e a iminência de redução ou perda de renda doméstica. Esses aspectos são apontados como algumas das principais causas de violência doméstica, juntamente à ingestão de álcool e de outras drogas, e atingem com maior força as classes menos favorecidas.

No entanto, é preciso ter em conta que a causa social é significativa, mas não é suficiente para explicar o aumento das tensões no espaço doméstico. Há de se considerar, sobretudo, as questões históricas e culturais, ou seja, as mazelas de uma sociedade patriarcal, em que as mulheres não encontram espaços reais para viverem a igualdade preconizada pelos organismos internacionais e mesmo pela legislação nacional, que prevê punições aos agressores.

Para o ativista africano da organização de direitos das mulheres *Equally Now* (Igualdade Agora), Jean Paul Murunga, uma das opções que poderiam contribuir para diminuir essas desigualdades seria a presença de mais mulheres em cargos políticos em cada país do continente africano, pois vê tudo isso como uma desigualdade estrutural. De acordo com a jornalista Silja Fröhlich, do jornal DW África,

Quando um governo é composto por homens, eles raramente dão prioridade a assuntos que não lhes dizem respeito diretamente. Frequentemente, tópicos como infraestrutura, estradas, Forças Armadas e compra de máquinas são o foco, e não o orçamento para saúde e planejamento familiar (2020b, [n.p.]).

Dentre as notícias veiculadas em jornais de Moçambique nesse segundo ano de pandemia, destaca-se a manchete da agência “DW África” de 26 de janeiro de 2021: “Persistem violações contra os direitos das crianças e de mulheres”. O mais est arrecedor é que as pesquisas trazem números dos anos 2018-2019, portanto um período anterior à pandemia de COVID-19. Embora tenham sido criadas instâncias jurídicas para dirimir os números crescentes de violências, como o Novo Código Penal, a Lei da Família, a Lei de Sucessões e a Lei de Combate às Uniões Prematuras, os números insistem em não diminuir satisfatoriamente.

Em períodos de crise as desigualdades se acentuam, e no caso das desigualdades de gênero isso está sendo vivido em vários lugares do mundo como resultado da pandemia. No caso de Moçambique, Osório, Loforte e Vilanculo (2021) destacam três conjuntos de problemas agravados pela COVID-19. O primeiro diz respeito ao fato de que 80% dos empregos informais do país serem realizados por mulheres, e que esse tipo de trabalho foi bastante afetado pelas restrições de circulação, diminuição do número de transportes públicos, dentre outras medidas que acabam atingindo essas trabalhadoras. O segundo conjunto de problemas está na soma do primeiro com o fato de o confinamento, para as categorias sociais mais vulneráveis, ocorrer em habitações em geral marcadas pela precariedade. E por fim o terceiro é resultado de um restrito e difícil acesso aos cuidados com a saúde sexual e reprodutiva.

Diante de todo esse quadro adverso, em 08 março de 2021, por ocasião do Dia Internacional da Mulher, não havia muito o que se comemorar em Moçambique. Pelo menos foi o que a reportagem do jornal DW África afirmou dizendo que as moçambicanas estavam enfrentando mais violência e mais dificuldades econômicas. (CONCEIÇÃO, 2021). E um dos maiores problemas para as mulheres nessa data era justamente ter com o que alimentar seus filhos/as, além da violência doméstica agravada nesses tempos.

Ainda que não seja um periódico interessante contrapor o que uma reportagem da ONU News do mesmo dia 08 de março de 2021, preferiu dar destaque, não para as dificuldades encontradas pelas mulheres, jovens e

adultas, mas trazendo exemplos do que chamou “um balanço de progressos para alcançar um Moçambique onde todas as mulheres possam viver uma vida livre de violência”. (NEVES, 2021). A autora da matéria trabalha junto à Iniciativa Spotlight, liderada pelo governo moçambicano e que foi lançada em 2019, portanto antes do contexto pandêmico. Financiado pela União Europeia, o programa foca no combate à violência sexual baseada em gênero e às uniões prematuras, e visa promover a saúde sexual e reprodutiva das mulheres e jovens. Muito provavelmente, por estar ligada ao governo, à UNICEF, e à União Europeia, Neves (2021) escolheu demonstrar conquistas a apontar as grandes dificuldades encontradas no país e agravadas pela crise da COVID-19.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em tempos de pandemia da COVID-19, apela-se às pessoas para que fiquem em casa. Isso significa que o percurso normal dos indivíduos é alterado. As pessoas passam a ter mais tempo com a família do que com os colegas de trabalho, e de acordo com os dados pesquisados o que se vê é o contrário do desejado, ou seja, em vez de os membros que compartilham do mesmo teto aproveitarem esse tempo para desfrutar da companhia dos familiares, cada vez mais eles se veem em situações de conflito e, muitas vezes, de violência. No presente artigo, percebeu-se que nos lares moçambicanos os números de violência doméstica dispararam, a exemplo do que tem acontecido em tantas outras nações.

O que se tem observado em números é que o isolamento social torna o lar mais exposto a condições de vulnerabilidade. Esse aumento, dizem as notícias veiculadas em jornais, deve-se a vários fatores, sendo os mais relevantes a falta de oportunidade de denúncia imposta pelo confinamento e a desigualdade social estrutural.

Em notícia publicada em 15 de outubro de 2020, o jornal português “Observador” revelou que, segundo o Centro de Estudos e Pesquisa de Comunicação Sekelekani, a violência doméstica em Moçambique já havia provocado 41 mortes desde o começo daquele ano. Naquele momento, já haviam sido registrados 6 586 casos de violência doméstica. Ainda de acordo com a notícia, “A maioria casos (3 904) é classificada como violência física simples, 1 259 como violência psicológica, 796 como violência patrimonial e 478 como violência grave, dos quais resultaram 41 mortes” (AGÊNCIA LUSA, 2020).

Uma das principais causas desse tipo de violência é o casamento precoce, que leva as meninas a abandonar a escola muito cedo e as impede de se tornar independentes e autônomas. Dessa forma, quando agredidas por seus companheiros, muitas dessas jovens esposas recorrem à polícia e fazem uma queixa em um primeiro momento, mas acabam dissuadidas por suas famílias a não levarem adiante a reclamação. Dessa forma, os agressores se sentem acolhidos por seus parentes, o que resulta em um círculo vicioso.

As notícias amplamente divulgadas nos jornais em nenhum momento negam que o confinamento devido à pandemia trouxe à tona conflitos latentes nos lares moçambicanos, resultando em vítimas que são, na maioria dos casos, mulheres e meninas. Diante dos números crescentes de crimes domésticos, percebe-se que o isolamento social tornou mais aguda uma situação que se estende há muito tempo. No entanto, esperava-se ver maior destaque e maior número de notícias que evidenciassem a importância do tema e apresentassem, ou medidas para sua superação, ou que criticassem com maior intensidade uma certa inércia dos governos locais, ou ainda apontassem meios para elaboração de políticas públicas para o enfrentamento efetivo da violência doméstica.

Um relatório da Anistia Internacional que analisou a situação moçambicana, mas também da África do Sul, do Zimbábue, de Madagascar e da Zâmbia, afirma que o combate à pandemia de COVID-19 transformou alguns países da África Austral em “enclaves de crueldade, estupro e violência para mulheres e meninas presas por membros abusivos da família”. E denuncia que essa situação é decorrente de uma sociedade na qual as mulheres são consideradas “peças de mobília” e segundo a qual elas devem sempre se submeter aos homens. Essa circunstância foi agravada pela pandemia, assim como outras situações de desigualdade, como a pobreza, os crimes e a falta de amplo acesso à justiça.

Frente à grande crise econômica decorrente da pandemia de COVID-19, as mulheres foram também as mais prejudicadas em Moçambique no que diz respeito a seus rendimentos, já que a maioria delas está engajada em trabalhos informais. Ou seja, os lares tornaram-se verdadeiros espaços de frustrações, tristeza e desespero para as famílias mais pobres, que têm visto seus rendimentos minguarem.

Segundo Gasparetto (2019), nas cidades maiores o trabalho informal é tido como uma fonte de renda complementar. Resultado do preconceito de gênero, essas atividades são associadas às mulheres e consideradas de menor importância. Isso porque as mulheres e as jovens meninas são tratadas como



“incompetentes” para o trabalho formal e, uma vez contratadas, fazem serviços menores e com salários mais baixos.

Gasparetto ainda aponta que as condições precárias da população moçambicana em geral levam à falta de acesso a programas de saúde e de promoção de empregos, ao saneamento básico e a serviços urbanos, e que toda essa omissão do Estado configura uma espécie de violência material e simbólica que gera outras violências, dentre as quais a doméstica.

Diante de todo esse quadro adverso apresentado pelos institutos de pesquisas, pelos fóruns de luta feminista e outros meios de denúncia, inclusive a mídia, as mulheres e meninas veem seus sonhos desmoronarem em meio à naturalização das múltiplas violências sofridas por elas, dentro e fora de seus lares, e tudo isso se torna ainda mais complicado em meio a uma sociedade que naturaliza a bofetada desferida por pais ou maridos, pois acredita que estes só são capazes de fazer isso como atos de amor.

## REFERÊNCIAS

AFONSO, Marta. **Casos de violência doméstica aumentaram em 12% este ano.** Carta de Moçambique, Maputo, 06 de dez. de 2019. Disponível em: <https://cartamz.com/index.php/sociedade/item/3861-casos-de-violencia-domestica-aumentaram-em-12-este-ano>. Acesso em: 14 fev. 2021.

ASSAMO, Ibrahim. O PAÍS – A verdade como notícia (2020), Nyeleti Mondlane diz que há aumento da violência doméstica devido ao Coronavírus. **O PAÍS** – A verdade como notícia, Maputo, 07 de abr. 2020. Disponível em: <https://opais.co.mz/api/nyeleti-mondlane-diz-que-ha-aumento-da-violencia-domestica-devido-ao-coronavirus/>. Acesso em: 16 fev. 2021.

BORGES, P. **Em meio à pandemia, Moçambique alerta o aumento da violência doméstica.** Alma Preta, Maputo, 09 de abr. 2020. Disponível em: <https://almapreta.com/editorias/mama-africa/em-meio-a-pandemia-mocambique-alerta-o-aumento-da-violencia-domestica>. Acesso em: 14 fev. 2021.

CERCA de 900 mulheres foram vítimas de violência doméstica em Sofala. Canal de Moçambique, Maputo, 25 de nov. 2020. Disponível em: <https://canal.co.mz/?s=%22violencia+domestica%22>. Acesso em: 03 fev. 2021.

CONCEIÇÃO, L. da. Deixou-me com as crianças e foi viver com outra. DW África, 03 de set. de 2020. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/deixou-me-com-as-criancas-e-foi-viver-com-outra/a-54801898>. Acesso em: 15 fev. 2021.



manas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/193918/PICH0204-T.pdf?sequence=-1&isAllowed=y>. Acesso em: 26 out. 2021.

GUARNIERI, T. H. (2010). Os direitos das mulheres no contexto internacional da criação da ONU (1945) à conferência de Beijing (1995), Revista Eletrônica da Faculdade Metodista Granbery, Juiz de Fora, 8, p. 1-28, jan./jun. 2010. Disponível em: <http://re.granbery.edu.br/artigos/MzUx.pdf>. Acesso em: 26 out. 2021.

JOSHUA, H. (2016). Sobre violência doméstica. Revista Pazes, Brasil, 25 de jan. de 2016. Disponível em: <https://www.revistapazes.com/sobre-a-violencia-domestica/>. Acesso em: 16 fev. 2021.

MOÇAMBIQUE. Lei n.º 29 de 29 de setembro de 2009. Disponível em: [https://www.wlsa.org.mz/wp-content/uploads/2014/11/Lei\\_VD\\_2009.pdf](https://www.wlsa.org.mz/wp-content/uploads/2014/11/Lei_VD_2009.pdf). Acesso em: 17 fev. 2021.

NEVES, L. C. Libertando as mulheres e as raparigas da violência em Moçambique. Nações Unidas Moçambique, 08 de mar. 2021. Disponível em: <https://mozambique.un.org/pt/115287-libertando-mulheres-e-raparigas-da-violencia-em-mocambique>. Acesso em: 26 out. 2021.

OSÓRIO, C., LOFORTE, A. e VILANCULO, Sérgio. Relatório de Pesquisa. Desigualdades e Resistência em Tempos de Pandemia. Impactos da COVID-19 nas mulheres do mercado informal. WLSA: Maputo, 2021. Disponível em: <https://bettercarenetwork.org/sites/default/files/2021-04/RelatorioDePesquisa.pdf>. Acesso em: 26 out. 2021.

PAÍS: Registados perto de dois mil casos de violência nos primeiros dois meses do estado de emergência. Portal do Governo de Moçambique, Maputo, 15 de jun. 2020. Disponível em: <https://www.portaldogoverno.gov.mz/por/Imprensa/Noticias/Pais-Registados-perto-de-dois-mil-casos-de-violencia-nos-primeiros-dois-meses-do-estado-de-emergencia>. Acesso em: 16 fev. 2021.

SALGADO, C. Do regime jurídico da violência doméstica praticada contra a mulher no direito penal moçambicano: algumas considerações. Disponível em: <http://www.fd.ulisboa.pt/wp-content/uploads/2014/12/Salgado-Catarina-regime-juridico-da-violencia-domestica-praticada-contr-a-mulher-no-direito-penal-mocambicano-Algumas-consideracoes.pdf>. Acesso em: 08 nov. 2020.

SILVA, R.. Persistem violações aos direitos da criança e da mulher. DW África, Maputo, 26 de jan. 2021. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/mo%C3%A7ambique-persistem-viol%C3%A7%C3%B5es-aos-direitos-da-crian%C3%A7a-e-da-mulher/a-56351811>. Acesso em: 15 fev. 2021.

SOFALA: Aumentam casos de violência doméstica neste período do Estado de emergência. Rádio de Moçambique (2020). Disponível em: <https://www.rm.co.mz/rm.co.mz/index.php/component/k2/item/11064-sofala-aumentam-casos-de-violencia-domestica-neste-periodo-do-estado-de-emergencia.html>. Acesso em: 15 fev. 2021.



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons – Atribuição Não-Comercial 4.0 Internacional.

## “O QUE É VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA AS MULHERES?”: UMA DISCUSSÃO INICIAL SOBRE AS PERCEPÇÕES DE ADOLESCENTES

---

Yara Singulano

Karla Maria Damiano Teixeira

**RESUMO:** Esse trabalho objetivou examinar o significado que adolescentes atribuíam à expressão violência doméstica e familiar contra as mulheres, buscando auferir o seu nível de conhecimento. Para tanto, foram analisadas, a partir da técnica de análise de conteúdo proposta por Bardin (2011), 392 redações escritas por alunos do ensino médio de uma escola pública. De forma geral, os resultados obtidos revelaram a naturalização de comportamentos violentos e a incompreensão, por parte de significativo número de participantes, do que é a violência doméstica e familiar.

**PALAVRAS-CHAVE:** Violência doméstica e familiar contra as mulheres; Lei Maria da Penha; Adolescentes.

**ABSTRACT:** This work aims to examine the meaning that adolescents attribute to the expression domestic and family violence against women, to investigate your level of knowledge. For this purpose, 392 essays written by high school students from a public school are analyzed using the content analysis technique proposed by Bardin (2011). In general, the results obtained reveal the naturalization of violent behaviors and the lack of understanding, by a significant number of participants, of what domestic and family violence is.

**KEYWORDS:** Domestic and family violence against woman; Maria da Penha Law; Adolescents.

### INTRODUÇÃO

A violência contra as mulheres, que se manifesta sobretudo em âmbito doméstico e familiar, persiste como uma verdadeira “epidemia global” (ONU MULHERES, 2015). No Brasil, a violência doméstica e familiar contra as mulheres é ainda intensificada pela grande desigualdade social, que impede

o acesso das mulheres a direitos mínimos (SEQUEIRA; STELLA, 2012). A vigência de uma cultura machista e do modelo patriarcal de organização familiar, somados à desigualdade social, levam o país a figurar em 5º lugar em uma lista da Organização Mundial de Saúde – OMS, sobre feminicídios (WAISELFISZ, 2015).

Diante da dimensão do problema da violência doméstica e familiar contra as mulheres no país, e visando seu enfrentamento, em 2006 foi sancionada a Lei 11.340 - Lei Maria da Penha (BRASIL, 2006). Pode-se afirmar que o surgimento da lei popularizou e disseminou os debates acerca do tema, contribuindo para dar visibilidade ao problema. Segundo Campos (2015), 98% da população brasileira ao menos já ouviu falar da Lei. Nesse sentido, Guimarães e Pedroza (2015) ressaltam que a Lei possui não somente uma função jurídica, mas também pedagógica e prática.

Não obstante o amplo conhecimento popular a respeito da existência da Lei Maria da Penha, quanto ao seu conteúdo, o nível de informação da população parece ser insuficiente (GUIMARÃES; PEDROZA, 2015). Foram encontrados poucos estudos que se debrucem sobre essa questão, mostrando-se necessário empreender pesquisas que busquem analisar o nível de conhecimento da população sobre a referida legislação, visto que o acesso à informação tem sido considerado fator crucial para a erradicação da violência doméstica e familiar contra as mulheres, e, em especial, para promover a prevenção primária (OMS, 2012; PASINATO, 2015). Além disso, o conhecimento sobre a legislação ajuda a promover o efetivo acesso à justiça, sendo de fundamental importância que as mulheres vitimizadas se reconheçam como sujeitos de direitos (PASINATO, 2015).

É importante destacar, ainda, que estudos vêm apontando duas tendências no que tange à violência homicida no Brasil, de modo geral: a disseminação e a interiorização, processos que representam o aumento das taxas de homicídios em regiões não-metropolitanas e fora das capitais, em um processo de reorganização da violência no território nacional (WAISELFISZ, 2011). Quanto às taxas de feminicídio, especificamente, Waiselfisz (2015) aponta que os municípios de pequeno porte são os que possuem, proporcionalmente, maiores índices. Mas, quando se observa os números de homicídios masculinos, as capitais e metrópoles possuem as maiores taxas - uma peculiaridade que merece atenção.

É esse hiato que justifica essa pesquisa, a qual objetivou analisar as percepções de 392 adolescentes, alunos de uma escola pública do interior de

Minas Gerais, acerca do fenômeno da violência doméstica e familiar contra as mulheres. Assim, buscou-se, como objetivo geral, auferir o seu nível de conhecimento acerca do conceito. De forma específica, buscou-se analisar qual o significado que os adolescentes dão ao termo “violência”, para averiguar que tipos de comportamentos são identificados como tal; e verificar que sentido dão à expressão adjetiva “doméstica e familiar”, qualificadora desse tipo de violência, que tem suas peculiaridades.

## FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A violência contra as mulheres é um tipo de violência baseada no gênero, fruto de um modelo patriarcal de organização social, permeado por valores machistas e misóginos que privilegiam os homens, em detrimento das mulheres (CARVALHO, 2015; PASINATO, 2015).

A violência contra as mulheres apresenta-se, majoritariamente, como violência doméstica e intrafamiliar, padrão este que não se repete entre as vítimas do gênero masculino. De fato, resta estatisticamente comprovado que as mulheres estão mais sujeitas à violência de familiares e de parceiros, ou ex-parceiros, do que de estranhos; bem como que a maioria das agressões contra elas ocorre no ambiente doméstico, e não em locais públicos (BONETTI; PINHEIRO; FERREIRA, 2008; WAISELFISZ, 2015).

Não obstante a universalidade e a antiguidade do problema que é a violência doméstica e familiar contra as mulheres, há pouco ele ganhou visibilidade nos debates públicos - o que só ocorreu graças à intensa mobilização do movimento feminista ao redor do mundo, notadamente a partir da década de 1960, e, especificamente no Brasil, a partir de 1980 (BLAY, 2003; SEQUEIRA; STELLA, 2012).

Até então, o entendimento era de que a violência doméstica e familiar contra as mulheres se tratava de questão privada, a ser resolvida sem a intervenção estatal (BONETTI; PINHEIRO; FERREIRA, 2008; GUIMARÃES; PEDROZA, 2015). Daí o famoso adágio, “em briga de marido e mulher, ninguém mete a colher”, que ilustra com precisão o pensamento popular a respeito do tema (DIAS, 2012; GUIMARÃES; PEDROZA, 2015). Mesmo o sistema legal corroborava com tal entendimento; a própria judicialização e criminalização desse tipo de violência é muito recente, como lembra Waiselfisz (2015).

O marco na mudança de paradigma foi a Conferência de Direitos Humanos de Viena, em 1993, que mudou a interpretação sobre os crimes cometidos

na esfera privada, inaugurando a era dos chamados direitos de 3ª geração (ALVES, 2005; RITT; CAGLIARI; COSTA, 2009). Na declaração final da Conferência, a violência contra mulheres foi declarada uma grave afronta a seus direitos humanos, e, portanto, uma questão pública, na qual Estados devem intervir, e não mera questão privada. Embora a declaração tivesse natureza de documento político, sem força jurídica vinculante para os países signatários, o consenso obtido naquela oportunidade, sobre a gravidade da violação dos direitos humanos das mulheres e da necessidade de enfrentamento da violência pelos Estados, impulsionou os debates a respeito, possibilitando a criação de tratados e convenções, estes sim com força vinculante, que gera obrigação jurídica para os Estados signatários (FROSSARD, 2006).

O Brasil, apesar de ser signatário de vários documentos internacionais que o obrigavam, juridicamente, a atuar na proteção das mulheres (FROSSARD, 2006), somente promulgou uma legislação específica para proteção das mulheres vítimas de violência doméstica e familiar após condenação do país pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (BRASIL, 2004; CAMPOS, 2015). Assim, em 2006, foi sancionada a Lei nº 11.340, denominada Lei Maria da Penha. Referida Lei é considerada, pela ONU, uma das melhores legislações de enfrentamento à violência contra as mulheres do mundo, e representou uma grande conquista da sociedade brasileira (CAMPOS, 2015; PASINATO, 2015).

Dentre outros pontos a serem elogiados, a Lei tem o mérito de contemplar definições bastante precisas sobre violência de gênero e violência doméstica e familiar (artigo 5º) e sobre as formas de violência (artigo 7º); além de afirmar, de forma contundente, que esse tipo de violência se trata de violação aos direitos humanos (artigo 6º) (BRASIL, 2006). A exatidão e clareza dos conceitos apresentados no texto legal são demasiado importantes, pois conferem, além da função de proteção jurídica, um caráter pedagógico e prático à Lei Maria da Penha (GUIMARÃES; PEDROZA, 2015).

Para Pasinato (2015, p. 533), a partir da entrada da Lei no ordenamento jurídico brasileiro, “a violência doméstica e familiar contra a mulher deixou de ser um tema acadêmico ou das pautas feministas e do governo para tornar-se conhecido por toda a sociedade brasileira”. De fato, parece ser possível afirmar que a sanção da Lei Maria da Penha, e a intensa cobertura midiática a respeito, popularizou os debates e contribuiu para dar visibilidade ao problema (IPEA, 2014; CAMPOS, 2015). Entre os jovens, uma pesquisa revelou que a aceitação



da Lei Maria da Penha atinge o índice de 96% (INSTITUTO AVON; DATA POPULAR, 2014), o que nos leva a pressupor um amplo conhecimento sobre a existência da lei, e, ao menos, de seu tema geral, entre a faixa etária dos participantes (16 a 24 anos).

Por outro lado, mostra-se necessário compreender mais a fundo o nível de informação sobre o conteúdo da Lei, visto que o acesso à informação e o conhecimento de direitos têm sido considerados fatores muito relevantes para a erradicação da violência doméstica e familiar contra as mulheres, e, em especial, para preveni-la. Nesse sentido, são fortemente indicadas a realização de campanhas de conscientização e disseminação de informação, bem como o incremento das políticas públicas educacionais, para que contemplem a perspectiva de gênero (OMS, 2012; UN WOMEN, 2015). Tem sido destacada, ainda, a importância de focar essas ações nas faixas etárias mais jovens (FRANCO; LÓPEZ-CEPEIRO; DÍAZ, 2009).

Nesse contexto, o trabalho em questão objetiva averiguar a compreensão dos adolescentes participantes da pesquisa sobre o significado da violência doméstica e familiar contra as mulheres, e, de mais forma específica, identificar que tipos de comportamentos os adolescentes identificam como violento, ou seja, o que entendem por “violência”, e qual a sua interpretação sobre a expressão “doméstica e familiar”, que caracteriza e torna peculiar esse tipo de violência.

## ABORDAGEM METODOLÓGICA

Essa pesquisa, exploratório-descritiva-analítica, de natureza qualitativa, foi realizada com a participação de alunos do ensino médio de uma escola pública estadual. A opção pelo local da pesquisa, qual seja, um município do interior de Minas Gerais, com menos de 20 mil habitantes e cuja maior parte da população é rural, ocorreu pautada na observação de que os estudos sobre violência doméstica e familiar, em sua ampla maioria, são realizados nos grandes centros urbanos, especialmente no eixo Rio-São Paulo (SEQUEIRA; STELLA, 2012). Por isso, buscou-se um perfil de participantes diferente daquele contemplado tradicionalmente.

Foram estudados adolescentes de ambos os gêneros, alunos das três séries do ensino médio, perfazendo um total de 392 participantes. A opção metodológica de trabalhar com essa faixa etária se explica pela importância de priorizar crianças e adolescentes na formulação e execução de políticas públicas, especialmente

educativas, que visem a erradicação da violência (OMS, 2012; PASINATO, 2015). Constatou-se, ainda, uma baixa utilização de adolescentes como amostra em pesquisas a respeito do tema (CÓRDOBA, 2006), mesmo a nível internacional, como destacam Franco, López-Cepeiro e Díaz (2009). Santos, Mora e Debique (2016) classificam como “tímida” a produção de pesquisas brasileiras voltadas a estudar a questão de gênero entre crianças e adolescentes, sobretudo a partir de uma perspectiva de empoderamento das meninas.

A técnica utilizada para coleta de dados consistiu na leitura e análise de redações, cujo tema proposto foi “A violência doméstica e familiar contra as mulheres”. Foi solicitada a elaboração de um texto argumentativo, de até 30 linhas, e indicada (dentre outras) a seguinte questão norteadora: “o que é violência doméstica e familiar?”. As redações foram aplicadas, pelas professoras de português, em todas as séries do ensino médio do turno matutino, e resultando em 392 textos produzidos pelos alunos. A atividade foi desenvolvida como uma atividade curricular comum, sem fazer menção à pesquisa.

A decisão de não informar aos alunos de que se tratava de uma pesquisa acadêmica foi tomada a fim de que os textos fossem construídos de forma mais espontânea, para revelar um panorama tão fidedigno quanto possível das opiniões e conhecimentos dos adolescentes sobre o tema. Considerou-se que a presença da pesquisadora e/ou a menção da realização da pesquisa poderiam intimidar os participantes, optando-se, assim, pelo segredo. Não obstante, todas as precauções para resguardar a ética da pesquisa foram tomadas, e o projeto de pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética da instituição vinculada.

As respostas dos participantes foram submetidas à análise de conteúdo, seguindo metodologia proposta por Bardin (2011). Assim, foi realizada uma pré-análise dos textos, visando a organização e sistematização das informações; em seguida, foi realizada a codificação, agrupando as redações em unidades de registro, e a categorização semântica (por tema), seguindo o sistema de grade mista; passando, então, à análise propriamente dita, via inferência e interpretação. As categorias inicialmente previstas para análise foram: o que é “violência”; e o significado da expressão “doméstica e familiar”.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Procurou-se verificar o que os adolescentes entendiam por violência doméstica e familiar, tendo sido observado que, das 392 redações analisadas,

38,3% apontaram corretamente as principais características relacionadas à violência doméstica e familiar, indicando que se trata de agressões, físicas ou verbais, ocorridas entre membros da mesma família, e/ou que compartilham o mesmo espaço doméstico; 35,4% não responderam à questão proposta em seus textos, isto é, não apresentaram uma definição; e 26,3% apresentaram noções equivocadas sobre o fenômeno da violência doméstica e familiar, como apontado na Tabela 1.

**Tabela 1:** Percepções de adolescentes sobre o significado de violência doméstica e familiar.

| Série                      | Questão                            | Gênero     |            |            |            | Total      |            |
|----------------------------|------------------------------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|
|                            |                                    | Masculino  |            | Feminino   |            |            |            |
|                            |                                    | Nº         | %          | Nº         | %          | Nº         | %          |
| 1º ano                     | 1. Não responderam                 | 26         | 52         | 27         | 32,1       | 53         | 39,6       |
|                            | 2. Apresentaram noções equivocadas | 12         | 24         | 25         | 29,8       | 37         | 27,6       |
|                            | 3. Apresentaram noções corretas    | 12         | 24         | 32         | 38,1       | 44         | 32,8       |
|                            | <b>Total</b>                       | <b>50</b>  | <b>100</b> | <b>84</b>  | <b>100</b> | <b>134</b> | <b>100</b> |
| 2º ano                     | 1. Não responderam                 | 22         | 36,7       | 25         | 35,2       | 47         | 36         |
|                            | 2. Apresentaram noções equivocadas | 23         | 38,3       | 19         | 26,8       | 42         | 32         |
|                            | 3. Apresentaram noções corretas    | 15         | 25         | 27         | 38         | 42         | 32         |
|                            | <b>Total</b>                       | <b>60</b>  | <b>100</b> | <b>71</b>  | <b>100</b> | <b>131</b> | <b>100</b> |
| 3º ano                     | 1. Não responderam                 | 15         | 26,8       | 26         | 36,6       | 41         | 32,3       |
|                            | 2. Apresentaram noções equivocadas | 12         | 21,4       | 8          | 11,3       | 20         | 15,7       |
|                            | 3. Apresentaram noções corretas    | 29         | 51,8       | 37         | 52,1       | 66         | 52         |
|                            | <b>Total</b>                       | <b>56</b>  | <b>100</b> | <b>71</b>  | <b>100</b> | <b>127</b> | <b>100</b> |
| <b>Total (três séries)</b> | 1. Não responderam                 | 68         | 40,7       | 71         | 31,6       | 139        | 35,4       |
|                            | 2. Apresentaram noções equivocadas | 47         | 28,2       | 56         | 24,8       | 103        | 26,3       |
|                            | 3. Apresentaram noções corretas    | 52         | 31,1       | 98         | 43,6       | 150        | 38,3       |
|                            | <b>Total</b>                       | <b>167</b> | <b>100</b> | <b>225</b> | <b>100</b> | <b>392</b> | <b>100</b> |

Fonte: dados de pesquisa (2017).

É interessante comparar os resultados obtidos por série. Entre os alunos do 1º e do 2º ano, os índices são parecidos: 32,8% e 32%, respectivamente. Quanto aos

textos dos participantes que cursavam o 3º ano do ensino médio, a proporção de redações que contemplaram uma definição acertada de violência doméstica e familiar é significativamente maior, alcançando 52%, como aponta a Tabela 1.

Verificou-se que os textos produzidos pelos alunos do 3º ano espelhavam-se no modelo de redação proposto pelo Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM. Nesse sentido, é relevante destacar que a professora de português vinha desenvolvendo preparação específica para o exame, incluindo debates em sala de aula. Daí a maior preocupação desses alunos não somente em escrever um texto bem elaborado, seguindo o roteiro proposto e respondendo à questão norteadora, mas também em realizar abordagens condizentes com o respeito aos direitos humanos, tal qual é usualmente solicitado pelo exame.

Comparando, ainda, os textos de homens e de mulheres, tanto os resultados por série, quanto o resultado geral, sofrem uma alteração. As redações de participantes do gênero feminino apresentaram, proporcionalmente, mais noções corretas do que é a violência doméstica e familiar, e menos redações que não continham resposta à questão proposta, conforme Tabela 1.

A hipótese é que as adolescentes se sentiram mais estimuladas a escrever sobre o tema, visto que, analisadas as redações em seu completo teor, notou-se que elas adotaram majoritariamente dois tipos de abordagens: ou se solidarizaram com as mulheres em situação de violência, e adotaram uma abordagem de verdadeira empatia em seus textos; ou se identificaram enquanto vítimas, dando um tom de desabafo ao texto. As redações dos participantes do gênero masculino, por sua vez, possuíam um caráter muito mais de condescendência do que de solidariedade ou empatia, e apenas 03 textos mencionaram experiências pessoais de violência, vividas ou presenciadas.

É importante mencionar que se adotou um critério objetivo para qualificar como equivocadas, ou corretas, as noções apresentadas pelos participantes. O parâmetro estabelecido foi a definição trazida pela própria Lei Maria da Penha, considerada como referencial, e inspirada na definição estabelecida pela Convenção de Belém do Pará (IPEA, 2014). A lei contempla, no artigo 5º, uma definição de violência doméstica e familiar, ressaltando, em seu artigo 7º, que a proteção legal não se restringe às vítimas de agressão física, mas também às vítimas de outras modalidades de violência: sexual, patrimonial, psicológica e moral (BRASIL, 2006).

Como o intuito da pesquisa era verificar o nível de conhecimento a respeito do conteúdo da Lei, optou-se por classificar como corretas as abordagens que

se aproximavam no disposto no texto legal, mesmo que não contemplassem, na integralidade, os aspectos ali destacados; e, como equivocadas, as abordagens que se distanciavam significativamente da definição legal. Buscou-se analisar a compreensão geral sobre o fenômeno, permitindo-se pequenas imprecisões nas respostas, como, por exemplo, relacionar a violência doméstica e familiar somente a abusos físicos e psicológicos, sem mencionar as demais formas de violência.

As noções equivocadas sobre o conceito de violência doméstica e familiar tratavam-se, principalmente, de identificá-la como abusos perpetrados pelos patrões contra empregadas domésticas. Outros mencionaram ser a violência que ocorre no local de trabalho; ou que se trata de qualquer violência cometida por um homem contra uma mulher; ou, ainda, relacionaram exclusivamente à violência conjugal. É o que se demonstra com os trechos a seguir:

A violência doméstica é uma coisa entre patrões e empregados, pois têm várias patroas que gostam de humilhar. (2º ano, feminino)

A violência doméstica tem em todo o Brasil. A violência é uma agressão contra a mulher, pelos homens. (3º ano, feminino).

Ressalta-se que, dentre os alunos que responderam à questão proposta, os participantes que não identificaram corretamente o que é a violência doméstica e familiar constituíram minoria, conforme apontado na Tabela 1. Contudo, é preocupante o número de alunos que apresentaram definições equivocadas, totalizando 103 adolescentes que demonstraram não ter uma compreensão razoável do que é a violência doméstica e familiar contra as mulheres.

Dentre os 253 alunos que responderam à questão norteadora, a maioria identificou corretamente, pelo menos, as características básicas da violência doméstica e familiar, muitos relacionando, ainda, que esse tipo de violência acomete não somente as mulheres, mas também as crianças e os próprios adolescentes. Cabe destacar que a violência doméstica e familiar contra idosos foi citada em apenas uma redação, embora esse grupo social também seja um grupo de risco, como lembra Waiselfisz (2015).

A violência foi majoritariamente relacionada à violência física e a agressões verbais (identificada como “violência verbal” ou como “violência psicológica” nos textos). Quanto à violência psicológica/verbal, foi predominante citados os xingamentos, gritos e insultos. Apenas três redações citaram todas as formas

de violência contemplados pela Lei Maria da Penha, quais sejam: física, sexual, moral, psicológica e patrimonial. A violência física foi mencionada em 43,0% dessas redações; a verbal, em 27,6%; a psicológica, em 15,0%; violência sexual, em 7,5%; a moral, em 6,2%; e a violência patrimonial foi citada em apenas duas das 253 redações.

Verificou-se, portanto, que os participantes relacionavam a violência a atos explícitos de agressão, verbal ou física, facilmente identificáveis como tal, conforme se nota nos trechos seguintes:

A violência doméstica e familiar contra as mulheres são agressões corporais e verbais. Muitos pensam que agressões verbais não são violência, mas elas podem ser até piores que agressões corporais. (2º ano, masculino)

Esse tipo de violência contra as mulheres normalmente acontece em casa, os maridos das mulheres agredem, maltratam, abusam delas como se não valessem anda. (1º ano, feminino)

Violência doméstica são maus tratos que a esposa recebe do marido, como apanhar, ouvir xingamentos, sem poder reagir. (1º ano, masculino)

Outros estudos apontaram resultados nesse mesmo sentido, indicando que, em geral, as pessoas tendem a identificar como violência as agressões mais explícitas (CÓRDOBA, 2006; IPEA, 2014; INSTITUTO AVON; DATA POPULAR, 2014).

Mais do que apontar o desconhecimento sobre a previsão legal das formas de violência contida na Lei Maria da Penha, a análise sistemática das redações indicou que muitos comportamentos abusivos não eram considerados violência pelos participantes, que os consideraram dentro da normalidade da rotina de uma família ou casal. Nesse sentido, foi recorrentemente citado, por participantes de ambos os gêneros, o ciúme como justificativa para atos de controle e vigilância dos homens sobre mulheres. Assim, ter acesso a senhas, redes sociais e aparelhos celulares, ou determinar o tipo de roupa que pode ser usada pela companheira, seria uma forma de zelo, e não de violência/controle.

É preciso destacar que esse processo de naturalização da violência e do controle dos corpos femininos está associado a uma cultura de violência que permeou todo o processo de formação da sociedade brasileira, e que ainda propaga a violência como método de resolução de conflitos (SEQUEIRA;

STELLA, 2012). Nesse sentido, a violência perpetrada por homens é especialmente tolerada, pois a agressividade é uma qualidade considerada inerente à masculinidade (RITT; CAGLIARI; COSTA, 2009; CARVALHO, 2015).

Devido às raízes patriarcais da sociedade brasileira, o poder familiar é comumente exercido pelo homem, que muitas vezes se vale da violência para confirmar sua autoridade frente ao resto do grupo. Desse modo, a violência doméstica e familiar não é apenas socialmente tolerada, como também incentivada, como forma de correção dos comportamentos desviantes – de birras infantis ao adultério feminino (RITT; CAGLIARI; COSTA, 2009; SEQUEIRA; STELLA, 2012).

Por outro lado, a idealização da família enquanto espaço de harmonia e de afeto, a inviolabilidade do lar, a sacralidade do casamento, dentre outras crenças popularmente difundidas, contribuiu para a naturalização da violência intrafamiliar e para a invisibilização do problema (RITT; CAGLIARI; COSTA; GUIMARÃES; PEDROZA, 2015). Isso porque geram um pacto de segredo sobre os acontecimentos domésticos, permitindo que a violência se agrave e se perpetue, inclusive intergeracionalmente (BONETTI; PINHEIRO; FERREIRA, 2008).

Ainda quanto às formas de violência, também foi bastante citada a violência sexual, mas apenas uma redação referiu-se a esse tipo de violência dentro de um relacionamento afetivo, enquanto todas as demais se referiram a abusos sexuais cometidos por desconhecidos da vítima. Pode-se deduzir que muitos participantes não vislumbravam que, no âmbito de um relacionamento afetivo também pode existir violência sexual. Os resultados apontam para uma “ideologia do direito masculino ao sexo” (OMS, 2012), ou seja, a crença, ainda impregnada no imaginário social de diversas culturas, de que relações sexuais fazem parte dos deveres conjugais assumidos pelas mulheres para satisfazer os homens, o que dificulta o combate a esse tipo de agressão (BONETTI; PINHEIRO; FERREIRA, 2008). Interessante destacar que resultado semelhante foi obtido pela pesquisa do Ipea (2014).

Ainda quanto à violência sexual, nenhuma redação fez menção a abusos sexuais cometidos por familiares ou frequentadores do ambiente doméstico. Os resultados obtidos corroboram que o tema abuso sexual é um tabu, e evidenciam a urgência da educação sexual nas escolas - principalmente considerando-se que as faixas etárias mais vulneráveis à violência sexual, no gênero feminino, são a infância e adolescência (WAISELFIZ, 2015).

Outrossim, salienta-se que a grande maioria das redações associou a figura do agressor a homens – pais, (ex) maridos, (ex) namorados, padrastos, irmãos. Embora eles sejam, de fato, os mais contumazes agressores quando se trata de violência doméstica e familiar contra as mulheres, conforme demonstra Waiselfisz (2015), não são os únicos a perpetrarem agressões. A violência também pode ser cometida por mulheres em detrimento de outras mulheres, e com motivação de gênero, havendo inclusive a possibilidade de medidas protetivas serem impostas às mulheres agressoras, com base na Lei Maria da Penha (DIAS, 2012).

Ainda a respeito dessa dualidade “homens x mulheres”, cabe uma reflexão quanto à questão dos relacionamentos homoafetivos, que não foram citados em nenhuma redação. A Lei Maria da Penha aplica-se a todas as mulheres vítimas de violência doméstica e familiar, independentemente de orientação sexual, conforme previsão legal expressa (BRASIL, 2006, artigo 5º, parágrafo único).

De forma geral, os resultados obtidos apontaram para um baixo nível de conhecimento dos participantes sobre o conteúdo da Lei Maria da Penha, bem como revelaram a naturalização de certos comportamentos violentos e a incompreensão, por parte de significativo número de participantes, do que é a violência doméstica e familiar. Esses resultados já eram esperados, corroborando nossa hipótese inicial, conforme se explica a seguir.

Os participantes eram alunos de uma escola pública estadual de Minas Gerais, e, nessa condição, não obtiveram qualquer tipo de formação específica sobre direitos humanos e temas afins, embora diversos documentos do campo da educação prevejam sua necessidade (IDDH *et al*, 2017; MELLO, 2010).

A própria Lei Maria da Penha prevê que sejam criadas políticas públicas visando coibir a violência doméstica e familiar contra as mulheres, tendo por diretrizes, dentre outras, “o destaque, nos currículos escolares de todos os níveis de ensino, para os conteúdos relativos aos direitos humanos, à equidade de gênero e de raça ou etnia e ao problema da violência doméstica e familiar contra a mulher” (BRASIL, 2006, artigo 8º, IX). Contudo, passados quinze anos da promulgação da Lei, o dispositivo não foi concretizado através de políticas públicas contundentes (IDDH *et al*, 2017).

Temas relacionados aos direitos humanos, como a violência contra as mulheres, não são estão presentes na prática escolar brasileira (IDDH *et al*, 2017). E, se os alunos não recebem formalmente esse tipo de conhecimento, a mídia é quem cumpre o papel de lhes informar a respeito (MELLO, 2010;



CARVALHO, 2015). Em boa parte das redações era muito perceptível a influência do discurso midiático – o que traz alguns problemas.

A mídia realiza uma abordagem superficial da violência, contribuindo para que certas práticas sejam naturalizadas (GUIMARÃES; PEDROZA, 2015; INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO, 2018), e romantiza relacionamentos abusivos e comportamentos passionais, perpetuando estereótipos de gênero que fomentam a violência (BLAY, 2003). Além disso, a questão de gênero geralmente é ignorada na cobertura de crimes cometidos contra mulheres, e é recorrente algum grau de culpabilização da vítima pela violência sofrida, bem como a legitimação da violência, a que a vítima teria dado causa (VIANNA, 2010; MIRANDA, 2017).

Assim, se, por um lado, a mídia parece contribuir positivamente ao dar visibilidade ao problema, por outro, é preciso questionar a qualidade da mensagem que é passada. Córdoba (2006), por exemplo, acredita que a abordagem midiática influencia na concepção de que a violência contra as mulheres é majoritariamente física, enquanto, na realidade, formas mais sutis de violência, como a psicológica, são mais comuns e se manifestam primeiramente em relações abusivas. A pesquisa do IPEA (2014), por sua vez, aponta que a maior cobertura da mídia sobre o problema parece ter atingido somente superficialmente a consciência coletiva, de modo que, embora as pessoas se mostrem contrárias a agressões explícitas, sobretudo física, preservam valores que justificam a violência (DIAS, 2012).

A análise das redações evidenciou que a violência doméstica e familiar contra as mulheres está muito próxima da realidade cotidiana de muitos dos adolescentes participantes, que nem sempre conseguem identificar a violência como tal. Nesse sentido, um texto, no qual a participante narra sua própria experiência, ilustra bem a questão.

Um exemplo de violência doméstica foi tipo o que aconteceu comigo. A minha mãe sempre me obrigou a fazer todas as tarefas de casa, como se fosse a “mãe” e ela a “filha” ... se eu não fizesse o que ela queria, ela me agredia fisicamente e verbalmente. Ela sempre respondia a mesma coisa quando eu perguntava ela, por que o meu irmão não fazia nada, e podia sair pra qualquer lugar que ele queria, ela sempre dizia que é porque ele é homem e eu sou mulher; isso fez com que eu entrasse em depressão várias vezes... [...] Eu por exemplo não sei se é crime o que minha mãe fazia comigo, por causa disso eu com 14 anos tive que me mudar para a casa do meu companheiro, para sair da vida na qual levava. (1º ano, feminino)

O baixo nível informacional pode colaborar para que mulheres não percebam seu relacionamento como abusivo, simplesmente porque não identificam como violência um certo comportamento (SEQUEIRA; STELLA, 2012; GUIMARÃES; PEDROZA, 2015). A falta de acesso à informação viola os próprios direitos humanos das mulheres em situação de violência, pois impedem o exercício pleno de sua cidadania, ao obstruir o seu acesso à Justiça (IDLO, 2013).

A realização de campanhas de conscientização e disseminação de informação, bem como a adoção da perspectiva de gênero na criação e implementação de políticas públicas educacionais, são ações que vêm sendo indicadas para combater a violência contra as mulheres, mostrando-se efetivas inclusive para promover a prevenção primária (OMS, 2012; UN WOMEN, 2015). A sensibilização da mídia, para que adote uma abordagem não-sexista e não-violenta ao tratar do tema, também se mostra eficaz e necessária (BLAY, 2003). Diante da gravidade do quadro brasileiro sobre a violência doméstica e familiar contra as mulheres, implementar tais políticas públicas é um dever urgente do Estado.

## CONCLUSÃO

A pretensão deste trabalho foi investigar qual a definição de adolescentes para o fenômeno da violência doméstica e familiar contra as mulheres. Embora os resultados obtidos nesta pesquisa não possam ser generalizados, em virtude da própria natureza qualitativa da pesquisa e das especificidades da amostra adotada, apontam-se aqui questões que podem fomentar uma agenda de pesquisas futuras.

De forma geral, os resultados obtidos revelaram a naturalização de comportamentos violentos e a incompreensão, por parte de significativo número de participantes, do que é a violência doméstica e familiar. Concluiu-se que o baixo nível de informação dos adolescentes a respeito do que é a violência doméstica e familiar contra as mulheres, bem como do conteúdo da Lei Maria da Penha, pode ser explicado pelo fato de que o currículo brasileiro não incorporou a discussão, sistemática e continuada, de temas relativos a direitos humanos, como a violência de gênero. Diante da inexistência de outras fontes de informação, a influência do discurso midiático sobre a percepção dos participantes se mostrou contundente, o que é problemático, uma vez que a mídia realiza uma abordagem superficial da violência, baseada em estereótipos de gênero.

O baixo nível informacional pode colaborar para que os indivíduos não percebam determinadas formas de relacionamento como abusivo, levando à naturalização e perpetuação da violência. Existe, ainda, a questão do acesso à justiça pelas mulheres em situação de violência, que é diretamente relacionada ao conhecimento de seus próprios direitos.

Por isso, faz-se necessário que o Estado brasileiro implemente políticas públicas educativas, que promovam o acesso à informação e o conhecimento sobre direitos humanos, a fim de erradicar a violência doméstica e familiar contra as mulheres. No mesmo sentido, a sensibilização da mídia, para que adote uma abordagem não-sexista e não-violenta ao tratar do tema, também se mostra medida urgente.

## REFERÊNCIAS

BANDEIRA, Lourdes Maria. Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 29, n. 2, p. 449-469, mai./ago. 2014.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Ed. rev e ampl. São Paulo: Edições 70, 2011.

BLAY, Eva Alterman. Violência contra a mulher e políticas públicas. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 87-98, set./dez. 2003.

BONETTI, Aline; PINHEIRO, Luana; FERREIRA, Pedro. Violência contra as mulheres e direitos humanos no Brasil: uma abordagem a partir do Ligue 180. In: XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 2008, Caxambu-MG. **Anais eletrônicos...** Disponível em: <http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/view/1740>. Acesso em: 28 mai. 2021.

BRASIL. **Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006**. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm). Acesso em: 28 mai. 2021.

CAMPOS, Carmen Hein de. A CPMI da violência contra a mulher e a implementação da lei Maria da Penha. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 519-531, mai. 2015.

CARVALHO, Maria Eulina P. de. Relações de gênero e violências na escola: da compreensão à superação. In: BRABO, Tânia Suely Antonelli Marcelino (Org.). **Mulheres, gênero e violência**. Marília: Oficina Universitária, São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015. Cap. 11. p. 225-246.

CÓRDOBA, Cristina Pintor *et al.* Violência doméstica contra la mujer: visión desde la adolescencia. **Revista Clínica de Medicina de Familia**, Albacete, Espanha, v. 1, n. 3, p.115-120, fev. 2006.

DIAS, Maria Berenice. **A Lei Maria da Penha na Justiça**: a efetividade da Lei 11.340/2006 de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher. 3. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012. 340 p.

FRANCO, Luis Rodríguez; LÓPEZ-CEPEIRO, Javier; DÍAZ, Francisco Javier Rodríguez. Violencia doméstica: una revisión bibliográfica y bibliométrica. **Psicothema**, Oviedo, Espanha, v. 21, n. 2, p. 248-254, 2009.

GUIMARÃES, Maisa Campos; PEDROZA, Regina Lucia Sucupira. Violência contra a mulher: problematizando definições teóricas, filosóficas e jurídicas. **Psicologia e Sociedade**, Belo Horizonte, v. 27, n. 2, p. 256-266, ago. 2015.

IDDH - INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO E DIREITOS HUMANOS *et al.* **Igualdade de Gênero na Educação e Liberdade de Expressão**: Brasil na Revisão Periódica Universal. 2017. Disponível em: [http://generoeducacao.org.br/wp-content/uploads/2016/12/ebook\\_Brasil\\_RPU.pdf](http://generoeducacao.org.br/wp-content/uploads/2016/12/ebook_Brasil_RPU.pdf). Acesso em: 28 mai. 2021.

IDLO - THE INTERNATIONAL DEVELOPMENT LAW ORGANIZATION. **Acessign justice**: models, strategies and best practices on women's empowerment. 2013. Disponível em: <http://www.idlo.int/publications/accessing-justice-models-strategies-and-best-practices-womens-empowerment>. Acesso em: 28 mai. 2021.

INSTITUTO AVON; DATA POPULAR. **Violência contra a mulher**: o jovem está ligado? 2014. Disponível em: [http://agenciapatriciagalvao.org.br/wp-content/uploads/2014/12/pesquisaAVON-violencia-jovens\\_versao02-12-2014.pdf](http://agenciapatriciagalvao.org.br/wp-content/uploads/2014/12/pesquisaAVON-violencia-jovens_versao02-12-2014.pdf). Acesso em: 28 mai. 2021.

IPEA - INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Sistema de Indicadores de Percepção Social**: Tolerância social à violência contra mulheres. 2014. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=244](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=244). Acesso em: 28 mai. 2021.

MELLO, Rodrigo Pontes de. **Violência de gênero e educação**: nas malhas e tramas discursivas de documentos de domínio público. 2010. 146 p. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade Federal de Pernambuco, Recife-PE.

MIRANDA, Cynthia Mara. Violência de gênero nos meios de comunicação: reflexões preliminares e desafios para superação. In: STEVENS, Cristina *et al.* (org.). **Mulheres e violências**: interseccionalidades. Brasília-DF: Technopolitik, 2017. E-book. p. 357-366. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2017/03/Mulheres-e-viol%C3%AAncias-interseccionalidades.pdf>. Acesso em: 21 mai. 2021.

OMS - ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Prevenção da violência sexual e da violência pelo parceiro íntimo contra a mulher:** ação e produção de evidência. 2012. 94 p. Disponível em: [http://apps.who.int/iris/bitstream/10665/44350/3/9789275716359\\_por.pdf?ua=1](http://apps.who.int/iris/bitstream/10665/44350/3/9789275716359_por.pdf?ua=1). Acesso em: 21 mai. 2021.

ONU MULHERES. **#Elesporelas:** Movimento ElesPorElas (HeForShe) de Solidariedade da ONU Mulheres pela Igualdade de Gênero – Visão Geral. 2015. Disponível em: [http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2015/03/ElesPorElas\\_visao\\_geral.pdf](http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2015/03/ElesPorElas_visao_geral.pdf). Acesso em: 21 mai. 2021.

PASINATO, Wânia. Oito anos de lei Maria da Penha. Entre avanços, obstáculos e desafios. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 23, n. 2, p. 533-545, mai. 2015.

RITT, Caroline Fockink; CAGLIARI, Cláudia Thaís Siqueira; COSTA, Marli Marlene da. **Violência contra a mulher compreendida como violência de gênero.** Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre Mulher e Gênero da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, p. 1-20, 2009.

SANTOS, Benedito Rodrigues dos; MORA, Gabriela Goulart; DEBIQUE, Flávio Antunes (coord.). **Empoderamento de meninas - Como iniciativas brasileiras estão ajudando a garantir a igualdade de gênero.** Brasília: INDICA, 2016. 100p. Disponível em: [https://www.unicef.org/brazil/pt/caderno\\_meninas\\_web.pdf](https://www.unicef.org/brazil/pt/caderno_meninas_web.pdf). Acesso em: 21 mai. 2021.

SEQUEIRA, Vânia Conselheiro; STELLA, Cláudia. Família e violência: resquícios da cultura patriarcal. *Emancipação*, Ponta Grossa, v. 12, n. 01, p. 71-86, 2012.

UN WOMEN. **A framework to underpin action to prevent violence against women.** 2015. 60 p. Disponível em: <http://www.unwomen.org/en/digital-library/publications/2015/11/prevention-framework>. Acesso em: 14 mai. 2018.

VIANNA, Cynthia Semíramis Machado. O caso Eloá: análise da abordagem de feminicídio na mídia. *In: Fazendo Gênero 9: Diásporas, Diversidades, Deslocamentos*, 2010, Florianópolis-SC. **Anais elettrônicos...** Disponível em: [http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278299010\\_ARQUIVO\\_semiramis-eloafeminicidio.pdf](http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278299010_ARQUIVO_semiramis-eloafeminicidio.pdf). Acesso em: 21 mai. 2021.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência 2012:** os novos padrões da violência homicida no Brasil. 1. ed. São Paulo: Instituto Sangari, 2011. 243 p. Disponível em: [https://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2012/mapa2012\\_web.pdf](https://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2012/mapa2012_web.pdf). Acesso em: 28 mai. 2021.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência 2015:** homicídios de mulheres no Brasil. 1. ed. Brasília-DF, 2015. 79 p. Disponível em: [http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia\\_2015\\_mulheres.pdf](http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/MapaViolencia_2015_mulheres.pdf). Acesso em: 21 mai. 2021.



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons – Atribuição Não-Comercial 4.0 Internacional.

## **VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR: ANÁLISE DE BOLETINS DE OCORRÊNCIA E INQUÉRITOS POLICIAIS EM DOURADOS-MS**

---

Sarah Pedrollo Machado  
Pamela Sataliano

**RESUMO:** Objetivou-se caracterizar a violência doméstica e familiar por meio de amostra por conveniência em documentos policiais da Delegacia de Atendimento à Mulher de Dourados-MS nos anos de 2017 e 2018, totalizando 265 registros. O agressor é o parceiro íntimo ou familiar e a ameaça é o abuso mais recorrente. Entre os motivos, o ciúme é o mais evidenciado. Observa-se que os índices de violência doméstica e familiar em região de fronteira são potencializados pelos fatores socioeconômicos que a envolvem. Este estudo aponta dados importantes sobre o tema e corroboram pesquisas realizadas na área.

**PALAVRAS-CHAVE:** Violência doméstica. Documentos policiais. Relações de gênero.

**ABSTRACT:** The objective was to characterize domestic and familiar violence through a convenience sample in police documents of the Police Station of Assistance to Women in Dourados-MS in the years 2017 and 2018, totaling 265 records. The aggressor is the intimate partner or family member and the threat is the most recurrent abuse. Among the reasons, jealousy is the most presented. It is observed that the indices of domestic and family violence in the border region are enhanced by the socioeconomic factors that involve it. This study points out important data on the subject and corroborates research conducted in the area.

**KEYWORDS:** Domestic violence. Police documents. Gender relations.

### **INTRODUÇÃO**

A violência contra as mulheres é considerada um problema de saúde pública e direitos humanos, um fenômeno social complexo que se encontra em diversas culturas e classes sociais. Dentre suas formas, a que ocorre entre pessoas de mesma consanguinidade ou entre parceiros íntimos, dentro ou fora

do ambiente doméstico, chamada violência doméstica (SILVA; COELHO; NJAINE, 2014). Essa é umas das formas mais comuns de violência contra as mulheres, que se encontram envolvidas emocionalmente com os agressores, muitas vezes dependendo economicamente dos mesmos (MOURA *et al.*, 2013). Dados comprovam a magnitude desse fenômeno. Mulheres entre 15 e 44 anos correm maior risco de estupro e violência doméstica do que sofrerem acidentes ou contraírem câncer (ACOSTA; GOMES; BARLEM, 2013).

No Brasil, a violência conjugal e familiar é debatida pelos movimentos feministas desde a década de 1970 (NICHNIG, 2016). Wolff, Zandoná e Mello (2019) compreendem que o feminismo é além de um movimento social organizado, mas uma crítica social e cultural que problematiza as hierarquias de gênero, e ainda, tem comprometimento com as questões de classe, raça e as regionais.

Para historicizar os movimentos feministas e mostrar como o enfrentamento às violências já faziam parte da agenda feminista da segunda onda no Brasil – lançada em 1975, no Ano Internacional da Mulher declarado pela ONU (SARTI, 2004), é importante lembrar que esses movimentos já denunciavam que as práticas de violência eram comuns em todas as classes sociais e que, a partir disso, as formas de violência familiar foram inseridas na Constituição de 1988, em um artigo que trata sobre a coibição da violência no âmbito familiar (NICHNIG, 2016).

O surgimento da expressão “Violência contra a mulher” se deu ainda na época da ditadura militar, na década de 1980, resultado dos movimentos feministas que se empenharam em começar a denunciar casos de violências cometidas contra mulheres em seus próprios lares. Essa luta se iniciou em busca do alcance de direitos para as mulheres em situação de violência, a fim de que, medidas jurídicas e políticas públicas comesçassem a respaldar essas mulheres (BANDEIRA, 2009).

Na década de 1990 o movimento social começa a perder força, porém algumas teóricas continuaram se dedicando à temática (MELLO, 2019). Em 1996, a academia cede espaço para um evento político que debatia a tortura durante a ditadura militar no Brasil. Nesse evento, discutiu sobre a mulher como vítima de uma violência específica e símbolo da resistência à ditadura, por meio de depoimentos de mulheres que atestaram sofrer violências com base no que se identifica ser mulher na sociedade (SARTI, 2004).

Os movimentos feministas não se isentaram em nenhum debate mundial e a articulação interna foi extremamente importante para definir e traçar lutas contra o déficit histórico que coloca as mulheres em atraso perante a justiça e direitos no Brasil, como marco para esse processo, pode-se usar como exemplo a implementação da Constituição de 1988, que contribuiu para o reconhecimento formal de direitos e cidadania às mulheres (PASINATO, 2015).

A primeira reação do Estado em relação às demandas das mulheres foi a criação da primeira Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM), em 1985, em São Paulo, gerando impactos positivos dentre a parcela menos favorecida da população (BANDEIRA, 2009), que são consideradas até hoje uma inovação institucional brasileira na área de violência contra mulher, gerando repercussão em outros países da América Latina (MORAES; RIBEIRO, 2012).

As DEAMs criaram um formato próprio de atendimento, o que gerou uma diminuição no receio que muitas mulheres tinham de ir até a polícia e, nesse momento, as mulheres passam a se reconhecer enquanto vítimas construindo novos discursos e subjetividades pautados nesse momento que elas vivem (MORAES; RIBEIRO, 2012). Esse formato de atendimento e assistência possibilita escuta e olhar distintos do parâmetro masculino sobre o que é violência, sendo que o ideal é que essas delegacias sejam compostas totalmente por mulheres em todo o atendimento, devendo se contrapor a delegacias comuns (BANDEIRA, 2014).

Depois do processo de enfraquecimento dos movimentos sociais das mulheres, em meados da década de 2010 as pautas voltam com força, porém a ascendência dos movimentos feministas ocorrer junto ao aumento de conservadorismos e fundamentalismos religiosos, que tendem a demarcar a naturalização da opressão às mulheres (MELLO, 2019).

Nas DEAMs, por mais que a Lei Maria da Penha (LMP) determine que sejam realizados treinamentos, formações e preparações para o atendimento às vítimas de violência, existe uma desmotivação e/ou falta de formação específica para o atendimento especializado, fazendo com que muitas vezes, as mulheres que buscam o atendimento por violência doméstica ou familiar sofrida, passem por mais uma forma de violência, a violência institucional. Em que, frente à incapacidade técnica, o despreparo dos agentes dos sistemas de segurança faz com que essas mulheres desistam de registrar a ocorrência (NICHNIG, 2016).



Bandeira (2014) pontua ainda que o descaso e desinteresse dos agentes responsáveis pelos registros gerava desestímulo a novas denúncias, levando em conta que as mulheres além de terem sido agredidas, eram levadas a constrangimentos e humilhações. Utilizando da prerrogativa que essas situações eram da esfera privada, sendo que o Estado intervivia minimamente, deixando essas mulheres também com seus direitos minimamente protegidos, enquanto os agressores gozavam de sua liberdade e impunidade, encontrando muitas vezes no policial, um aliado.

Com caráter preventivo e repressivo, as DEAMs visam cumprir ações de prevenção, apuração, investigação e enquadramento legal, pautando-se no respeito aos direitos humanos, pelos princípios do Estado Democrático de Direito e da LMP, a qual motivou a qualificação dos profissionais que atuam nas DEAMs e em todos os centros de referência para a violência contra as mulheres, as delegacias ainda passam a desempenhar novas funções, como, a expedição de medidas protetivas de urgência ao juiz com prazo de 48 horas (MOURA *et al.*, 2013).

Em 20 de agosto de 1998, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos recebeu uma denúncia apresentada por Maria da Penha Maia Fernandes baseada na competência dos artigos 44 e 46 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos e o artigo 12 da Convenção de Belém do Pará. A denúncia alega tolerância por parte do Estado para com a violência cometida contra Maria da Penha por seu então esposo Marco Antônio Heredia Viveiros em seu domicílio na cidade de Fortaleza, Ceará, durante os anos de convivência, que culminou em tentativa de homicídio e novas agressões entre maio e junho de 1983 (CIDH, 2001).

Em decorrência de uma tentativa de homicídio por parte de seu marido, que atirou em suas costas, Maria da Penha sofre de paraplegia irreversível e outras enfermidades (SOUZA; BARACHO, 2015). A tolerância é denunciada pelo fato de o Estado não ter tomado as medidas necessárias por mais de 15 anos que processassem e punissem o agressor, mesmo diante das denúncias realizadas.

A Comissão analisa e considera que a denúncia é admissível em conformidade com a Convenção Americana e com a Convenção de Belém do Pará. A Comissão conclui que o Estado violou, em prejuízo de Maria da Penha, os direitos de garantia judicial e a proteção judicial asseguradas pela Convenção Americana, que tem a obrigação de garantir os direitos, bem como previsto na Convenção de Belém do Pará (CIDH, 2001).

Conclui ainda que tal negligência com a violência doméstica contra mulheres no Brasil se dá por ineficácia da ação judicial. Recomenda-se que o Estado realize investigação imparcial até que se determine a responsabilidade penal do autor por tentativa de homicídio em prejuízo de Maria da Penha, também se recomenda a reparação da vítima e a adoção de medidas, no âmbito nacional, para eliminar a tolerância do Estado frente à violência doméstica contra mulheres (CIDH, 2001).

Mesmo com determinação constitucional para a criação de legislação específica para coibir a violência familiar, a lei somente foi promulgada quando o Estado foi punido pelo caso de Maria da Penha, que recorreu às cortes internacionais de Direitos Humanos, porém por mais que a lei tenha sido sancionada por meio de uma punição, não se pode desconsiderar o caminho percorrido pela militância e movimentos sociais para concretização dessa conquista (NICHNIG, 2016).

As mudanças legislativas têm seus avanços registrados com mais notoriedade a partir da década de 1990, por meio de duas grandes convenções internacionais sobre os direitos das mulheres, a Conferência para a eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres – CEDAW (1979) e a Convenção interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher – Convenção de Belém do Pará (1994) (PASINATO, 2015).

A partir dos anos 2000, a luta pela democratização dos direitos das mulheres se intensificou e impulsionou a criação da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, a qual se efetivou em 2003 e teve importância na nova legislação destinada a erradicar a violência contra as mulheres (BANDEIRA, 2009). Cabe ressaltar o importante papel que representou a deputada Jandira Feghali, relatora do projeto de lei, e constatar que a aprovação do Projeto de Lei (PL) foi fruto de uma luta histórica dos movimentos feministas.

Aprovado em 22 de março de 2006, o PL n. 4.559/04 obteve 106 votos a favor e um contra, quando em sete de agosto de 2006 foi sancionada pelo então presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva (SOUZA; BARACHO, 2015).

Cerqueira *et al.* (2015, p. 08) argumentam que até a promulgação da Lei Maria da Penha (Lei no 11.340/2006), os casos de violência doméstica eram submetidos à Lei 9.099/1995, julgadas “como crimes de menor potencial ofensivo, em que nenhuma medida protetiva era oferecida à vítima, ao passo

que nos poucos casos em que o perpetrador era condenado, sua pena se reduzia ao pagamento de cestas básicas.”

Calazans e Cortes (2011) lembram que em,

1997 foi sancionada a Lei 9.520, revogando o artigo 35 do Código de Processo Penal que estabelecia que a mulher casada não podia exercer o direito de queixa sem consentimento do marido, salvo quando estivesse dele separada ou quando a queixa fosse contra ele, podendo o juiz suprir o consentimento caso o marido se recusasse a fazê-lo. O assédio sexual, após intensas discussões, foi incluído no Código Penal pela Lei 10.224/2001. (Calazans Cortes, 2011, p. 38).

Pasinato (2015) aponta que os avanços em relação à situação das mulheres são visíveis e apontados por indicadores sociais, não obstante, ainda existe um abismo que separa os direitos formais dos direitos de fato. Conforme apontam Moura *et al.* (2013), as ações desenvolvidas na década de 80 e 90 criaram condições para a criação da Lei N° 11.340 (Lei Maria da Penha) que:

Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. (BRASIL, 2006, p. 1).

Essa lei assegura a todas as mulheres brasileiras, independente de classe, raça, etnia, orientação sexual, renda, cultura, escolarização, idade e religião, para que gozem de seus direitos fundamentais à pessoa humana, em que possam viver livres da violência, preservar sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual e social (BRASIL, 2006).

A lei atribui ao poder público assegurar às mulheres todas as condições dignas do direito à vida e todas as políticas públicas necessárias para garantir que esses direitos humanos sejam afirmados, e que cabe à família, à sociedade, ao poder público, propor condições favoráveis para efetivar os direitos enunciados na lei (BRASIL, 2006).

Cabe aqui reforçar que o diferencial da LMP são as medidas protetivas de urgência, com prazo de até 48 horas para que o juiz tome conhecimento

do pedido e decida sobre as medidas de segurança, aumentam-se as chances de assegurar a vida das mulheres. Dada a medida protetiva de urgência, o juiz pode aplicar em conjunto ou separadamente as seguintes medidas:

- I – Suspensão da posse ou restrição do porte de armas, com comunicação ao órgão competente, nos termos da *Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003*;
- II - afastamento do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida;
- III - proibição de determinadas condutas, entre as quais:
  - a) aproximação da ofendida, de seus familiares e das testemunhas, fixando o limite mínimo de distância entre estes e o agressor;
  - b) contato com a ofendida, seus familiares e testemunhas por qualquer meio de comunicação;
  - c) frequência de determinados lugares a fim de preservar a integridade física e psicológica da ofendida;
- IV - restrição ou suspensão de visitas aos dependentes menores, ouvida a equipe de atendimento multidisciplinar ou serviço similar;
- V - prestação de alimentos provisionais ou provisórios. (BRASIL, 2006, p. 7).

As medidas previstas na LMP abordam o enfrentamento da violência doméstica e familiar de forma geral, promovendo a prevenção por meio de campanhas e conscientização sobre o rompimento de padrões de relacionamentos entre homens e mulheres com o objetivo de alcançar a igualdade de gênero, intervindo com punição para os agentes responsáveis pelos crimes de violência doméstica, e protegendo os direitos das mulheres possibilitando o acesso à assistência e aos seus direitos (BRASIL, 2006).

Após a promulgação da Lei Maria da Penha, foi sancionada a Lei nº 13.104/2015 (BRASIL, 2015) que incluiu o feminicídio como qualificadora do crime de homicídio, caracterizado pelo ódio contra as mulheres por circunstâncias específicas, que envolvam o cenário doméstico. E mais recentemente, caracterizando mais uma conquista para a criminização da violência contra a mulher, foi o advento da Lei nº 14.188, de 28 de julho de 2021 (BRASIL, 2021), que incluiu no Decreto Lei nº 2848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal) o crime de violência psicológica contra a mulher. Esta norma insere à LMP o critério de existência de risco à integridade psicológica da

mulher como um dos motivos para que o juiz ou delegado afaste o agressor do local de convivência da vítima. Anteriormente, isso só era realizado em caso de risco à integridade da vítima.

Dados do Observatório da Mulher contra a Violência (OMV) (2020), divulgam que os Serviços Especializados de Atendimento à Mulher são serviços que atendem, exclusivamente, as mulheres e que possuem qualificação na temática da violência. Dentre esses serviços, encontram-se os Centros Especializados de Atendimento à Mulher (CEAMs), centros de referência em atendimento/acolhimento psicológico e social, orientação e encaminhamento jurídico à mulher que se encontra em situação de violência; a Casa da Mulher Brasileira (CMB), integrando serviços de acolhimento e triagem, apoio psicossocial, delegacia, juizado, ministério público, defensoria pública, promoção de autonomia econômica, cuidado das crianças, alojamento de passagem e central de transportes; bem como, Núcleos ou Postos de Atendimento à Mulher, espaços nas delegacias comuns específicos para o atendimento às mulheres, em cidades que não possuem as DEAMs.

Ressalta-se que a CMB está presente em poucas capitais brasileiras, e a cidade de Campo Grande-MS está entre elas, considerando os números elevados de violência contra a mulher no estado. Por meio do levantamento realizado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2019), observou-se que o estado de Mato Grosso do Sul concentra a maior taxa, por 100 mil habitantes, de estupro do país, e a 7ª colocação em termos de violência doméstica e familiar. O estado ocupa a 2ª posição no ranking tratando-se de crimes violentos letais intencionais contra mulheres, entre homicídios e feminicídios.

O estado conta ainda com o Programa Mãos emPENHAdas Contra a Violência. Promovido pelo Poder Judiciário de MS, por meio da Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar e da 3ª Vara da Violência Doméstica e Familiar de Campo Grande. A proposta consiste em realizar atividades em prol da mulher e contra toda forma de violência; a iniciativa tem a parceria com salões de beleza de Campo Grande, com a intenção de multiplicar informações sobre as formas de violência doméstica e familiar contra as mulheres (OMV, 2020).

O projeto realiza ainda capacitação com novos colaboradores, pois objetiva ser ampliado para 100% da cidade e implantado no interior do estado, acreditando-se que essa ação pode contribuir grandemente para a mudança cultural da sociedade em relação à violência doméstica e familiar.

O estado de Mato Grosso do Sul, encontra-se na região centro-oeste do país, em região de fronteira do Brasil com a Bolívia e o Paraguai, onde está localizado o município de Dourados. Segundo o censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, em 2010 a população era de 196.035 pessoas, enquanto para 2019 a estimativa era de 222.949 pessoas, configurando-se como a segunda cidade mais populosa do estado. A zona de fronteira entre Brasil e Paraguai abriga importantes atividades agropecuárias, o que destaca a economia local como basicamente agroindustrial (PREUSSLER; CORRÊA, 2018), e a cidade de Dourados está entre os 12 municípios do estado que fazem parte do grupo dos 100 maiores produtores agropecuários do país.

De acordo com a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPMI) da Violência Contra a Mulher em Mato Grosso do Sul (2012), a industrialização é incipiente no estado e a agricultura avança suas atividades extremamente predadoras, tanto ao meio quanto às pessoas. Tem aumentado as atividades com usinas sucroalcooleiras e produção de eucalipto, e nos municípios em que tem a presença dessas atividades os índices de violência contra as mulheres se mostram mais elevados. O cenário presente reverbera a cultura do patriarcado, em que os homens se consideram “donos” das mulheres e sob o poder de vida e morte sobre elas.

Para enfrentar a violência contra a mulher é fundamental a manutenção e ampliação das redes de apoio às mulheres, previstos na Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006) viabilizando toda a assistência e suporte que possibilitem alternativas de existência para essas mulheres violentadas. As redes de atendimento têm o importante papel na prevenção da violência contra a mulher, dando um apoio integral desde o direito ao sistema de justiça até ao sistema de saúde.

A busca dos movimentos feministas é fiscalizar os aparelhos de controle da violência contra a mulher, pressionando o combate. Com isso, as DEAMs viraram objeto de estudo da sociedade e pesquisadoras, seja pra registrarem experiências ou para interferir nas políticas públicas. Os grupos de mulheres articuladas e de estudiosos da área que formaram a área dos estudos de desigualdade de gênero, o que possibilitou que mudasse os aparatos e serviços públicos (BANDEIRA, 2014).

A Delegacia da Mulher é a porta de entrada para os relatos de violência doméstica, portanto, as denúncias documentadas em boletins de ocorrência e

inquéritos policiais são dados oficiais dessa realidade. Estes podem representar uma fonte segura sobre um fenômeno ainda silenciado (SILVA *et al.*, 2014).

Frente à necessidade de aprofundar os estudos sobre a violência doméstica e visando contribuir para a construção de novas políticas de enfrentamento a este fenômeno social (SILVA *et al.*, 2014) por meio de dados e estatísticas, buscou-se com a pesquisa realizar uma análise dos boletins de ocorrência e inquéritos instaurados na Delegacia de Atendimento à Mulher (DAM) de Dourados-MS.

A sede da DAM de Dourados foi criada no dia 7 de agosto de 2017, data em que a LMP completou 11 anos de sanção. Localiza-se desde então em região populosa da cidade, próxima ao Bairro Água Boa e Jardim Santo André, que juntos somam, aproximadamente, 52 mil habitantes. Não obstante, a primeira Delegacia da Mulher de Dourados foi criada em 1986, na época denominada como UPAM – Unidade Policial de Atendimento à mulher. No ano de 1987, foi oficialmente criada a Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (LANGE, 2004). Antes de obter a sua sede própria em 2017, a DAM funcionava em local alugado e adaptado.

Dados da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública do Mato Grosso do Sul (2019) dispõem o número de ocorrências relacionadas à violência doméstica contra as mulheres, em 2017 foram contabilizados 6108 registros e, em 2018 foram registradas 5823 ocorrências.

O presente manuscrito objetiva caracterizar a violência contra as mulheres, bem como, analisar os tipos de violência e suas motivações, no município de Dourados-MS, nos anos de 2017 e 2018.

## MÉTODOS

Para compreender a realidade social por meio da análise de documentos existentes, foram extraídos reflexos da fonte original, além de contextualizar os fatos. É esperado que o documento seja algo objetivo, neutro e que comprove fatos e acontecimentos, todavia como produto da sociedade, os documentos manifestam a força de quem detêm o poder. Não são, portanto, produções neutras, traduzem a leitura e interpretação do vivido por determinado grupo de pessoas (SILVA *et al.*, 2009). Entretanto, as vantagens de utilizar esse método consiste no baixo custo e na fonte fixa de informações, pois não altera o ambiente ou sujeitos (SOUZA; KANTORSKI; LUIS, 2011).

Com a autorização formalizada para realizar a pesquisa na delegacia, foi corporificada a coleta de dados em Boletins de Ocorrência (BO) e inquéritos policiais (IP) registrados em 2017 e 2018. É necessário que haja tal formalização para a coleta de dados na instituição, com a intenção de arazoar os objetivos da pesquisa e facilitar o alcance ao material para coleta.

Foi coletada uma amostra por conveniência, amostra que consiste em selecionar uma parcela de dados mais acessíveis, dos boletins de ocorrência e inquéritos disponíveis fisicamente na delegacia, em formato de planilha previamente construída pela pesquisadora com os seguintes dados a serem coletados: data e horário de registro, data e horário em que ocorreu o fato, bairro da comunicante, grau de relação entre a vítima e o autor, idade e profissão da vítima, idade e profissão do autor, tipo de violência cometida dentro do crime de violência doméstica, regulado pela LMP N° 11.340/06, antecedentes do agressor, local do evento, estado emocional do autor, motivo, confissão e breve descrição do caso relatado pela mulher.

Foram constituídas amostras dos anos de 2017 e 2018 pelo fato dos registros destes anos estarem disponíveis fisicamente na delegacia. Os registros de outros anos já estavam no formato digital, o que dificultou o acesso, uma vez que, uma pessoa responsável na delegacia precisava baixar os arquivos e nem sempre estava disponível nos dias estabelecidos pela pesquisadora para a coleta, ou ainda, a velocidade da internet não favorecia o download dos arquivos.

Referente a 2017 foram coletadas informações de 119 inquéritos, enquanto que, do ano de 2018 foram coletados dados de 146 inquéritos, perfazendo um total de 265 inquéritos físicos da DAM de Dourados. Portanto, a amostra foi composta por, aproximadamente, 10 a 12 documentos mensais.

Os dados foram analisados à luz da técnica da análise de conteúdo, em que a partir de uma abordagem qualitativa, com esta técnica, para além da informação expressa no documento, buscou-se interpretar e descrever o conteúdo das mensagens (SILVA *et al.*, 2009).

A análise de conteúdo temática proposta por Bardin (2016) consiste na sistematização do conteúdo das mensagens e indicadores que permitam inferir conhecimentos relativos às condições de produção destas mensagens, se dividindo basicamente em três etapas:

A **pré-análise**, fase da organização propriamente dita, de constituição dos materiais. Essa primeira fase se divide em três partes: escolha dos documentos



a serem analisados, formulação das hipóteses e/ou objetivos, e elaboração de indicadores que fundamentam a discussão. Nas atividades da pré-análise, encontra-se a atividade de leitura “flutuante”, em que se estabelece contatos com os documentos a serem analisados.

Após isso, a fase da **exploração do material**, consiste em codificar, decompor ou enumerar as mensagens, em função de regras previamente formuladas, para que possa atingir uma representação do conteúdo.

E, por fim, o **tratamento dos resultados obtidos e interpretação**, fase em que operações estatísticas simples permitem estabelecer quadros de resultados, diagramas e figuras, que esquematizam as informações resultantes da análise (BARDIN, 2016).

Os dados são apresentados por meio de categorias que norteiam a discussão. Os dados sociodemográficos estão dispostos categoricamente, dentre eles são analisados: idade das vítimas e agressores, classe social, escolarização, profissão, bairro e estado civil. Discute-se ainda, as relações entre esses dados e violência doméstica e familiar contra a mulher, a partir dos referenciais teóricos.

Além disso, são discutidos os tipos de violência registrados, isolados e associados. Bem como, os precedentes dos agressores e fatores motivadores para a violência, a partir dos dados documentados pela DAM.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Dados fornecidos pela DAM, por meio dos registros de boletins de ocorrência e inquéritos policiais na DAM informam que no ano de 2017 a delegacia registrou um total de 1008 boletins de ocorrência, mas que, somados aos boletins referentes à violência contra as mulheres, registrados na Primeira Delegacia de Polícia de Dourados – DEPAC perfizeram um total de 1676 registros, sendo 1423 de violência doméstica e 253 de estupro e outros, 1590 tiveram inquéritos instaurados e 772 mulheres obtiveram a medida protetiva.

No ano de 2018 foram realizados 882 registros de boletins de ocorrência na DAM, mas somados aos registros feitos na DEPAC resultam em 1584 boletins de ocorrência, enquanto desse total, 1384 foram de violência doméstica e 200 de estupro e outros, 1463 tiveram inquéritos instaurados e 842 mulheres obtiveram a medida protetiva. Os registros de violência doméstica e de estupro são diferenciados no momento do registro na delegacia, por isso o presente estudo faz a separação entre os crimes. De acordo com o Fórum Brasileiro de

Segurança Pública (2019), o estado de Mato Grosso do Sul encontra-se em 7º lugar no ranking de violência doméstica, com taxa por 100 mil habitantes.

Os números revelam que as denunciante possuem idade entre 14 e 80 anos, enquanto para os agressores a faixa etária compreende entre 18 e 76 anos (Tabela 1).

**TABELA 1: IDADE DAS VÍTIMAS E AGRESSORES**

| Idade       | Mínima | Máxima | Média |
|-------------|--------|--------|-------|
| Denunciante | 14     | 80     | 32,58 |
| Agressor    | 18     | 76     | 34,39 |

Fonte: Do autor.

Os dados sobre a idade das denunciante vão ao encontro com outros estudos realizados, Silva *et al.* (2014) pontuam prevalência de mulheres com faixa etária entre 19 e 34 anos. Sousa, Nogueira e Gradim (2013) em sua análise de boletins de ocorrência apontam a idade média das denunciante sendo de 33 anos.

Os documentos não informam a escolarização dos envolvidos, mas por meio da ocupação profissional, é possível inferir quantos possuem nível de instrução superior, segue os dados descritos na Tabela 2.

**TABELA 2: OCUPAÇÃO PROFISSIONAL DAS VÍTIMAS E AGRESSORES**

| Ocupação Profissional                     | Vítima | Agressor |
|-------------------------------------------|--------|----------|
| Profissões que não exigem ensino superior | 44,15% | 68,4%    |
| Profissão do lar                          | 25,3%  | 0,4%     |
| Estudante                                 | 21,5%  | 15,4%    |
| Profissões que requerem ensino superior   | 5,3%   | 1,5%     |
| Não informado                             | 3,8%   | 14,3%    |

Fonte: Do autor.

A maioria das mulheres que trabalha possui profissão que não exige ensino superior. Dentre elas incluiu-se: empregadas domésticas, auxiliares de serviços gerais, manicures, cabeleireiras, comerciantes, assistente administrativo, dentre outras; 25,3% informaram serem do lar; 21,5% se declararam estudantes, enquanto uma parcela mínima (5,3%) declarou atuar em profissões que requerem ensino superior, sendo elas: professoras de nível básico e ensino

superior, advogadas, enfermeiras, esteticistas, dentistas e farmacêuticas. Entre os agressores, a maioria informou possuir profissões que não exigem nível superior, incluindo: pedreiros, auxiliares de serviços gerais, dentre outros; 15,4% deles foram declarados pelas vítimas como estudantes e apenas 1,5% possuíam profissões que exigem ensino superior, sendo elas: engenheiros agrônomos, engenheiros civis e professores.

Os dados mostram que o nível de instrução entre as mulheres aparece com maior influência do que entre os homens, corroborando com estudo mais recente realizado pelo IBGE (2019) sobre indicadores sociais, afirmando que em 2018, a taxa das mulheres com ensino superior completo era 2,6 vezes maior que a das mulheres sem instrução. Enquanto para os homens essa taxa era 1,5 vez maior que a dos menos escolarizados.

Se por um lado, o nível de instrução é uma das características mais decisivas na inserção no mercado de trabalho, nesse mesmo ano as mulheres permaneceram aquém à dos homens, 52,9% e 72%, respectivamente, mostrando que a maior escolaridade das mulheres não é o suficiente para terem força no mercado de trabalho maior que a dos homens (IBGE, 2019).

O presente estudo evidencia que aproximadamente metade (46,8%) das mulheres não possui emprego/renda fixa, enquanto para os homens esse número é bem inferior (15,8%). Segundo o IBGE (2018) a taxa de desocupação entre homens e mulheres no ano de 2017 é discrepante em 6,6 pontos percentuais. Piosiadlo, Fonseca e Gessner (2014) apontam que as desigualdades sociais entre os sexos acabam por perpetuar a subalternidade feminina, colocando a mulher ainda mais vulnerável à violência doméstica e intrafamiliar. As mulheres lutam para a inserção no mercado de trabalho, se profissionalizando mais e possuindo menos filhos, mas ainda assim, estão menos inseridas no trabalho remunerado que os homens, e permanecem com uma taxa de desocupação maior que a dos homens, além de serem pior remuneradas do que eles quando empregadas.

A divisão das tarefas por gênero vem sendo discutida por teóricas feministas desde a década de 1980 como a divisão sexual do trabalho. Essa noção evidencia a dicotomia público/masculino e privado/feminino que impede mulheres de sua autonomia financeira, indicando que a socialização nessa divisão de funções é ensinada, e não natural (MELLO, 2019).

A diferença é expressiva, enquanto 80% dos brasileiros com renda superior a 20 salários mínimos são do sexo masculino e as mulheres têm o dobro de participação entre as pessoas sem renda no país, o que acaba por continuar

mantendo a relação entre as mulheres e a pobreza. Voltando-se ao propulsor socioeconômico do estado, o agronegócio, observou-se na ocupação profissional de denunciante e agressores um percentual de 5,3% dos homens declarados trabalhavam no ramo, porém ao tratar das mulheres esse número é quase inexistente, com 0,7% dos registros.

Considerando o sistema patriarcal de gênero, a sociedade estimula o desenvolvimento do homem, diferentemente da mulher, com isso os homens são colocados em condição de provedores das necessidades familiares, aquele que representa a força como um dos fatores de maior virilidade masculina, e quando colocados em situação de desemprego, esses homens sofrem e são tomados por um sentimento de impotência, o que acaba por gerar violência e impotência sexual (SAFFIOTI, 2015).

Conforme a tabela de ocupação profissional das denunciante e agressores observou-se que a grande maioria dos casos registrados parte de mulheres de classes sociais baixas, salvo pequenas exceções que partem de mulheres pertencentes a uma chamada classe média brasileira. Saffioti (2015) utiliza a expressão “cultura do pobre” e aponta que a violência que acomete as mulheres, seja em formato de estupro, espancamentos e outras formas acontecem somente em camadas populares, porque nas camadas sociais mais altas há uma forma de cumplicidade entre as famílias que prezam pelo sigilo em torno dos fatos. Em contraponto, é preciso ponderar que mulheres de classes mais abastadas têm outras formas de resolver seus problemas, como colocar filhos em creches, pagar babás e reparar seus problemas de maneiras distintas, enquanto mulheres de classes menos desfavorecidas, muitas vezes, têm somente o Estado para recorrer (NICHNIG, 2016).

Atribuir às camadas populares a cultura violenta é apenas uma forma de preconceito, tendo em vista que a violência de gênero, nas modalidades de violência doméstica e intrafamiliar, não impõe barreiras de classes sociais, nível de instrução, renda, cultura, dentre outras. O que se pode observar é que pobreza tem um peso significativo na existência humana, portanto, pessoas oriundas de camadas mais populares estão expostas a situações que podem desencadear a violência, como a miséria e situações de estresse corriqueiras. Porém, cabe aqui pontuar, que existem formas de violência somente possíveis entre os ricos, em ameaça constante em relação ao dinheiro, que faz com que muitas mulheres se sujeitem às situações de violência (SAFFIOTI, 2015).

A partir dos documentos analisados, observou-se que o bairro com o maior número de registros foi o Jardim Água Boa (25), bairro localizado próximo

à DAM, configurando 9,4% de todos os registros. Em segundo lugar em número de registros fica a Vila Cachoeirinha (9). O Jardim Novo Horizonte foi comunicado em oito registros e o Jardim Rasslem sete registros. Os demais bairros informados pelas denunciante aparecem variando de um a cinco casos, incluindo bairros centrais e de classes sociais mais altas. Esses dados demonstram que a violência doméstica contra as mulheres perpassa classes sociais e está presente em todas as regiões da cidade, do centro à periferia.

As agressões, no geral, partem de homens do convívio dessas mulheres. Compreendida pela violência de gênero, a violência familiar acontece dentro do meio familiar, seja por consanguinidade ou afinidade, podendo acontecer dentro ou fora do domicílio, sendo mais frequente no interior do mesmo. A violência doméstica atinge também pessoas que não fazem parte no meio familiar, mas que estão inseridas no domicílio (SAFFIOTI, 2015). A Tabela 3 mostra qual a relação das denunciante com os agressores.

**TABELA 3: RELAÇÃO DAS DENUNCIANTES COM OS AGRESSORES**

| Agressor                                    | N   | %     |
|---------------------------------------------|-----|-------|
| Ex-conviventes                              | 126 | 47,6% |
| Conviventes                                 | 108 | 40,7% |
| Familiares (pais, filhos, irmãos, cunhados) | 22  | 8,3%  |
| Não informado                               | 9   | 3,4%  |
| Total                                       | 265 | 100%  |

Fonte: Do autor.

A maioria (47,6%) dos agressores era composta por ex-conviventes, enquanto 40,3% por conviventes, e ainda, 8,3% das agressões foram realizadas por familiares, dentre eles estão pais, filhos, cunhados, irmãos, os demais registros não apresentavam a relação existente entre denunciante e agressor. Segundo pesquisa realizada pelo DataSenado (2019), o percentual de mulheres agredidas por ex-companheiros subiu de 13% para 37% entre 2011 e 2019. Em 2011 o companheiro era o agressor em 69% dos casos e o ex-companheiro em 13%, já no ano de 2019, esse percentual era de 41% e 37%, respectivamente

O rompimento da relação entre o casal por iniciativa da mulher é visto como desobediência e rompimento com a ordem social e o contrato familiar, isso implica na maior parte das vezes, as agressões virem de ex-conviventes. Bandeira (2009) pontua que no imaginário masculino, quando a mulher demanda a separação,

ela está trocando seu papel de esposa/mãe, construído socialmente por meio da heteronormatividade. As mulheres são agredidas, e muitas vezes assassinadas, por ex-conviventes, principalmente, quando a decisão de rompimento parte da mulher. Seja qual for o motivo do rompimento, quando parte da mulher é visto pelo homem como uma afronta, em que na sua condição de macho dominador, isso é inadmissível, levando este homem a cometer atos violentos contra essa mulher, com requintes de crueldade (SAFFIOTI, 2015).

Evidencia-se ainda que, a maior frequência de agressões e ameaças são provenientes de ex-conviventes que não aceitam o término da relação proposto pela mulher, em um território simbólico, em que esse homem se considera o detentor do poder, para ele é intolerável ser preterido, nem se conforma quando essa mulher o abandona já em decorrência de maus tratos sofridos por ela.

Dos 265 registros analisados, 27% das descrições dos fatos envolviam xingamentos desferidos às mulheres, sendo eles: vagabunda, biscate, puta, vadia, louca, safada, burra e otária. Dados de pesquisa apresentada pelo IPEA (2015) revelam que 11% das mulheres entrevistadas relataram terem sofrido ofensas nos últimos doze meses.

Nas situações em que a mulher fica representada socialmente pela insubordinação, a desobediência da ordem familiar masculina hegemônica, é vista como desviante da norma heterossexual e pode receber tais denominações pejorativas. E por falar em palavras atribuídas com significados ruins, a palavra “vadia”, em especial, foi utilizada para compor o nome de um grupo de movimento social chamado “Marcha das vadias”, pensando justamente na subversão ao uso pejorativo da palavra, reivindicando a sua ressignificação de forma positiva por meio da luta, como forma de empoderamento (ALMEIDA, 2014).

Faz parte da cultura latina, fazer com que o homem se sinta dono dos direitos e deveres da mulher, e até sobre a vida e morte da mesma. A naturalização desse sentimento potencializa cada vez mais as dessimetrias de gêneros (BANDEIRA, 2009).

Historicizando, Dourados localiza-se em faixa de fronteira Brasil-Paraguai, a qual é marcada por inúmeras organizações criminosas (CARNIEL; CARNEIRO;

---

1 Movimento que surgiu em 2011, em Toronto, no Canadá, composto por mulheres feministas que lutam contra o machismo e buscam igualdade de gênero. As manifestantes usam roupas consideradas “provocantes” e acreditam que ser chamada de vadia é uma condição machista.

PREUSSLER, 2018), bem como altas taxas de violência doméstica e feminicídio (PREUSSLER; CORRÊA, 2018), as mesmas fazem parte do impacto social direto que as atuações criminosas trazem, seja pelo não cumprimento das leis, seja pela coexistência de poder que interfere nas relações sociais e decisões políticas.

Resultado de longo processo de aproximação entre os países, tal fronteira tornou-se mais permeável, fazendo com que o Estado brasileiro tivesse cada vez mais dificuldades para desenvolver ações voltadas ao controle e segurança nas fronteiras, gerando o aumento da criminalidade – principalmente do tráfico de drogas e armas (CARNIEL *et al.*, 2018).

Dentre o total de mulheres que registraram ocorrência, 23,7% delas solicitaram medidas protetivas de urgência, e como justificativa, disseram ter muito medo de que os agressores fizessem algo contra elas ou contra algum membro de suas famílias. Os homicídios não são atos isolados, são decorrentes de relações baseadas em agressões, humilhações e ameaças frequentes que resultam em assassinatos (PIOSIADLO *et al.*, 2014).

O restante das mulheres (76,9%) não solicitou medidas protetivas. A violência doméstica e familiar é permeada por fatores subjetivos das relações de afeto entre vítimas e agressores, gerando ainda mais dúvidas nas mulheres, no momento de decisão entre denunciar ou não a violência que sofrem. Essa especificidade da violência de gênero não tem a atenção necessária quando se pensa em políticas públicas, inclusive as próprias políticas legitimam essa ordem de gênero, fazendo a manutenção das barreiras entre público e privado, reforçando os papéis de mães e esposas para estas mulheres. Isso faz com que essas diferenças de gênero se transformem em desigualdades sociais e dificulte o processo de busca e acesso aos seus direitos (PASINATO, 2015).

Essas relações são afetivas, e delas fazem parte uma série de dependências recíprocas, e são raras as mulheres que fazem parte de grupos dominantes e possuem sua independência financeira, o gênero feminino por si só, não constitui uma categoria social dominante. As pessoas com vínculos estabelecidos, não são totalmente independentes, os laços sociais as tornam dependentes umas das outras. O que faz ser compreensível o fato de algumas mulheres se dirigirem à delegacia na intenção apenas de pedir para a delegada conversar com o homem, no propósito de voltar a ter um relacionamento harmonioso (SAFFIOTI, 2015).

Outro ponto relevante apontado por Saffioti (2015), em muitos casos em que as mulheres registram o BO, mas não desejam representar criminalmente

o agressor, utilizando do recurso para tentar impor medo ao homem, mas sem a intenção de representá-lo nos meios jurídicos, pois se esse homem for o provedor do sustento da casa, como seria se ele fosse preso?

Entre outras razões, existem ainda a moral e o meio social, contando com amigos, família, igreja, e na falta de apoio, as coisas tornam-se ainda mais difíceis. Portanto, é plausível a justificativa das mulheres em registrar a ocorrência, mas não requerer criminalmente, ou ainda, fazer registro em um dia e retirar a queixa no dia seguinte.

Em relação aos precedentes dos agressores, 22,6% deles não possuíam nenhuma passagem anterior pela polícia, outros 7,1% já haviam passado pelo sistema criminal, enquanto a grande maioria, 70% dos casos, não havia este registro no inquérito, pois a ficha de informações que constava os precedentes do agressor, estado emocional em que cometeu o delito, o motivo e a confissão só eram registrados em casos de flagrante.

Entre os motivos que os autores comunicaram para perpetrar o crime, o que mais aparece é o ciúme, bem como algumas alegações de legítima defesa, futilidade, devassidão, sendo que um agressor, alegou comprometimento psíquico. A banalização da violência para a resolução de conflitos, conforme reforçada pelas relações interpessoais e sociais, faz com que muitos homens utilizem esses motivos para justificar a violência cometida (BANDEIRA, 2009).

O patriarcado possui como elemento nuclear o controle da sexualidade feminina, a fim de assegurar a fidelidade da mulher ao homem (SAFFIOTI, 2015), e isso se mostra nos relatos das mulheres que reproduzem as seguintes falas dos agressores: “Se você não ficar comigo, não vai ficar com ninguém”, “Se ela não quer ficar comigo, é porque tem outro”, dentre outras que demonstram o controle masculino sobre os corpos femininos.

Segundo a natureza das relações interpessoais e sociais, os homens agressores utilizam argumentos justificando os atos como sendo de amor, fazendo com que a sociedade brasileira ainda carregue heranças colonizadoras associadas à “honra e vergonha masculinas” e isso é o que impulsiona as relações interpessoais violentas, além disso, como uma ordem que sustenta a posse e o controle sobre os corpos femininos (BANDEIRA, 2009).

Para além das relações desiguais de gênero, pensa-se também outros cruzamentos estruturantes, as relações socioeconômicas, raça/etnia, além



de outras que definem as posições de homens e mulheres na sociedade (BANDEIRA, 2009). Nesse sentido, o baixo nível de desenvolvimento nas zonas fronteiriças e poucas oportunidades de emprego acabam por fazer com que muitas pessoas encontrem nas atividades ilícitas uma fonte de renda. Em ambiente de pobreza e desemprego a violência aumenta, e culturalmente, mantém as pessoas vulnerabilizadas. Com isso, pode-se dizer que as condições socioeconômicas e fatores históricos e demográficos específicos da fronteira estão relacionados aos índices de violência doméstica nessas regiões (CARNIEL *et al.*, 2018).

Existem ainda outros fatores como o acesso à informação sobre direitos, o excesso de burocracia entre os trâmites e uma linguagem inacessível para leigos distancia ainda mais a justiça da sociedade, e também a falta de confiança da sociedade nos aparatos legais de direito (PASINATO, 2015).

Os tipos de violência cometidos estão detalhados na Tabela 4.

**TABELA 4: TIPOS DE VIOLÊNCIA**

| Tipo de violência             | N   | %      |
|-------------------------------|-----|--------|
| Violência isolada             |     |        |
| Ameaça                        | 43  | 16,2%  |
| Lesão corporal dolosa         | 40  | 15,09% |
| Vias de fato                  | 15  | 5,6%   |
| Injúria                       | 13  | 4,9%   |
| Outros*                       | 15  | 5,6%   |
| Violência associada           |     |        |
| Dois ou mais tipos associados | 139 | 52,4%  |
| Total                         | 265 | 100%   |

Fonte: Do autor.

\*Perturbação da tranquilidade, descumprimento de medida protetiva, estupro, difamação, violação de domicílio.

Dentre os tipos de violência doméstica que são comunicadas pelas declarantes, com a análise dos registros, pôde-se identificar que algumas são de um único evento e outras ocorreram de modo associado. Assim, das agressões de eventos únicos/isolados, a ameaça é o abuso mais recorrente, sendo responsável por 16,2% dos casos isolados, enquanto 52,4% dos casos são compostos por dois ou mais tipos de violência associados, seja injúria, descumprimento de medida protetiva, vias de fato ou lesão corporal dolosa. Segundo Saffioti (2015), o crime de ameaça geralmente vem acompa-

nhado de outras modalidades de violência. “A ordem patriarcal de gênero, rigorosamente, prescinde mesmo de sua presença física para funcionar” (SAFFIOTI, 2001, p. 116).

Esses resultados corroboram com estudo realizado por Carneiro e Fraga (2012), em que 47% dos crimes corresponderam à ameaça, representando a maior frequência de tipos de violência nos dois anos de pesquisa realizados (2009 e 2010).

A lesão corporal dolosa é responsável por 15,09% dos casos em que ela é a única forma de violência cometida. Vias de fato compõe 5,66% quando sozinha, 5,6% dos registros compõem casos de perturbação da tranquilidade, descumprimento da medida protetiva, estupro, difamação e violação de domicílio.

Sobre a violência doméstica, Saffioti (2015) revela uma tendência à diminuição da lesão corporal dolosa e elevação no crime de ameaça, resultando ao invés de feridas físicas, as feridas psicológicas. Pontua ainda que mulheres relataram ter mais facilidade em superar uma violência física do que a dor profunda de se sentirem humilhadas por meio de ameaças e palavras.

A DAM acopla vários crimes na categoria “Outros” representando 5,6% dos casos totais, dentre eles encontra-se o descumprimento de medidas protetivas. Cabe destacar o crime de descumprimento de medida protetiva e como as medidas se mostram ineficientes em manter o autor afastado da vítima. Esse crime é tipificado na Lei nº 13.641, de 3 de abril de 2018 que altera a LMP. Essa lei passa a vigorar e determina que o descumprimento de decisão judicial, que defere medidas protetivas de urgência previstas na LMP, configure crime sujeito a pena de detenção de três meses a dois anos (BRASIL, 2018).

Nota-se a dificuldade da aplicação da lei e fiscalização das medidas de efetividades das determinações judiciais (CARVALHO; BARBOSA, 2019). Existem casos em que o próprio autor ameaça a vítima para que retire a queixa e, conseqüentemente, revogue a medida.

Com isso, urge a extrema necessidade de fiscalização da lei, bem como traçar mecanismos que tratem o problema da violência doméstica e familiar contra a mulher de forma integral, ofertando assistência social à vítima, proteção e acolhimento emergencial. Cabe ainda apontar, a relevância do Poder Judiciário, não apenas sobre a penalização dos agressores, mas também no acolhimento e auxílio às vítimas na superação da violência.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo teve relevância na apresentação de características específicas da violência doméstica e familiar contra a mulher em região de fronteira entre Brasil e Paraguai, revelando os índices e peculiaridades dessa temática na cidade de Dourados e auxiliando no processo de caracterização da violência contra as mulheres, os tipos de violência e fatores motivadores para o crime. Nesse sentido, observou-se que o grande número de violência doméstica na área de fronteira pode estar diretamente ligado às questões socioculturais regionais.

A violência doméstica acomete mulheres de todas as classes sociais, no entanto, o perfil das mulheres que denunciaram a violência no presente estudo, é proveniente de classes sociais mais baixas, essas mulheres trabalham em profissões que não exigem nível superior ou são do lar, as desigualdades sociais entre os gêneros fortalecem as violências cometidas.

Problematizou-se sobre atribuir a violência às classes sociais baixas, uma vez que estas mulheres depositam no Estado sua única possibilidade de justiça, enquanto mulheres de classes sociais mais altas contam com outros artifícios para buscar justiça, essas ainda prezam por uma imagem a qual devem zelar. Os registros em bairros centrais e de classes sociais mais altas confirmam que a violência é perpetrada em todas as camadas sociais e encontra-se em qualquer espaço da cidade, do centro à periferia.

Ao observar que a maioria dos registros é proveniente de mulheres que moram em bairros próximos à delegacia, pode-se inferir que a localização é fator determinante para as mulheres denunciarem. Com isso, pode-se pensar em promover ações itinerantes da delegacia, ocupando outros espaços da cidade para realizar atendimento às mulheres.

Dentre os casos de violência isolada a ameaça foi o abuso mais recorrente, seguido da lesão corporal dolosa. Não obstante, o maior número de casos deu-se por dois ou mais crimes associados e isso acorda com referenciais propostos no presente trabalho. O medo e a dependência financeira como fatores marcantes e decisivos para mulheres decidirem entre denunciar e solicitar ou não as medidas protetivas de urgência precisam ser discutidas. Com esses dados observa-se a necessidade de redes de suporte multiprofissionais que possam lidar de forma abrangente com a questão da violência doméstica e intrafamiliar, fazendo com que o Estado cumpra com a manutenção dos direitos das mulheres.

Os problemas voltados para o enfrentamento da violência contra a mulher ainda existem, há falhas na capacitação e na sensibilização de recursos humanos, bem como, uma barreira para os procedimentos de investigações gerada pelas representações patriarcais presentes sobre as mulheres.

Essa pesquisa evidencia dados inéditos e até o momento desconhecidos pela DAM de Dourados, contribuindo e incentivando para com os mecanismos de ação, treinamento e qualificação de agentes públicos, e prevenção à violência doméstica e intrafamiliar contra a mulher. Pois, diante de todas as conquistas das mulheres, a ordem patriarcal de gênero ainda é muito forte e perpassa por todas as instituições, que reforçam a opressão e desigualdade de gênero. A sociedade caminha em um processo longo e gradativo pelo alcance da democracia plena, e se constitui por meio das lutas feministas, visando atingir a igualdade social entre homens e mulheres.

## REFERÊNCIAS

ACOSTA, D. F.; GOMES, V. L. O.; BARLEM, E. L. D. Perfil das ocorrências policiais de violência contra a mulher. **Acta Paulista de Enfermagem**, São Paulo, v. 26, n. 6, p. 547-553, nov./dez. 2013.

ALMEIDA, T. M. C. de. Corpo feminino e violência de gênero: fenômeno persistente e atualizado em escala mundial. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 29, n. 2, p. 327-340, maio/ago. 2014.

BANDEIRA, L. Três décadas de resistência feminista contra o sexismo e a violência feminina no Brasil: 1976 a 2006. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 24, n. 2, p. 401-438, maio/ago. 2009.

BANDEIRA, L. Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 29, n. 2, p. 449-469, maio/ago. 2014.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRASIL. **Lei nº 11.340 (Lei Maria da Penha)**, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, 2006 Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/11340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/11340.htm). Acesso em: 17 jun. 2020.

BRASIL. **Lei nº 13.104**, de 9 de março de 2015. Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/13104.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/13104.htm). Acesso em: 4 de ago. 2021.

BRASIL. **Lei nº 13.641**, de 3 de abril de 2018. Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de

2006 (Lei Maria da Penha, para tipificar o crime de descumprimento de medidas protetivas de urgência, 2018 Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2018/lei/l13641.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13641.htm). Acesso em: 17 jun. 2020.

BRASIL. **Lei nº 14.188**, de 8 de julho de 2021. Define o programa de cooperação Sinal Vermelho contra a Violência Doméstica como uma das medidas de enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a mulher previstas na Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), e no Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), em todo o território nacional; e altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para modificar a modalidade da pena da lesão corporal simples cometida contra a mulher por razões da condição do sexo feminino e para criar o tipo penal de violência psicológica contra a mulher. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.188-de-28-de-julho-de-2021-334902612>. Acesso em: 4 de ago. 2021.

CERQUEIRA, D.; MATOS, M. V. M.; MARTINS, A. P. A.; PINTO JUNIOR, J. **Avaliando a efetividade da lei Maria da Penha**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Texto para discussão – Brasília, 2015.

CALAZANS, M.; CORTES, I. (2011). O processo de criação, aprovação e implementação da Lei Maria da Penha. In: CAMPOS, C. H. (Org). **Lei Maria da Penha comentada em uma perspectiva jurídico-feminista**. Editora Lumem Juris, 2011. p. 39-63.

CARNEIRO, A. A.; FRAGA, C. K. A Lei Maria da Penha e a proteção legal à mulher vítima em São Borja no Rio Grande do Sul: da violência denunciada à violência silenciada. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 110, p. 369-397, abr./jun. 2012.

CARNIEL, A. C. D. B.; CARNEIRO, C. P.; PREUSSLER, G. S. A criminalidade na fronteira Brasil-Paraguai: impactos sociais e econômicos. In: CHAVES, D.; PINTO, D. J. A.; FREIRE, M. R. (org.). **Fronteiras contemporâneas comparadas: desenvolvimento, segurança e cidadania**. Macapá: Editora da Universidade Federal do Amapá, 2018. p. 156-177.

CARVALHO, M. B. V. de; BARBOSA E. B. Violência contra a mulher: natureza jurídica das medidas protetivas de urgência. **Revista Caribeña de Ciencias Sociales**, jul. 2019. Disponível em: <https://www.eumed.net/rev/caribe/2019/07/violencia-contra-mulher.html>. Acesso em: 10 de junho de 2020.

CIDH – COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. **Caso 12.051, Relatório 54/01, Maria da Penha Maia Fernandes**. Brasil. 2001.

CPMI da violência contra a mulher em Mato Grosso do Sul. **Comitê Estadual em defesa da Lei Maria da Penha**. Campo Grande. 2012.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo. 2019.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico**. Mato Grosso do Sul, 2010.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira. Brasil, 2019.

INSTITUTO DE PESQUISA DATA SENADO. **Violência doméstica e familiar contra a mulher**. Brasília. 2019.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **A violência contra a mulher**. Brasília: Ipea, 2015.

LANGE, O. S. **Violência doméstica- cicatrizes da alma**: um histórico geral da luta das mulheres e o emprego da força contra a mulher na vida conjugal na cidade de Dourados/MS: 1986-2000. Dissertação (Mestrado em História) - UFMS, CPDO, 2004.

MELLO, S. C. de. Lugar de mulher é onde ela quiser? Feminismos, domesticidade e conflito social no Brasil (1964-1999). In: WOLFF, C. S.; ZANDONÁ, J.; MELLO S. C. de (Org). **Mulheres de Luta**: feminismo e esquerdas no Brasil (1964-1985). Curitiba: Appris, 2019. p. 75-98.

MORAES, A. F.; RIBEIRO, L. As políticas de combate à violência contra a mulher no Brasil e a “responsabilização” dos “homens autores de violência”. *Sexualidad, Salud y Sociedad*, Rio de Janeiro, n. 11, p. 37-58, ago. 2012.

MOURA, M. A. V. et al. Mulheres que denunciam violência de gênero em uma Unidade de Polícia Pacificadora. *Revista Eletrônica de Enfermagem [online]*, v. 15, n. 3. p. 628-637, jul./set. 2013.

NICHNIG, C. R. Experiências e práticas jurídicas no combate à violência a partir da Lei Maria da Penha. In: VEIGA, A. M.; LISBOA, T. K.; WOLFF, C. S. (Org). **Gênero e Violência**: diálogos interdisciplinares. Florianópolis: Edições do Bosque/CFH/UFSC, 2016. p. 27-48.

OBSERVATÓRIO DA MULHER CONTRA A VIOLÊNCIA. **Serviços Especializados de Atendimento à Mulher**. Brasília. 2020.

PASINATO, W. Acesso à justiça e violência doméstica e familiar contra as mulheres: as percepções dos operadores jurídicos e os limites para a aplicação da Lei Maria da Penha. *Revista Direito GV*, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 407-428, jul./dez. 2015.

PIOSIADLO, L. C. M.; FONSECA R. M. G. S.; GESSNER. R. Subalternidade de gênero: refletindo sobre a vulnerabilidade para violência doméstica contra a mulher. **Escola Anna Nery Revista de Enfermagem**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 4, p. 728-733, set. 2014.

PREUSSLER, G. S.; CORRÊA, L. Feminicídio e violência doméstica na fronteira Brasil-Paraguai: impactos da legislação e os aspectos culturais. In: CHAVES, D.; PINTO,

D. J. A.; FREIRE, M. R. (org.). **Fronteiras contemporâneas comparadas: desenvolvimento, segurança e cidadania**. Macapá: Editora da Universidade Federal do Amapá, 2018. p.179-198.

SAFFIOTI, H. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 16, 115-136, 2001.

SAFFIOTI, H. **Gênero, patriarcado, violência**. Expressão popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SARTI, C. A. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 35-50, maio/ago. 2004.

SEJUSP – SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA DO MATO GROSSO DO SUL. **Dados de Violência Doméstica**. Mato Grosso do Sul. 2019.

SILVA, A. C. L. G. da; COELHO, E. B. S.; NJAINE, K. Violência conjugal: as controvérsias no relato dos parceiros íntimos em inquéritos policiais. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 4, p. 1255-1262, abr. 2014.

SILVA, L. R. C. da *et al.* **Pesquisa documental: alternativa investigativa na formação docente**, In: IX Congresso Nacional de Educação; III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia, 2009, Curitiba. Anais. Curitiba: Pontifícia Universidade Católica do Paraná, 2009.

SOUSA, A. K. A. de; NOGUEIRA, D. A.; GRADIM, C. V. C. Perfil da violência doméstica e familiar contra a mulher em um município de Minas Gerais, Brasil. **Cadernos Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 4, p. 425-431, ago./dez. 2013.

SOUZA, J. de; KANTORSKI, L. P.; LUIS, M. A. V. Análise documental e observação participante na pesquisa em saúde mental. **Revista Baiana de Enfermagem**, Salvador, v. 25, n. 2, p. 221-228, mai./ago. 2011.

SOUZA, M. C de; BARACHO, L. F. A Lei Maria da Penha: Égide, evolução e jurisprudência no Brasil. **Revista Eletrônica do Curso de Direito - PUC Minas Serro [online]**, n. 11, p. 79-106, jan./ago. 2015.

WOLFF, C. S.; ZANDONÁ, J.; MELLO, S. C. Feminismos plurais, mulheres de luta. In: \_\_\_\_\_. **Mulheres de Luta: feminismo e esquerdas no Brasil (1964-1985)**. Curitiba: Appris, 2019. p. 9-16.



## UM CORPO SEM CARNE: CONSIDERAÇÕES CRÍTICAS SOBRE OS LIMITES DO “MATERIALISMO” DE JUDITH BUTLER

---

Caynã Santos  
Virgínia Ferreira

**RESUMO:** A teoria da performatividade de gênero tal como proposta por Judith Butler é acusada de por vezes flertar com determinada semiologização irrestrita do mundo, dando forma a um posicionamento sobre o corpo que parece elidir sua concretude. No presente ensaio, debruçamo-nos sobre os sentidos atribuídos por Butler à noção de materialidade corporal, privilegiando a análise crítica de suas teorizações em seu hoje clássico *Bodies That Matter* (1993), obra que ganhou recentemente sua primeira edição em língua portuguesa. Filiando-nos à polêmica em torno do “materialismo falho” butleriano, identificamos duas “modalidades de materialidade” em seus escritos, sendo ambas, argumentamos, limitadas por certa inclinação exacerbada ao discursivo. Por fim, defendemos, em confluência com os recentes desenvolvimentos neomaterialistas, a necessidade de resgate/construção de uma noção de materialidade corporal situada além da inconcretude que permeia muitas das atuais considerações feministas pós-estruturalistas sobre os corpos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Judith Butler; matéria; corpo; teoria feminista.

**ABSTRACT:** The theory of gender performativity as proposed by Judith Butler is accused of flirting with an unrestricted ‘semiologization’ of the world, positioning the body in a way that elides its concreteness. In this essay, we focus on the meanings attributed by Butler to the notion of “materiality of the body”, as presented in her classic *Bodies That Matter* (1993), which has recently received its first translation into Portuguese. Joining the polemic concerning Butler’s ‘failed materialism’, we identify that the author mobilizes two “modalities of materiality” in her writings, both of which, we argue, are considerably limited by an exaggerated inclination toward the discursive. Finally, we advocate, following insights from new materialist scholars, the need to rescue/construct a notion of corporeal materiality situated beyond the lack of concreteness that pervades many of the current poststructuralist feminist considerations about bodies.

**KEYWORDS:** Judith Butler; matter; body; feminist theory.



## INTRODUÇÃO

Fato é que os escritos de Judith Butler figuram hoje como um edifício teórico incontornável para públicos especializados ou não cujos interesses se situam em temáticas caras aos estudos de gênero e sexualidade. Sua produção teórica desconcertante, como bem adjetivaram Leandro Colling e Larissa Pelúcio (2015), aliada à sua incansável disposição a se fazer praticamente ubíqua nos mais relevantes e prementes debates públicos da atualidade, renderam à *Queen of Gender*, como coroada por Gayle Rubin (2003), um contingente de dedicadas/os admiradoras/es que só rivaliza, em número, à quantidade de suas/seus ferrenhas/os detratadoras/es. Os “amores e ódios” que a prática político-teórica de Butler inspira, evidenciados de modo explosivo na última visita da pensadora ao Brasil no ano de 2017, podem ser interpretados como sintomáticos não apenas da incompreensão de suas teorias – fator indubitavelmente central quando analisamos os lamentáveis protestos e ataques dos quais a filósofa foi vítima em nosso país –, mas também parecem expressar a ambiguidade e passionalidade características das formas de tratamento reservadas às/aos grandes intelectuais de nosso tempo.

O presente ensaio, nos antípodas de um esforço voltado para a análise da recepção brasileira dos estudos *queer*, dos trabalhos de Butler ou dos sentimentos que públicos especializados ou não nutrem acerca da figura da autora, elege como seu objeto de interesse os sentidos atribuídos nos escritos da pensadora norte-americana à noção de matéria. Especificamente, objetivamos oferecer uma visada crítica acerca das teorizações butlerianas da materialidade corporal, tomando seu hoje clássico *Bodies that Matter* (1993) – texto que, oportunamente, ganhou há pouco sua primeira edição em língua portuguesa (BUTLER, 2019) – enquanto obra prioritária, porém não exclusiva, de análise. Com isso, pretendemos apresentar um pequeno contributo para a longa polêmica feminista acerca daquilo que Vicki Kirby (2006) nomeou de “materialismo falho” proposto pela filósofa. Mediante nossas leituras, identificamos que Butler mobiliza dois entendimentos particulares de matéria, sendo ambos, argumentamos, limitados consideravelmente por certa inclinação exacerbada ao discursivo, marca de determinadas vertentes do pós-estruturalismo que, por vezes, flertaram com uma espécie de semiologização irrestrita do mundo.

Nossas discussões aqui expostas – potencialmente reconhecíveis como envoltas em certo teor “iconoclasta”, dado o fato de se endereçarem a propostas daquela que figura como uma das autoras feministas de maior aceitação por parte

das/os estudiosas/os brasileiras/os do gênero – são animadas pelo entendimento de que as teorias feministas, na atualidade, veem-se confrontadas com a urgente tarefa de novamente “levar a matéria a sério” (ALAIMO, 2010, p.6). Acreditamos que os potenciais futuros de intervenção político-teórica radical do pensamento feminista serão condicionados pelo seu sucesso, no presente, em resgatar/propor uma noção de matéria situada além da inconcretude que permeia o paradigma vigente nas teorizações sobre a corporalidade – paradigma este, responsável por dar forma àquilo que Terence Turner (1994, p. 36), em sua crítica à elisão da anatomia em Foucault, chama de “um corpo sem carne”.

Neste sentido, cabe ressaltar que o presente esforço analítico-argumentativo se dá no bojo de um emergente movimento político-teórico transversal à sociologia, antropologia e filosofia, caracterizado pela renovada importância que confere às dimensões tangíveis do mundo e de seus actantes humanos e não-humanos, movimento este que dá forma àquilo que se convencionou chamar nos últimos anos de “virada ontológica” ou “virada material”. No campo dos estudos de gênero e feministas, essa tendência se sedimenta nos esforços daquilo que tem sido comumente nomeado de “feminismo material” ou “neomaterialismo”. A título de sucinta contextualização, essa emergente vertente do pensamento feminista contemporâneo parte do entendimento de que as tendências teóricas herdeiras da virada linguística, entre elas a(s) teoria(s) *queer*, em sua característica ênfase pós-estruturalista no “primado da cultura” (DE LAURETIS, 2004), negligenciaram a materialidade dos corpos e das práticas regulatórias nas análises do fenômeno sexual. Nossas discussões aqui apresentadas, longe de buscarem criar falsas dicotomias entre posições teóricas, pretendem-se movimentos críticos iniciais em direção a futuras alianças potencialmente profícuas, mediante as quais as teorias *queer* e neomaterialistas enriquecer-se-ão mutuamente, norteadas pela meta comum de pensar a temática da matéria “sem seu habitual acompanhamento de essencialismo” (HIRD, 2004, p.227).

Tendo em mente os objetivos do presente texto, iniciamos nosso percurso analítico-argumentativo a partir de uma revisão sintética e direcionada (isto é, sem qualquer pretensão exaustiva) de algumas das principais teorizações de Judith Butler no concernente ao modo como as normas sociais de sexo e gênero produzem corpos e subjetividades segundo uma dinâmica performativa. Nesse primeiro momento de nossa exposição, sublinhamos a influência da noção althusseriana de interpelação ideológica sobre as propostas butlerianas, elemento este que nos permitirá melhor compreender o importante conceito

de “materialização” como pensado pela autora. Em seguida, damos início à nossa leitura mais propriamente crítica, acentuando os limites das duas noções gerais de “materialidade corporal” que identificamos em seus escritos. Por fim, propomos uma breve discussão que aponta para a necessidade de real superação dos binarismos tradicionais entre natureza e cultura, matéria e discurso, que continuam a permear e limitar os correntes debates político-teóricos acerca da materialidade corporal – limitações estas que, como veremos, também se fazem presentes nas proposições de Judith Butler.

## BUTLER: DESESTABILIZANDO (EFEITOS DE) VERDADES

Judith Butler se empenha em um esforço de desconstrução da oposição binária sexo/gênero, de modo a trazer definitivamente para o campo discursivo categorias ditas “naturais” ou “originárias”, como sexo, corpo e binarismo sexual. Criticando os entendimentos dominantes até finais da década de 1980, que partiam da suposição de que haveria uma oposição rígida entre o fato biológico “sexo” e o modo culturalmente determinado de expressão dessa diferença sexual “gênero”, Butler ([1990] 2003) defende que o gênero é, mais do que um meio social de atribuição de sentidos aos sexos, um aparato discursivo através do qual se cria a ilusão do sexo como propriedade natural dos corpos humanos:

[...] o gênero não está para a cultura como o sexo para a natureza; ele também é o meio discursivo/cultural pelo qual ‘a natureza sexuada’ ou ‘um sexo natural’ é produzido e estabelecido como ‘pré-discursivo’, anterior à cultura, uma superfície politicamente neutra sobre a qual age a cultura (BUTLER, 2003, p. 25).

Nesse sentido, na esteira de Foucault, Butler argumenta que o processo de identificação de gênero é sempre um processo de essencialização informado por relações de poder-saber, que funciona no sentido de transformar atos isolados em substância. A partir da citação repetitiva de *atos performativos*, noção esta que a autora busca na teoria dos atos de fala de J. L. Austin, indivíduos constituem a ficção reguladora de existência de corpos sexuados e subjetividades genderizadas prévios à sua produção discursiva. Tal dinâmica performativa, definida por Butler (1993, p.2) como “uma prática reiterativa e citacional mediante a qual o discurso produz aquilo que nomeia”, porém, não se desenvolve arbitrariamente, mas busca fixar identidades e produzir corpos dentro do espectro binário definido pelo regime regulatório dos dois

sexos. Desse modo, a partir do condicionamento continuado do corpo e dos atos perceptivos, assim como pela repetição estilizada de gestos significantes, as normas disciplinares são reificadas, materializando-se em subjetividades e corpos disciplinados segundo as categorias de masculinidade e feminilidade.

Por esta perspectiva, portanto, o sexo é enquadrado como tão culturalmente construído quanto o gênero, tornando obsoleto o modelo analítico hegemônico nos debates feministas até meados da década de 1980, que concebia uma oposição rígida entre os dois termos. Assim como a aparência de existência de uma identidade de gênero estável e essencial é produto de um conjunto de performances estruturadas por uma matriz heteronormativa, o sexo não é uma característica dada e fixa dos corpos, mas uma norma regulatória que atua de modo performativo, produzindo as diferenças (sexuais) que fala e, assim, *materializando* os corpos como “sexuados” (BUTLER, 1993, p.xi) (nos aprofundaremos no importante conceito de “materialização” adiante).

É possível antecipar, com base nessa apresentação necessariamente esquemática, algumas das críticas que foram endereçadas a Butler e sua teorização performativa das identidades de gênero e do corpo sexuado. Uma das principais linhas de contestação consistiu em acusações de que a autora reduziria as subjetividades sexuadas a efeitos das normas culturais e do discurso, incorrendo em uma nova forma de determinismo (de cariz cultural) que exclui a materialidade e a biologia, de modo a propor uma espécie de “sujeito-discurso”, uma versão pós-moderna da subjetividade abstrata e incorpórea cartesiana.

O determinismo cultural butleriano ao qual tais críticas se referem pode ser mais facilmente observado a partir de uma breve leitura das apropriações que a autora faz da célebre noção de “interpelação” como proposta por Louis Althusser – noção esta que Butler defende como ainda fornecedora de uma base sólida para as teorizações contemporâneas dos processos de subjetivação (BUTLER, 1997<sup>a</sup>). Embora o conceito seja utilizado pela pensadora em diversos de seus trabalhos e em variados contextos argumentativos (BUTLER, 1993; 1997<sup>a</sup>; 1997b), nos debruçaremos aqui sobre seu emprego em *Bodies that Matter*, trabalho no qual a autora norte-americana se coloca a tarefa de pensar mais detidamente o lugar do corpo em meio aos processos performativos de constituição de um “eu” sexuado.

Por interpelação, Althusser compreende o chamamento ideológico que tem a função de “transformar” indivíduos em sujeitos (ALTHUSSER, 1996, p.133). O funcionamento de tal processo discursivo de subjetivação é ilustrado

pelo autor mediante um exemplo simples: uma corriqueira interpelação da Polícia – “Ei, você aí!”.

Presumindo-se que a cena teórica que imaginei ocorra na rua, o indivíduo chamado se voltará. Por essa mera virada física de 180 graus, ele se torna sujeito. Por quê? Porque reconheceu que o chamado ‘realmente’ se dirigia a ele, e que ‘era realmente ele que estava sendo chamado’ (e não outra pessoa). (ALTHUSSER, 1996, p.133)

Butler mobiliza tal noção de modo a erió-la como uma prática performativa de nomeação, que constitui como sujeito o nomeado, introduzindo-o em um quadro de inteligibilidade cultural preexistente. Em sua argumentação ela aponta a interpelação do gênero como a nomeação performativa fundante, que cria as condições culturais para a emergência de um ser humano “viável”, isto é, subjetivado e inteligível.

Consider the medical interpellation which (the recent emergence of the sonogram notwithstanding) shifts an infant from an “it” to a “she” or a “he”, and in that naming, the girl is “girdled”, brought into the domain of language and kinship through the interpellation of gender. But that “girling” of the girl does not end there; on the contrary, that founding interpellation is reiterated by various authorities and throughout various intervals of time to reinforce or contest this naturalized effect (BUTLER, 1993, p.7-8)<sup>1</sup>.

Fica claro que, para Butler, a interpelação normativa do gênero, calcada na matriz binária, é o momento inaugural, *constitutivo*, do sujeito na cultura. Em outro contexto argumentativo, quando discutindo as interpretações de sua teoria da performatividade do gênero apresentada em *Gender Trouble*, Butler (1994) acentua que não há um sujeito que preexiste à sua constituição cultural performativa, diferenciando as noções de performance e performatividade. Enquanto performances presumem a existência anterior de um sujeito que atua seu gênero, o que pode conduzir ao entendimento voluntarista de que as pessoas são livres para atuarem seus gêneros e corpos como bem entenderem, a noção de performatividade sublinha que não há subjetividade que antecede sua atuação performativa. Nesse sentido, os sujeitos não são a fonte da qual emanam as performances deliberadamente, isto é, aqueles que estão “por trás” das atuações de gênero. Aludindo aos

1 Visando maior precisão e fidelidade na apresentação das propostas da autora, optamos por manter as citações diretas de maior extensão em inglês.

vêus de Nietzsche, o sujeito não é, segundo a autora, aquilo que está oculto por vêus e atos, mas sim aquilo que só adquire existência no aparente jogo de sua ocultação.

Uma dificuldade muitas vezes notada, no entanto, subjaz à sua argumentação – que, a esta altura, parece dotar de alguma legitimidade as críticas que a acusam de definir o sujeito como pura “*posição discursiva*”. Esta dificuldade, que decorre do fato da autora apresentar o processo de interpelação sob a forma de uma sucessão temporal e causal, pode ser vislumbrada a partir dos seguintes questionamentos: o que preexiste à interpelação ideológica? Do que se trata este “*it*” que é transformado pelo chamamento médico em um “*she*” ou “*he*”? Estaríamos diante de alguma espécie de individualidade ou materialidade corporal “pré-linguística” e não exaurida pelo discurso?

Antes de nos debruçarmos detidamente sobre os entendimentos da autora acerca da materialidade dos corpos, cabe acentuar que os posicionamentos de Judith Butler sobre o tema se colocam longe de qualquer possibilidade de rotulação enquanto formas simplistas e vulgares de construtivismo linguístico. Em *Bodies that Matter*, texto que veio a se tornar canônico devido à sua inovadora e provocativa abordagem das dinâmicas de subjetivação em suas relações com a materialidade corporal, Butler edifica um portentoso quadro teórico que reconhece os efeitos constitutivos dos discursos e do poder sem, para tanto, incorrer em idealismos linguísticos próprios a vertentes extremadas do pós-estruturalismo. Igualmente, tal obra aborda a natureza material do corpo humano sem, contudo, retomar posições que compreendem o mesmo enquanto uma facticidade material autoevidente (BARAD, 2007, p. 191). Ainda, ao descrever os processos de construção social dos corpos como dinâmicas de “materialização”, Butler desestabiliza radicalmente as tradicionais formas de compreensão das inter-relações entre epistemologia e ontologia, movimento este que seria fundamental para os desenvolvimentos teóricos posteriores vinculados ao neomaterialismo.

Sublinhados os méritos da visada butleriana, podemos afirmar que, em *Bodies that Matter*, nos são apresentadas duas definições distintas de matéria, sendo ambas, argumentamos, marcadas pela tendência pós-estruturalista a atribuir primazia à dimensão discursiva do fenômeno material. Tal inclinação ao discursivo atua, na obra, como verdadeiro impeditivo à *real superação* (lê-se: não apenas retórica) das oposições binárias natureza/cultura, matéria/discurso, corpo/mente, elementos basilares dos regimes

de sentido modernos, responsáveis pela subestimação do valor agencial dos termos primeiros destas dicotomias. A primeira definição de matéria dada por Butler, à qual nos referimos como “matéria” (entre aspas), designa o efeito material produzido pelos processos discursivos de materialização. A segunda, à qual nos referimos como *matéria* (em itálico), diz respeito ao espaço de exclusão constitutiva que possibilita o funcionamento das práticas discursivas e demarca os limites dos regimes de inteligibilidade cultural. A seguir, abordamos criticamente ambas as definições.

## OS LIMITES DISCURSIVOS DA “MATÉRIA”

Judith Butler (1993) propõe uma radical reformulação da tradicional concepção ocidental de matéria, subjacente às formulações filosóficas metafísicas, ao representacionismo e às teorizações feministas (inclusive construtivistas), que a tomam enquanto um substrato natural e passivo sobre o qual a sociedade constrói determinada “culturalidade” ativa. Para a pensadora, ao invés de mero espaço ou superfície, a “matéria” é, em si, uma *atividade*, um “processo de materialização que se estabiliza ao longo do tempo para produzir o efeito de limite, rigidez e superfície que chamamos matéria” (1993, p.9). Sob esta óptica, os processos regulatórios de construção de significados dos corpos emergem como *materializações*, que definem o que é a existência material de um corpo, determinando suas fronteiras, relevos e natornos, de modo a criar o efeito de uma superfície estável e discreta à qual atribuímos o rótulo “matéria” (MARTINS, 2006). Como afirma a autora, “a matéria é sempre materializada” (BUTLER, 1993, p.9), sempre uma negociação ativa de limites, que alcança a convincente aparência de fixidez e coesão mediante a reiteração continuada de normas. A aparência da materialidade corporal enquanto um dado autoevidente e exterior ao discurso é, precisamente, o mais efetivo e dissimulador efeito destas normas regulatórias de poder-saber que operam segundo uma dinâmica performativa.

A partir desta leitura, é contestada a compreensão de que os corpos e o poder estabelecem entre si qualquer relação de exterioridade, radicalizando proposições que se apresentavam em germe no pensamento foucaultiano. Diferentemente do filósofo francês, Butler defende que o poder-discurso não atua de modo a inscrever suas normativas *sobre* determinada matéria e corpos preexistentes. Pelo contrário: segundo este novo quadro analítico, a “matéria” e os corpos são a materialização das dinâmicas do poder e,

nesta medida, são “indissociáveis das normas regulatórias que governam sua materialização” (BUTLER, 1993, p.2). Em outras palavras, a materialidade corporal é tomada como a sedimentação contextual dos regimes de poder-saber, o mais poderoso efeito (material) das normativas culturais que informam os processos de significação e a economia política dos atos perceptivos.

Fica claro nos escritos de Judith Butler que a ideia de materialização descreve a dimensão *discursiva* dos processos de constituição de corpos. De fato, suas considerações sobre o que a “matéria” é se dão sempre acompanhadas da ênfase derridiana que promulga a impossibilidade de se conhecer o corpo fora da cultura e do discurso, como no seguinte comentário:

Language sustains the body not by bringing it into being or feeding it in a literal way; rather, it is by being interpellated within the terms of language that a certain social existence of the body first becomes possible. To understand this, one must imagine an impossible scene, that of a body that has not yet been given social definition, a body that is, strictly speaking, not accessible to us, but that nevertheless becomes accessible on the occasion of an address, a call, an *interpellation* that does not “discover” this body, but constitutes it fundamentally (BUTLER, 1997b, p.5, ênfases nossas)

Ao afirmar que “*it is by being interpellated within the terms of language that a certain social existence of the body first becomes possible*”, Butler evidencia que o foco de suas preocupações está localizado no modo como os corpos são interpretados e ganham sentido na/pela linguagem. Lendo este trecho em conjunto com a colocação ao final da citação, que sublinha a interpelação como aquilo que “*does not ‘discover’ this body, but constitutes it fundamentally*”, podemos afirmar que a autora parece igualar a existência social e simbólica do corpo à sua existência *in eri*, apagando qualquer relevância do biológico em meio aos processos de materialização.

Sem dúvida, não se pode ter “acesso” à materialidade dos corpos a não ser por discursos, conceitos e critérios de inteligibilidade variáveis, sendo estes constrangimentos constitutivos impregnados pelas normas de gênero. Em outras palavras – e nos permitimos aqui uma aparente tautologia –, é inconteste que, para se tornar inteligível, determinada soma tem como necessária sua inserção nos quadros de inteligibilidade cultural vigentes. Não obstante, não se deve reduzir a materialidade corporal a *puro* efeito do discurso, sob pena de “confundir o ‘ser’ de uma coisa com o modo como ela é conhecida” (COLEBROOK, 2000, p.78), incorrendo assim naquilo que



Roy Bhaskar nomeou de “falácia epistêmica”. Colocando de maneira direta: afirmar (acertadamente) que uma “coisa” só é conhecida *mediante* conceitos é bastante diferente de afirmar que a mesma é *total e unilateralmente construída* pelos conceitos.

Uma das principais limitações inerentes à insistência butleriana em conceber que os discursos “fundamentalmente constituem os corpos”, à qual subjaz a premissa de homologia entre “produção” discursiva e produção material, diz respeito à negação de quaisquer potenciais agenciais da materialidade corporal que não aqueles impostos pela categoria discursiva “sexo”. Questões relacionadas, por exemplo, à possibilidade de características biológicas e anatômicas oferecerem constrangimentos em termos fenomenológicos (os *disability studies* apresentam ricas contribuições nesse sentido, assim como as teorizações beauvoirianas), ou mesmo influenciarem os processos de significação cultural dos corpos, são poucas vezes endereçadas por Butler. Como coloca Noela Davis (2010, p.137), a “matéria” e os processos de formação subjetiva, via de regra, recebem nos escritos da filósofa uma roupagem cultural e social que exclui o biológico.

Em síntese, ao passo que a ideia de materialização nos apresenta uma importante leitura das dinâmicas através das quais os discursos se tornam “matéria”, ela falha ao não explicitar como a própria *matéria* se torna “matéria”. Reportando-nos ao subtítulo de “*Bodies that Matter*” (“*On the discursive limits of sex*”), é possível afirmar que a perspectiva butleriana proporciona uma rica teorização dos limites discursivos do sexo; todavia, o faz sustentando-se em “gritantes silêncios” acerca dos limites propriamente materiais do fenômeno em questão, o que aponta para um quadro teórico permeado por determinado monismo linguístico-discursivo, no qual os únicos elementos que importam (*that matter*) são as normativas culturais. Como indaga Karen Barad, evidenciando as hiantes ausências inerentes a esse posicionamento: “*E quanto aos limites materiais: as restrições e exclusões materiais, as dimensões materiais de agência e as dimensões materiais das práticas regulatórias?*” (BARAD, 1998, p.91).

## A INEFÁVEL MATÉRIA

Em paralelo à sua definição de “matéria” como um efeito do poder-discurso ou, mais precisamente, como “o poder em seu efeito formativo ou constitutivo” (BUTLER, 1993, p.34), Judith Butler nos apresenta outra “modalidade de materialidade” (em termos aristotélico-althusserianos), sendo

esta marcadamente menos elaborada pela autora que a primeira. Diferentemente da “matéria” e dos processos de materialização anteriormente abordados (estes, como vimos, questões concernentes à significação e inteligibilidade dos corpos), esta modalidade alternativa de *matéria* designa as propriedades físicas e biológicas do corpo:

[...] surely bodies live and die; eat and sleep; feel pain, pleasure; endure illness and violence; and these “facts”, one might skeptically proclaim, cannot be dismissed as mere construction [...] *But their irrefutability in no way implies what it might mean to affirm them and through what discursive means.* (1993, p.xi, ênfase nossa)

Mais adiante, a autora reitera:

It must be possible to concede and affirm an array of “materialities” that pertain to the body, that which is signified by the domains of biology, anatomy, physiology, hormonal and chemical composition, illness, age, weight, metabolism, life and death. None of this can be denied. But the undeniability of these “materialities” in no way implies what it means to affirm them. (1993, p.66, ênfase nossa)

*Prima facie*, estas passagens parecem caracterizar concessões a alguma forma possível de realismo, o que desautorizaria previamente qualquer acusação orientada à autora de *Bodies that Matter* de negar por completo a materialidade palpável dos corpos. Inspira cautela, contudo, o modo como até mesmo estas raras considerações do corpo físico são acompanhadas de insistentes ressalvas (vide os trechos enfatizados ao final de ambas as citações). Cabe a nós, portanto, previamente a qualquer conclusão (em favor ou contrária às acusações endereçadas a Butler), analisar detidamente o preciso sentido destas concessões feitas pela autora a uma *matéria* “real”, contextualizando-as no edifício político-teórico butleriano mais amplo.

Como vimos, Judith Butler defende a impossibilidade de acesso ao corpo fora do âmbito do discurso genderizado, colocando a linguagem como condição de possibilidade da materialidade. “Como lócus de interpretações culturais, o corpo é a realidade material que já foi localizada e definida dentro de um contexto social” (BUTLER, 2008, p.160). Ou seja, em sua reelaboração das relações estabelecidas entre ontologia e epistemologia – que a autora persegue prioritariamente através de sua crítica pós-estruturalista orientada ao binarismo sexo/gênero –, Butler exacerba o papel produtivo desempenhado pela última, em detrimento da primeira. Para a filósofa norte-americana, a

materialidade do corpo é desde sempre uma “situação cultural” (BUTLER, 2008, p.160), um modo de expressão dos regimes de poder-saber que atuam mediante as práticas discursivas, sempre um espaço determinado e moldado pelas normativas culturais.

Perspectivados a partir deste quadro teórico, os processos de significação emergem como forças culturais que trazem a materialidade pré-discursiva dos corpos – objeto da “concessão” butleriana ao realismo – à “existência”, operando como verdadeiros sopros de vida que animam a carne, de modo a transformá-la em “matéria” (os corpos inteligíveis, efeitos dos processos discursivos de materialização). Aproximamo-nos aqui de um quadro analítico marcado por determinada autossuficiência da linguagem, uma vez que os discursos que significam os corpos, aparentemente, não sofrem qualquer tipo de constrangimento constitutivo de propriedades biológicas e físicas. Por conseguinte, temos a capitulação da concretude corporal: o preço a ser pago por esta, em troca de sua ascensão ao reino da inteligibilidade cultural, é a incondicional renúncia a quaisquer “sentidos” que lhe são próprios. Vemo-nos, assim, conduzidos à estranha conclusão de que a biologia, a anatomia e os hormônios não são elementos integrais dos corpos inteligíveis (os “*bodies that matter*”)<sup>2</sup>, de modo que a condição corporal que experimentamos em nosso cotidiano é apontada como resultado das dinâmicas culturais e discursivas.

Logo, temos que Butler somente admite a existência de determinada materialidade extratextual sob a condição da mesma ser relegada ao estatuto de exterioridade inacessível, um elemento que não exerce qualquer interferência nos processos de significação cultural dos corpos. Em outras palavras, mediante um duplo gesto paradoxal – que, em última instância, cumpre em resguardar a hegemonia de seu construtivismo performativo radical –, Judith Butler reconhece certo limite à construção da materialidade dos corpos, concedendo a seus detratores um excesso propriamente material, para, em seguida, defender que esta dimensão exterior à linguagem só pode ser pensada dentro dos limites linguísticos, impossibilitando assim que vislumbremos este espaço não redutível a um conjunto de disposições culturais.

---

2 Fato é que Judith Butler se vale amplamente da feliz coincidência referente à palavra “*matter*” designar em inglês, ao mesmo tempo, o substantivo cujo correlato em português é “matéria” (substância física, *res extensa*), o “tema ou assunto do qual se trata” e o verbo “*to matter*”, que tem como traduções possíveis “importar” e “significar”. Os empregos do termo em *Bodies that Matter* são sempre permeados por certa ambiguidade consequente, que a autora, estrategicamente, poucas vezes busca esclarecer.

A palpabilidade dos corpos é tratada aqui como a exclusão constitutiva do discurso, o espaço onde a linguagem encontra seu limite, figurando como um domínio de ininteligibilidade radical – uma espécie de *Grenzbegriff*. Para Butler, a impossibilidade de alcance deste domínio material em si decorre diretamente da condição humana, que nos impõe os limites da linguagem e das estruturas de inteligibilidade cultural como os limites de nossa realidade (a aproximação a determinado vocabulário kantiano é aqui forçosa e sintomática). Sendo assim, afirma Butler, é apenas a partir da nomeação interpelativa do sexo que esta base biológica será revestida de uma existência social, tornando-se cognoscível. Precedente à sua “inauguração” cultural no âmbito do discurso genderizado, há tão-só o desconhecido, o intematizável – em suma, os protocorpos impossíveis.

Ainda, a pensadora acentua que qualquer tentativa de compreender ou investigar a irredutível materialidade biológica dos corpos só pode ser conduzida através do discurso, estando, com efeito, fadada a esbarrar nos limites da ordem simbólica:

The body posited as prior to the sign, is always posited or signified as prior. This signification produces as an effect of its own procedure the very body that it nevertheless and simultaneously claims to discover as that which precedes its own action. (BUTLER, 1993, p.30)

Nesta passagem, fica clara a herança derridiana presente no pensamento butleriano. Em meio à sua contestação da metafísica da presença, a autora nos conduz a compreender que a própria noção de uma existência precedente ao discurso é, ela mesma, uma formulação cultural e discursiva, ou seja, um efeito dissimulador de atos de fala, que produzem aquilo que alegam simplesmente descrever ou constatar. Assim, nos vemos hermeticamente enclausurados nos limites da cultura, inapelavelmente condenados por nossa condição de “seres linguísticos” a viver em um mundo de remissões textuais e engenhosas ficções que discursivamente se apresentam como “materiais”, não podendo, de modo algum, vislumbrar a materialidade corporal que excede nossos conceitos; entre nós e a concretude dos corpos é construída uma intransponível barreira ontológica, uma alteridade absoluta que faz do Real e do Simbólico instâncias incomensuráveis. Como sintetiza Vicki Kirby (2006, p.70):

Our sense of the materiality of matter, its palpability and physical insistence, is rendered unspeakable and unthinkable in Butler’s account, for the only thing that can be known

about it is that it exceeds representation. Beyond cultural intelligibility, the existence of this external stuff ensures that our understanding of an outside, inasmuch as it is discourse dependent, can only be the dissimulation of an outside that *appears* as matter.

Apesar de suas motivações iniciais desconstrutivistas, um dos principais efeitos da teorização butleriana da *matéria* como um espaço inalcançável e inarticulado é, de fato, a reinstalação do tradicional binarismo natureza/cultura, que se expressa na distinção clara feita pela autora entre um reino de conhecimento e agência – nomeadamente, a Cultura – e sua infável contraparte material – a Natureza (KIRBY, 2006, p.69). Essa abordagem opera de maneira a expandir indefinidamente o segundo termo do par opositivo natureza/cultura, reconhecendo o caráter dinâmico, produtivo e cognoscível das práticas discursivas, porém o faz à custa da rejeição da materialidade física a um espaço de pura inércia, mutismo e complementaridade, esvaziando-a de sentido e, em última instância, apagando-a completamente – sob o salvo-conduto desta ser “inacessível”.

Sinteticamente, o “materialismo” (e aqui as aspas são fundamentais) de Judith Butler pode ser descrito em termos de uma realização parcial da “estratégia geral da desconstrução” (DERRIDA, 2001, p.47), qual seja, o duplo gesto inversão-deslocamento. Assim como grande parte da teoria feminista vinculada à virada linguística, Butler, visando confrontar os alicerces metafísicos dos discursos ideológicos naturalistas antifeministas, inverteu a hierarquia conceitual e a direção determinista dos dualismos matéria/ideia, natureza/cultura, ontologia/epistemologia – e sua expressão feminista contemporânea, sexo/gênero –, concebendo os últimos termos como definidores dos primeiros. A autora, todavia, se deteve no estabelecimento de novas formas hierarquizantes de organização das oposições binárias, agora de maneira a subordinar os polos anteriormente concebidos pelo discurso naturalista como determinantes, não realizando, assim, o real deslocamento da estrutura do sistema, isto é, não propriamente horizontalizando as antigas hierarquias de modo a reorganizar os termos em arranjos não-binários.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS: EM DIREÇÃO A UMA NECESSÁRIA HETERODOXIA MATERIALISTA

Como pudemos observar, apesar de suas aspirações pós-modernas, a abordagem butleriana do corpo se mantém fiel ao regime moderno de pensamento binário, definindo-o, pendularmente, ora como pura produção discursiva, ora

como nebuloso excesso material “anterior” à linguagem (BRAY; COLEBROOK, 1998). Tal dicotomia evoca, em alguma medida, o teor prevalecente nos debates sobre corpos e subjetividades, sendo estes tradicionalmente polarizados entre construtivismos totalizantes e naturalismos reducionistas.

Essa oposição rígida entre construtivismo e naturalismo pode ser compreendida como apenas aparente, uma vez que os lados concorrentes compartilham da pressuposição de existência de certa separação inexorável entre natureza e cultura, matéria e discurso, sendo que cada posição teórica localiza em polos distintos o elemento determinante em relação ao outro (SANTOS, 2017, p. 156). O que deve ser acentuado é que, além de alimentarem discussões circulares que induzem a teoria à estagnação, os termos por meio dos quais tais debates são conduzidos, ao nos forçarem a optar pela natureza ou pela cultura, pela matéria ou pelo discurso, nos impõem, independentemente das preferências facciosas que tenhamos, uma inaceitável convivência com o determinismo.

Diante deste quadro, mostra-se premente a tarefa de se definir aquilo que Bruno Latour, no plano da sociologia da ciência, chamou de “*new settlement*”, isto é, uma nova forma de pensar a interimplicação do material e do discursivo, da natureza e da cultura, que cumpra em transversalizar os fluxos entre os termos sem garantir prioridade a nenhum dos *aparentes* lados opostos.

Um primeiro passo no sentido de horizontalizar as estruturas hierárquicas que ditam os modos de se pensar as interações entre matéria e discurso em meio ao fenômeno corporal é admitir, como faz Susan Hekman (2008), que *há algo significativamente errado nas atuais considerações feministas sobre a materialidade dos corpos*. O material não é apenas um construto social; não é um simples objeto passivo de nossa criação linguística, como promulga o paradigma socioconstrutivista hegemônico (HEKMAN, 2008, p.92). Como um contrapeso à ortodoxia linguística dominante nos estudos feministas e de gênero contemporâneos, o quadro teórico não-determinista que desejamos deve partir do reconhecimento do papel ativo e produtivo desempenhado *também* pela “carne” em meio aos processos de materialização de um “eu” corporalmente localizado sem que, para tanto, sucumba a posicionamentos que definam a matéria enquanto extensão espontaneamente existente e autossuficiente (o que caracterizaria um pernicioso retorno a concepções próprias ao realismo moderno e seu intrínseco falocentrismo).

De fato, acreditamos que o espectro do essencialismo, que historicamente assombra o pensamento feminista sobre os corpos e as subjetividades, será eficazmente combatido não mediante um movimento de afastamento da biologia, da matéria e da natureza – como tem sido feito por diversas vertentes da teoria feminista –, mas a partir da problematização e radical redefinição da ideia de matéria que nos foi legada pelo projeto epistemológico moderno, de tal maneira que, após sua reformulação, não reste qualquer caricatura inerte e atomizada de materialidade corporal à qual os discursos essencialistas possam minimamente recorrer. Em outras palavras, julgamos necessário contrapor à reinante ortodoxia linguística uma nova *heterodoxia materialista*, em direção à qual os emergentes neomaterialismos estão dando seus passos iniciais.

O sepultamento definitivo do determinismo naturalista tem sido um dos principais objetivos históricos do feminismo enquanto movimento político e teórico. Tal meta, entretanto, não pode ser realizada à custa da concretude do mundo. Um esforço dessa natureza também demandará das atuais tendências hegemônicas nos estudos sobre as mulheres, feministas e de gênero, sempre prontas a descartar automaticamente perspectivas que retomam as problemáticas da biologia e da materialidade como “determinismo biológico disfarçado com outro nome” (KING, 1997, p. 130), confiança nas credenciais feministas de grupos que começam a discutir a relevância das dimensões ontológicas e tangíveis dos corpos. De nosso sucesso nessa tarefa de resgatar a concretude do mundo de sua vigente sublimação simbólica depende o futuro do feminismo como prática político-teórica verdadeiramente empenhada na emancipação dos corpos – estes, arriscamos dizer, irremediavelmente *materiais* (no sentido forte do termo).

## REFERÊNCIAS

- ALAIMO, Stacy. **Bodily natures**: science, environment, and the material self. Bloomington: Indiana University Press, 2010.
- ALTHUSSER, Louis. “Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado”. In: ŽIŽEK, Slavoj (Org.). **Um Mapa da Ideologia**. São Paulo: Contraponto, 1996. P.105-142.
- BARAD, Karen. “Getting Real: Technoscientific Practices and the Materialization of Reality”. **Differences**, n. 10, p.87-128, 1998.
- BARAD, Karen. **Meeting the Universe Halfway**: Quantum Physics and the Entanglement of Matter and Meaning. Durham & Londres: Duke University Press, 2007.

BRAY, Abigail; COLEBROOK, Claire. “The Haunted Flesh: Corporeal Feminism and the Politics of (Dis)embodiment”. **Signs**, n. 24, p. 35– 67, 1998.

BUTLER, Judith. **Bodies that Matter: On the Discursive Limits of Sex**. Londres: Routledge, 1993.

BUTLER, Judith. **Corpos que importam: os limites discursivos do “sexo”**. São Paulo: Crocodilo e N-1 Edições, 2019.

BUTLER, Judith. “Gender as Performance: Na Interview with Judith Butler”. **Radical Philosophy**, n. 67, p. 32-39, 1994.

BUTLER, Judith. **The Psychic Life of Power: Theories in Subjection**. Stanford: Stanford University Press, 1997a.

BUTLER, Judith. **Excitable Speech: A Politics of the Performative**. New York: Routledge, 1997b.

BUTLER, Judith. Variações sobre sexo e gênero. Beauvoir, Wittig e Foucault. In: CRESPO, Ana Isabel et al. (Orgs.), **Variações sobre sexo e gênero**. Lisboa: Livros Horizonte: 2008, p.154-172.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

COLEBROOK, Claire. “From Radical Representations to Corporeal Becomings: The Feminist Philosophy of Lloyd, Grosz, and Gatens”. **Hypatia**, n. 15, p. 76–93, 2000.

COLLING, Leandro; PELÚCIO, Larissa. Apresentação do Dossiê. **Periódicus**, Salvador, n. 3, v. 1, mai.-out. 2015. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/14253/9856>. Acesso em 03/11/2019.

DAVIS, Noela. **Material Subjectivity: The Performative Entanglement of Biology Within Sociality**. Tese de Doutorado em Filosofia, Faculty of Arts and Social Sciences, University of New South Wales, 2010.

DE LAURETIS, Teresa. “Statement Due”. **Critical Inquiry**, v. 30, n. 2, p. 365-368, 2004.

DERRIDA, Jacques. **Posições**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

HEKMAN, Susan. “Constructing the Ballast: An ontology for feminism”. In: ALAIMO, Stacy; HEKMAN, Susan (Orgs.), **Material Feminism**. Bloomington: Indiana University Press, 2008, p. 85-119.

HIRD, Myra. **Feminist Matters: New Materialist Considerations of Sexual Difference**. **Feminist Theory**, v. 5, n.2, p.223–232, 2004.

KIRBY, Vicki. **Judith Butler: Live Theory**. Londres: Continuum, 2006.



KING, Ynestra. “Curando as feridas: feminismo, ecologia e dualismo natureza/cultura”. In: JAGGAR, Alison; BORDO, Susan (Orgs.), **Gênero, Corpo, Conhecimento**. Rio de Janeiro: Record – Rosa dos Tempos, 1997, p. 126-156.

MARTINS, Bruno Sena. **E se eu fosse cego? Narrativas silenciadas da deficiência**. Porto: Afrontamento, 2006.

RUBIN, Gayle; BUTLER, Judith. “Tráfico sexual: entrevista”. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 21, 2003. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8644617>. Acesso em 07/11/2019.

SANTOS, Caynã de Camargo. “O Pecado da Carne: Neomaterialismo e a (Re)Descoberta do Corpo”. **Ex aequo**, Lisboa, n. 35, p. 145-158, 2017. Disponível em <https://exaequo.apem-estudos.org/artigo/35-o-pecado-da-carne-neomaterialismo-e-a-re-descoberta-do-corpo>. Acesso em 12 dez. 2019.

TURNER, Terence. “Bodies and Anti-bodies: Flesh and Fetish in Contemporary Social Theory”. In: CSORDAS, Thomas. (Org.), **Embodiment and Experience: The Existential Ground of Culture and Self**. Cambridge: Cambridge University Press, 1994, p. 27-47.



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons – Atribuição Não-Comercial 4.0 Internacional.

## MASCULINIDADES NO CINEMA EM RECORTE: BRANDON & KOWALSKI

---

Celso Vitelli

**RESUMO:** Este texto analisa personagens de dois filmes: *Shame* (2012), de Steve McQueen e *Gran Torino* (2008), de Clint Eastwood. A escolha desses filmes se deve ao fato de ambos terem como protagonistas personagens homens com diferentes nuances de masculinidades. O foco de análise são as personagens de Michael Fassbender (Brandon), de *Shame* e de Clint Eastwood (Walt Kowalski), em *Gran Torino*. Estabeleceu-se como objetivos para o desenvolvimento deste texto pensar através de dois pontos: 1º) Sedução, solidão, vergonha, medo e sexualidade masculina para Brandon. E para o personagem Kowalski: 2º) Heranças de Guerra, solidão, velhice e medo na construção de uma masculinidade viril. Estas questões são pensadas aqui com outras, mis gerais, analisadas com as teorias de autores como Connell, Fabris, Louro, entre outros. Assim, pode-se concluir que os dois protagonistas possuem identidades complexas, eles são circunspectos e respondem aos acontecimentos de suas vidas agindo de forma mais justa ou injusta, porém, com variações de tonalidades movidas por sentimentos como medo ou solidão. Kowalski e Brandon demonstram, ainda, sentimentos de incompletudes nas relações familiares.

**PALAVRAS-CHAVE:** Cinema. Masculinidades. Solidão. Medo. Sexualidade.

**ABSTRACT:** This text analyzes characters from two films: *Shame* (2012), by Steve McQueen and *Gran Torino* (2008), by Clint Eastwood. The choice of these films is due to the fact that both have as protagonists male characters with different nuances of masculinities. The focus of analysis is the characters of Michael Fassbender (Brandon), *Shame* and Clint Eastwood (Walt Kowalski) in *Gran Torino*. It was established as objectives for the development of this text to think through two points: 1st) Seduction, loneliness, shame, fear and male sexuality for Brandon. And for the character Kowalski: 2º) Inheritances of War, loneliness, old age and fear in the construction of a virile masculinity. These questions are thought here with other, general mis, analyzed with the theories of authors such as Connell, Fabris, Louro, among others. Thus, it can be concluded that the two protagonists have complex identities, they

are circumspect and respond to the events of their lives acting more fairly or unfairly, however, with variations in shades moved by feelings such as fear or loneliness. Kowalski and Brandon also show feelings of incompleteness in family relationships.

**KEYWORDS:** Cinema. Masculinities. Loneliness. Fear. Sexuality.

## INTRODUÇÃO

Podemos considerar o cinema um dos artefatos da mídia que nos fornece diferentes visões pedagógicas sobre os modos de ser homem, mulher, criança, entre outros temas. Assim, artefatos culturais como filmes, em um sentido mais amplo, têm sido estudados para além do papel de entretenimento, mas através de diálogos com teorias de diferentes autores. Analisando neste artigo os filmes *Shame* (2012) e *Gran Torino* (2008), as principais teorias compartilhadas aqui são os estudos de Robert Connell/Raewyn Connell (2005, 2013) e de Lucas Henrique dos Reis (2018). Também participam deste diálogo: Henry Giroux (1995), Douglas Kellner (1995), Rosalia Duarte (2002), Elí Fabris (2008), Rosa Maria B. Fischer (2007), entre outros autores.

Segundo Eli Fabris, as imagens do cinema “nos interpelam para que assumamos nosso lugar na tela, para que nos identifiquemos com algumas posições e dispenseemos outras” (2008, p.118). Já para Andrei Tarkovski (2010), uma obrigação do cinema seria a de “dizer às pessoas a verdade a respeito da nossa experiência comum, tal como ela surge à luz da minha experiência e da minha compreensão” (2010, p.225). Ele ainda menciona que essa verdade “não promete ser branda ou agradável” (Idem, p.225). Nessa linha de pensamentos, circunscrevendo ainda mais o campo da pesquisa *Lições de masculinidades no cinema*, finalizada em abril de 2021, acredito que nos filmes *Shame* e *Gran Torino*, não há nada de brando ou agradável, roubando as palavras do autor para pensar a complexidade dessas criações cinematográficas.

## SOBRE A METODOLOGIA

Por que escolher imagens do cinema? Como professor formador de estudantes do Curso de Licenciatura em Artes Visuais, acredito que devemos trabalhar com imagens de diferentes fontes, como as do cinema, por exemplo.

Tais imagens já vêm sendo pensadas pelos autores dos Estudos Culturais em educação e também pelos estudiosos da Cultura Visual, como Irene Tourinho (2010) e Marilda Oliveira de Oliveira (2014), entre tantos outros. Importante mencionar que o presente texto faz parte das análises de uma pesquisa mais ampla: *Lições de masculinidades no cinema* (2019-2021). Para esta pesquisa, foram escolhidos quatro filmes para a análise: *Shame* (2012), do diretor Steve McQueen; *Gran Torino* (2008), do diretor Clint Eastwood; *Dom Juan Demarco* (1995), de Jeremy Leven e *Crash* (2005), traduzido no Brasil como *Crash, no limite*, de Paul Haggis. Tal escolha foi feita devido ao fato de terem como protagonistas, esses filmes, personagens homens com diferentes nuances de masculinidades. Também importante marcar que distintas posições de gênero são apresentadas nestes e em outros filmes como legítimas, subordinadas, hegemônicas, subalternas, desviantes, entre outras. Assim, tais posições são apresentadas nas películas com imagens e discursos dentro das hermenêuticas de dominação, subordinação ou desvio. Tais posições também são teoricamente marcadas, por pesquisadores na área dos estudos de gênero e, de forma mais indireta, pelo cinema. Os filmes foram assistidos, mais de uma vez cada um deles, pelos membros grupo de pesquisa (coordenador e quatro bolsistas de Iniciação Científica). Foram transcritas várias cenas e estas, trazidas para o grupo de discussão, provocaram e promoveram debates, análises em parceria com as teorias levantadas sobre o tema.

Assim, para problematizar as representações de masculinidades produzidas nos dois filmes aqui em recorte, o foco aqui são os personagens de Michael Fassbender (Brandon Sullivan), do filme *Shame* e Clint Eastwood (Walt Kowalski), do filme *Gran Torino*. Os dois filmes têm, como protagonistas, personagens homens com diferentes nuances de masculinidades, o que possibilitaria múltiplas análises. Apesar de os filmes se situarem em diferentes contextos e dos personagens aqui analisados terem diferentes idades, considera-se pontos comuns: os dois serem homens brancos e também de terem acentuadas nas películas em recorte, as suas virilidades. Ainda, destaca-se entre os protagonistas, principalmente, os seguintes pontos de intersecção: *solidão* e *medo*, muito presentes nas vidas de ambos. Esses pontos, por sua vez, atravessam outras questões que desenham as trajetórias desses personagens. Para responder esses principais questionamentos, considerou-se dois tópicos de análise. Para Brandon: 1) Sedução, solidão, vergonha e medo na sexualidade masculina. E para o personagem Kowalski: 2) Heranças de Guerra, solidão, velhice e medo na construção de uma masculinidade viril.

Isso posto, apresenta-se a seguir o desenvolvimento dos tópicos escolhidos para pensar esses dois personagens.

## SEDUÇÃO, SOLIDÃO, VERGONHA E MEDO NA SEXUALIDADE MASCULINA

*Shame* conta a história de Brandon (Michael Fassbender), um publicitário que vive em Nova York. Ele é um homem aparentemente apático de 30 e poucos anos, bem-sucedido e solitário, que não pensa em manter um relacionamento com ninguém. Sua vida, a princípio, se resume a busca de prazer sexual. Porém, sua rotina se modifica com a chegada da irmã, Sissy (*Carey Mulligan*).

Segundo o crítico de cinema Bruno Carmelo (2019),

*Shame* inicia-se com um corpo nu. *Michael Fassbender* desfila pelos corredores de sua casa. Ele vai ao banheiro, urina, depois caminha em direção à câmera, em cena de nu frontal que revela o sexo ao mesmo tempo em que esconde o rosto. A imagem nunca abandona este corpo, mesmo quando está deitado na cama, com aspecto cadavérico, sob uma luz esbranquiçada. Este início resume bem o conceito do filme: tratar de um corpo, de sua nudez, sem qualquer fetiche ou glamorização.

Assistimos ao desenrolar da história de um homem que se cruza a outras vidas. Tudo começa com uma música lenta, silêncio nos dois primeiros minutos de cena e um gemido de prazer. A primeira voz ouvida no filme não é a do personagem principal (*Brandon*) e sim, a de sua irmã, pedindo para que o irmão atenda ao telefone (recado deixado na secretária eletrônica). Somente após três minutos de filme é que surge a voz do personagem principal. Cena que segue, música de orquestra, olhares, assim transcorre os quase dez minutos iniciais do filme, as falas são escassas. As roupas, o tipo de música que ouve, o apartamento, mostram que Brandon é um homem aparentemente bem-sucedido, que trabalha e mora em Nova York.

Em uma reunião de trabalho de Brandon, a primeira frase de seu chefe aos funcionários é: “Acho vocês nojentos”. Nos olhos de Brandon, a culpa e a vergonha aparecem quando ele lança seu olhar para o chefe. Tal olhar mostra uma reação de alguém que parece ter sido descoberto por algo que tenha feito, um olhar, diria, de surpresa misturada a medo. Tal olhar mostra na reação do protagonista, que ele teria sido descoberto por “ter feito algo que não deveria” (grifo meu). A vergonha se antecipa para o protagonista

nesta cena, mostrada em suas expressões de surpresa com as palavras do seu chefe e, nessa direção, cabe lembrar um dos significados da palavra vergonha que se encaixa nessa situação, qual seja, a insegurança efetivada pelo medo do julgamento alheio, segundo o Dicionário Online de Português<sup>1</sup>. Nesse sentido, é preciso destacar que o título “Vergonha (*Shame*) ilustra o conflito central da temática que o filme aborda. Este título curto e simples parece mostrar que é sob o signo da vergonha que se qualifica a tonalidade afetiva de toda a história” (MACHADO, 2016, p.1303). Interessante salientar, ainda sobre a cena de reunião de trabalho, que as frases ditas pelo chefe de Brandon, inicialmente, não dizem a que ou a quem ele se refere. Em seguida sim, o chefe argumenta do que se trata - é algo sobre as empresas em geral. Finalizada a reunião, Brandon sai da sala e se masturba no toailete do trabalho, mesmo tendo feito sexo em uma noite anterior. Isso mostra, inicialmente, certa compulsão do personagem por sexo. Ao chegarem à casa ele toma uma cerveja e volta assistir filmes pornôns no computador. Como afirma Louro:

[...] ao longo dos tempos, nos filmes, posições de sujeitos e práticas sexuais e de gênero vem sendo representadas como legítimas, modernas, patológicas, normais, desviantes, sadias, impróprias, perigosas, fatais, etc. Ainda que tais marcações sociais sejam transitórias ou, eventualmente, contraditórias, seus resíduos e vestígios persistem, algumas vezes, por muito tempo (LOURO, 2008, p.82).

Na citação de Louro, quais palavras, entre as tantas que poderiam definir práticas sexuais se relacionam às práticas do personagem Brandon? Talvez, no senso comum, patológicas, impróprias, perigosas e desviantes facilmente definiram tais práticas do personagem. Porém, o filme também dá a pensar sobre a complexidade da personalidade de Brandon. Assim, o que a princípio parece ser fácil, definir a sua personalidade, torna-se difícil na medida em que o filme abre espaço para imaginarmos como teriam sido os períodos de infância e adolescência de Brandon. Ou seja, nos conduz a pensar também em como se constituiu tal personalidade para essa vida sexual. Talvez Brandon tenha sofrido algo deprimente em sua infância, juntamente com sua irmã, porque ambos, em certas cenas, expressam em suas conversas esse problema na vida adulta. Ele, com a insaciedade, vício e, por vezes “vergonha” pelo sexo que pratica. Já a irmã, Sissy, nos demonstra isso com os seus surtos que envolvem mutilação e tentativa de suicídio.

1 Disponível em <https://www.dicio.com.br/medo/>. Acesso em: 12 maio 2021.

As masculinidades cúmplices são demonstradas em uma cena de bar, em que Brandon e outros quatro homens, provavelmente todos eram colegas de trabalho, tentam conquistar três mulheres que estavam no balcão do bar. Eles fazem apostas de conquistas, fazem elogios aos companheiros, que dão a ver um pouco dessas masculinidades cúmplices. Para Connell (2005), *cúmplice*, é a masculinidade com a qual homens se conectam com certos projetos da masculinidade hegemônica, porém, não cumprem todas as práticas hegemônicas com rigor. Por exemplo, o casamento e a paternidade incluem compromissos com as mulheres, mais do que uma simples relação de dominação. Pensando as masculinidades hegemônicas, e na história de *Shame* e seus personagens masculinos, verificamos que as mesmas “podem ser construídas de forma que não correspondam verdadeiramente à vida de nenhum homem real. Mesmo assim esses modelos expressam, em vários sentidos, ideais, fantasias e desejos muito difundidos” (CONNELL, 2013, p.253).

Brandon corre à noite pelas ruas de Nova York ouvindo música erudita em seu ipod. Essa cena acontece após ele ter ouvido, no seu apartamento, a irmã e seu transando em seu quarto com seu amigo e colega de trabalho. Os três já haviam saído juntos em um bar, na cena anterior a esta. Em outra cena, ele hesita ao entrar em um restaurante para jantar com uma colega de trabalho, Marianne (Nicole Beharie). Tal hesitação do personagem pode ser vista como um medo de enfrentar uma relação fora daquilo que é o seu cotidiano, ou seja, das suas relações com prostitutas, de ver filmes pornográficos ao longo dos dias. Porém, Brandon decide entrar e jantar com a sua colega. Na conversa durante o jantar ele afirma ser avesso ao casamento, dizendo: “*Não entendo porque as pessoas querem se casar, ainda mais hoje em dia*”. E continua: “*Não vejo a razão. Não parece algo realista*”. “*Uma pessoa para o resto da vida?*” Ele afirma que as pessoas nos restaurantes jantam, mas não conversam. Em resposta a isso, Marianne afirma: “*provavelmente não tem o que falar porque estão conectados*”. “*Ou estão entediados*”, diz Brandon. Para Sócrates Nolasco,

A ausência de uma linguagem afetiva, a incapacidade para se entregar às demandas do encontro amoroso – e nele poder consumir uma experiência de cumplicidade – são para os homens efeito do tratamento que habitualmente aprenderam a dar a seus afetos. Para eles, os afetos surgem como elementos estranhos e inquietantes (1993, p.99).

A conversa finaliza com Brandon dizendo que o seu relacionamento mais longo foi de quatro meses. Em uma cena posterior a esta, ele se sente mal

por não ter conseguido ter uma relação sexual com Marianne, mas volta ao mesmo lugar em que esteve com a colega e, com uma prostituta, ele consegue transar. Talvez essa cena nos mostre mais uma teoria de Nolasco (1993), a de que a cama funcionaria, para certos homens como um “mediador afetivo” para o que eles não conseguem suportar sentir. E também acredito que cabe nesse caso pensar, como afirma o mesmo autor, que “um homem teme se entregar, pois isso faria com que entrasse em contato com uma experiência que pouco conhece” (1993, p.108).

Apesar da escrita de Nolasco situar-se nos anos 90, acredito que esses sentimentos apontados pelo autor em relação aos homens e suas relações amorosas, ainda perduram, como no caso de Brandon, porém, é importante pontuar que ocorreram muitas mudanças de comportamento nesses anos todos. Ainda assim, a escrita do autor em relação ao tema, em certos casos, é atual.

Noutra cena, Brandon parece tentar fazer uma faxina geral em sua vida após ser surpreendido por sua irmã quando ele estava se masturbando no banheiro de seu apartamento, ele joga fora revistas pornográficas, fitas de vídeo e, inclusive, o seu *laptop*. Isso mostra, segundo Machado (2016, p. 1305), que o sentimento de insuficiência de Brandon ultrapassa “todas as suas qualidades e, a partir do momento em que sua irmã descobre seu lado oculto, ele, em uma tentativa de expelir de si suas angústias, realiza uma saída extrema de eliminar seus objetos maus que ameaçavam os seus bons objetos internalizados e idealizados”.

Nessa cena e em outros momentos do filme, trilha sonora dá um tom moralista, segundo alguns teóricos. Na direção de pensar a imagem fílmica com a trilha sonora, vale destacar o que escreve o autor Wesley Pereira de Castro, ele acredita que a trilha sonora deste filme é um elemento que censura os comportamentos dos personagens. Isso pode ser percebido com mais vigor, segundo o autor:

[...] na cena em que Brandon penetra numa boate ‘gay’, depois de ter sido espancado pelo namorado de uma mulher que ele cortejou de modo ofensivo, e é abordado sexualmente por outro homem, que se ajoelha diante dele e pratica feição. Durante a sequência, a trilha sonora adota uma dramaticidade ‘in crescendo’, que se sobrepõe à música eletrônica que está sendo executada na boate, conferindo à mesma, fotografada



em vermelho-néon, um aspecto moralista de ‘descida ao inferno’, num viés que é esteticamente similar ao comumente adotado pelo diretor Gaspar Noé, em especial, no filme “Irreversível” (2012, p.3).

Já sobre a imagem fílmica, Tarkovski diz: “Que coisa extraordinária é a imagem! Em certo sentido, ela é muito mais rica do que a própria vida, e talvez assim seja exatamente por expressar a ideia da verdade absoluta” (2010, p.133). Nessa direção, ele menciona o que seria mais doloroso na criação, “descobrir o caminho mais curto entre aquilo que se quer dizer ou expressar e sua reprodução definitiva na imagem consumada” (Idem, p.133). Assim, evidencia-se no embaralhar da criação de um filme, que as conexões que envolvem imagens, sons, narrativas, enfim, os elementos que fazem de um filme um artefato tão complexo de análise.

Voltando às cenas, em uma discussão, a irmã de Brandon chama a atenção dele, dizendo para o irmão que ele não poderia falar sobre relações sexuais. Na cena, os dois se olham com uma cumplicidade de quem sabe o porquê.

Após a fracassada tentativa de conquista de uma mulher em um bar, Brandon apanha do namorado dela (é a mesma cena mencionada na citação anterior). Ele tenta entrar novamente no mesmo bar, mas é impedido pelo segurança. Como ele não consegue entrar nesse lugar decide ir a uma boate gay. Como já mencionado, mesmo um homem tendo feito sexo oral em Brandon, insaciável sexualmente, ele continua sua jornada tendo outra relação sexual com duas prostitutas ao mesmo tempo. Uma das características dessa película é o extraordinário sentido de frustração e insatisfação do protagonista. Trazendo novamente a importância da trilha sonora atrelada às ações do personagem, com música erudita ao fundo, a cena é longa, e em certo momento, o rosto de Brandon, além do prazer, parece mostrar uma dor maior. Talvez essa passagem de cenas, situações, roubando uma expressão de Zygmunt Bauman dá a pensar sobre o que seria uma *sexualidade líquida*. Bauman não escreveu um livro sobre sexualidade, mas entre tantos outros títulos, escreveu *Amor líquido* (2004). A conexão com esse autor estaria no sentido de pensarmos sobre onde é possível ligar e desligar-se com rapidez em certas relações, assim como Brandon o faz com suas/seus parceiros/as.

O filme tem uma peculiaridade, mesmo em momentos de tensão, as músicas são calmas e geralmente, instrumentais. Um exemplo disso é quando o Brandon encontra sua irmã no apartamento toda ensanguentada e com os

pulsos cortados, quase morrendo. A música parece um cravo de Bach<sup>2</sup>. Não há falas nessa cena, mostra somente o desespero de Brandon com a irmã nos braços, ensanguentada. Ainda com música ao fundo, depois de deixar a irmã em uma cama de um hospital, Brandon sai caminhando na chuva e chora de maneira desesperada.

Penafria (2009) escreve sobre três importantes tipos de abordagem para a análise fílmica de um filme documentário. Mesmo não se tratando aqui de uma análise de documentário, sua teoria elucida certos recursos, acredito, utilizados nos filmes em geral. A primeira abordagem do autor diz respeito ao aspecto visual/sonoro do filme, a análise de sons, músicas, ponto de vista da câmera, tipos de planos, tipos de movimentações de câmera. O segundo aspecto trata do sentido narrativo, quem conta a história? Quem narra? Qual o tipo de narração utilizada?; e o terceiro aspecto seria aquele que Penafria chama de sentido ideológico (2009, p.9). Esse último sentido, o ideológico, nos leva a pensar sobre como analisar as mensagens que o realizador pretende com o seu filme, quais ligações o criador do filme faz com a temática abordada? Que posicionamentos políticos esse filme legitimaria, encorajaria ou desencorajaria? Retomo, nessa direção, o que Wesley de Castro (2012), citado anteriormente, menciona, por exemplo, sobre certo tom moralista que teria a música em cenas de *Shame*.

No outro dia, aparentemente recomposto, bem-vestido, elegante, Brandon aparece esperando o metrô na estação. Ao entrar no metrô ele lança olhares para a mesma mulher que aparece no início do filme. Ele a observa e vê uma aliança na mão dela. Diferente dos olhares lançados entre os dois nas primeiras cenas do filme, dessa vez ele não lança sorrisos lascivos à mulher, mas fica sério. Essa é a última cena do filme. Para Stephan, Madeira Filho e Fernandes:

A incompletude revelada nas diversas tentativas de saciar os instintos sexuais do personagem Brandon demonstra que há um ideal de homem que não se completa, porque não há mais o que completar, senão seguir de forma repetida e compulsiva uma paixão fugidia que já não se espera alcançar. New York é a caixa de Pandora das expectativas da modernidade, traduzida na arquitetura da cidade, onde os sonhos humanistas e o desejo iluminista e romântico se perderam na confusão dos dias e das noites (2014, p. 171).

---

2 Não foi encontrada a autoria dessa música na cena citada.

Pode-se arriscar a dizer que os olhares de Brandon também revelam algo sobre o jogo de sedução que esse personagem estabelece com os seus alvos. Ele parece não se revelar totalmente. Maria Rita Kehl (2000), por exemplo, diferencia a experiência da sedução do apaixonamento. Ela afirma:

A experiência da sedução é diferente da do apaixonamento - embora uma contenha a outra e vice-versa! E bem mais diferente da experiência do amor que conta a reciprocidade, com a entrega mútua onde dois caminham juntos por terrenos mais ou menos (mais no menos!) conhecidos. O seduzido não sabe onde pisa - e pensa que o sedutor sabe (2000, p.411).

Da citação de Kehl, podemos destacar dois pontos, o primeiro trata de reciprocidade e entrega mútua. Na cena em foco, podemos certamente afirmar que existe, pelo menos uma reciprocidade de olhares, mas não sabemos se há entrega mútua dos dois personagens. O segundo seria pensar sobre o “saber onde se pisa” nesse jogo de sedução. Nessa ficção, não sabemos exatamente se o que afirma Kehl seria válido na cena em recorte, porque talvez aqui “a seduzida” saiba onde pisa e até onde pode ir, alimentando o jogo de sedução com Brandon. Ela (personagem) estabelece certo limite quando desce do vagão do metrô sem se comunicar verbalmente com ele. Ao “fugir fisicamente” de Brandon, a mulher do metrô talvez intencione fazer o que afirma Kehl mais adiante em seu texto: “Se o homem sedutor constitui uma narcisista, eu diria que a mulher sedutora constitui um perverso” (Idem, 2000, p.421). Ainda no mesmo artigo, Kehl (2000) questiona a posição do sedutor e sua possível relação com a depressão, afirmando que mais dia, menos dia esse sedutor pode se cansar de sustentar seu narcisismo com mentiras que, mesmo que no seu inconsciente, devem falhar. Segundo a autora, esse homem “conhece aquilo que nega tão ativamente; ele também se esvazia em relações estéreis onde evita fobicamente alguma troca verdadeira para poder se manter no papel” (2000, p.422). Já para Nolasco, há homens que “caçam com os olhos, na busca de saciar apenas o desejo da conquista” (1993, p.100). O autor ainda afirma que “uma das vulnerabilidades do mundo masculino reside no fato de que os homens têm dificuldade para manter ou sustentar as relações que conquistam” (NOLASCO, 1993, p. 100).

As escritas de Kehl e de Nolasco são do campo da psicologia e muito anteriores à existência do filme, muitos anos se separam. Porém, a citação de Kehl parece descrever fielmente o personagem de Michael Fassbender

(Brandon). O protagonista mostra em diferentes cenas, esse cansaço de sustentar seu narcisismo. Também medo e vergonha, atravessam suas relações, sejam estas tentativas de serem verdadeiras ou estéreis, o mesmo, a meu ver, acontece com a teoria de Nolasco. Já na esteira do cinema, para Martin, o que distingue o cinema de os outros meios de expressão culturais seria “o poder excepcional que lhe advém do fato de sua linguagem funcionar a partir da reprodução fotográfica da realidade. Com efeito, com ele, são os próprios seres e as próprias coisas que aparece e falam, dirigem-se aos sentidos e falam à imaginação” (MARTIN, 2005, p. 24).

## HERANÇAS DE GUERRA, SOLIDÃO, VELHICE E MEDO NA CONSTRUÇÃO DE UMA MASCULINIDADE VIRIL.

*Gran Torino*, filme lançado em 2008, é um drama protagonizado e dirigido por Clint Eastwood que narra a história de um homem recém-viúvo que lida com a presença de vizinhos imigrantes *hmong* num bairro em Detroit/EUA. A primeira cena do filme apresenta Walt Kowalski (Clint Eastwood) com a família no enterro de sua esposa, Dorothy. Seus filhos conversam entre si, são dois homens que tem idade de, aproximadamente 50 anos. Enterrando a mãe, os dois parecem, pelas falas entre eles, não quererem ficar com o pai, alegando nessa conversa que Walt está sempre se queixando e causando transtornos. Nessa direção, partilho uma análise do filme próxima ao que afirma Lucas Henriques dos Reis (2018) em sua dissertação de mestrado:

Tomo o filme, então, não como uma representação já pronta, mas um produto cultural capaz de estabelecer uma relação representacional entre obra e espectador, sendo possível construir sentidos variados sobre a obra. Por isso, não é meu objetivo compreender as intenções do diretor: o objetivo das análises é perceber sentidos possíveis, colocando o objeto filmico em diálogo com a cultura e a história dos Estados Unidos (p.17).

Com o foco nas representações de masculinidades produzidas nos filmes e com o personagem de Clint Eastwood (Walt Kowalski), esse filme marca as relações entre as diferentes culturas presentes na película para além de suas fronteiras territoriais. A escolha desse filme se deve ao fato de ter, como protagonista, também como em *Shame*, um personagem homem, porém, com diferentes nuances de masculinidades, o que potencializa diferentes análises. O cinema, como afirma Rosália Duarte (2002), é constituidor de conhecimentos sobre a história humana, guerras, momentos históricos, outros países, questões

ambientais e sociais que nossas percepções estão marcadas pelo contato que temos ou que tivemos com imagens cinematográficas. Além disso, é importante refletir aqui sobre a noção de fronteira, construída tanto nos Estados Unidos em geral, como em *Gran Torino*. Vemos uma fronteira, no filme, que não é apenas o limite entre dois territórios, como afirma Reis (2018) “é também um conceito que carrega consigo uma carga simbólica que adquiriu características mitológicas” (p.27). Nessa direção, o personagem Kowalski pode ser visto como uma possível amostra das relações entre masculinidades e nações.

Nas cenas iniciais do filme, ainda durante a cerimônia de enterro da sua esposa, Walt Kowalski sai para passear com o seu cachorro e vê os vizinhos *hmong* se mudando, ele cospe no chão proferindo a frase - “*quantos ratos cabem numa casa?*”. Essa ação e a frase proferida pelo personagem já nos fornecem indícios de uma personalidade machista, grosseira e preconceituosa. Numa cena seguinte, diante das perguntas da neta sobre o que Walt faria com o seu carro antigo e um sofá também antigo, que ela gostaria de ficar, ele somente a olha e novamente cospe no chão, sem dizer nada. Homem de poucas palavras, Walt, pode-se dizer, tem uma identidade complexa, ele é circunspecto, racista, justo, injusto, reacionário, machista e, ao mesmo tempo, defensor dos fracos. Poderia citar outras palavras que compõem tal identidade. Importante pensar que, com essa identidade multifacetada de Walt, suas “lições” de masculinidade para Thao, podem ser pensadas levando em conta ainda o fato de que:

[...] o processo seja narrado com um tom quase familiar, a violência colonizadora dos esforços de Walter para transformar Thao em um homem fica evidente nas constantes comparações entre a identidade *hmong* e a identidade americana como concebida por Walt, sempre em detrimento da primeira. Os traços característicos da masculinidade *hmong* são avaliados sempre tendo como parâmetro a cultura americana (GUIMARÃES; SANTOS, 2013, p.7).

Em outra cena Walt chama os vizinhos *hmong* de “malditos bárbaros”. Na sequência, lançam olhares ele e uma senhora, a vizinha *hmong* –, ela esbraveja dizendo “*por que esse velho americano branco maldito não se mudou?*”. Kowalski olha para ela e, mais uma vez, repete a ação de cuspir no chão. O mesmo faz a senhora, sua vizinha.

Gangues de mexicanos e coreanos se agridem em seus carros – assim, podemos também perceber ações de masculinidades cúmplices que, diferente do que se mostra em *Shame*, nas gangues de *Gran Torino*, os jovens

se enfrentam pela disputa de poder dos grupos. Nessa direção, agir no coletivo parece ser mais fácil para esses jovens homens. Eles se chamam de “irmãos”. Claudine Haroche (2013) quando se refere às fraternidades entre os homens, observa que (acredito que o mesmo acontece com as gangues, que é quase um sinônimo):

[...] desde imediatamente após a Primeira Guerra Mundial até as premissas da Segunda, permite de fato circunscrever os traços fundamentais da existência histórica da virilidade como sendo o coração da dominação masculina. Isto porque as fraternidades revelam os elementos essenciais do dispositivo viril: o dispositivo, como se terá pressentido, da exclusão das mulheres, aquele também do processo de formação de uma solidariedade compacta entre homens-irmãos, indissociável de uma hierarquização entre iguais e, a partir daí, de traços do modelo patriarcal autoritário (2013, p.22-23).

Um dos participantes, líder uma gangue *hmong*, Fong “Spider”, é primo de Thao Vang Lor (Bee Vang), vizinho *hmong* de Walt. Spider, mesmo livrando Thao do perigo, debocha do menino chamando-o de “menina”, e outro membro da gangue o chama de “bichinha”. O menino Thao se recusa a entrar no carro com eles. Já na cena seguinte, Thao estava plantando no jardim da sua casa, então, os membros da gangue o mandam largar aquele trabalho porque aquilo era “coisa de mulher”. A gangue de Spider, nessa mesma cena, fica de olho no carro do vizinho Kowalski, um *Gran Torino 72*. Importante salientar o que Pierre Bourdieu sobre como funcionam certas formas de “coragem” no universo masculino:

[...] o que chamamos de “coragem” muitas vezes tem suas raízes em uma forma de covardia: para comprová-lo basta lembrar todas as situações em que, para lograr atos como matar, torturar ou violentar, a vontade de dominação, de exploração ou de opressão baseou-se no medo “viril” de ser excluído do mundo dos “homens” sem fraquezas, dos que são por vezes chamados de “duros” porque são duros para com o próprio sofrimento e sobretudo para o sofrimento dos outros [...] (2010, p.66).

Talvez de forma não tão consciente, os meninos da gangue *hmong* estão enredados no que Bourdieu afirma acima e, assim, acredito que eles também têm medo da exclusão do mundo dos “homens”, comportando-se então dessa forma. Sobre a palavra medo, importante marcar, recorrendo mais uma vez ao o que explica o Dicionário Online de Português sobre a palavra, que além de ser um adjetivo e substantivo masculino, entre algumas definições, está

o de sentimento de grande inquietação em relação a algo desagradável, ou a possibilidade de um insucesso. Pensando nos pontos de intersecção de sentimentos que assolam os personagens de ambos os filmes, com poucas palavras, vemos nos gestos e olhares de Brandon, em várias cenas do filme, principalmente esse medo do insucesso. As marcas desse medo estão muito presentes na conversa que ele tem no jantar com Marianne, por exemplo, já mencionado acima no texto. Ou seja, as falas do protagonista apontam, quase sempre, os insucessos de relações a dois de longo prazo. Já o medo de Kowalski se mostra na sua resistência de perder uma masculinidade viril, violenta, remetendo à fraqueza que se impõe com sua velhice. Assim tentando se impor nessa identidade, em uma cena de bar com os amigos, Kowalski conta piadas racistas sobre personagens judeus, mexicanos e negros. Neste bar, Janovich (Christopher Carley), o padre que rezou a missa de enterro da esposa de Walt, o procura para falar com ele. A conversa inicia com Janovich pedindo para beber uma Coca-cola e Walt dizendo que isso não é bebida de homem, que ele peça outra coisa. O padre diz que gostaria de falar sobre vida e morte com o Walt. Ele afirma que o padre não sabe nada sobre isso, então Janovich pergunta: “e você o que sabe?” Ele diz que lutou na Coréia e matou jovens de 17 anos, mas confessa que isso são coisas horríveis com as quais ele tem que conviver. “E a vida”, pergunta o padre. Walt diz que sobreviveu à guerra e constituiu família. Janovich afirma que ele parece saber mais sobre a morte do que sobre a vida.

Mais adiante no filme, após tentativa de roubo do carro de Walt por Thao, ele [Walt] limpa o Gran Torino com um pano, tendo bastante cuidado. Podemos relacionar a relação de extremo cuidado de Walt com o seu carro antigo, primeiro, por ter trabalhado muitos anos na *Ford*. Porém, pensando uma relação mais ampla, sobre o que significa para certos homens ter um carro, vale lembrar as palavras de Jean Baudrillard em *O sistema dos objetos* (1997). O autor afirma que o carro “é também um domicílio, mas excepcional, uma esfera fechada de intimidade, mas desligada dos embaraços habituais da intimidade, dotada de uma intensa liberdade formal, de uma velocidade vertiginosa” (1997, p.75). Ainda mencionando a relação entre homens, carro e velocidade, Baudrillard nos lembra de que “a velocidade é, ao mesmo tempo, transcendência e intimidade” (Idem, 1997, p.77).

O choque entre diferentes gangues é mostrado em várias cenas no filme. Por exemplo, a gangue de jovens *hmongs* aparece com frequência na película e tem uma relação conflituosa com a família de Thao. Um exemplo é que,

diante da recusa do menino em roubar o *Gran Torino* de Walt, a gangue quer levá-lo à força; eles brigam no gramado e atravessam a fronteira entre os pátios, entrando na propriedade de Kowalski. Com uma expressão ameaçadora e com o rifle nas mãos, Walt expulsa a gangue e acaba salvando os vizinhos da ameaça. Ainda nesta cena, ele ameaça os jovens da gangue com seu rifle dizendo que já matou vários deles em uma guerra. Ao salvar Thao da gangue, a comunidade *hmong* considera Walt o herói do bairro.

Em outra cena três meninos negros interceptam a caminhada da irmã de Thao, Sue (Ahney Her). Ela está acompanhada de Trey, garoto branco, loiro, que parece ser um namorado dela. Trey tenta falar com os rapazes negros, tentando ser amistoso, interagindo e tratando-os com certa intimidade. Estes três meninos negros são de outra gangue. Sue tenta reagir às investidas dos rapazes da gangue. Os jovens negros fazem ameaças à menina com conotação sexual. Walt interfere, cospe mais uma vez no chão e diz para a menina entrar no carro dele, salvando-a da situação de perigo. Sue fica grata a Walt e o convida para um almoço de família com várias pessoas presentes. No encontro Walt observa os jovens, entre eles uma bela menina coreana. Ele observa também os olhares tímidos de Thao para essa personagem. Assim, ele se aproxima de Thao tentando conversar, diz que ele vai perder a menina e deveria fazer alguma coisa – Walt termina a conversa chamando Thao de “mariquinha”.

Na cena seguinte, ao falar com um dos filhos pelo telefone, notamos certa fragilidade em Walt. Por alguns minutos sai de cena o homem viril e grosseiro, dando espaço a um senhor de idade que mostra o peso de sua velhice, solidão, visível no olhar no ator. Para Santana e Belchior (2013), em relação ao papel de amigo, observa-se que os idosos perdem seus amigos de “trabalho e, a partir da vivência do tempo livre, da não obrigação do trabalho e do cuidado com os filhos, podem se abrir e se dar a oportunidade de conhecer novas pessoas e fazer novos amigos” (2013, p.110). No filme, vemos a representação de amizade de Walt (idoso) com dois adolescentes (Sue e Thao), mostrando que tais possibilidades, de convivência e reciprocidade, criam laços de carinho, atenção entre esses três personagens. Prova disso é quando Sue, irmã de Thao, elogia Walt, ela diz que ele é “*um homem das antigas*” e que o irmão dela pode ter muito a aprender com ele. E diz mais, que ela gostaria que o pai dela fosse assim, afirmando também que Walt é um homem bom. Por outro lado, o de Walt, podemos perceber a aproximação entre os personagens em certas frases, quando Kowalski diz, por exemplo:



“Eu tenho mais em comum com esses malditos gooks do que eu tenho com a minha própria família pobre”.

Santana e Belchior (2013) afirmam também que no filme *Gran Torino*, o personagem [Walt] tem um “grande conflito por não ter vivenciado seu papel de pai presente e o desfecho não permitiu vivenciá-lo antes de morrer” (p.106-107). Um exemplo disso seria a ligação telefônica de Walt para o filho, citada no início deste parágrafo. Ainda sobre esse tema, podemos pensar no que afirma Reis (2018) que, com Thao, “Walt olha-se no espelho e percebe que tem mais coisas em comum com esses ‘estrangeiros’ do que com seus próprios filhos” (2018, p.46).

Em outra conversa, Kowalski diz para Thao que ele poderia trabalhar numa obra, que ele tem conhecidos nesse ramo, mas que primeiro ele teria que ensinar o menino a ser homem. Assim, Walt leva Thao até o seu barbeiro, Martin, que pergunta: “*Quem é o China?*” - Walt diz que é “*um vizinho bichinha*” amigo dele que ele está ensinando a ser homem. Depois dos ensinamentos de Martin e Walt, Thao ri e diz a eles que não tem carro, emprego e nem namorada. “Walt arranja-lhe uma solução: ‘Agora quero que vá até lá fora e depois volte, mas não diga que não tem emprego, que não tem carro, nem namorada, nem futuro nem pau’” (REIS, 2018, p.143).

Pierre Bourdieu, quando trata sobre o tema virilidade, afirma:

Como a honra – ou a vergonha, seu reverso, que, como sabemos, à diferença da culpa, é experimentada *diante dos outros* –, a virilidade tem que ser validada pelo outros homens, em sua verdade de violência real potencial, e atestada pelo reconhecimento de fazer parte de um grupo de “verdadeiros homens” (2010, p.65).

Seguindo o pensamento de Bourdieu, Walt, ao levar Thao até o seu amigo barbeiro, espera do mesmo uma validação de seus ensinamentos, ou seja, ao mesmo tempo, parece fazer um “convite” a Thao para que ele participe do seu grupo de “verdadeiros homens”, roubando as palavras do autor. Para Reis:

O filme mostra esse processo de aprendizagem da masculinidade como algo positivo e, dessa maneira, Clint Eastwood legitima um determinado modelo de masculinidade, ligado, sim, ao dinheiro – emprego, carro –, a determinadas habilidades – manejo das ferramentas –, à heterossexualidade e a um comportamento específico – falar como um homem, mas, ao mesmo tempo, dissociado da violência do crime (2018, p.154).

Por outro lado, o filme é lacunar quando se trata de pensar sobre a hierarquia existente entre os personagens de Walt e Thao. Para além de tal hierarquia, há uma diferença cultural e racial que envolve esses dois personagens que é praticamente ignorada no filme. Até mesmo porque este, filme, segundo Guimarães e Santos:

Tratando-se de um filme de grande alcance de público, voltado para o mercado de massa, ele contribui para produção e reprodução de modelos de comportamento. Seu impacto no imaginário social e nas representações de gênero gera repercussões em práticas sociais, seja reforçando, seja criando tendências de julgamentos de validade para a produção de identidades (2013, p.2).

Em seguida, noutra cena, Thao é atacado pela gangue de Spider, eles queimam o rosto do menino com um cigarro aceso. Walt se vinga dando uma surra em um dos membros da gangue. Em represália à ação de Kowalski e também a de Sue (cena anterior na qual a menina enfrenta a gangue de latinos), ela é atacada por esta gangue e chega em casa toda ensanguentada, completamente machucada. Walt, horrorizado ao ver Sue nesse estado, vai para a casa dele e dá socos nos armários de vidro e de madeira, quebrando-os. Ele fica com as mãos completamente ensanguentadas.

Na cena final do filme, Kowalski, ao deixar ser morto pela gangue, abre a diferentes interpretações do filme: uma delas poderia ser uma forma de redenção para Walt; outra seria livrar Thao de uma prisão se ele participasse da vingança, pois o menino queria se vingar da gangue pelo que fizeram a ele e à irmã. Outra interpretação a ser pensada, é que a morte de Walt levaria os membros da gangue à prisão por um longo tempo. Assim, presos, eles sairiam de circulação. A morte de Walt protegeria ainda, talvez no pensamento dele, toda a família de Thao.

## O QUE FICA DOS ENREDOS...

Acredito que não há forma de justificar direitos humanos iguais para sujeitos naturalmente diferentes se não estipulamos que as desigualdades ditas como “naturais” não podem e não devem ser justificção para as desigualdades morais. Os filmes em questão, a meu ver, legitimam e singularizam personagens que, em princípio, têm vidas que geralmente não interessam ser discutidas. O esforço aqui foi o de deslocar o olhar por vezes desatento, e entrar nas particularidades de cada personagem, afastando a indiferença que às vezes

sentimos em relação ao que parece ser “comum” nas circunstâncias quotidianas da vida. Deve ficar claro que a abordagem feita aqui não ignora questões de especificidades culturais. Os estereótipos associados aos latinos ou aos negros norte-americanos no filme *Gran Torino*, por exemplo, em parte, são muito semelhantes aos de outras sociedades multirraciais como o Brasil, por exemplo. Ainda, os estereótipos de masculinidades construídos em filmes como *Gran Torino* e *Shame*, evidenciam a circulação de poderes entre os personagens, apontando alguns deles como mais “aceitáveis socialmente”, e outros como fazendo parte dos “excluídos”.

Cada vez mais o cinema passa a ser um campo de problematização e investigação que dialoga com outros campos e teorias. Portanto, se as identidades de gênero, sexuais, e de etnias não são naturais, e sim, socialmente construídas, o cinema como artefato cultural ocupa um lugar importante como campo de análise, fazendo-nos pensar sobre o nosso e outros quotidianos, de outras culturas, das mais diferentes formas. No caso dos recortes feitos aqui a partir dos filmes *Gran Torino* e *Shame*, destacando principalmente a teoria de Connell, as discussões evidenciam enunciados que se repetem continuamente nos filmes através de determinados personagens, os quais reiteram a constituição de identidades normativas, reforçando as categorias criadas pela autora. O esforço encetado foi no sentido de evidenciar e questionar através dos filmes e da teoria de Connell, a potencialização de uma hegemonia de masculinidade branca e de etnias que se repetem e se mantêm, em ambos os campos, tanto nos estudos teóricos como no cinema.

Apesar de as personagens escolhidas dos filmes analisados serem dois homens de diferentes idades, são muitos os pontos comuns que apontam para a masculinidade hegemônica, o primeiro deles, seria o fato de serem dois homens brancos, predominantemente heterossexuais<sup>3</sup> e de classes sociais semelhantes. Pode-se concluir também que ambas as personagens possuem identidades complexas, eles são circunspectos e reagem aos acontecimentos de suas vidas entre formas mais justas ou injustas, com variações de tonalidades algumas vezes movidas pelos sentimentos de medo ou solidão. Também nos filmes, Walt e Brandon demonstram seus sentimentos de incompletudes nas relações familiares, Walt, por não ser próximo de seus filhos, vive só, mas demonstra, em certas cenas, como lhe afeta a falta de convivência com seus filhos. Já Brandon tenta, inúmeras vezes no filme, se afastar de

3 Uso o termo predominantemente porque Brandon, no filme *Shame*, tem uma experiência homossexual.

sua irmã. Porém, o personagem mostra seu sofrimento em relação a este laço familiar.

Os destinos das representações de masculinidades no cinema, em especial nestes dois filmes, os lugares de sentidos estruturantes desses personagens se conectam aos rumos que as suas culturas tomam, como atuam socialmente, ou seja, Brandon e Walt vivem em cidades diferentes, Brandon atua profissionalmente, já Walt está aposentado.

Por certo os diretores dos filmes aqui citados nos fazem pensar sobre outras questões que não estão aqui, visto o limite deste artigo e a abertura que propõem as obras cinematográficas. Contudo, as câmeras direcionadas para os personagens de *Shame* e *Gran Torino* são para certos segmentos de masculinidades norte-americanas, abrindo mão de outras, de homens que ficariam fora destas masculinidades. Assim, o cinema pode testemunhar realidades, mas, simultaneamente, as pode ocultar, ao atuar com olhares que privilegiam determinadas culturas. A materialização em personagens no cinema gera mitos que circulam e, evidentemente, nos capturam em emboscadas que remexem em estruturas de conceitos como, por exemplo, o de masculinidade.

Ao nos depararmos com certos estereótipos desses personagens, é necessário, antes de tudo, levá-los em conta e entendê-los, até mesmo para escapar das “lições” deles. Nessa direção, sabemos que a linguagem do cinema é formada por um complexo sistema de signos, que estimula permanentes estudos para melhor entendê-la. Assim, a análise aqui empreendida procura tocar em questões culturais mais focadas na sexualidade, em etnias e masculinidades, com o compromisso de rever certas práticas sociais acerca do visual e dos discursos que se disseminam em torno delas através do cinema. Procurei ainda refletir sobre as relações de poder que se produzem, são articuladas e podem ser repensadas, contestadas através de diferentes análises. Em decorrência desses entrelaçamentos, procurou-se investigar também acerca das inclusões e exclusões sociais apresentadas nos filmes, dialogando permanentemente com teorias que tratam dessa área de estudos. Algumas mudanças importantes nas masculinidades têm se processado, e a pedagogia do cinema nos exige conhecer, em maior profundidade e cada vez mais, as suas estratégias e recursos para compreendermos nos filmes, no caso do tema aqui explorado, como as masculinidades são mostradas e, principalmente, para pensarmos sobre atravessamentos que tais masculinidades exercem sobre diversos públicos.

## REFERÊNCIAS

- BAUDRILLARD, Jean. **O sistema dos Objetos**. São Paulo: Perspectiva, 1997.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- CARMELO, Bruno. **Shame, triste obsessão**. Disponível em: <http://www.adorocinema.com/filmes/filme-185457/criticas-adorocinema/>. Acesso em: 11 jun. 2019.
- CASTRO, Wesley Pereira de. “Shame” (2011, de Steve McQueen) e as Crises de Consciência Advindas da Moralização Pornográfica. **Cadernos do Tempo Presente**. São Cristóvão/SE. Edição 8, 2012.
- CONNELL, Robert W. **Masculinities**. Los Angeles: Berkeley, 2005.
- CONNELL, Robert W.; MESSERSCHMIDT, James W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. **Revista de Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 424, janeiro-abril/2013.
- EASTWOOD, Clint. **Gran Torino**. Estados Unidos, 116 min., 2008. DVD.
- FABRIS, Elí Henn. Cinema e educação: um caminho metodológico. In: **REVISTA EDUCAÇÃO & REALIDADE: Dossiê Cinema e Educação**, v. 33 n. 1, Jan/Jun/2008, p. 117–133.
- GUIMARÃES, Johnatan R.F; SANTOS, Guilherme C. dos. O Homem da Casa: um estudo sobre masculinidades e colonialismo a partir do filme “Gran Torino”. In: **Seminário Internacional Fazendo Gênero 10** (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2013, p. 1-12.
- HAROCHE, Claudine. Antropologias da virilidade: o medo da impotência. In: VIGARELLO, Georges; COURTINE, Jean-Jacques; CORBIN, Alain. **História da virilidade**. 3. A virilidade em crise? Séculos XX-XXI. Petrópolis/RJ: Vozes, 2013, p. 15-34.
- KEHL, Maria Rita. Masculino/feminino: o olhar da sedução. In: NOVAES, Adauto (Org.). **O olhar**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 411-423.
- LOURO, Guacira. Cinema e sexualidade. In: **Educação e Realidade**. Dossiê cinema e educação. Porto Alegre: v. 33, n. 1, p. 81-97, Jan/Jun 2008.
- MACHADO, Maysa Maria Napolitano; BRANCO, Victória de Freitas; GALDI, Maíra Bittar; CAMPOS, Érico Bruno Viana. Culpa e Vergonha na Constituição da Subjetividade: Ensaio de Psicanálise Aplicada Sobre o Filme “Shame”. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**. Rio de Janeiro, v. 16, n. 4, p. 1288-1309, 2016.
- MCQUEEN, Steve. **Shame**. Reino Unido, 101 min., 2012, DVD.
- NOLASCO, Sócrates. **O mito da masculinidade**. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.
- PENAFRIA, Manuela. **O paradigma do documentário**: Antônio Campos, Cineasta. 2009.
- REIS, Lucas Henrique dos. **Cowboys de Clint Eastwood**: fronteira, identidade nacional e

masculinidades em *Gran Torino* (2008) e *Sniper Americano* (2014). Uberlândia: Mestrado. Universidade Federal de Uberlândia. Instituto de História. Programa de Pós-Graduação em História, 2018.

SANTANA, C. da S. & BELCHIOR, C.G. (2013, março). A velhice nas telas do cinema: um olhar sobre a mudança dos papéis ocupacionais dos idosos. **Revista Kairós Gerontologia**, v. 16, n. 1, p. 93-116. São Paulo (SP), Brasil: FACHS/NEPE/PEPGG/PUC-SP.

STEPHAN, Clárisse; MADEIRA FILHO, Wilson; FERNANDES, Eder. O lugar certo onde colocar o desejo: os filmes *A pele que habito*, *Shame* e *Ninfomaníaca* enquanto perspectivas de resignificação da sexualidade. In: **Anais do V CONGRESSO DA ABRASD. PESQUISA EM AÇÃO: ÉTICA E PRÁXIS EM SOCIOLOGIA DO DIREITO**. Vitória/ES, 2014, p. 162-180.

TARKOVSKI, Andrei. **Esculpir o tempo**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons – Atribuição Não-Comercial 4.0 Internacional.



# RESENHAS

## D'ÁVILA, MANUELA. *E SE FOSSE VOCÊ? SOBREVIVENDO ÀS REDES DE ÓDIO E FAKE NEWS*. PORTO ALEGRE/RS: INSTITUTO E SE FOSSE VOCÊ, 2020.

---

Maria Cecilia Takayama Koerich

Para Anna Cristina Brisola e Nathália Lima Romeiro (2018, p. 3), na contemporaneidade, a informação tem se proliferado e circulado em quantidade e velocidade extraordinárias, o que, muitas vezes, dificulta o entendimento em relação a quais informações podem ser reconhecidas enquanto um discurso correspondente a fatos e quais são *fake news*.

Nessa senda, há uma necessidade e uma urgência em produzir e exibir notícias no tempo presente, principalmente nas mídias digitais. É nesse contexto que o livro *E se fosse você? Sobrevivendo às redes de ódio e fake news* se insere.

A obra não ficcional produzida pelo Instituto E se Fosse Você foi lançada em 2020 e está em sua primeira edição. Nela são apresentados temas como mulheres na política, a disseminação de *fake news*, discursos de ódio, redes sociais e memes de internet.

A autora, Manuela Pinto Vieira D'Ávila, foi candidata a vice-presidente da República em 2018, pela aliança entre o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Em 2020 concorreu à prefeitura de Porto Alegre/RS, ficando em segundo lugar e tendo sua campanha marcada pelas *fake news*. Jornalista, formada pela Pontifícia Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), Mestre em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), possui quatro livros publicados, sendo três deles de sua autoria e um como organizadora. *Revolução Laura*, lançado em 2019 pela editora Belas Letras, tendo a sua experiência com a maternidade como tema principal; *Por que Lutamos? Um livro sobre amor e liberdade*, lançado no mesmo ano pela editora Planeta, que aborda o tema do feminismo; *E se Fosse Você? Sobre redes de ódio e fake news*, lançado em 2020, e, como organizadora do *Sempre Foi Sobre Nós: Relatos de Violência Política de Gênero*, lançado em 2021, também publicado pelo Instituto E Se Fosse Você. Vale destacar ainda que Manuela D'Ávila exerceu cargos políticos, tendo sido vereadora em Porto Alegre em 2004, deputada federal de 2007 a 2015 e deputada estadual de 2015 a 2019.



Motivada por sua vivência enquanto alvo de inúmeros discursos fraudulentos, durante a sua candidatura à vice-presidência da República, D'Ávila escreveu *E se fosse você? Sobrevivendo às redes de ódio e fake news*. De forma coloquial, são trazidos ao debate questões complexas como pós-verdade, política de cancelamento, misoginia, preconceitos, entre outros temas sensíveis. Por meio de imagens – memes, fotos e *prints* – são explicitados os discursos de ódio e de desinformação que circularam nas mídias digitais, o que amplifica a possibilidade de diálogo sobre essas questões, pois exemplifica os mecanismos discursivos utilizados na produção das *fake news*.

Com um sumário contendo 21 capítulos, todos sucintos, a obra convida a interlocução. A pergunta que o intitula é reiterada ao longo de todo o texto, como um chamado à empatia e à alteridade: *E se Fosse Você?*

Um fragmento de *Como La Cigarra*, poema da artista argentina Maria Elena Walsh, D'Ávila inicia o texto. Fala de forma metafórica das muitas vezes que a mataram, ou assim tentaram fazer, ao produzirem e divulgarem notícias fraudulentas a seu respeito. Mas, como no poema, a autora segue ressuscitando e sobrevivendo ao discurso de ódio e das *fake news*. É como uma sobrevivente que ela se coloca e busca revelar a dimensão violadora de direitos humanos ofertada pelas notícias falsas nesta obra, o que problematiza questões como liberdade de expressão e discursos preconceituosos revestidos de ironia. D'Ávila fala da sua condição de fragilidade frente a um sistema discursivo dissimulado, mas fortemente elaborado e astucioso.

O prefácio *Manuela, você não está exagerando?*, feito por Felipe Neto, *youtuber* brasileiro, popular entre os jovens e também vítima de *fake news*, demonstra interesse em contemplar um público mais amplo do que o acadêmico e/ou intelectual e dos movimentos sociais organizados. Sabe-se que não é a primeira vez que Manuela D'Ávila tem um prefácio assinado por uma figura pública. Em seu livro *Por que Lutamos?*, Maria Ribeiro, atriz que também é popular entre os jovens, executou essa tarefa.

Na introdução do livro *Sobrevivendo às Notícias Fraudulentas*, D'Ávila fala sobre como é viver cotidianamente sob a régia das *fake news*. Sentimentos como vergonha, dor e medo são constantes. Ao afirmar, no prelúdio do primeiro capítulo, que suas batalhas são as de ideias e não as de armas (D'ÁVILA, 2020), a autora evidencia a problematização de uma das muitas notícias fraudulentas em que sua imagem é associada a práticas de violência, o que implica no entendimento do conceito de pós-verdade.

Para entender melhor, o dicionário Oxford diz que pós-verdade é “um adjetivo relacionado ou evidenciado por circunstâncias em que fatos objetivos têm menos poder de influência na formação da opinião pública do que apelos por emoções ou crenças pessoais”. Considerando a pós-verdade, enquanto algo que está para além dos fatos e de seu contexto histórico, ela foi escolhida como a palavra do ano em 2016, pelo referido dicionário. Sua potencialidade seria capaz de embaralhar as disputas narrativas dos acontecimentos históricos ao ponto de transcender uma idéia de verdade, evidenciando motivações de caráter subjetivo na constituição de um parecer público.

Junto a este debate D’Ávila traz à cena outro conceito interessante: as chamadas *fake news*. Pois determinados sujeitos se utilizam de informações falsas ou descontextualizadas para promover a pós-verdade, uma vez que, diante de um contexto fraudulento, apelos emocionais ou de cunho pessoal importam mais do que propriamente a veracidade do fato noticiado. Cabe destacar que *fake news* e pós-verdade não são sinônimos, mesmo possuindo efeitos semelhantes no público em geral e podendo estar articuladas deliberadamente.

Ferreira Filho (2018, p. 79) fala que

*Fake news* são afirmações que têm a forma de notícia, mas de conteúdo completa ou parcialmente falso, outrora irresistíveis à evidência, orientadas por motivação política e intencionalmente fabricadas para desinformar ou enganar a fim de manipular a opinião pública (FILHO, 2018, p. 79).

Silva (*apud* D’ÁVILA, 2020) considera o caráter intencional na produção de informações fraudulentas, assim como objetivos a serem alcançados e fins específicos. *Fake news*, nesse entendimento, possui intencionalidade em promover desinformação e, nos casos apresentados nesta obra, disseminação de ódio.

Deve-se atentar para o fato de que as notícias falsas sempre circularam nos discursos sociais, principalmente no espaço da imprensa. Porém, na contemporaneidade o modo de produzir e disseminar *fake news* destaca-se pelo uso dos recursos midiáticos, por meio da internet e do seu expressivo impacto social.

Nos capítulos *Até Onde o Ódio Pode Chegar, Racismo e Fake News e Mulheres Santas Versus Mulheres Feministas: O Ódio às Mulheres como Fio Condutor das Notícias Fraudulentas*, são citados outros casos de pessoas que foram alvos de *fake news*. Como Lola Aronovich, a deputada Maria do Rosário, Jean Wyllys e Marielle Franco, vereadora do Rio de Janeiro que

sofreu uma execução política (PETRONE, 2021, p.195) em 2018. Cabe destaque para o que há em comum entre esses sujeitos que tiveram suas vidas impactadas por *fake news*: os exemplos mencionados são de pessoas que ocupam lugares de poder e de decisão e assumem uma postura de enfrentamento a discursos preconceituosos, machistas e neoliberais. Seja enquanto professora universitária ou agente político, aqueles que assumem pautas feministas, que lutam pela garantia de acesso a direitos sexuais e reprodutivos, ao enfrentamento as desigualdades sociais, o reconhecimento da diversidade sexual, a laicidade do Estado e demais questões progressistas estão mais vulneráveis à produção de notícias fraudulentas: “Pensar em *fake news* é necessariamente pensar nos preconceitos que estruturam a sociedade, que no caso do Brasil, além do racismo e LGBTfobia, é pensar em machismo e misoginia” (D’ÁVILA, 2020, p. 66). Isso implica em refletirmos sobre quem são os sujeitos legitimados historicamente a ocuparem os espaços políticos do nosso país? Por que determinados corpos/performances encontram tanta dificuldade para existirem nesse locus de poder, e, quando acessam determinados cargos e posições sociais são alvos de inúmeras violências?

Rita Laura Segato (2012, p. 108) diz que “[...] testemunhamos hoje um momento de tenebrosas e cruéis inovações na forma de vitimar os corpos femininos e feminizados, uma crueldade que se difunde e se expande sem contenção”. Desse modo, consideramos a utilização de *fake news* nas plataformas digitais como um dispositivo contemporâneo e estratégico de vitimizar mulheres, corpos/performances feminizados ou até mesmo aqueles que assumem uma postura feminista. As *Fake news*, nesse sentido, reconfiguram a violência de gênero levando para a dimensão midiática discursos fraudulentos que ganham proporções inventivas e violadoras. Mas, também estimulam práticas de violência para além do ambiente virtual. Como mencionado anteriormente, as *fake news* não são práticas discursivas historicamente recentes. Elas fazem parte da história da humanidade, porém, diante dos avanços tecnológicos e do seu impacto em nossas vidas, as *fake news*, redimensionam e amplificam os sentidos do que noticiam.

Desta maneira as *fake news* são dispositivos que atuam de forma a atingir corpos/performances que desafiam a determinação estrutural dos espaços sociais estabelecidos pelo patriarcado.

Como fala Biroli (2018, p. 210):

Os muros que delimitam a participação política feminina são feitos, também, dos estereótipos femininos negativos e a violência física e simbólica que constrange e pune aquelas que “ousam” participar dos espaços tradicionalmente masculinos do exercício político (BIROLI, 2018 p. 210).

Seguindo na sua premissa, D’Ávila problematiza também o uso da fé pelas *fake news*, a pedofilia enquanto a rainha das notícias fraudulentas, a cadeia produtiva de informações falsas, os gabinetes de ódio espalhados pelo Brasil e a política do cancelamento.

Ao abordar essas questões, a autora chama atenção para a importância da religiosidade em nossas vidas. Fala que associar informações falsas ou descontextualizadas que, de certa maneira, afrontam a inclinação religiosa de determinados coletivos, é uma estratégia muito utilizada na produção de *fake news*.

A pedofilia também é explicitada como um elemento recorrente em discursos fraudulentos. D’Ávila lembra que Felipe Neto, Jean Wyllys e Maria do Rosário foram alvos de *fake news* que os conectavam à pedofilia. Nessa senda, as *fake news* buscam promover um terror ou pânico moral (Miskolci, 2007), entre os sujeitos que compartilham e acessam essas notícias.

Ademais, a utilização de *robots* ou *bots* pela indústria da *fake news* é apresentada como um elemento a ser considerado pela autora. Por meio de programas específicos são realizadas ações repetitivas em que determinados conteúdos são publicados nas mídias digitais. Isto implica em manter um discurso em constante exposição, promovendo sua narrativa, mesmo que fraudulenta. Outro elemento mencionado é o acesso a informações pessoais que as empresas de mídias digitais possuem sobre seu público. Assim, propagandas, informações e notícias são estrategicamente apresentadas de forma a dialogar com determinado perfil, o que implica em especificar quais *fake news* possuem mais chance de impactar o público-alvo.

Caminhando para a finalização do livro, D’Ávila problematiza a existência dos “gabinetes de ódio” espalhados por todo território nacional, responsáveis pela criação e desenvolvimento das *fake news*. Ao explicitar a existência de um locus responsável pela produção de notícias falsas, a autora evidencia uma estrutura produtiva a seu respeito que é mantida por recursos financeiros e políticos. Outrossim, faz um alerta para a necessidade de diferenciação entre aqueles que intencionalmente promovem as *fake news* daqueles que as compartilham de forma desprezenciosa, acreditando realmente na veracidade da informação acessada.

A política do cancelamento é apresentada por D'Ávila como rompimento ou interrupção de apoio a determinado sujeito, empresa ou instituição, por sua postura ou modo de agir que pode ser considerado inadequado. Para ela, a política do cancelamento é tão nefasta quanto as *fake news*. D'Ávila reforça a necessidade do diálogo enquanto meio capaz de promover o esclarecimento das informações fraudulentas e de possibilidade de transformação social. Assim, acolher de forma generosa e gentil as dúvidas e a desinformação daqueles que são cooptados pela indústria de *fake news* é urgente.

Vale lembrar que Chimamanda Ngozi Adichie (2017) já nos alertava sobre o perigo de uma história única que assuma o espaço-tempo universal e monolítico que, ao ser narrada, desconsidere todas as outras histórias possíveis. Podemos dizer que D'Ávila tensiona esse debate ao problematizar as *fake news* na elaboração de uma história que se coloca como única e torna-se uma pós-verdade, o que nos faz pensar sobre o impacto da história em nossas vidas e da necessidade de constante atenção para entender o engendramento das narrativas que chegam até nós, pois não há neutralidade política diante da elaboração de notícias e na produção de discursos históricos.

## REFERÊNCIAS

- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. Instituto Federal de Minas Gerais, 2017. Disponível em <https://www2.ifmg.edu.br/governadorvaladares/noticias/adelia-a-poesia-e-a-vida-convite-para-o-3o-encontro-do-dialogos/o-perigo-de-uma-historia-unica-chimamanda-ngozi-adichie-pdf.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2021.
- BIROLI, F. **Gênero e desigualdades**: limites da democracia no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.
- BRISOLA, Ana Cristina; ROMEIRO, Nathália Lima. A competência crítica em informação como resistência: uma análise sobre o uso da informação na atualidade. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, São Paulo, Online First, 20 p., jan. 2018. Disponível em <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1054>. Acesso em: 15 abr. 2021.
- D'ÁVILA, Manuela. **E se fosse você? Sobrevivendo às redes de ódio e fake news**. Porto Alegre/ RS: Instituto E se Fosse Você, 2020.
- FERREIRA FILHO, J. B. **A verdade sob suspeita**: fake news e a conduta epistêmica na política da desinformação. 2018.
- MISKOLCI, R. Pânicos morais e controle social – reflexões sobre o casamento gay. In: **CADERNOS Pagu**, (28), janeiro-junho de 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/tWFyRWkCdWv4Tgs8Q6hps5r/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em 17 jun.2021.

SEGATO, Rita Laura. **Gênero e colonialidade**: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. *e-cadernos CES*. Dezembro 2012. Disponível em: <https://journals.openedition.org/eces/1533#quotation>. Acesso em: 16 abr. 2021.

PETRONE, Talíria. Até que todo corpo de mulher seja livre. *In: Sempre foi sobre nós: relatos de violência política de gênero no Brasil. Coletânea organizado por Manuela D'Ávila*. 1. ed. Porto Alegre: Instituto e Se Fosse Você, 2021.

PÓS-VERDADE. *In: Dicionário Oxford*, disponível em <https://www.lexico.com/en/definition/post-truth>. Acesso em 20 abr. 2021.



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons – Atribuição Não-Comercial 4.0 Internacional.

## GRADA KILOMBA – MEMÓRIAS DA PLANTAÇÃO: EPISÓDIOS DE RACISMO COTIDIANO. RIO DE JANEIRO, COBOGÓ, 2019

---

Clebiane Santos da Silva e Silva

A partir de testemunhos de mulheres negras, numa escrita que emerge de um ato político, Grada Kilomba propõe, para além de uma reflexão que poderia se limitar a espaços acadêmicos (já que o livro é também sua tese de doutorado), uma discussão acerca da atemporalidade do racismo enquanto projeto engendrado nas teias do colonialismo, destacando suas manifestações nos eventos ordinários da vida cotidiana.

Há que se dizer do caráter transformador, e por que não dizer transgressor-emancipador da autora, em deixar claro para quem terá acesso aos seus escritos, já na *Introdução*, que ela será quem descreve sua própria história e não aquela cuja história será por outrem descrita; ela será a oposição absoluta do que o projeto colonialista predeterminedou, ao deslocar-se de *objeto* de pesquisa a *sujeito* dela.

Numa produção cuidadosa, plena de intencionalidade e atenta à informatividade do texto, Kilomba em todo tempo colabora com a aceitabilidade do público leitor, ao participá-lo das motivações da escrita, das opções metodológicas que guiaram o trabalho, bem como de sua preocupação em trazer para a linguagem utilizada a urgência de novas terminologias que desmontem o que ela designa como linguagem colonial. Por essa razão, a edição brasileira traz uma carta da autora, antes da *Introdução*, com observações e problematizações inerentes a termos da Língua Portuguesa. A palavra *negra/o*, por exemplo, deriva da palavra latina para a cor preta, *niger*. Entretanto, após o início do que Kilomba chama de expansão marítima portuguesa (para não usar a expressão “Descobrimientos”) a palavra passou a ser usada nas relações de poder entre a Europa e a África e aplicada aos africanos para definir seu lugar de inferioridade. Por isso, ela opta por escrever o termo em itálico e em letra minúscula: *negra/o*, já que no português, essa diferenciação parece não ter sido feita.

Nesse contexto, no primeiro capítulo, a pesquisadora inicia suas discussões reivindicando o direito à fala, por muito tempo usurpado de corpos escravizados. Para tanto, ela traz à memória de quem se puser a ler seu texto a imagem da “Escrava Anastácia”, para pôr em relevo a máscara, instrumento de tortura e silenciamento, que ao mesmo tempo suscita questões: por que a boca do

sujeito *negro* deve ser amarrada? Por que ela/ele deveria ficar em silêncio? O que ela/ele teria a dizer? O que o sujeito branco teria a ouvir? A autora, assim, enfatiza a apreensão de que corpos colonizados falem, aqueles corpos negros, lidos pela branquitude como seus opostos, marcados com a ferida da *Outridade* que, segundo Frantz Fanon, provém não apenas de experiências familiares, mas também do contato traumatizante, violento e bárbaro com o mundo branco que, pela irracionalidade do racismo, coloca sujeitos *negros* como “Outros”, incompatíveis, estranhos, conflitantes, incomuns.

No capítulo seguinte, ao referenciar Gayatri C. Spivak, Grada Kilomba também interroga se “a subalterna pode falar”, para dizer de um *sujeito* que se vê diante de estruturas de opressão que não permitem que sua voz seja ouvida, nem proporcionam um espaço para sua articulação. Dessa forma, a autora problematiza a neutralidade da academia, onde brancas/os desenvolveram discursos teóricos nos quais *negras/os* foram construídos como outras/os, onde africanas/os estão em subordinação absoluta ao sujeito branco. Fundamentada em Stuart Hall, Patricia Hill Collins e Nkweto Simmonds, Kilomba assevera que dentro das salas dos centros acadêmicos, sujeitos negros foram objetos de discursos estéticos e culturais predominantemente brancos, com uma epistemologia que, em vez de refletir um espaço heterogêneo para a teorização, reflete os interesses específicos da sociedade branca. Por essa razão, temas, paradigmas e metodologias que que se dão fora dessa arena têm sua validade e legitimidade em todo tempo questionadas. Em referência pessoal, a autora afirma ser comum ouvir pessoas avaliarem sua pesquisa acerca do racismo cotidiano como interessante, mas pouco científica, com “perspectiva demasiado subjetiva”, ou ainda “muito emocional”, o que ilustra a ordem colonial na qual intelectuais *negras/os* residem. Assim, a autora explicita a urgente tarefa de descolonizar a ordem eurocêntrica do conhecimento, demandando uma epistemologia que inclua o pessoal e o subjetivo como parte do discurso acadêmico, uma vez que quem fala, podendo-se dizer também quem pesquisa, o faz de um tempo e lugar específicos, de uma história e de uma realidade específicas, não podendo haver, então, discursos neutros.

No terceiro capítulo, para demarcar o recorte da pesquisa que deu origem ao livro em epígrafe, a autora traz à luz o racismo cotidiano – todo vocabulário, discursos, imagens, gestos, ações e olhares que colocam o sujeito negro não só como “Outra/o”, mas também como *Outridade*, ou seja, como a personificação dos aspectos reprimidos da sociedade branca – para evidenciar que nele não há



ataques únicos ou eventos discretos, mas um padrão contínuo de abusos que se repete incessantemente em diferentes lugares e ocasiões. Nesse contexto, a pesquisadora, amparada em Paul Mecheril, opta metodologicamente pela *pesquisa centrada em sujeitos*, por meio da qual ela se propõe a examinar experiências, autopercepções e negociações de identidade descritas pelo sujeito e pela perspectiva do sujeito, a saber, mulheres negras de idade e classe social semelhantes às dela, na intenção de gerar conhecimento a partir de relações de poder mais igualitárias, valorizando a experiência de quem conhece as dores do racismo. Fica evidente, nesse caso, que Kilomba escolhe rejeitar o distanciar-se dos seus “objetos de pesquisa”. Ela recorre a Philomena Essed para se posicionar como uma intelectual que se coloca no campo de uma “subjetividade consciente”, por discordar do ponto de vista tradicional de que o distanciamento emocional, social e político é sempre uma condição favorável para a pesquisa. Dessa forma, a escritora realiza entrevistas não-diretivas baseadas em narrativas biográficas analisadas por ela de maneira episódica, considerando os diferentes contextos nos quais o racismo é performado. Importante salientar que a forma de análise escolhida por Kilomba permitiu que ela apresentasse suas trajetórias de análise em forma de conto, o que, além de subverter o modelo acadêmico tradicional de escrita, se constitui como uma excelente estratégia de conquista da atenção do público leitor, estrategicamente convidado a um diálogo com o texto.

As análises das entrevistas começam a ser apresentadas no capítulo quatro, quando a autora demarca a interseccionalidade entre raça e gênero, para destacar um racismo que, além de se realizar em acontecimentos cotidianos, também é genderizado, protagonizado por duas mulheres participantes da pesquisa. No quinto capítulo, ela faz referência às *novas formas de racismo* apontadas por Gilroy, para afirmar que o que antes se pautava na inferioridade/superioridade dos sujeitos, agora se move para o campo da cultura e da diferença. O racismo, portanto, muda seu vocabulário, provando não ser um fenômeno estático e singular, mas plural e mutável.

Nos capítulos seguintes, partindo de questões caras à pauta racial, Kilomba trata de temáticas que vão desde as políticas do cabelo (evidenciando-o como uma declaração política de consciência racial – capítulo 6); às políticas sexuais (para interrogar a imagem da mulheridade negra, segundo Stuart Hall, como um duplo de “doméstica assexual e obediente” e “prostituta primitiva sexualizada” – capítulo 7). Essas questões também perpassam as políticas da pele (para defender imagens “positivas” e “não idealizadas” da negritude, criadas pelo

próprio povo *negro* – capítulo 8); o trauma da palavra (para dizer da agonia do racismo expelida em sensações corporais – capítulo 9) e a segregação e o contágio racial (para refletir sobre a guetificação e a exploração econômica de pessoas negras – capítulo 10). Para além dessas questões, a autora também traz à luz a performance da negritude (sobre a imposição que se dá sobre os sujeitos negros de provarem sua excelência, principalmente quando em posições e espaços de prestígio – capítulo 11); o suicídio (para refletir sobre a conexão entre o racismo e a morte – capítulo 12); e a cura e transformação (sobre a superação das feridas do racismo cotidiano – capítulo 13).

No décimo quarto capítulo, tecendo cuidadosamente suas considerações últimas, Grada Kilomba, amparada mais uma vez em Frantz Fanon, retoma o aspecto do trauma, da ferida causada pelo racismo cotidiano, criticando os discursos ocidentais e as disciplinas da psicologia e, em particular, da psicanálise por negligenciarem a história da opressão racial e as consequências psicológicas sofridas pelas/os oprimidas/os. Ela, então, explora as diferentes categorias de trauma dentro do racismo cotidiano – o choque violento; a separação imposta pelo sentimento de ruptura social; e a atemporalidade, capaz de fazer com que passado e presente coexistam ao colocarem sujeitos negros, mesmo em dias atuais, de volta em cenas de um passado colonial. A autora, por fim, direciona a atenção do público leitor para uma sequência de mecanismos de defesa do ego que os sujeitos negros atravessam rumo à conscientização de sua negritude: a negação, a frustração, a ambivalência e a identificação. Esse processo, posto em relevo, culmina num estado de descolonização no qual não mais existe a *Outridade*, mas sim a tomada de consciência de que negras e negros são *Sujeitos*, são quem descreve, quem narra, autoras/es e autoridade de sua própria realidade; antes silenciados, “pessoas desaparecidas”, agora pessoas falantes, que estão transformando a teoria.



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons – Atribuição Não-Comercial 4.0 Internacional.

## INSTRUÇÃO PARA AS (OS) COLABORADORAS (ES)

---

A Revista Gênero publica trabalhos que contribuam para os estudos das relações de gênero, escritos a partir de diferentes tradições disciplinares, dentro de um arco de questões que dizem respeito à condição feminina, homossexualidades, masculinidades, dentre outros temas correlatos. Todas as colaborações não encomendadas são submetidas a pareceristas externos e ao Conselho Editorial, a quem cabe a decisão final sobre as publicações. Eventuais sugestões de modificação de estrutura ou conteúdo serão previamente acordadas com as (os) autoras (es). A simples remessa de originais à revista implica a autorização para publicação. Não serão admitidos acréscimos ou modificações depois que os artigos forem entregues para a composição gráfica ou para inclusão no site da revista.

As (os) autoras (es) dos trabalhos publicados farão jus a exemplar da revista, caso esta seja impressa. Não serão pagos direitos autorais. O copyright dos trabalhos publicados pertence as autoras (es), e os direitos autorais de cada edição pertencem UFF/PPS; portanto, caso as (os) autoras (es) queiram republicá-los, pede-se apenas que mencionem a primeira publicação na Revista Gênero.

Os artigos, não devem exceder 9.000 palavras, preparados em times new roman 12, em espaço 1/5 e com todas as margens em 2 cm, devem ser acompanhados de dados sobre a (o) autora (or) (titulação, vínculo funcional, últimas publicações, endereço postal, telefones, e-mail). O resumo deve ser escrito em português e inglês com o mínimo de 70 e máximo de 100 palavras. As palavras-chave também devem ser em português e inglês. As resenhas não devem exceder 2000 palavras. As notas de pé de página devem ser exclusivamente explicativas, substantivas e escritas da forma mais sucinta possível. Os dados bibliográficos relativos a citações de outros trabalhos devem ser localizados no corpo do texto, entre parênteses, limitando-se ao sobrenome do autor, ano e página (quando for o caso). Trabalhos de dois e três autores serão citados pelos nomes de todos, e mais de três, pelo nome do primeiro seguido de *et al.*

Exemplos:

- (ABREU,1999, p. 21-35)
- (BRASIL, 2000, p. 116)
- (SILVA; ABREU, 1999)
- (SILVA *et al.*, 2000)

Todos os trabalhos citados devem ser listados em ordem alfabética na seção “Referências”. Não devem ser ali adicionados trabalhos que não tenham sido mencionados no texto. As referências deverão ser apresentadas obedecendo às normas da ABNT (NBR6023-2000).

Exemplos:

- **Livro**

HANNOUN, H Educação: certezas e apostas. São Paulo: Ed. da Unesp. 1997.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Parâmetro curriculares nacional. Brasília, DF, 1997.

- **Trabalho Acadêmico**

WERNECK, M.G. A biblioteca escolar nos periódicos brasileiros de Biblioteconomia: estudo desenvolvido na Biblioteca do IACS-UFF. 1990. 25

1990.25 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia e Documentação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1990.

- **Dissertação**

QUDRATT, S. Poder e Informação: os sistemas de inteligência e o regime militar no Brasil. 2000. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.

- **Capítulo de Livro**

PERROT, M. A juventude operária da oficina à fábrica. In: LEW, Giovanni, SCHIMITT, J. C. Histórias dos jovens. São Paulo. Companhia das Letras, 1996.

- **Trabalho publicado em Anais de Eventos**

ALVES, Ah., MELO, A. e CRUZ, 1. A Mulher no sistema penitenciário em Sergipe: o imaginário na construção de identidade. In 8 Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 1995, Salvador. Cadernos de Comunicação. Brasília: CFESS, 1995.

- **Legislação**

BRASIL, Lei n. 10.055, de 12 de dezembro de 2000. Cria cargos na Polícia Federal. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, ano 138, n.138-E.